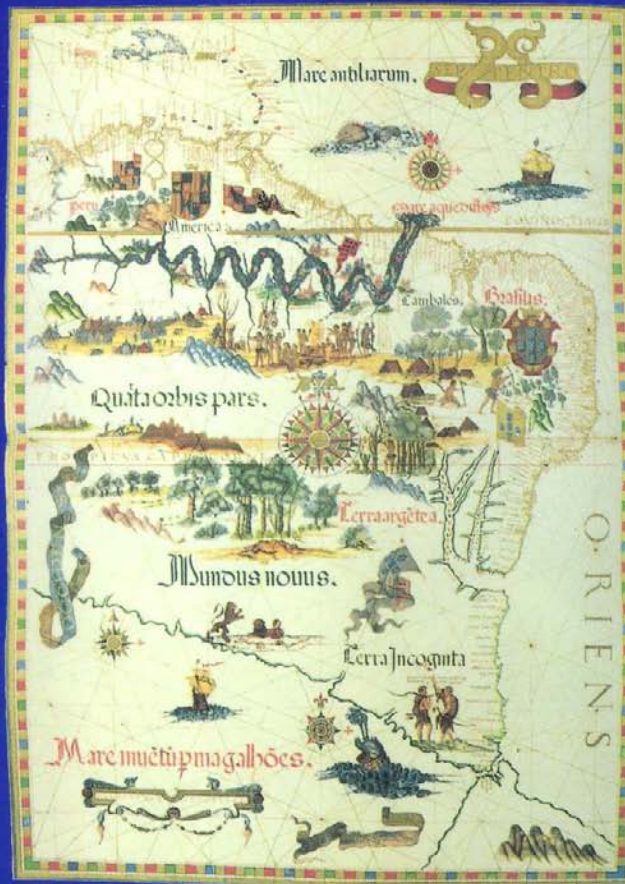


MARIA LICÍNIA FERNANDES DOS SANTOS

OS MADEIRENSES NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

TÍTULO

Os Madeirenses na Colonização do Brasil

1ª Edição

Colecção Memórias, 26

AUTOR

Maria Licínia Fernandes dos Santos

EDIÇÃO

(logotipo)

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA
Rua dos Ferreiros, 165 9000-Funchal- MADEIRA
Telef.: (35191)229635 Fax.: (35191)230341
Email: ceha@nesos.net
URL: <http://www.nesos.net> <http://www.ceha-madeira.net/>

TIRAGEM

2000 exemplares

CAPA

IMPRESSÃO

Deposito Legal

ISBN:

Maria Lúcia Fernandes dos Santos

OS MADEIRENSES NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

1999

**Dissertação de Mestrado em
História da Expansão Portuguesa
apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra**

INTRODUÇÃO

Na História da Madeira, a problemática da sua participação na colonização do Brasil tem permanecido à margem das dominantes preocupações dos estudiosos. De facto, desconhecemos estudos aprofundados sobre a emigração madeirense para o Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Dada a função crucial da emigração em todos os planos (económico, social, demográfico e cultural), esta situação não pode deixar de surpreender. Simultaneamente, sabemos que as condições técnicas da produção de açúcar, as condições jurídicas da posse das terras e da sua exploração, depois de testadas na Ilha da Madeira, foram transplantadas para os restantes arquipélagos do Atlântico e para o Brasil, assim como as primeiras socas de canas.

A Madeira serviu, ainda, de modelo no processo colonizador do Brasil, a outros níveis, nomeadamente os regimes das capitánias hereditárias e das sesmarias, bem como no que diz respeito ao aparelho administrativo. Significativa a este respeito é a nomeação de Pedro de Góis, em 25 de Agosto de 1536 ¹, ao qual D. João III, à falta de regimento próprio, mandou que exercesse o cargo “*da maneira que ele dever ser feito e como o é o provedor da minha fazenda na Ilha da Madeira*” ². Efectivamente, data de 17 de Dezembro de 1548, o primeiro regimento dos provedores da fazenda d’El Rei, em terras de Vera Cruz ³.

Esta singular realidade e a insólita situação, constatada no decurso das nossas pesquisas, de os historiadores se referirem frequentemente ao fluxo emigratório de açorianos para o Brasil (a erecção do monumento ao açoriano em Santa Catarina é simbólico a este respeito), quase esquecendo o importante contributo dos madeirenses nesse processo, constituíram para nós um estímulo acrescido na realização deste trabalho.

Visando, pois, repor a verdade histórica, o presente estudo tem como objectivo central a tentativa de captar e representar o protagonismo do madeirense no Brasil, nomeadamente como colonos, produtores de cana-sacarina, senhores de engenho, comerciantes, soldados, agentes administrativos, religiosos ou criadores de gado.

Ao decidirmos abordar esta temática, desde logo se nos afigurou fundamental dedicarmos um capítulo às causas da diáspora madeirense para o Brasil. Será o nosso primeiro capítulo. Com este objectivo, debruçar-nos-emos sobre a situação económica da Madeira nos séculos abrangidos pelo nosso estudo, a fim de detectarmos as causas económicas da emigração madeirense que consideramos ser a sua principal motivação, embora sem nunca perder de vista todos os outros factores que levaram o madeirense a abandonar a pérola do Atlântico rumo à Nova Lusitânia.

¹ Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1924, vol. III, p. 214.

² David Ferreira de Gouveia, “A manufatura açucareira madeirense (1420-1550) Influência Madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1987, n.º 10, p. 131.

³ Este regimento encontra-se transcrito na obra já citada de Carlos Malheiro Dias, vol. III, pp. 353-359.

Fala-se de emigração para o Brasil, mas devemos questionar a dimensão assumida por este movimento: quantos partiram à aventura ou guiados por outros interesses e objectivos? Quem partiu? Em que medida contribuíram os madeirenses com o seu esforço e até mesmo com o sacrifício da própria vida, para esta epopeia? Serão estas questões e outras que abordaremos no segundo capítulo deste nosso trabalho.

Será também o momento de apresentar um vulto da História Portuguesa e Brasileira, que ficou indissolúvelmente ligado a uma das fases mais decisivas da História nacional: João Fernandes Vieira. Animou-nos a intenção de traçar um perfil biográfico deste madeirense, líder da “Insurreição Pernambucana”, como exemplo individual da mentalidade colectiva contra o invasor batavo e simultaneamente como paradigma do emigrante madeirense. Caracterizar-se-à assim a situação política que se viveu no Brasil, no século XVII, de 1630 a 1654, dedicar-se-ão algumas páginas ao trabalho desenvolvido pelo líder da Revolução Pernambucana, no Brasil e em Angola, após o término da resistência contra os holandeses e evidenciar-se-ão algumas características da sua personalidade que aliava heroísmo, previdência e interesse pelo bem comum ao poder de chefia e de organização.

Mas a História faz-se com homens ínsignes e com homens comuns. Será a estes últimos que, dedicaremos o terceiro capítulo. Com base nos “*Livros de matrículas de casais e mais pessoas que voluntariamente quizessem embarcar para o estado do Brasil*”, cuja transcrição tivemos o prazer de elaborar e que consta do *Apêndice Documental* deste nosso estudo, referiremos o contexto político em que tal afluxo migratório de Ilhéus se processou, elaboraremos o perfil do emigrante madeirense do século XVIII e reafirmaremos o seu contributo no povoamento e colonização do Brasil.

A todos estes madeirenses que, pelo seu esforço, empenho e sofrimento ajudaram a construir o Brasil, queremos, com este trabalho, prestar a nossa profunda e sincera homenagem.

A conclusão com que termina esta nossa dissertação ajudará, por certo, devido ao seu sentido globalizante, a captar não só as vertentes fundamentais que evidenciam o protagonismo do madeirense na construção do Brasil, como também evidenciará o conjunto de problemas que envolve esta temática. Simultaneamente, realçará o facto de que a realidade em História é sempre relativa e que a ciência é um longo errar e aprender.

A organização de qualquer bibliografia é sempre incompleta. Registámos, no final, os documentos e autores que considerámos mais significativos para a construção do edifício histórico que nos propusemos fazer. Com esses dados, apenas desejámos contribuir com alguns elementos complementares que nos permitissem, e permitam ao leitor, ter uma ideia do conjunto acerca do contributo madeirense na colonização do Brasil, encarando-a numa perspectiva pessoal e social. Foi este também o objectivo que nos norteou ao elaborar as notas de rodapé.

Na elaboração do presente trabalho, além da representação escrita, utilizámos, num esforço de clareza, outras formas de representação da realidade histórica objecto do presente estudo, nomeadamente quadros e uma pirâmide de idades. Foi possível assim a leitura e interpretação de numerosos elementos repetitivos. Entretecemos

igualmente o nosso discurso com excertos das fontes primárias nos quais, embora respeitando a grafia original, procedemos ao desdobramento das abreviaturas, bem como no Apêndice Documental, para maior facilidade do leitor. Enfim e em suma, procurámos e pensamos que conseguimos sublinhar o protagonismo do madeirense no povoamento e colonização das Terras de Vera Cruz. No entanto, somos os primeiros a reconhecer que a tarefa não se revelou fácil. É que, volvidos já 497 anos sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral, irremediavelmente se perderam muitos dos testemunhos desses tempos. A esta situação aliam-se mais três circunstâncias: a primeira é que os documentos se mostram avaros quanto à naturalidade dos emigrantes, apontando-os muitas vezes apenas como portugueses; a segunda é que o povo anónimo é quase sempre esquecido; e finalmente a terceira é que uma grande parte da documentação se encontra dispersa, nomeadamente em Coimbra, em Lisboa, na Madeira e no Brasil.

As nossas pesquisas começaram na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, continuaram no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, prosseguindo no Funchal e no Recife, terminando no Rio de Janeiro. Note-se que também Santa Catarina, região que não tivemos oportunidade de visitar, deverá ter documentação de suma importância para o melhor conhecimento da presença madeirense, no Brasil, no século XVIII, embora Walter Piazza, historiador brasileiro que se tem debruçado sobre esta temática, sobretudo em relação à diáspora açorita, ainda não tenha encontrado os documentos que evidenciarão esta realidade, mas que os “*Livros de matrícula dos Casais*” patenteiam. Quantos pormenores não poderíamos revelar se conseguíssemos encontrar alguns desses documentos?

Uma coisa, porém, é a esfera do desejo, outra, bem diferente, é a esfera da realidade. Trabalho inacabado, portanto, como aliás o é todo o trabalho humano. Permanece, contudo, o desejo veemente de o continuar.

Uma dissertação desta natureza e desta dimensão, envolve sempre um assinalável número de pessoas que, directa ou indirectamente e em maior ou menor escala, contribuíu para a sua realização. Não poderíamos, portanto terminar, sem deixar de agradecer os apoios e incentivos recebidos. Em primeiro lugar, torna-se difícil encontrar palavras para agradecer ao nosso orientador, Professor Doutor José Manuel Azevedo e Silva. A sua orientação na elaboração deste estudo materializada no âmbito das metodologias, das referências bibliográficas, na resolução das dúvidas de leitura paleográfica dos “*Livros dos Casais*”, na leitura e revisão do trabalho, mostrou-se preciosa, diríamos mesmo condição fundamental para a sua concretização. Refira-se, e em abono da verdade, toda a sua afabilidade, prestabilidade, disponibilidade e calor humano com que sempre nos honrou e incentivou.

Aos nossos tios, no Rio de Janeiro, aos grandes amigos Dr.^a Dulce Teixeira, Dr.^a Fátima Martins Cardoso Mendes, Dr.^a Rute Garnier e ao Dr. Manoel S. de Andrade Neto, pelos seus apoios e incentivos, respectivamente na Madeira, em Coimbra, no Recife e em Santa Catarina, o nosso sincero e profundo agradecimento.

Não podemos igualmente silenciar palavras de sentida gratidão que são devidas ao Doutor Alberto Vieira, pela sua simpatia, compreensão e sugestões de pesquisa bibliográfica.

Expressamos também o nosso agradecimento ao Director do Arquivo Regional do Funchal Dr. Luís Francisco de Sousa Melo e aos técnicos superiores Dr.^a Fátima Barros e Dr. Gastão Jardim, pelas facilidades concedidas na consulta dos diversos documentos e pela sua prestabilidade.

Idêntico reconhecimento queremos manifestar ao Director do Instituto Histórico-Geográfico do Rio de Janeiro, Professor Doutor Arno Wehling.

Não podemos deixar de nos sentir também gratos pela ajuda prestada pelos funcionários da Faculdade de Letras de Coimbra, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Arquivo Histórico-Ultramarino de Lisboa. Seria injusto ainda esquecer a boa vontade e a generosa colaboração que devemos aos bibliotecários e funcionários que encontramos no Arquivo Regional do Funchal, na Biblioteca Municipal do Funchal, na Biblioteca de Documentação Contemporânea - DRAC, na Fundação Joaquim Nabuco no Recife, no Real Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Um último, mas não menos sincero agradecimento dirigimo-lo ao nosso Pai, a quem devemos carinhosas palavras de incentivo que nos permitiram vencer alguns momentos de desânimo.

Capítulo Primeiro

RAZÕES DA DIÁSPORA MADEIRENSE PARA O BRASIL

1. Razões demográficas

Filhos da diáspora no período áureo da História Portuguesa, os madeirenses manifestam no decurso dos séculos uma tendência bem marcada para a emigração e, de entre os seus destinos, destaca-se o Brasil.

Mas só se compreende uma emigração significativa, em termos quantitativos, de um espaço geográfico, se esse mesmo espaço apresentar uma densidade demográfica considerável. Na Madeira, esta situação inicia-se desde cedo, tendo sido até dinamizada pelo duque D. Fernando que, na segunda metade do século XV, e para que a população crescesse e não faltasse mão-de-obra, “criou um imposto anual pago em trigo, para todos os homens solteiros que não têm mulheres”¹, para estimular a consumação de casamentos.

Assim, e em consequência do desenvolvimento do tráfego do açúcar, a população madeirense cresceu de uma forma surpreendente: de 2.310 habitantes em meados do século XV, passa-se a 15.000 no alvorecer do século XVI, ou seja, um aumento demográfico de cerca de 650% em pouco mais de 50 anos. Este quantitativo demográfico significava uma densidade populacional de 20h/km², a qual ultrapassava a do Reino que rondaria apenas os 14 h/km²². Este índice demográfico e ocupação territorial é tanto mais significativa quanto “*das dez partes da Ilha, não se aproveitam duas, porque a maioria delas são serranias, terras dependuradas, rochas e grotas e ladeiras (...)*”³.

Efectivamente, já em 1468, se notava que “*a povoação dessa ilha, que té ora Deus seja louvado está em multiplicação*”⁴ e como consequência o bispo de Tânger pediu ao papa a anexação da Ilha da Madeira à sua diocese. Contra esta petição insurgiu-se o vigário da ordem de Cristo e a infanta D. Beatriz, chegando esta última a

¹ Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, p. 184.

² José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, vol. II, pp. 658-659.

³ David Ferreira de Gouveia, “O açúcar e a economia madeirense (1420-1550) (Produção e acumulação)”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1988, n.º 16, p. 268.

⁴ *Arquivo Histórico Madeirense* - XV- 46, citado por David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 268.

assinar uma provisão, em 1472, na qual ordenava aos diocesanos do Funchal que não obedecessem ao citado bispo ¹.

O estabelecimento das povoações de Machico e do Funchal, no momento da chegada, a elevação desta última a vila, em 1451 e a cidade em 1508, a existência de 800 homens de armas em 1455 ², o aumento do número de freguesias de nove, no século XV, para trinta e cinco, no século XVI e para quarenta e uma no século seguinte ³, são indicadores concludentes do rápido desenvolvimento demográfico. Aliás, esta situação que será apontada posteriormente como uma das causas para a crise cerealífera que a Ilha da Madeira conhecerá a partir de 1473, ⁴ é referida pelo rei ao justificar a elevação do Funchal a cidade: “*teem creçido em mui grande povoraçam*” ⁵. Esta alta densidade demográfica ajuda-nos a compreender o fenómeno da emigração madeirense desde os alvares do século XVI e o seu conseqüente afluxo ao Brasil.

Note-se, entretanto, que o fenómeno emigratório madeirense se tinha iniciado já com o filho segundo de João Gonçalves Zarco, Rui Gonçalves da Câmara, que, em 1473, vendeu a Lombada da Ponta do Sol ao flamengo João Esmeraldo “por 600.000 réis de contado e o foro anual de 150.000 réis” ⁶ para comprar a capitania da ilha de S. Miguel. Com Rui Gonçalves vai, em 1474, um grupo significativo de madeirenses com o objectivo principal de organizar a produção açucareira naquela ilha dos Açores.

Mas a diáspora madeirense apenas tinha principiado. Também um sobrinho de Zarco, Álvaro Fernandes, participou, em 1446, na expedição que explorou a embocadura do rio Senegal e, em 1447, chefiou a expedição que ultrapassou Cabo Verde e atingiu a ilha de Gorea (ilha a sul da península de Cabo Verde). Note-se, entretanto, que os madeirenses vão, ainda, participar nas campanhas do Norte de África e incorporar as armadas da Índia e posteriormente do Brasil, comandando navios e fazendo parte das suas equipagens. É ainda obra de madeirenses a introdução da cana sacarina, para além dos Açores, como vimos, em S. Tomé, em Cabo Verde, nas Canárias e no Brasil. Particularmente significativo foi o fluxo madeirense para o Brasil não só de soldados e agentes da burocracia régia, como também de colonos para o arroteamento de terras e de operários especializados que construíram os engenhos e os colocaram em movimento.

2. Razões económicas

¹ Eduardo C. N. Pereira, *ob. cit.*, vol. II, p. 424.

² *Ibidem*, pp. 218 e 329

³ José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. II, pp. 662-663.

⁴ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *A Ilha da Madeira sob o domínio da casa senhorial do Infante D. Henrique e seus descendentes*, Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1986, p. 39.

⁵ Alberto Vieira e Francisco Clode, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 144.

⁶ José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. II, pag. 649.

Subjacente à divisa dos emigrantes “*ubi panis, ibi patria*”, estão os problemas socio-económicos como factor dominante para as migrações. Particularmente exemplificativo desta realidade foi o arquipélago da Madeira.

De facto e entre outros factores da diáspora madeirense, as contínuas situações de carências alimentares afiguram-se-nos como uma das principais causas da odisseia emigratória do povo madeirense. Efectivamente, praticamente desde o início da colonização da Madeira, a metrópole fomentou o desenvolvimento do arquipélago através de culturas destinadas à exportação, desenvolvidas em situação de quase monocultura, o que teve como consequência que a maioria da população fosse vítima de crónicas situações de carências alimentares. Assim, não é de estranhar que as primeiras crises de subsistência surjam logo em 1466 e a primeira grande fome que sofreu o povo madeirense aconteça em 1485, devido à rapidez com que se processou a mudança da conjuntura em que a cultura do trigo foi em grande parte substituída pela quase monocultura do açúcar.

Ressalte-se, no entanto, que esta conjuntura económica difere substancialmente da existente em 1446, data em que a Ilha da Madeira produzia 3.000 moios de trigo, o que excedia largamente as necessidades do consumo insular, e em que se carregavam grãos na Ilha com destino ao abastecimento do Reino e às feitorias do litoral saariano e guineense ¹

Todavia, já em 1509, ano de moléstia da cana-de-açúcar, não foi exportado açúcar para Inglaterra ² e, em 1516, a Madeira tornou-se a principal escápula da produção de trigo dos Açores, tendo o rei necessidade de intervir nesse ano e em 1521 no sentido de lhe conservar a prioridade nas compras e quebrar as dificuldades que suscitavam os interesses ligados à exportação para outras escápuas ³.

Do exame dos documentos e do cotejo historiográfico ressaltam a ocorrência de diversas perturbações na conjuntura económica madeirense a partir de 1545, ano em que a Madeira é novamente assolada por forte surto de fomes e violência. Neste contexto, sobressai a actuação da população da Ponta do Sol que, com a cumplicidade das autoridades locais e contra as ordens do Poder Central, intimou “a ancorar na vila uma embarcação carregada de trigo e tomaram a sua carga, que se destinava ao abastecimento da cidade. Em consequência, durante três anos, vereadores, juizes e demais oficiais da jurisdição foram inculcados de rebeldia e a vila viu as suas insígnias abatidas, assim como ficou privada de pelourinho e da força” ⁴. Aliás, já em 1523 a Ilha tinha sido atingida pela peste e pelas fomes ⁵.

Em 1567, o rei interveio para proibir os madeirenses de assaltar os navios que faziam escala no Funchal, a fim de lhes apreender as cargas de cereais que deveriam

¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editora Arcádia, 1965, vol. III, pp. 282-283.

² Noel Deer, *The History of Sugar*, citado por Carlos Montenegro Miguel, “O açúcar sua origem e difusão”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, 1960-1961, Funchal, p. 87.

³ Vitorino Magalhães Godinho *ob. cit.*, pp. 284-285.

⁴ Maria Lamas, “Arquipélago da Madeira - Maravilha Atlântica”, Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1956, citada por Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, p. 60.

⁵ Eduardo C. N. Pereira, *ob. cit.*, p. 331.

seguir para Marrocos ¹. E em 1574, a Câmara obrigou os mestres das embarcações que escalavam o Funchal a descarregar o cereal que transportavam.

A situação prevalecerá nas primeiras décadas do século seguinte e até os cofres da Fazenda Real se ressentirão da profunda crise económica, comprometendo mesmo o provimento dos soldados do presídio, nomeadamente o terço castelhano, dando lugar a diversos motins e roubos em 1600, 1602 e 1627. Também a venda da maioria dos escravos negros que viviam na Madeira nos revela a profunda depressão que então atingiu a Pérola do Atlântico.

Em 1605 e 1607, o Município do Funchal proíbe a saída de mantimentos da Madeira, mesmo que fosse para o Brasil, e também a entrada no arquipélago de vinho das Canárias, para assim enfrentar a crise açucareira e tentar uma cultura alternativa. Em oito anos não consecutivos do período compreendido entre 1598 e 1638, cerca de um terço das despesas anuais da Santa Casa da Misericórdia do Funchal foram canalizadas para a assistência aos pobres ², prova irrefutável da miséria que grassou na Ilha da Madeira.

Todavia, entre 1640 e 1654, aproveitando a invasão holandesa no Brasil e consequentes dificuldades no comércio do açúcar, a Madeira recuperou no mercado continental e a própria Coroa e a Câmara do Funchal decretaram normas para a reconstrução dos antigos engenhos. É neste contexto que o Governo Central autoriza os comerciantes madeirenses a enviar directamente um número limitado de navios a fim de comerciar com o Brasil e se tomam medidas relativas à estiva da lenha a ser utilizada. E é também neste período que os madeirenses tentam, pela última vez, levantar a indústria sacarina, através de um contrato, firmado no Funchal, segundo o qual todos os carregamentos de açúcar exportado da Madeira deviam conter, pelo menos, 50% de açúcar produzido na Ilha ³. O mesmo objectivo tinha o alvará régio de 1 de Julho de 1649, que isentava do pagamento dos quintos, durante cinco anos, os moradores da Ilha da Madeira que construíssem ou reedificassem engenhos de açúcar e que concedia, para esse fim, até 400 cruzados ⁴.

Em 1650 construíram-se dois novos engenhos ⁵ todavia, vencidos os holandeses, o açúcar brasileiro voltou a ser colocado nos mercados europeus, por preços com os quais a Madeira não podia competir, além de que o Governo Central revogou as medidas proteccionistas. Aliás, já em 1651 os madeirenses tinham interceptado os navios de São Miguel que iam para Mazagão, com trigo ⁶.

¹ Vitorino de Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 285.

² José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. II, pp. 750-751.

³ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, “O vinho da Madeira no século XVIII (1550-1650), Administração, economia e sociedade”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, vol. II, pp. 938-939.

⁴ Alberto Artur Sarmiento, *Documentos e Notas sobre a época de D. João IV na Madeira 1640-1656*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1940, p. XLIX.

⁵ Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 29.

⁶ Vitorino de Magalhães Godinho, *ob. cit.*, vol. III, p. 291.

E as crises de subsistência continuaram. O rei, em 1662, reconhecendo que a Madeira não produzia nem metade do necessário para a alimentação, satisfaz o requerimento desta Ilha em que se pedia licença para que dois navios trouxessem trigo dos Açores ¹. Nesta conjuntura, adversa à economia madeirense, ressalta ainda o testemunho, em 1646, do visitador Pedro Moreira que afirmava que as igrejas da Madeira estavam na miséria e que na própria Sé “*achava grandes indecências nos ornamentos, por serem muito rotos e incapazes por sua antiguidade*”. Informa, ainda, que em virtude “*da falta de comércio e estirilidade da terra, cresceram tanto as necessidades e com elas o número dos pobres, que a esmola que os senhores reis mandavam para se repartir cada ano com eles é tão pouca, que nem chega para satisfazer os pobres de calidade*”. E acrescenta, que “*as necessidades dos pobres, das fábricas e ornamentos do culto divino, são tão urgentes e as necessidades dos ministros deste Bispado tão notórias que devíamos propor nelas falar a sua Majestade e antepor a todas as dos pobres, culto divino, fábricas e autoridades do prelado*” ².

De salientar que a situação era tão má que muitos nobres e até o próprio bispo tinham abandonado a Ilha para viver na Corte de Lisboa. Também o número de expostos era avultado. De facto, de 1676 a 1689 foram recolhidos, pela Câmara do Funchal, 568 engeitados ³, como consequência, na maior parte das vezes, da grave doença social que era a miséria, grassante naquele arquipélago. Assim, mais uma vez periclitava a situação económica da Ilha que vê no ocaso de setecentos surgirem novas crises frumentárias para o que contribuíram as secas e a falta de “novidades”, como se dizia então, reunindo o Senado da Cidade, a 11 de Agosto de 1691, para tomar providências, pois só havia trigo para quinze dias ⁴. Desenrolava-se então na Europa a parte final da chamada guerra da Liga dos Habsburgos (1689-1697) que envolvia as principais nações europeias contra a França, e da qual muito se ressentiu todo o comércio marítimo. Nesta conjuntura, eclodiram algumas perturbações no Funchal. De facto, o Município intimou os mestres de dois navios ingleses a irem buscar trigo aos Açores, mas estes recusaram-se, alegando que já tinham feito o seguro de uma outra carga, para destino diferente. O juiz do povo mandou-os prender, mas o cônsul inglês recolheu-os em sua casa. Esta situação foi resolvida, porque um bergantim português que trazia mantimentos aportou no Funchal ⁵.

E a situação de crise parece eternizar-se ao longo do século XVII, embora se continuasse a importar trigo dos Açores ⁶. De facto, em 1695, a Madeira é assolada por outro grande surto de fomes acompanhado por motins e violência. É neste contexto que

¹ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1994, p. 82.

² Arquivo da sé do Funchal, Torre do Tombo, Livro 2 dos Acórdãos e Resoluções, datado de 7 de Agosto de 1646, citado por Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, pp. 68-69.

³ José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. II, p. 753.

⁴ Alberto Artur Sarmiento, *Ensaio Histórico da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1946, vol. II, p. 133.

⁵ *Ibidem*, vol. II, p. 133.

⁶ Vitorino de Magalhães Godinho, *ob. cit.*, vol. III, pp. 289.

a Nossa Senhora do Monte ganhou fama de milagreira. Com efeito, quando a imagem chegou à cidade vinda do Monte, entrou no porto do Funchal uma embarcação com farinha e mais dois navios de trigo ¹.

Mas as crises de subsistência e as fomes continuam no século seguinte. Assim, António Aragão refere que, “logo nos primeiros anos do século XVIII, ou seja, em 1706, a Madeira foi intensamente ameaçada pelo espectro da fome. A falta de cereais e as perturbações provocadas pela guerra, levaram os madeirenses a requerer à Coroa que fosse ordenado que não só os navios portugueses como os estrangeiros fossem obrigados a ir aos Açores carregar pão; o que não foi aprovado” ².

Para enfrentar esta conjuntura económica nefasta, a interferência da Coroa centrou-se no fomento de medidas tendentes a incentivar a cultura de cereais em imensas terras desertas e ainda em estimular a actividade piscatória. Contudo, a sua intervenção pautou-se por resultados práticos ínfimos.

Em 1734, os moradores de Porto Santo pediram ao monarca “*a mercê e esmola de cinquenta moyos de trigo para conservação de suas vidas*” ³.

Como adiante se verá, D. João V, em 1747, procurou solucionar o problema que atingia a Madeira, promovendo a saída de famílias voluntárias para povoar, colonizar e guarnecer militarmente a Ilha de Santa Catarina, no Brasil. A saída destes emigrantes foi determinada por uma representação da Câmara do Funchal, na qual eram apontadas as consequências das crises de subsistência, “*que conduziam muitas famílias a uma vida de indigência e de sofrimento, expostas a morrerem de fome em qualquer ano de seca, que destrua as plantas do inhame, principal sustento de quase todos os camponeses*” ⁴. Nesse documento, informam ainda que “*o que se produz na Ilha e o que vem de fora há alimento para 20 000 pessoas, mas como se calcula que a Ilha tenha mais de 50.000, estão em risco daquele lastimoso sucesso*” ⁵ muitos madeirenses.

Assim, em 1747, D. João V mandou executar, à custa da Real Fazenda, o recrutamento voluntário de casais por “*companhias formadas de 40 ou 50 homens cada uma*” com “*3 pessoas em cada posto de Capitão, Alferes e Sargento*”. Recrutou a primeira leva para a Ilha de Santa Catarina o Bispo D. Frei João do Nascimento, Governador e Capitão-General da Madeira ⁶.

¹ Foi Manuel Teixeira Brasão, filho de Sebastião Gomes Brasão e de Maria de Bettencourt, que em 1719 e sendo tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora do Monte, mandou escrever em livro do arquivo paroquial a narrativa “do como apareceu a Imagem Milagrosa de Nossa Senhora do Monte por cima desta cidade” É translado de um documento que João de Araújo Carvalho achou na Alfândega do Funchal e deu a conhecer a Manuel Teixeira Brasão. In Fernando de Meneses Vaz, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, Funchal, edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1964, vol. I, p. 274.

² António Aragão, *A Madeira vista por estrangeiros 1455-1700*, citado por Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, p. 92.

³ João Cabral do Nascimento, “Informação sobre o requerimento dos moradores do Porto Santo”, A Madeira nos arquivos Nacionais, Torre do Tombo, livros da Repartição da Fazenda do Funchal, fl. 153 v., *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, p. 94.

⁴ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 78.

⁵ Arquivo Regional da Madeira, Representação do Senado da Câmara do Funchal em 12-2-1762, citado por Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 78.

⁶ Apêndice Documental, fls. 2v-5v.

Em 1748, na noite de 31 de Março, a Ilha foi atingida por um terramoto que causou grandes destruições. Em atenção a esta calamidade, D. João V perdoou o tributo de 9.000 cruzados a que os contribuintes da Madeira estavam obrigados, para além do finto referente aos anos de 1749 e 1750 ¹.

Mas as crises e fomes prevalecem. Maria de Lourdes Ferraz, ao estudar os óbitos verificados no Funchal, constatou que, entre os anos de 1750 a 1758, se verificou “*um índice muito elevado de mortes, que correspondem a crises de fome, sobretudo o ano de 1751, em que atinge o máximo, havendo certo abrandamento apenas em 1753 e 1756*” ². Efectivamente, em 1751, o governador Manuel Saldanha da Gama escreveu ao secretário de Estado afirmando que “*nalguns portos da Ilha o povo só se alimentava de raízes, flor de giesta e frutos*” ³.

Nesse mesmo ano, o rei D. José, fomentou também a corrente emigratória, mandando recrutar, só na cidade do Funchal, mil casais sem meios de subsistência ⁴. Este incentivo à emigração madeirense por parte da coroa explica-se pela debilidade demográfica do Reino para promover o povoamento dos espaços coloniais, nomeadamente o Brasil.

A protecção legal através de privilégios e vantagens agrícolas foi também outro factor de emigração a referenciar. No entanto, a conjuntura económica continua madrastra para os madeirenses e, em 1757, o nível de mortalidade mantém-se alto. Face à situação calamitosa que se vivia, o governador envia à ilha de São Miguel navios para carregar cereais. Estes regressaram vazios, com o fundamento de que havia uma ordem de sua Majestade, “*para dali se não extrair grão algum, que não fosse para a Corte ou para a praça de Mazagan*” ⁵.

E, como seria de esperar, esta postura do rei causou viva indignação no povo da Madeira que só vê o seu problema solucionado após nova insistência junto do Secretário de Estado. Assim, perante “o drama que se vivia na Ilha”, o Poder Central procurou debelar os efeitos da crise, enviando alguns moios de trigo do continente, que foram recebidos com grande alvoroço pelo povo da ilha, e proibindo, através de alvará régio, o embarque no porto do Funchal de géneros alimentícios em navios com destino ao Brasil. De notar, porém, que esse cereal enviado de Lisboa foi pago à Junta do Comércio com uma subscrição aberta na cidade do Funchal ⁶.

Refira-se, entretanto, que, com a guerra da Independência da América (1755-1783), era imprevisível a data de chegada dos navios vindos do principal fornecedor da Madeira, além da Ilha apresentar uma fortíssima baixa na exportação do vinho. Deste modo, periclitava o abastecimento de trigo, milho, arroz, aduelas e cera, vindos de Baltimore; de farinha, biscoitos, arroz, feijão, carne, bacalhau, cera, manteiga, fazendas

¹ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, pp. 205-207.

² Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 76.

³ *Ibidem*, p. 78.

⁴ Eduardo C. N. Pereira, *ob. cit.*, vol. II, p. 277.

⁵ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 79.

⁶ *Ibidem*, p. 79.

e tabuado, importados de Boston; de arroz, feijão, queijo, manteiga, carne, salmão, chá, biscoitos e cera, de Charleston; e também, farinha, milho, carne e madeiras de Filadélfia e Virgínia ¹.

Face a esta conjuntura económica deficitária, a emigração surgia, aos deserdados da fortuna, como a única solução possível e só não foi esmagadora em virtude de a maior parte dos camponeses serem pobres colonos, cujos senhorios não lhes adquiriam as benfeitorias realizadas nas terras e que, dada a crise geral, encontravam grandes dificuldades na sua transacção.

Mas o certo é que os sucessivos anos de fome provocaram um fortíssimo surto migratório e, em consequência dessa constante saída de camponeses, faltaram braços para o trabalho agrícola. Nesta conjuntura, as autoridades tomaram medidas para conter as descontroladas saídas de camponeses, chegando o governador a proceder a uma devassa para apuramento dos nomes dos empregadores que viviam da emigração clandestina. Esse êxodo foi tão grande que, através do alvará datado de 4 de Julho de 1758, o rei D. José instituiu o uso do passaporte para os habitantes da Madeira e dos Açores que desejassem sair das ditas Ilhas, justificando este procedimento pela “*liberdade de que têm abusado, sem mais causa que a viciosa repugnancia do trabalho, porque fogem dos necessarios exercícios servís da Agricultura*”. Mais determina que “*achando-se pessoas a bordo de embarcações, determinadas a ausentar-se sem o necessário passaporte, as mandem prender e deter nas cadeias*” ².

Em 1761, a economia insular ressentia-se primeiramente dos efeitos da Guerra dos Sete Anos que voltam a afastar a navegação do Funchal e, por último, do agravamento das situações de extremas carências alimentares que determinam novos surtos migratórios.

Em 1767, a situação piorou em consequência de uma epidemia de sarampo, “que grassou na cidade e nos campos e em que elevado número de pessoas morreram, sendo a maior parte crianças e pobres, devido à falta de assistência médica” ³. Aliás, no ano seguinte, o governador João António de Sá Pereira analisa a conjuntura de forma realista e afirma: “*três são os principais motivos que os faz no estado em que se acham, do qual só os pode tirar a piedade com que Vossa Magestade olha para todos os seus vassallos. O aumento da moeda, o aumento da extensão das vinhas e o terceiro motivo que põe estes habitantes na última miséria é a falta de pão*” ⁴.

No final de 1777, prevalece o défice frumentário, podendo ver-se as ruas do Funchal cheias de gente a procurarem pão. Esta realidade justifica que, em 1789, os vereadores e procuradores dos mestres do Funchal, em nome da população, reivindicam que lhes seja possível importar directamente trigo e milho dos Açores e, simultaneamente, apelam para que o rei levante a proibição de saída de cereais das ilhas

¹ *Ibidem*, p. 82 e Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, p. 96.

² *Colecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado DelRey fidelissimo D. Jozé O I.*, Lisboa, na officina de Miguel Rodrigues, 1761, vol. I, pp. 323-324.

³ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 80.

⁴ ARM, Correspondência Particular e Oficial dos Governadores para o Reino (Séculos XVIII e XIX), in Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, p. 95.

dos Açores, que era monopólio da Coroa ¹, lembrando que, no passado, D. Manuel determinou, em 1516, a saída de trigo para a Madeira e, em 1662, um alvará régio ordenou que, anualmente, duas embarcações de cereais viessem dos Açores para este arquipélago. Porém, o predomínio do cultivo da vinha na Madeira não favorece o intercâmbio comercial entre os dois citados arquipélagos, na medida em que os açorianos produziam também vinho e aguardente em quantidades consideráveis. Como consequência, assistimos, por vezes, à troca dos carregamentos de trigo dos Açores por vinho madeirense de superior qualidade, artigos importados de Lisboa, Canárias ou Inglaterra e, frequentemente, por numerário. Esta situação acentua na Madeira a crise monetária que perturba as economias dos arquipélagos atlânticos portugueses, particularmente nos séculos XVII e XVIII.

3. Outras razões

Para além dos aspectos demográficos e das crises de subsistência, outros factores foram determinantes para esta odisseia emigratória do povo madeirense. Na verdade, o povoamento do Brasil, à semelhança do das ilhas Atlânticas, constitui uma excelente oportunidade de ascensão social para os nobres de segunda linha, desprovidos de relevantes meios materiais. Com efeito, a maioria dos descendentes dos primeiros povoadores madeirenses não conseguiu manter-se no cume da pirâmide social, para o que terão contribuído as instituições vinculares dos morgadios e capelas. Na Madeira, este regime era combinado com o chamado contrato de colónia que, a partir do regime das sesmarias, foi evoluindo, até tomar aspectos especificamente madeirenses.

De acordo com o regime dos morgadios, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis, e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito. Porém, e no que diz respeito aos colonos, as glebas iam sendo divididas pelos seus descendentes, o que, com o correr dos tempos, determinou uma vasta comunidade de pobres camponeses, confinados a parcelas cada vez mais reduzidas e inviáveis economicamente. Note-se que, já o Governador José Silvestre Ribeiro afirmava que “o que mais ata as mãos do lavrador, o que mais constrange a cruzar os braços e morrer de fome, ou a emigrar (...), é o modo por que se acha constituída na Madeira, a propriedade territorial, debaixo da maligna influência de duas instituições feudais, os vínculos e os contratos de colónia” ². Também Charles Expilly observa que “*a Madère, la condition du cultivateur est déplorable. Le sol ne lui appartient pas, et, en même temps que la concurrence élève les baux à un taux énorme, elle abaisse considérablement le prix des salaires*” . E conclui “*L’émigration devait nécessairement bénéficier de cet état de choses*” ³.

¹ Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *ob. cit.*, p. 82.

² ARM, Correspondência Particular e Oficial dos Governadores para o reino (séculos XVIII e XIX), in Rui Nepomuceno, *ob. cit.*, p. 100.

³ Charles Expilly, *La traite l’émigration et la colonisation au Brésil*, Paris, A. Lacroix, verboeckhoven et C il Editeurs, 1865, p. 76.

Em consequência do poder e riqueza que acumularam, os morgados passaram a residir faustosamente no Funchal ou nas Vilas, onde também enriqueciam com a exportação do vinho, embora deixassem os trabalhos e o risco desse comércio entregue a intermediários, na sua maioria britânicos. Situação oposta detinham os filhos segundos da nobreza, obrigados a dedicarem-se à vida religiosa ou a procurar nas campanhas militares solução para o seu problema. Iremos assim encontrá-los na defesa do Brasil e, ainda, como senhores de engenho e funcionários régios.

A existência de importantes redes de solidariedade ligando a origem e o destino e facilitando a integração do imigrante, para além das redes de recrutamento directo não devem também ser descuradas numa análise genérica das causas da emigração madeirense para o Brasil.

De referir ainda que o embarque clandestino, a partir de 1779, levou muitos madeirenses para o Brasil. A porta mais segura de saída clandestina para aqueles emigrantes eram, então, as Ilhas Desertas. Os angariadores, sob o pretexto de colocações aliciantes, transportavam os engajados em barcos de pesca, durante a noite, para aquelas ilhotas, de preferência a Deserta Grande, onde os deixavam na véspera de passagem de um veleiro que navegava periodicamente entre a Madeira e o Brasil ¹.

Acrescente-se ainda a fuga à justiça por parte de muitos madeirenses que partiram para o Brasil como homiziados. É o caso de Nicolau de Brito de Oliveira, filho segundo de Mendo de Brito de Oliveira e de D. Mécia Salamanca Polanco ², e de seu filho Nicolau de Brito, que fugiram para o Brasil, porque foram responsáveis pela morte de uns seus familiares, devido a umas posses em Santo António. Na realidade, Nicolau de Brito de Oliveira foi homiziado para o Brasil por “*umas mortes que houve e pendencias com seus sobrinhos*” ³. Aí viria a falecer. Também três filhos de Manuel de Figueiró Dutra e de D. Violante de Menezes foram para o Brasil, no início do séc. XVI, por terem morto um alcaide. Tiveram geração no Brasil ⁴. E ainda Joanne Mendes de Vasconcelos, filho primeiro de Luís Mendes de Vasconcelos e de D. Mécia de Menezes embarcou para o Brasil por ter morto o seu sogro, António Vaz, marido de Isabel Arvellos, devido a uma desconfiança injusta. Não viria, contudo, a chegar a Terras de Vera Cruz, porque morreu no mar afogado ⁵.

Simultaneamente, podemos registar a presença de degredados idos da Ilha da Madeira para o Brasil. Assim, um sobrinho de D. Jerónima Accioli ⁶ e bisneto de Simão Accioli, Rafael Accioli de Vasconcelos, foi preso para o Brasil, com o hábito de Cristo e uma tença. Aí faleceu solteiro e sem geração. Era filho de Simão Accioli de

¹ Eduardo C. N. Pereira, *ob. cit.*, p. 277, nota 1.

² Ou Polanco Salamanca, segundo Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 286. No entanto, inclinamo-nos mais para a primeira hipótese, porque o pai de D. Mécia é António de Salamanca Polanco, aproximando-nos assim de Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário Genealógico d'as Famílias*, Funchal, s/e, 1844, 1700, Funchal, vol. I, p. 87.

³ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 88.

⁴ *Ibidem*, vol. II, p. 309.

⁵ *Ibidem*, vol. III, pp. 527-528.

⁶ Segundo o cônego Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 26, a forma correcta do apelido usado em Itália é Acciayuoli, mas em Portugal Continental e na Madeira encontramos-lo escrito de diversas maneiras nomeadamente Acciaioli, Achioli, Achaioli, Accioli, Acioli e Acciayuoli.

Vasconcelos e de D. Izabel de Vasconcelos, cujo casamento se realizou em 10 de Abril de 1600 ¹. Também João Vieira Pita foi condenado, em 19 de Julho de 1673, a degredo, por cinco anos, para o Brasil ².

Finalmente, a intolerância religiosa vai ela, também, fomentar a emigração do madeirense para o Brasil. Com efeito, observa-se a fixação de muitos cristãos novos da Madeira na área de Pernambuco, assim como outras famílias, que se transferem para a nova colónia, principalmente ao longo da segunda metade do século XVI, a que não é alheia a decadência da produção açucareira madeirense. De facto, podemos constatar que, na visita de 1618, foram denunciados poucos casos de judaísmo, sobretudo se compararmos com os resultados da visitação de 1591. Assim, a Flandres, e o Brasil devem ter sido os pontos para onde com mais probabilidade se dirigiram os cristãos-novos. A crise do açúcar madeirense e o perdão de 1605 devem ter funcionado como adjuvante nesta saída ³. Na verdade, o segundo filho de Egas Moniz de Meneses e de D. Maria, Henrique Moniz Teles, foi para o Brasil em 1602, onde casou com D. Leonor Antunes “*Christãã nova, que sahiu afogueada, irmã da mulher de Sebastião de Faria, que tambem sahiu da mesma sorte*” ⁴. O primeiro filho deste matrimónio, Diogo Moniz, casou com Vitória, uma filha de Manuel Gomes, cristão-novo que lavrava canas no Brasil, e que “*havia sahido com sambenito em Lisbôa*” ⁵.

Também Manuel Leme da Silva, filho de Bartolomeu Cabreira Leme e de D. Gregória Coelho, saiu no Auto de Fé do Santo Ofício de Lisboa, em 11 de Agosto de 1700, por ter casado duas vezes, sendo viva a primeira esposa; era morador na cidade da Baía ⁶.

De salientar, ainda, que muitos dos governadores da Madeira foram depois exercer idêntico cargo em Angola, no Brasil, ou no Oriente, levando consigo muitos madeirenses, quer em serviço pessoal, quer oficial. São os casos de Duarte Sodré Pereira, do capitão-general Mendonça Gorjão e de D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, conde de S. Miguel. O primeiro foi governador da Ilha da Madeira, de 1704 a 1712, e, por patente régia, de 13 de Fevereiro de 1727, foi nomeado governador e capitão-general de Pernambuco, onde chegou a 3 de Novembro do mesmo ano ⁷. O segundo depois de dez anos de governo na Ilha da Madeira (1737-1747), foi transferido para o Estado do Maranhão ⁸. O terceiro foi governador da Ilha da Madeira de 1751 a 1754, data em que foi enviado para o governo geral de Góias, terra de minas de ouro e

¹ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 40 e Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 27.

² Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 17.

³ Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira: a visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração Direcção dos Assuntos Culturais, 1990, vol. II, p. 773.

⁴ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, p. 398.

⁵ *Ibidem*, vol. III, p. 397.

⁶ *Ibidem*, vol. II, pp. 354-355.

⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 2ª edição, Recife, Fundarpe, 1983, vol. V, p. 377.

⁸ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 189.

de diamantes ¹. Igualmente João de Abreu Castelo Branco que foi governador e capitão general da Ilha da Madeira, por nomeação de 7 de Agosto de 1733 ², foi também Governador da Paraíba e Capitão General do Grão Pará e Maranhão ³.

Idêntica situação se revela com outros cargos. Assim, Cosme Rangel de Macedo, provedor da Ilha da Madeira durante cerca de dois anos e meio ⁴, foi nomeado ouvidor geral da Baía, em 1578, e três anos depois exerceu o cargo de governador interino desta cidade ⁵. Também Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, pernambucano nascido nos finais do século XVIII, foi juiz de fora e corregedor da Ilha da Madeira, intendente dos diamantes em Minas Gerais, desembargador, juiz dos cavalheiros e ministro do Supremo Tribunal de Justiça e senador do Império nomeado em 28 de Junho de 1828, em representação de Pernambuco ⁶. Igualmente José Anastácio da Costa e Sá, ajudante de secretaria do governo da Ilha da Madeira solicitou, na segunda metade do século XVIII, um dos lugares que se achavam vagos, de secretário dos governos das capitánias gerais do Pará, Pernambuco e S. Paulo ⁷.

Relativamente a D. Francisco Paulo de Portugal e Castro que herdou, em 1689, de D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, o senhorio da capitania de Pernambuco, este foi também donatário da capitania de Machico, na Ilha da Madeira. No entanto, nunca entrou na posse do senhorio de Pernambuco, porque a coroa o considerou realengo ⁸.

Como facilmente se compreenderá, esta sangria, sobretudo de quadros, contribuiu também para deixar mais débil e enfraquecida a já precária economia madeirense do século XVII.

Percorremos um naipe de factores que terão estado na base da diáspora madeirense para o Brasil. Bem mais complexo será, entretanto, quantificar o surto migratório madeirense e apurar os nomes daqueles que fizeram parte deste processo. Serão esses os objectivos que nos propomos alcançar seguidamente.

¹ *Ibidem*, vol. III, pp. 4-7.

² Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, artigo “Castelo Branco (João de Abreu)”, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1984, fac-símile da edição de 1946, vol. I, p. 261.

³ António José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935, vol. II, p. 441.

⁴ O ordenado correspondente a esse tempo foi mandado pagar em 1618, a Margarida Serrão, sua viúva. In Francisco Adolfo de Varnaghen, *História Geral do Brasil*, São Paulo, edição da Universidade de São Paulo, 1981, 10ª edição, vol. I, tomo I, p. 369.

⁵ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, pp. 377-384. Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo I, pp. 368-372.

⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IX, pp. 213-214.

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Núcleo Madeira, caixa n.º 2, doc. 70, anterior a 16 de Junho de 1778.

⁸ *Ibidem*, vol. IV, p. 352.

Capítulo Segundo

A PRESENÇA E A ACÇÃO DOS MADEIRENSES NO BRASIL

1. *Indicadores da imigração e da presença*

Afrânio Peixoto, em carta dirigida ao Arquivo Distrital do Funchal, em 1936, quando embaixador do Brasil em Portugal, escrevia: “A Madeira foi entreposto, estação de passagem para o Brasil (...)

Canas de açúcar, espécies vegetativas, gado, tudo foi daí ...

Que documentos haverá disso? Foram daí as vinte primeiras famílias que fizeram sementeiras de brasileiros ...

Haverá documentos disso? Até o nome lhe não sabemos...”¹

Infelizmente, continuamos a desconhecer os registos sobre estas famílias. No entanto, estamos certos da presença madeirense no Brasil desde o início da colonização deste enorme espaço geográfico. Mas quem, pela primeira vez, terá emigrado para o Brasil? Não sabemos. Todavia, através de uma aturada pesquisa, foi-nos possível detectar a presença constante do elemento madeirense na nossa então colónia sul-americana. Assim e como os documentos nos indicam, D. João III, em 1530, enviou Martim Afonso de Sousa num navio que, segundo alguns historiadores, levava cana de açúcar da Madeira, para um determinado local do litoral do Brasil². Thomas Crasley, um inglês que afirma ter integrado essa armada, declara, em carta dirigida a um mercador londrino, que na Ilha da Madeira um cristão-novo pediu licença para embarcar com a esposa e quatro filhos menores e que Martim Afonso aquiesceu³. A este propósito, parece-nos perfeitamente plausível a hipótese levantada por Alberto Artur Sarmiento, de que terão sido os ocupantes da armada de Martim Afonso que baptizaram o hoje bem conhecido morro Pão de Açúcar, possivelmente porque este morro tem a forma do conhecido pão de açúcar madeirense.

Outro aspecto interessante a realçar e a reforçar a ideia da presença de madeirenses nesta armada é o facto de, na mesma época, ter sido dado o nome de Ilha da Madeira a uma ilha de Guanabara, depois ilha das Cobras. Por outro lado, sabemos que o rei, por alvará de 1515, ordenou ao feitor e oficiais da Casa da Índia que

¹ AHM - IX - 6, citado por David Ferreira de Gouveia, “A manufactura açucareira madeirense (1420-1550) Influência Madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1987, n.º 10, pp. 121-122.

² *Ibidem*, p. 122.

³ *Navigation, Voyages, Trafique and discoveries of the English Navigation*, Goldsmith, Edimburgo, 1980, vol. XXI, citado por David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 122.

“procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se desse uma ajuda de custo e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias”¹.

Quem melhor que um madeirense para levar a cabo esta tarefa?

Certamente que importava ter um bom conhecimento técnico açucareiro, não existindo a possibilidade de obtê-lo de “motu proprio”. E, nessa época, um quase monopólio desse conhecimento estava nas mãos dos madeirenses. Aliás, o padre João Antonio Andreoni publicou uma espécie de manual de agricultura colonial, onde tratava também do açúcar, livro que foi apreendido e destruído, logo após a sua publicação, para que não se divulgassem conhecimentos considerados um exclusivo madeirense².

Estamos, portanto, em crer que, com Martim Afonso, foram colonos da Ilha da Madeira, assim como com o governador do Brasil, Manuel Teles Barreto, que partiu de Lisboa, a 5 de Março de 1583, demorando depois a sua nau, *Chagas de São Francisco*, dez dias na Ilha da Madeira, findos os quais rumou para a Baía, onde aportou a 9 de Maio³.

Aliás, Pedro Calmon afirma que “pelo género de lavoura a que se entregaram os maiores da frota de 1530 - canaviais e fabrico de açúcar - se vê que tinham trazido, ou por êsse tempo mandaram trazer, as mudas necessárias, e pretendiam fazer de São Vicente outra Ilha da Madeira. Acertaram”⁴. E acrescenta o mesmo autor: “deu-lhes (a Duarte Coelho e a Martim Afonso) as condições de vida no novo meio, com os primeiros auxílios, sendo os mais úteis as mudas de cana-de-açúcar e os mestres de fabrico, da Madeira, com os privilégios que os habilitariam a repetir nas suas terras a experiência da Ilha”⁵.

Mas a participação de madeirenses na colonização do Brasil tinha apenas principiado. Assim e como oportunamente notou Fernando de Meneses Vaz, Constantino Caires, que terá regressado do Brasil em 1535, possuía “*uma certa fazenda no Brasil*” que vendeu antes de 1543, data do testamento de sua mulher Isabel Gramacho. Segundo o mesmo autor, Constantino de Caires é o mais antigo nome conhecido de entre os madeirenses que foram para o Brasil no período inicial da sua colonização. No entanto, é provável que outros o tenham precedido, pois que o Papa Leão X, pela sua bula de 1514, fizera sufragâneas do bispado do Funchal as “*partes do Brasil*”⁶.

Também em 1545, entraram isoladamente naquele território madeirenses não só da classe popular como da nobreza insular, entre os quais Domingos de Góis, natural da ilha da Madeira, e sua primeira mulher Catarina de Mendonça, com quem já veio casado da dita ilha para S. Vicente. Conforme acentua Pedro de Taques “*foi um dos*

¹ *Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa*, Liv. 54-2 fls 41, transcrito no Livro da Mina, fls 42. Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, p. 86.

² David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, pp. 128-129.

³ Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, volume I, p. 379.

⁴ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. I, p. 157.

⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 174.

⁶ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 364.

casas dos primeiros povoadores de S. Paulo, transmigrados da villa de S. Vicente, onde tiveram o primeiro estabelecimento para a fundação de S. Paulo”¹. Esta casa madeirense vai entrelaçar-se através do casamento com algumas das principais famílias de S. Paulo, nomeadamente a de Buenos de Ribeira e a de Taques Pompeu, através, respectivamente, de uma neta e de um bisneto de Domingos de Góis, a saber Margarida de Mendonça, que casou na igreja matriz de S. Paulo, a 24 de Outubro de 1638, com um neto do capitão-mor governador Amador Bueno, do qual era homónimo, e Manuel Góis Raposo, que casou em S. Paulo, a 25 de Fevereiro de 1635 com D. Mariana Pompeo Taques. Conforme acentua o autor da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* “foram pessoas de estimada nobresa, por cujo merecimento conseguiram casamentos de igualdade de seus filhos”².

Segundo a mesma fonte, a família Toledos Pizas, de S. Paulo, apresenta igualmente elementos madeirenses. Assim, o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, neto de D. Simão de Toledo Piza, casou com D. Isabel de Sousa Evanos Pereira, bisneta de João de Sousa Pereira de Botafogo ou João Pereira de Sousa Botafogo³, natural da cidade de Elvas, e da madeirense⁴ D. Maria da Luz Escorcio Drumond, filha do capitão da fortaleza de Santos, Manuel da Luz Escórcio Drumond, natural da Ilha da Madeira, “de onde viera para São Vicente com sua mulher, três filhas e um filho, e enviuvado em São Vicente, casou segunda vez o dito Drumond, e se recolheu para o Rio de Janeiro com seu genro João de Sousa Botafogo”⁵.

Também o madeirense Gaspar Fernandes se encontrava no Brasil nos inícios da centúria de quinhentos, dado que, em 1547, foi degredado do Brasil para S. Tomé⁶.

Depois de estabelecidos os primeiros povoadores, muitas mais famílias vieram da Madeira para S. Vicente, como consta dos registos das sesmarias através dos quais constatamos também os pedidos feitos pelos povoadores, alegando que necessitavam de mais terra da que já possuíam, por terem chegado suas esposas e filhos⁷. De entre estes, Frei Gaspar da Madre de Deus refere que vieram vários elementos da nobreza⁸. Também em relação a Pernambuco se regista o protagonismo madeirense. Assim, uma das famílias mais antigas da capitania de Pernambuco é a família Lira, aí iniciada por Gonçalo Novo que veio da Madeira, de onde era natural, para esta capitania no início do seu povoamento. Acompanhou-o a esposa Isabel de Lira e os seus quatro filhos: Gonçalo Novo de Lira, Gaspar Novo de Lira, João Dias de Lira e Maria Nova de Lira.

Esta família entrelaça-se, diversas vezes, no Brasil, com elementos de outras casas madeirenses. Para comprovar esta nossa afirmação, gostaríamos de salientar que

¹ Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, São Paulo, edição Itatiaia, editora da Universidade de São Paulo, 1980, vol. I, p. 213.

² *Ibidem*, tomo I, pág. 213.

³ A última designação é de Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, vol. II, pp. 65 e 99-100.

⁴ Luís Washington, *Na Capitania de São Vicente*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1956, p. 199.

⁵ Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *ob. cit.*, vol. II, p. 231.

⁶ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 121.

⁷ Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, p. 64.

⁸ *Ibidem*, p. 83.

Bárbara de Lira, neta por via materna de Gonçalo Novo e de sua esposa Isabel de Lira, casou com António Taveira, que era filho de Salvador Taveira, natural da Ilha da Madeira. Também um filho deste matrimónio se ligou a uma casa madeirense. Estamos a referir-nos a D. Maria de Lira que casou, na Mata, com Gaspar de Mendonça de Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira.

Ainda outros bisnetos de Gonçalo Novo e de Isabel de Lira se ligaram a casas madeirenses. É o caso de Gonçalo Novo de Lira, o Ruivo, homónimo de seu pai, que casou com Paula Vieira de Melo, neta por via materna de Marcos Fernandes Bettencourt e de Paula Antunes Moniz, naturais da Ilha da Madeira; e de Francisco Correia de Lira, que se casou com Maria Borges Pacheco, natural da Paraíba, que era filha dos madeirenses João de Souto e de sua esposa Ana Roqua. O neto destes últimos, João de Souto Maior, casou com sua prima, Margarida Moniz. Aliás, não será a única trineta de Gonçalo Novo e de Isabel de Lira a ligar-se através do matrimónio com uma estirpe madeirense. Efectivamente, mais três trinetos o farão. São eles, Gonçalo Novo de Brito, que casou com D. Cosma da Cunha de Andrade, neta por via materna do Coronel Pedro da Cunha de Andrade, e de sua segunda mulher D. Cosma Froes e bisneta de Rui Gonçalves de Andrade, fidalgo da Ilha da Madeira; Francisco de Brito Lira, que se consorciou com D. Juliana de Drummond, filha de Leandro Teixeira Escosia de Drummond, natural da Ilha da Madeira e de D. Victória de Moura; D. Ana de Lira, que foi casada com um seu parente, Manuel de Vasconcelos Calaça, também natural da Ilha da Madeira ¹.

Também a família pernambucana Cunha teve origem num madeirense: Pedro da Cunha de Andrade. Era filho de Rui Gonçalves de Andrade e de D. Joana, Jerónima ou Leonor da Cunha ². Era, ainda, membro desta família o Dr. Joaquim António de Oliveira Álvares, nascido no Funchal, em 19 de Novembro de 1774. Era filho de Lourença Rosa Justiniana e de Domingos de Oliveira Álvares, e foi marechal do exército brasileiro, ministro da Guerra, do Império e Oficial da Ordem do Cruzeiro. Jaz sepultado no cemitério Père Lachaise, em Paris, porque faleceu quando se dirigia para essa cidade em busca de cura para as suas enfermidades ³. De realçar que esta família madeirense, como muitas outras, vai continuar, através dos séculos, com contactos estreitos com o Brasil. A comprovar esta nossa afirmação está o facto de que, no século XIX, Carlos Gil Soares Ferreira casou com D. Adelaide Bettencourt Sardinha, natural do Brasil. Não tiveram filhos. Seu irmão, Vasco Rogério Soares Ferreira, faleceu também no Brasil. Era solteiro. Eram filhos de D. Maria Filomena Soares e de Manuel Gil Ferreira.

Igualmente as famílias pernambucanas dos Regueiras e Saldanhas tiveram como tronco uma família madeirense. Estamos a referir-nos ao tenente de infantaria, Gaspar Lopes Madeira e a sua esposa D. Lusía Ferreira, naturais da Ilha da Madeira. Como

¹ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, pp. 400-412.

² Surge com a primeira designação na obra de Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 112; com a segunda designação na obra de Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 28 e com a última designação na obra de António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, 258.

³ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 113.

oportunamente realçou Borges Fonseca, eram descendentes de duas distintas e antigas famílias e possuíam muitos bens em Pernambuco ¹.

E a estes casos, outros se poderiam adicionar, como é o caso da família madeirense Moniz Barreto, tronco da sua homónima no Brasil ². Aliás, esta casa madeirense, vai concorrer grandemente para o povoamento de Terras de Vera Cruz, através de um filho, seis netos e três trinotos de Vasco Martins Moniz, o primeiro desta família a povoar a Ilha da Madeira e que faleceu em 1510. São eles, respectivamente, Diogo Moniz que foi para o Brasil com sua casa, depois do seu matrimónio com D. Filipa de Mendonça e aí viveu com geração; Pedro Moniz e Vasco Moniz, que embarcaram na armada de Luís de Melo em 1554 e nela pereceram; Duarte Moniz Barreto, que foi alcaide mór da Baía; Henrique Moniz Teles, que foi para o Brasil, em 1602, e aí casou com D. Leonor Antunes; Diogo Moniz, que casou no Brasil e teve um filho, de nome Egas Moniz; Jerónimo Moniz, que viveu na Baía onde casou e teve um filho de nome Francisco Moniz; Egas Moniz de Meneses, que foi para o Brasil, onde casou, mas não teve geração ³.

Também a família Moniz Barbosa, do Caniçal, deu o seu contributo para a construção do Brasil, através de um filho de Agostinho de Góis e de D. Helena Borges que foi para Terras de Vera Cruz. Desconhecemos o seu nome, mas sabemos que era neto de Manuel Barbosa Moniz e de D. Maria de Vasconcelos ⁴.

Os Monizes madeirenses vão concorrer na formação da família pernambucana Vieira de Melo, que teve origem em António Vieira de Melo cavaleiro fidalgo, natural de Cantanhede, que foi para Pernambuco antes dos holandeses e que casou, nesta capitania, com Margarida Moniz, filha de Marcos Fernandes Bettencourt e de Paula Antunes, naturais da Ilha da Madeira. Também um neto e uma bisneta, por via paterna, destes madeirenses vão casar-se com descendentes de madeirenses. São eles, respectivamente, Bernardo Vieira de Melo, um dos filhos de António Vieira de Melo e de Margarida Moniz, cavaleiro fidalgo e capitão da ordenança, que se vai casar com Maria Camelo, que era neta por via materna de António Barriga, da Casa dos Morgados de Paredes em Viana e de Isabel Lopes, natural da Madeira ⁵. E D. Margarida Moniz de Melo que se consorciou com o pernambucano, Matias de Albuquerque Maranhão, nascido do casamento de D. Catarina Simoa de Albuquerque com o coronel Luís de Sousa Furna ⁶.

Este último nome aponta-nos para uma outra família pernambucana que teve início num filho da Pérola do Atlântico: a família Furna que provém do madeirense António Fernandes Furna, cavaleiro da Ordem de São Tiago e/ou da Ordem de São

¹ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, pp. 251-252.

² Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. I, p. 236, n. 2.

³ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, pp. 385-400.

⁴ *Ibidem*, vol. pp. III, 401-408.

⁵ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, pp. 66-69.

⁶ *Ibidem*, vol. I, pp. 74-75 e 204-207.

Bento de Aviz ¹ que foi para Pernambuco como Capitão-Mór e Governador do Rio Grande. Em 1608, vivia com sua esposa, D. Beatriz de Sousa e Abreu, natural da então vila de Olinda. Era pai do citado Luís de Sousa Furna que foi “*pessoa de grande autoridade e de grossos cabedaes, na Capitania da Parahyba, proprietário dos officios de Juiz dos Orphãos e Escrivão da Camara da mesma Capitania*” ², e de António Fernandes Furna, seu filho primogénito que casou na Madeira com D. Catarina de Aragão, natural da Ilha da Madeira.

Também a família dos Carvalhos de Pernambuco teve a sua génese em dois bisnetos por via materna do Dr. Pedro Berenguer de Alcaminha, fidalgo catalão que casou na Ilha da Madeira com Isabel Rodrigues de Andrade, das mais conhecidas casas daquela Ilha ³. Eram eles os irmãos, Bernardino de Carvalho e Sebastião de Carvalho, que foram para a capitania de Pernambuco antes dos holandeses, que a tomaram em 1630. Carlos Xavier Paes Barreto informa-nos que um dos mais antigos engenhos de Pernambuco foi o Velho, de Bernardino de Carvalho ⁴. Pensamos que se trata do irmão de Sebastião de Carvalho. Também uma neta de Bernardino de Carvalho, D. Maria de Carvalho, casou com António Curado Vidal, ⁵ neto, por via materna, de Francisco Vidal, natural de Santarém, e de Catarina Ferreira, natural da Ilha de Porto Santo ⁶.

A família Freitas, da Madalena do Mar, é uma outra família a salientar, no povoamento e colonização do Brasil. Assim, esta casa madeirense deu o seu valioso contributo em Terras de Vera Cruz, através de dois netos, dois bisnetos e um trineto de Nuno Rodrigues de Freitas e de D. Leonor da Silva, que vão casar em Pernambuco. São eles, respectivamente, Jacinto de Freitas da Silva que casou, com D. Sebastiana de Albuquerque, neta de Jerónimo de Albuquerque, Governador de Pernambuco pelos anos de 1570, e de sua mulher D. Filipa de Melo ⁷; António de Freitas da Silva que casou com D. Jerónima Pais de Azevedo; João de Freitas da Silva, que se ligou, através de laços matrimoniais, com D. Luísa de Andrade; Duarte de Albuquerque, que casou com D. Mecia Accioli de Moura e Jacinto de Freitas Accioli, que se consorciou com D. Isabel. Mencione-se também um neto e um trineto de Nuno Rodrigues de Freitas e de D. Leonor da Silva de Vasconcelos, respectivamente, João de Freitas da Silva, que morreu solteiro, em Pernambuco, em 1633, e João de Freitas da Silva, que casou na Ilha da Madeira com uma sua prima-irmã, D. Catarina de Albuquerque, mas que viveu em Pernambuco. De referir que deste matrimónio nasceu António de Freitas da Silva, que

¹ As duas designações são de A. J. V. B. Fonseca, *ob. cit.*, vol. I. A primeira designação surge na página 74 e a segunda na página 13.

² *Ibidem*, vol. I, p. 13.

³ *Ibidem*, vol. I, p. 20.

⁴ Carlos Xavier Paes Barreto, *Os Primitivos Colonizadores Nordestinos e Seus Descendentes*, Rio de Janeiro, Editora Melso, 1960, p. 133.

⁵ Fidalgo Cavaleiro da Casa de Sua Magestade, Comendador da Comenda de São Pedro do Sul, na Ordem de Cristo e Mestre de Campo do terço de Infantaria paga da Praça do Recife.

⁶ António José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935, vol. I, p. 22-23.

⁷ *Ibidem*, p. 153.

viveu também em Pernambuco e que se casou com uma filha de Manuel Carneiro da Cunha ¹. A esta família nos iremos referir mais tarde.

A estas casas madeirenses, que tanto contribuíram para a génese da família Pernambucana, muitas mais lhes poderíamos juntar. Na verdade, e como observou Carlos Xavier Paes Barreto, depois do Minho foi a Madeira a região que mais pessoas forneceu para a formação da família pernambucana ². Como muito bem salienta este autor, algumas estirpes terão perdido o nome de origem, como Alardo Favela que se ligou a Vasconcelos, Saavedra que se juntou a Ornelas, Herédia que continuou com Lucena, Cunha que se misturou com Gonçalves e Delgado que foi continuada em Vasco Martins Barreto.

Da ilha da Madeira é o tronco dos Aguiar, em que figura Francisco de Aguiar, donatário do Espírito Santo. Descendente de João Afonso de Aguiar e Maria Esteves, era pai de Diogo Afonso de Aguiar e Isabel Gonçalves.

A família Andrade deriva de Agostinho César de Andrade e de Fernão Dias de Andrade, os Ferreiras provêm de António Fernandes Ferreira e os Ornelas de Bartolomeu Ornelas.

Francisco Berenguer de Andrade, sogro de João Fernandes Vieira, procede dos Berengueres de Lusignano, de Leminhana ou Lumilhana ³. Também o seu irmão, o padre Agostinho César, embarcou para o Brasil, onde faleceu, assim como os filhos de Agostinho César de Abreu e de D. Helena Josefa Mariana, Francisco César Berenguer e Diogo António Berenguer, que casaram na Baía. Este último casou na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, a 23 de Setembro de 1769, com D. Ana Maria Borges de Barros ⁴.

A família Câmara procede de João Gonçalves Zarco, descobridor da Ilha da Madeira e Carvalho, de Paio Rodrigues de Carvalho, filho de Rodrigues Alves de Carvalho, e também de Antão Álvares de Carvalho, chamado de São Gil, e ainda de Gonçalo Ferreira de Carvalho e Branca Afonso, pais de Maria Pimentel, casada com Simão Acioli ⁵. Compulsando-se atentamente o *Nobiliário Genealógico das Famílias* de Henrique Henriques de Noronha, constata-se que a família Câmara vai participar na construção de terras de Vera Cruz através de D. Jerónimo de Ataíde e de D. Álvaro de Abranches. Este último voltou para o Reino onde participou na Aclamação.

A estirpe pernambucana Carneiro da Cunha começa com Manuel Carneiro de Mariz. Escreve a seu respeito António Borges da Fonseca : “*Manoel Carneiro de Mariz, filho segundo de João Carneiro de Mariz ⁶ e de D. Maria Coresma, servio com muita honra na guerra dos Hollandezes*”. Mais salienta, que foi senhor do engenho de

¹ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, pp. 293-298.

² Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 153.

³ A primeira designação é de Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 153. A segunda é de Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, pp. 92-102. Finalmente, a última designação é de Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 200.

⁴ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 200-208.

⁵ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 153.

⁶ Foi escabino da câmara de Olinda em 1637. Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 277-278.

São Sebastião da Várzea através do seu casamento com D. Cosma da Cunha, filha de Pedro da Cunha de Andrade, fidalgo da Casa Real e de sua segunda mulher ¹.

Da ilha eram ainda António da Costa Gadelha, António Toledo Machado, António Santiago, António Teixeira de Melo, Baltazar de Sinelas Valderezzeo, Diogo de Aragão, Domingos Gonçalves Faria, Elesbão Barreto Freire, Francisco Andrade, Francisco Mendes de Bulhões, Francisco Val Aranha, Gaspar de Mendonça e Vasconcelos, João Mendes de Vasconcelos, Luís Gonçalves Bulhões, Manuel Gonçalves Bulhões, Manuel Martins, Pedro Fernandes da Silva, Pedro Paiva Barreto, Pedro Teive, Sebastião Nunes Gaspar Lopes e António Carvalho de Vasconcelos, alguns dos quais militares em Pernambuco ². Este último foi acompanhado para a Baía, com sua esposa. Após o falecimento desta, este madeirense casou com D. Joana de Albuquerque, filha do capitão-mor Tomé Teixeira Ribeiro e de sua mulher D. Brites de Albuquerque. Deste matrimónio nasceu uma filha única: D. Maria da Conceição de Albuquerque que casou e teve geração ³.

Madeirenses eram igualmente Francisco de Figueira, António Fernandes Ferreira, ascendente dos Pessoas ⁴ e Jordão Luís Teles, nascido na Ribeira Brava. Este último habitou na Baía, onde fez um requerimento para ser familiar do Santo Ofício que foi rejeitado, por despacho de 8 de Outubro de 1673. Era filho de Beatriz Martins e de Francisco Fernandes, tanoeiro ⁵.

Também Maria Fernandes, irmã de Francisco Fernandes, possuiu propriedades no Brasil. Segundo o autor de *Famílias da Madeira e Porto Santo*, teria embarcado, com seu marido Gaspar Pimenta, para o Brasil, de onde regressaria só. Faleceu na Ilha da Madeira, em 5 de Novembro de 1669 ⁶.

Nesta odisseia emigratória da Ilha da Madeira para o Brasil destacam-se ainda D. Félix de Bettencourt e Sá, neto de Francisco de Bettencourt e Sá, que nasceu no Funchal em 1667 e foi para a Baía por volta de 1685, onde casou com D. Catarina de Aragão e Aiala, viúva de Jorge de Brito Bettencourt e da qual teve geração ⁷; D. Maria Isabel Bettencourt, filha de António de Aguiar e de D. Maria Clara, que casou na Baía com João Ferreira dos Santos ⁸; dois filhos de António de Brito de Oliveira e de D. Isabel de Atouguia Bettencourt, Jorge de Brito, que nasceu em Setembro de 1662 e morreu no Brasil, solteiro e sem geração, e Gonçalo de Brito que encontramos casado na Baía ⁹; António Figueira, filho de Domingos Figueira e de Maria Gonçalves, que

¹ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, pp. 340-341.

² Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, pp. 153-154.

³ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, pp. 120-121.

⁴ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 154.

⁵ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 61.

⁶ *Ibidem*, vol. I, p. 305.

⁷ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 80.

⁸ Fernando de Meneses, *ob. cit.*, vol. I, p. 221.

⁹ *Ibidem*, vol. I, p. 286.

estava no Brasil quando sua mãe faleceu, a 24 de Junho de 1672 ¹; Francisco Gregório Drummond, baptizado em Santa Cruz, em 16 de Maio de 1754, que casou, no Rio de Janeiro, em 1780, com D. Maria Leonor de Moraes Pizarro, filha de Francisco Moraes Sarmiento Pimenta e de D. Beatriz Ana de Vasconcelos Drummond Pizarro ²; Francisco Brum que era filho de Manuel Brum de Vasconcelos e de Antónia Maria ³; D. Ana Francisca da Fonseca Drummond, que nasceu em Santa Cruz, Madeira, em 8 de Março de 1607, e faleceu, em 1664, em Merity, Rio de Janeiro ⁴; o Capitão Belchior de Mendonça e Vasconcelos, fidalgo da Casa Real que foi para o Brasil, onde casou, por volta de 1660, com D. Maria Coluna e aí faleceu ⁵; Martim da Silva Favela que se chamou primeiro, Martim Vaz de Cairos, que nasceu em 1585, do matrimónio de António Favela de Vasconcelos, com D. Isabel Gramaxo, e que casou no Rio de Janeiro com D. Violante de Sousa, filha de Pedro Fernandes Rafael e de Domingas Violante, madeirenses ⁶, moradores nos Ilhéus do Rio de Janeiro; Diogo Carreiro de Castro, filho de Tristão Gomes de Castro e de D. Andreza de Abreu, que morreu solteiro e sem geração, no Brasil, indo para as Índias ⁷; Manuel Homem de Sousa, filho de Garcia Homem de Sousa e de D. Helena Ferreira, que casou, na Paraíba, com D. Vicência Cabral; seus filhos, Garcia Homem de Sousa, que morreu, sem geração, queimado pelos tapuias, D. Maria de Azevedo, D. Simoa da Silva e D. Isabel da Silva que morreram solteiras naquela capitania e D. Francisca de Aragão, esposa de João Frazão de Figueiroa, que tiveram geração ⁸; Diogo Pereira da Silva, nascido em Maio de 1613, do matrimónio de Nicolau Mendes de Vasconcelos com D. Francisca de Sande, que casou no Brasil e teve geração ⁹; Martim Mendes de Vasconcelos, filho de Lourenço Mendes de Vasconcelos e de D. Joana, que também casou no Brasil, e teve geração ¹⁰; Manuel de Vasconcelos, filho de Tomás Mendes de Vasconcelos, que depois de servir no Brasil se tornou frade do Carmo ¹¹; D. Isabel, filha de Pedro Teixeira de Vasconcelos e de Isabel Lomelino, que foi com seu esposo, Pedro ou Belchior Jorge de Castro, da Ilha de Porto Santo ¹² para o Brasil, onde tiveram geração; Manuel Moniz, filho de Francisco Moniz da Câmara e de Ignez da Trindade e neto de Heitor Nunes Berenguer, que foi

¹ *Ibidem*, vol. I, p. 233.

² *Ibidem*, vol I, pp. 258-259.

³ *Ibidem*, vol. I, p. 315.

⁴ *Ibidem*, vol. I, p. 317.

⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 402.

⁶ Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, “Um tição de famílias madeirenses”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, 1949, vol. VII, p. 227.

⁷ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, pp. 313-314.

⁸ *Ibidem*, vol. II, p. 342.

⁹ *Ibidem*, vol. II, p. 343.

¹⁰ *Ibidem*, vol. II, p. 344.

¹¹ Segundo Henrique Henriques de Noronha, existe uma memória que lhe chama Pedro Mendes de Vasconcelos. Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, 524.

¹² *Ibidem*, vol. III, 541.

para o Maranhão ¹; Agostinho César Berenguer, filho de José de França Berenguer e de D. Maria de Castello Branco foi para o Brasil, onde casou ²; Veríssimo de França, nascido do matrimónio do capitão José de França e Andrade com D. Maria Josefa Drummond ³; Luís de Ornellas Magalhães que casou em Pernambuco com D. Leonor da Cunha, assim como seu primo e o seu neto, respectivamente, o morgado Baltasar de Ornelas Magalhães e o morgado José de Ornelas de Magalhães ⁴; António de Morais Catanho, filho de Fernão Morais de Vasconcelos e de Maria Catanho que casaram em Machico, em 1636, foi para Minas Gerais ⁵; os filhos de Martim Mendes de Vasconcelos e de D. Francisca de Sande a saber: António Pereira, que morreu num desafio no Brasil, Martim Mendes de Vasconcelos que passou ao Brasil onde parece ter casado e Diogo Pereira da Silva que casou no Brasil com D. Isabel ⁶; Manuel da Câmara Leme Homem de Vasconcelos que foi para o Brasil em 1751⁷; e Manuel Ferreira Ribeiro, filho de Diogo Ferreira Ribeiro e de Helena Martins da Fonseca, que morreu no Maranhão, sem geração ⁸.

De outros desconhecemos o nome, sabendo, no entanto, o dos seus progenitores. São os casos dos filhos do almoxarife Álvaro Rodrigues Calaça e de Maria Nunes, à excepção de Manuel Escórcio Ferreira e de Álvaro Escórcio Ferreira ⁹; de um filho de Fernão Favela de Vasconcelos e de D. Maria Salazar ¹⁰ e de um filho de Luís Mendes de Vasconcelos e de D. Isabel, que foi para o Maranhão ¹¹. Apontem-se ainda os casos de um filho de Agostinho Góis e de D. Helena Borges ¹²; de um filho do capitão-cabo Pedro de Faria ¹³; e de um filho de Sebastião Pimentel, que estava ausente no Brasil, quando seu pai, apontador das Obras Reais, faleceu ¹⁴.

A estes nomes que, só por si, evidenciam bem o protagonismo dos madeirenses na colonização e povoamento do Brasil, poderíamos juntar todos aqueles que a

¹ *Ibidem*, vol. I, pp. 100-102

² *Ibidem*, vol. I, p. 97.

³ Fernando de Meneses Vaz, “Famílias da Madeira e Porto Santo. França”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1931, vol. I, p. 132.

⁴ Carlos de Agrela, “Famílias da Madeira e Porto Santo. Ribeiros Ferreiras”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Junta Geral Autónoma do Funchal, 1933, vol. III, p. 76.

⁵ Meneses Vaz, “Famílias da Madeira e Porto Santo. Homens Sousas”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, p. 104.

⁶ Idem, “Famílias da Madeira e Porto Santo. Homens Sousas”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, pp. 109-114.

⁷ Idem, “Famílias da Madeira e Porto Santo. Homens Sousas”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, p. 111.

⁸ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, pp. 473-474.

⁹ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, p. 397.

¹⁰ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, pp. 275-276.

¹¹ *Ibidem*, vol. I, p. 541.

¹² *Ibidem*, vol. III, p. 408.

¹³ Fernando Vaz Meneses, *ob. cit.*, vol. I, p. 408.

¹⁴ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 107.

Nobiliarchia Pernambucana nos fornece. Através de uma pesquisa minuciosa, o historiador atento encontra aí elementos que o podem levar a testemunhar o papel protagonista desempenhado pelo madeirense ao longo de toda a construção do Brasil. Por outro lado, esta obra comprova mais uma vez o entrelaçar, através do casamento, das famílias mais distintas de Pernambuco com elementos madeirenses ou seus descendentes a viver no Brasil. A estes enlaces matrimoniais se refere também o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escritos em 1618, em que observa perspicazmente que afluíram, espontaneamente, ao Brasil “*muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele, e se ligaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre*” ¹.

Não iremos ser exaustivos na enumeração de exemplos comprovativos desta situação, apenas gostaríamos de mencionar alguns casos que, só por si, demonstram a veracidade da nossa afirmação.

Assim, as casas de Pernambuco “Barbalho Silveira”, “Carrasco”, “Carvalho” e “Moura” associaram-se com famílias madeirenses através do matrimónio de suas filhas com elementos naturais da Pérola do Atlântico. De facto e respectivamente, D. Maria da Assunção, casou com Francisco Cardoso ²; D. Teodósia Ferreira casou com Ferreira Pedro Fernandes da Silva ³; D. Victoria de Carvalho casou com Manuel do Canto de Castro de Almeida ⁴ e D. Ignez Francisca de Moura, casou com o Dr. Lourenço de Freitas Ferraz e Noronha. Do seu matrimónio nasceu um único filho, Filipe de Moura Accioli que foi viver na Ilha da Madeira ⁵.

Igualmente alguns descendentes pernambucanos de Arnau de Holanda e de sua mulher Brites Mendes de Vasconcelos vão unir-se através do casamento com descendentes de naturais da Ilha da Madeira. São os casos de D. Bernarda de Albuquerque, que casou com o capitão Estevão de Castro Rocha, bisneto por via materna de Francisco Gomes Moniz, homem distinto da Ilha da Madeira, e de sua esposa D. Isabel Gomes de Bulhões, natural da Paraíba ⁶. E de António de Sá de Albuquerque, que casou com D. Joana de Ornelas, filha de Baltasar de Ornelas Valdevez, natural da Ilha da Madeira e de sua 2ª esposa D. Maria de Castro ⁷. Também um filho destes madeirenses, Baltasar de Ornelas, casou com Ana de Albuquerque, da família pernambucana “Carvalho de Megaó” ⁸.

Note-se também Diogo Falcão de Eça, descendente de Adriana de Holanda, primeira filha de Arnau de Holanda e de sua esposa Brites Mendes de Vasconcelos, que

¹ Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, citado por Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, p. 180.

² A. J. Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935, vol. I, pp. 45-49.

³ *Ibidem*, vol. I, pp. 92-95.

⁴ *Ibidem*, vol. I, pp. 24-27.

⁵ *Ibidem*, vol. II, pp. 11-12.

⁶ *Ibidem*, vol. I, pp. 336-358.

⁷ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, pp. 324-328.

⁸ *Ibidem*, vol. I, p. 58.

casou com D. Úrsula Berenguer, filha de Francisco Berenguer de Andrade da Ilha da Madeira, e de sua 2ª mulher, D. Antónia Bezerra. Um neto destes últimos, Filipe de Sousa Falcão, vai casar com D. Maria Antónia César, sobrinha de Diogo Falcão de Eça. Um sobrinho deste último, José de Barros Cavalcante ¹, filho de D. Antónia Cavalcante de Albuquerque e de Leão Falcão de Eça ², casou com D. Sebastiana Teresa de Melo, trineta, por via materna, de António Bezerra e de Isabel Lopes, naturais da Ilha da Madeira ³. Refira-se ainda D. Luísa de Albuquerque que casou com o capitão Diogo Soares de Albuquerque, seu primo e bisneto de nobres naturais da Ilha da Madeira que foram para Pernambuco ⁴. Também Ana Correia de Brito, da família pernambucana “Bezerras Barrigas”, casou com Gonçalo Novo de Lira, o ruivo, filho de Gonçalo Novo de Lira, natural da Ilha da Madeira, e de sua esposa Joana Serradas. Elemento da mesma família era Miguel Bezerra Meneses que casou com D. Ana da Rocha Menezes, filha de Gabriel Cristovão de Menezes, natural da Ilha da Madeira e de sua esposa Bernarda Correia de Araújo ⁵.

A estes exemplos não queremos que falte referência a Marcos Soares de Oliveira que se ligou através de laços matrimoniais com Catarina Ferreira, filha de António da Fonseca Baião e de Maria de Gouveia, natural da Ilha da Madeira ⁶, e a duas descendentes de Jerónimo de Albuquerque e Maria Arcoverde, a saber, D. Joana de Albuquerque, que foi a primeira esposa de Francisco Berenguer, fidalgo da Ilha da Madeira ⁷ e Catarina da Rocha, que casou com Lourenço Mendes, filho de Jerónimo Teixeira Ribeiro, natural da Pérola do Atlântico ⁸. Também um descendente de Pedro de Albuquerque e Melo “*Governador da Capitania de Goyanna, Regimento della, Capitão-mor e Governador do Rio Grande, Senhor do engenho Bujari*” ⁹, João Nuno de Freitas, foi casado com Maria Correia de Lira, filha de Cristovão Correia e de sua esposa Catarina de Lira, naturais da Ilha da Madeira.

Complete-se este quadro com mais duas famílias que se entrelaçaram, fortemente, através do matrimónio, com várias casas madeirenses. São elas as famílias pernambucanas Pessoa e Bandeira. Assim, e em relação à primeira, D. Sebastiana de Melo Albuquerque, bisneta do tronco desta família em Pernambuco, casou com o madeirense Jacinto de Freitas da Silva, Senhor do Morgado da Madalena da Ilha da Madeira. João Ribeiro Pessoa, casou em segundas núpcias com Ignez de Veiga de Brito, uma neta por via materna do madeirense Gonçalo Novo de Lira. Também um

¹ Ou José de Barros Falcão. Efectivamente, as duas designações surgem no volume I da obra citada de António José Victoriano Borges da Fonseca, a primeira, na página 217 e a segunda na página 378.

² Foi o chefe da Liga de Tracunhãem, grupo de resistência que surgiu com o rompimento da guerra dos mascates em 1710, devido às perseguições que eram efectuadas aos pernambucanos pelo inimigo vencedor. F. A. P. da Costa, *ob. cit.*, vol. II, pp. 191-192.

³ *Ibidem*, vol. I, pp. 369-379.

⁴ *Ibidem*, vol. II, p. 70.

⁵ *Ibidem*, vol. II, pp. 88-90.

⁶ *Ibidem*, vol. I, p. 38.

⁷ *Ibidem*, vol. II, pp. 120-121.

⁸ *Ibidem*, vol. I, p. 148.

⁹ *Ibidem*, vol. II, p. 86.

irmão, dois filhos, e um neto de João Ribeiro Pessoa contraíram matrimónio com naturais da Ilha da Madeira ou seus descendentes. São eles, respectivamente, Miguel Pessoa de Araújo, que casou com D. Maria Félix de Meneses, filha de António de Carvalho de Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira e de sua primeira esposa D. Francisca Pereira; Luís da Veiga Pessoa, que se consorciou com D. Maria de Ornellas, filha do segundo matrimónio do capitão madeirense António de Carvalho de Vasconcelos com D. Luísa de Ornellas de Melo; João Ribeiro Pessoa, capitão da ordenança na vila de Iguarassú, que casou com D. Genebra de Vasconcelos Castro, neta por via paterna do madeirense Gaspar de Mendonça de Vasconcelos e de sua esposa Maria de Lira, e por via materna, de Manuel Escocia de Drumond, natural da Ilha da Madeira e, trineta por via paterna, de Salvador Taveira, e de José Dias de Lira; e João Ribeiro de Vasconcelos que se consorciou com D. Ana Joaquina César de Melo, neta dos madeirenses João Fernandes Vieira e Agostinho César de Andrade.

Saliente-se ainda que dois elementos desta família pernambucana casaram com duas netas por via paterna de Tomé de Castro e da madeirense Maria Nova de Lira. Assim, António Fernandes Pessoa, o Mingão, casou com Maria de Aguiar. E Braz de Araújo Pessoa casou com D. Catarina Tavares da Costa ¹.

Em relação à família Bandeira, de Pernambuco, uma neta, três bisnetas e dois trinetos de Filipe Bandeira de Melo, o primeiro varão desta nobilíssima família pernambucana, casaram-se com naturais da Pérola do Atlântico. São eles, respectivamente, D. Isabel de Melo que casou com o madeirense António Lopes de Vasconcelos; D. Maria de Melo, que foi a primeira esposa de Baltasar de Ornelas Valdevez, natural da Ilha da Madeira “*e das principaes familias della*” ²; D. Ignez Bandeira de Melo que casou com António de Sousa Lira, neto por via materna de João Dias de Lira e de Maria Fernandes, naturais da Ilha da Madeira; D. Laura de Melo, que casou com o capitão-mór Agostinho César de Andrade, natural da Ilha da Madeira; D. Luísa de Melo de Ornelas que foi a segunda esposa de António de Carvalho de Vasconcelos, também ele madeirense; e Jerónimo César de Melo que se ligará pelos laços do matrimónio com D. Maria Joana César, filha natural do madeirense João Fernandes Vieira, chefe ostensivo das forças insurrectas contra a dominação holandesa. Deste consórcio nascerão os descendentes de Vieira, representados por todos aqueles que legitimamente usam os apelidos César de Melo ou de Andrade” ³.

Elemento desta distinta família de Pernambuco é, ainda, D. Ana Isabel Pessoa Bezerra, filha de José de Melo César e de D. Mariana Bezerra de Azevedo, que casou com João Baptista de Abreu, bisneto por via materna de (?) Ferreira da Silveira, natural da Ilha da Madeira e trineto de Maria da Silveira e de Francisco Jaconte, também naturais da Ilha da Madeira. Era filho de António Fernandes Caminha e de D. Clara da Silva Carneiro ⁴.

¹ *Ibidem*, vol. I, pp. 148-163.

² *Ibidem*, vol. I, p. 186.

³ *Ibidem* vol. I, pp. 184-190. Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, p. 71.

⁴ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, p. 267.

A família Accioli, de origem italiana, passou da Madeira ao Brasil, onde teve grande influência. A título de exemplo, gostaríamos de mencionar os elementos Drummond e Accioli, que entraram fortemente em Pernambuco, trazidos da Ilha da Madeira, por Gaspar Accioli natural desta Ilha, neto de Simão Accioli (2º) e de Maria Pimentel Drummond, esta descendente de Maurice Drummond. Gaspar Accioli de Vasconcelos casou, em 10 de Junho de 1618, no Brasil, com D. Ana de Albuquerque Cavalcante, sua parente, e regressa à Madeira, onde vem a falecer, em 4 de Maio de 1668. D. Jerónima Accioli, sua irmã, casou no Brasil. D. Isabel de Vasconcelos, sua filha, vai residir na Ilha da Madeira, ao contrário de seus quatro irmãos que vão casar no Brasil. São eles: Gaspar Accioli de Vasconcelos, nascido em Abril de 1631, que se liga pelo matrimónio a D. Marianna Cavalcante, sua prima, e que não teve geração; Francisco Cavalcante, que nasceu em Outubro de 1635, e que também não teve geração; Zenóbio Accioli de Vasconcelos, nascido em Abril de 1619, que foi casado com D. Maria Pereira de Moura Cavalcanti e serviu nas guerras de Pernambuco onde foi Mestre de Campo; e por último, João Baptista Accioli, que nasceu em Pernambuco, em Abril de 1623, onde casou com sua prima, D. Maria de Melo. A eles nos referiremos mais tarde.

Também cinco netos de Gaspar Accioli de Vasconcelos participaram no povoamento do Brasil. São eles Filipe de Moura Accioli que casou em Pernambuco, com sua prima, D. Margarida Accioli, de quem teve João Baptista Accioli que foi alcaide-mor de Olinda como seu pai; e os filhos de João Baptista Accioli e de D. Maria de Melo, a saber, João Baptista Accioli, Francisco Accioli de Vasconcelos, Miguel Accioli de Vasconcelos e Gaspar Accioli de Vasconcelos que viveram em Pernambuco, onde casaram. Este último casou, “*obrigado do crescido dote*”¹, com uma filha bastarda de João Fernandes Vieira, o Restaurador de Pernambuco e Governador de Angola. Resta salientar que um irmão destes, Zenóbio Accioli de Vasconcelos nascido em Pernambuco, em Março de 1655 foi, a pedido de sua tia, D. Isabel de Vasconcelos, casada com o francês Filipe Gentil de Limoges, criado por esta na Ilha da Madeira, tendo sido assim o herdeiro do morgadio que seus tios instituíram em 23 de Outubro de 1674. Aí faleceu².

A família Accioli vai continuar a procurar Terras de Vera Cruz, nos séculos seguintes. Efectivamente, um filho e um bisneto do capitão Luís Augusto Accioli e de D. Angelina de Oliveira, casaram no Brasil, no século XIX. São eles, respectivamente, Aloísio Accioli e Luís Accioli. Do casamento do primeiro nasceram dois filhos³.

Os Accioli tinham laços de parentesco com os Cavalcantes, através da avó de Filipe Cavalcante, Francisca Accioli, irmã de Simão Accioli, da Ilha da Madeira⁴. Também esta família se fixou na Madeira, passando depois ao Brasil. Efectivamente, e em consequência das sérias lutas internas em que Florença se viu envolvida, no século XV, Filipe Cavalcante emigrou para a Pérola do Atlântico, de onde partirá

¹ *Ibidem*, vol. II, pág. 54.

² Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 26-29.

³ *Ibidem*, vol. I, p. 30.

⁴ David Ferreira de Gouveia, “Talvez Genealogia”, *Islenha*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, n.º 3, p. 136.

posteriormente para o Brasil. Esta família dominou politicamente na região de Pernambuco, no séc. XIX, chegando a afirmar-se no Parlamento que Pernambucano que “*não era Cavalcanti, era cavalgado*”¹.

De referenciar que, também em Pernambuco, esta casa se vai ligar a famílias madeirenses. Assim, D. Margarida Albuquerque, filha de António Cavalcante de Albuquerque e de D. Ângela de Albuquerque, casou com Manuel Homem de Figueiroa, “*que ainda vivia pelos annos de 1760*”², o qual era neto por via materna de João de Souto Maior e de Ana Roqua, ambos naturais da Ilha da Madeira. Uma prima do citado António Cavalcante de Albuquerque, D. Mariana Cavalcante, casou em primeiras núpcias com Gaspar Accioli de Vasconcelos, filho de Gaspar Accioli de Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira e de sua esposa D. Ana Cavalcante. Não tiveram filhos. Casou segunda vez com Manuel Dias de Andrade, Cavaleiro da Ordem de Cristo, filho do Coronel Francisco Berenguer de Andrade, natural da Ilha da Madeira, e de sua 2ª esposa, D. Antónia Bezerra³.

Quanto ao elemento Drummond que se tinha refugiado na Ilha da Madeira devido às perseguições religiosas levadas a cabo no seu país⁴, misturou-se, em Pernambuco, com Monterax, Sinclair e Escóssia⁵. Temos conhecimento de um elemento desta família que vivia, nos alvares do século XVII, na Ilha de São Pedro, no Brasil. Era ele Martim Mendes de Vasconcelos, do qual o rei Jacobo de Inglaterra justifica a Filipe de Portugal a sua fidalguia, em 12 de Agosto de 1613. Esta justificação confirma-nos a existência de mais elementos desta família na Ilha da Madeira e no Brasil⁶. Henrique de Aragão, elemento desta família na Madeira, foi também viver para o Brasil. Era bisneto de Luís de Freitas de Aragão e de Joana Fernandes que casaram em 1738⁷.

Por intermédio da Ilha da Madeira vieram, também, de Génova para Pernambuco, os Espinolas descendentes de Chirio e Rafael Catanho. Este último foi casado com Maria Cabral e foi o genitor de Violante Cabral, casada com Chirio Spinola, também genovês. Leone Spinola, filho do casal, desposou Joana Gomes. Um de seus descendentes, Manuel Catanho, constituiu família em Pernambuco⁸.

Finalmente, o autor de *Os Primitivos Colonizadores Nordestinos*, observa que também várias famílias oriundas de Castela, vieram para o Brasil, através da Ilha da

¹ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 242.

² António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 422.

³ *Ibidem*, vol. I, 413-421.

⁴ Luís Washington, *ob. cit.*, p. 199.

⁵ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, pp. 155-156.

⁶ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, pp. 236- 243.

⁷ Fernando de Meneses Vaz, “Famílias da Madeira e Porto Santo, Drummonds ou Escórcios”, *Arquivo Histórico da Madeira*, 1932, Arquivo Distrital do Funchal, 1932, tomo II, p. 146.

⁸ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, pp. 156 e 157.

Madeira, como é o caso dos descendentes do Conde de Favela e de João Rodrigues Mondragão ¹.

Madeirenses em Terras de Vera Cruz, no século XVI, eram ainda João Brás, sapateiro, do qual temos conhecimento através do testamento de Rui Mendes de Vasconcelos, de 16 de Abril de 1569, que afirma lhe dever 1100 réis, os quais devem ser pagos aos seus herdeiros. Vasco Gonçalves “*que fugio para o brazil*” e que devia 5000 réis a Joane Enes, como temos conhecimento através do credor que se identifica no seu testamento, de 19 de Setembro de 1590, como homem trabalhador boeiro. Também o fidalgo Bartolomeu Ribeiro viveu muito tempo na capitania de Porto Seguro com sua esposa Isabel de Andrade. Em 24 de Abril de 1593 e segundo o testamento de seu sobrinho, o fidalgo Rafael de Miranda, eram já falecidos tendo, no entanto, um filho Jerónimo de Andrade, casado na cidade do Rio de Janeiro, que a ser vivo deteria um quinto da fazenda de Boa Ventura. Finalmente e através do testamento, de 16 de Maio de 1598, da mãe de Catarina Dias, temos conhecimento que esta faleceu em Pernambuco, e “*que era casada com Jeronimo Coelho que hesta no dito brasil*” ².

O Brasil surge, assim, como mais uma grande “Ilha” do arquipélago, para os madeirenses.

Obviamente que seria estultícia pretender, no decurso de algumas páginas apenas, apontar o nome de todos aqueles que formaram o intenso fluxo migratório madeirense em direcção ao “paraíso da América”. No entanto, estamos convictos de ter comprovado a forte presença madeirense no Brasil, a partir das primeiras décadas do século XVI. É nosso objectivo agora surpreender as áreas em que o madeirense fez incidir o essencial dos seus esforços na construção da Nova Lusitânia.

2. A acção dos madeirenses na economia do açúcar brasileiro

Pioneiros da conquista dos trópicos para a civilização, tiveram os portugueses, nessa façanha, a sua maior missão histórica. Nenhum outro povo do Velho Mundo estava tão bem apetrechado como os portugueses para explorar, regular e intensamente, as terras próximas à linha equinocial.

Possuidor de experiência na produção de açúcar, de contactos comerciais que permitiam a colocação do produto no mercado europeu e financeiros que lhe abria as portas do crédito para os investimentos básicos, Portugal lança-se na ocupação económica do Brasil, através do açúcar de cana, já largamente testado na Ilha da Madeira. A Madeira surge-nos assim como o tubo de ensaio desta cultura que será disseminada em toda a zona inter-tropical do Atlântico. Esta deslocação do complexo

¹ *Ibidem*, p. 148.

² Misericórdia do Funchal, Livro 684, Fls. 60 v, 414, 720 v e 477 v. A sua leitura paleográfica foi-nos cedida gentilmente, pelo Dr. Luís Francisco de Sousa Melo, ao qual desde já agradecemos.

de plantações da Ilha da Madeira para o Brasil, traduziu-se, segundo P. D. Curtin, numa revolução do açúcar ¹.

Considerado medicinal, especiaria-condimento, material decorativo, adoçante e preservante ², fazendo parte do dote das princesas e do testamento dos reis europeus, a tendencial democratização do uso do açúcar acrescido do aumento populacional europeu tiveram como consequência a ascensão simultânea do seu preço e da sua produção, garantindo a expansão açucareira e a colonização do Brasil.

A difusão do uso do café, do chá e do chocolate contribuiu também para o aumento do ritmo de consumo deste produto ao longo do século XVIII. Por tudo isto, o açúcar foi, durante alguns séculos, o produto de maior valor e importância no comércio internacional.

Fácil é assim justificar amplamente a escolha deste produto como solução para a efectiva ocupação do Brasil, assim como fácil é notar o papel relevante assumido pelo madeirense nesta empresa açucareira. Efectivamente, a documentação atentamente compulsada por nós comprova-nos esta realidade.

Como já se disse, a cana-de-açúcar introduzida no Brasil era proveniente da Ilha da Madeira. Para o caso, torna-se irrelevante se surgiu primeiro em Pernambuco, como pretende Francisco Adolfo Varnaghen ³ ou se em S. Vicente, como refere Saint-Hilaire ⁴ e Gabriel Soares de Sousa ⁵. Efectivamente, já Aureliano Leite nos revela que “*de 1533 a 1534, espalha-se na Capitania a cana-de-açúcar, trazida da Ilha da Madeira por Martim Afonso, montando-se em seguida, o 1.º engenho da região, o qual se chamava “do senhor Governador”, depois “dos Armadores”, finalmente, de “São Jorge dos Erasmos”*” ⁶.

Recorde-se que, com a cana-de-açúcar, vieram técnicos açucareiros madeirenses. A eles faz referência Francisco Adolfo de Varnhagen, ao observar que muitos dos principais operários do açúcar vieram da Ilha da Madeira e de S. Tomé ⁷. Igualmente Stuart B. Schwartz nos refere que os primeiros técnicos e especialistas do açúcar que participaram na indústria açucareira do Nordeste brasileiro, eram oriundos da Madeira e de S. Tomé, sendo alguns escravos que tinham trabalhado em engenhos, nos dois

¹ P. D. Curtin, “A escravatura e a cana de açúcar”, in Alberto Vieira, *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 52.

² G. B. Hagelberg, “Açúcar e História: um panorama global”, in Alberto Vieira, *ob. cit.*, p. 11.

³ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo I, p. 181 e *Novo Dicionário de História do Brasil*, “ciclo do açúcar”, p. 162. Também Pedro Calmon faz referência a este açúcar que, em 1526, deu entrada na Casa da Índia como originário de Pernambuco. Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. I, p. 142.

⁴ Luís Amaral, *ob. cit.*, vol. I p. 122.

⁵ Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989, p. 63. Francisco Adolfo Varnaghen na sua obra já citada afirma, o seguinte: “Um escritor antigo (Gabriel Soares, 2, 34) assegura que foi nesta capitania (capitania dos Ilhéus), e por conseguinte não em São Vicente, que primeiro se plantou a cana (...)”. Vol. I, tomo I, p. 181. Ou se trata de outro escritor ou então há lapso por parte de Varnaghen, pois que Gabriel Soares de Sousa é claro ao afirmar “porque ela (Vila de São Vicente) foi a primeira em que se fez açúcar na costa do Brasil donde se as outras capitánias proveram de canas-de-açúcar para plantarem (...)”. Gabriel Soares de Sousa, *ob. cit.*, p. 63.

⁶ Aureliano Leite, *Subsídios para a história da civilização Paulista, São Paulo*, edição monumental comemorativa do IV centenário da cidade de S. Paulo das Edições Saraiva, 1954, p. 22.

⁷ Francisco Adolfo Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, Tomo I, p. 168.

referidos espaços geográficos ¹. Aliás, em 1550, alguns moradores de S. Tomé, ao saberem que se cultivava açúcar no Brasil emigraram para este espaço geográfico. Ora, como sabemos, muitos dos povoadores de S. Tomé eram originários da Madeira, o que torna muito provável que muitos destes tenham posteriormente emigrado para o Brasil, devido à insalubridade, às rebeliões de escravos e saques de piratas que destruíram os engenhos em S. Tomé ².

Facto incontestado e sobejamente comprovado pelos documentos coevos é a presença, no século XVI, em Pernambuco, do mestre de açúcar madeirense Manuel Luís ³ e, em S. Vicente, de Antão Leme e seu filho Pedro Leme. Estes dois últimos, respectivamente filho e neto do célebre navegador António de Leme, descendentes de uma família muito conhecida nos Países Baixos pela sua nobreza, emigraram da Ilha da Madeira para S. Vicente, como técnicos açucareiros, acompanhados de familiares e vários criados do seu serviço. Neste último espaço geográfico “*foram vítimas dos saques e incêndios feitos pelos ingleses por fins do século XVI*” ⁴. Antão Leme, fidalgo da Ilha da Madeira, parente do donatário desta Ilha, foi juiz ordinário de S. Vicente, em 1544. A ele se refere frei Gaspar da Madre de Deus, como um dos homens que veio com a primitiva cana-de-açúcar, assim como a seu filho Pedro Leme, natural do Funchal, e ao genro deste Braz Esteves ⁵. Ao analisarmos a árvore genealógica desta família, podemos comprovar que os seus elementos vieram a desempenhar um papel preponderante na primeira fase do Brasil colonial e foram tronco de algumas das mais ilustres famílias paulistas.

O autor da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* referencia também esta família e afirma que Pedro Leme embarcou na Ilha da Madeira e, pelos anos de 1550, já estava em São Vicente com sua mulher Luzia Fernandes, e a filha Leonor Leme, mulher de Braz Esteves, “*e veio a fazer assento na vila, capital de São Vicente; onde desembarcou (...) e ali foi estimado, e reconhecido com o carater de fidalgo. Foi pessoa da maior autoridade na dita vila; e com a mesma se conservaram seus netos. Ali justificou Pedro Leme a sua filiação e fidalguia, em 2 de Outubro de 1564, perante o desembargador Braz Fragoso, provedor-mor da fazenda e ouvidor geral de toda a costa do Brasil*” ⁶.

Diz Pedro Taques que ele quer justificar, “*que é filho de legitimo matrimonio de Antão Leme, natural da cidade do Funchal, na ilha da Madeira, o qual Antão Leme é irmão direito de Aleixo Leme, e de Pedro Leme, os quais todos são fidalgos nos livros de el-rei, e por tais são tidos e havidos, e conhecidos de todas as pessoas que razão tem de o ser; e outro sim são irmãos de Antonia Leme, mulher de Pedro Affonso de Aguiar*

¹ Stuart B. Schartz, “Campos de cana e fábricas” in Alberto Vieira, *ob. cit.*, pp. 250-251.

² David Ferreira de Gouveia, “A manufactura açucareira madeirense (1420-1550) Influência Madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1987, n.º 10, p. 121.

³ Arquivo Regional da Madeira, *Misericórdia do Funchal*, n.º 711, fls. 114-115, citado por Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 162, nota n.º 299.

⁴ Luís Washington, *ob. cit.*, p. 107.

⁵ Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, p. 71.

⁶ Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *ob. cit.*, tomo III, p. 10.

e de D. Leonor Leme, mulher de André de Aguiar, os quais outro sim são fidalgos, primos do capitão donatario da Ilha da Madeira”¹.

Pedro Leme, foi o primeiro povoador da Fazenda de Santana². Em 1575, participou nas lutas contra os tamóios aldeados em Cabo Frio (Rio de Janeiro), em 1585, foi juiz ordinário em Santos e, no mesmo ano, participou, com o capitão-mor Jerónimo Leitão, numa entrada aos Carijós³.

Pedro Taques afirma ainda que Leonor Leme veio em companhia de seus pais da Ilha da Madeira, e já era casada em 1550 com Braz Esteves, morador da vila de São Vicente. E conforme acentua este autor “*na mesma vila viveram muitos anos, abastados com lucros do engenho de assucar, chamado de São Jorge dos Erasmos*”⁴.

Silva Leme, outro genealogista, acrescenta que Braz Esteves e o sogro, Pedro Leme, eram proprietários do citado engenho. No entanto, David Ferreira de Gouveia não concorda, alvitando que seriam talvez técnicos associados industrialmente. Ainda segundo este historiador, há uma ligação profunda com os administradores do engenho de S. Jorge dos Erasmos, com negócios de açúcar e provavelmente no fim da vida exportavam, vendiam ou faziam contrabando de açúcar para o Prata ou Perú⁵. Braz Esteves “*depois se passou com seus filhos para a vila de São Paulo, onde fez o seu estabelecimento, e foi uma das primeiras pessoas da governança desta republica*”⁶. Do seu matrimónio com Leonor Leme nasceram cinco filhos, na vila de São Vicente. Um deles, Pedro Leme, ocupou todos os cargos da república, tendo uma sua trineta, D. Maria Leme do Prado, contraído núpcias com o madeirense Tomé Rodrigues Nogueira do Ó que faleceu em Baependí⁷.

De Braz Esteves e de D. Leonor Leme procedem “*os Lemes da casa de Santana; os da casa do Alcaide-mor da Cidade da Bahía e Guarda-mor Geral das Minas; os da casa dos Provedores Proprietários que foram da Fazenda Real da Capitania de S. Paulo; os Lemes, Toledos Laras Rendons, Góis Morais, da Cidade de São Paulo; os Lemes, Pedrosos Barros, Pires, Prados, Pais, Falcões, Bicudos, e outros não só da mesma Capitania, mas também das Minas Gerais, Goiás e Cuiabá*”⁸.

Na capitania de S. Vicente surgem ainda os engenhos dos Adornos e o dos Góis. Desconhecemos a naturalidade dos seus proprietários, mas estamos convictos de que tinham ligações com a Madeira ou eram mesmo madeirenses. Efectivamente, Francisco Pattinatti informa que se “*fez então referência ao nome de Giuseppe Adorno que devia acompanhar a Armada na qualidade de agente comercial* (dos Marchiones e Bardis)

¹ *Ibidem*, tomo III, p. 10.

² Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente Hoje Chamada de S. Paulo*, São Paulo, Livraria Martins, 1953, p. 73.

³ David Ferreira de Gouveia, “Um colono Madeirense em São Paulo no século XVI (visto através de inventários)”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1981, n.º 1, p. 147.

⁴ *Ibidem*, tomo III, p. 11.

⁵ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 123.

⁶ Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *ob. cit.*, vol. III, p. 11.

⁷ *Ibidem*, tomo III, p. 12 e 38.

⁸ Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, p. 74.

das duas firmas associadas ... Aceitando o convite apressou-se a chamar seus dois irmãos Francesco e Paolo, ambos estabelecidos na Madeira, o primeiro como plantador e o segundo como chefe de mestres de machado piacentinos, catalães e genoveses, construtores de navios para a navegação litorânea“¹.

Martins dos Santos observa que “ o que sabemos de fonte segura é que eles (os Adornos) residiram na Madeira e foram grandes técnicos na fabricação do açúcar”². Thales de Azevedo, ao referir-se a Paulo Adorno afirma: “*Paulo Dias Adorno, tido por fidalgo genovês vindo como técnico açucareiro da Ilha da Madeira para S. Vicente e por certos autores tido como filho de italiano e mãe portuguesa. (...)*”³. Enzo da Silveira parece não ter dúvidas quanto à naturalidade de José Adorno, como se depreende do seguinte artigo, publicado em 1978: “*José Adorno, o madeirense que foi um dos maiores vultos da colonização no Brasil*”⁴.

Também Luís e Pedro Góis, que acompanharam Martim Afonso⁵, possuíam engenho em S. Vicente, nos inícios da sua colonização. Ao primeiro se deve, em 1550, a introdução do tabaco na Europa e a Pedro de Góis⁶ a construção do engenho Madre de Deus, a introdução da manufatura do açúcar no Brasil, na capitania da Paraíba do Sul, S. Tomé⁷ ou Campos de Guaitacases⁸ e a fundação, conjuntamente com seu irmão, da Vila da Rainha⁹. No entanto, depois de cinco ou seis anos em guerra com os Goitacases¹⁰ “*foi forçado a despejar a terra e passar-se com toda a gente pera a capitania do Espírito Santo, em embarcações que pera isso lhe mandou Vasco Fernandes Coutinho, donde ficou com toda a sua fazenda gastada, e muitos mil cruzados de um Martim Ferreira, que com ele armara pera fazerem muitos engenhos de açúcar*”¹¹. Posteriormente, surge-nos como capitão mor da armada do Brasil.

Não existem certezas quanto à naturalidade de Luís e de Pedro de Góis. Assim, Carlos Xavier Paes Barreto afirma que Pedro de Góis era irmão do ilustre Damião de

¹ Francisco Pattinatti, “O elemento italiano na formação do Brasil”, pp. 138-143, in David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 123.

² Martins dos Santos, “História de Santos”, I- 184, in *ibidem*, p. 123.

³ Thales de Azevedo, “Povoamento da Cidade do Salvador”, in *ibidem*, p. 123.

⁴ Diário Popular, SP 11-IV-1978, in *ibidem*, p. 123.

⁵ Jorge Couto, *A construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1995, p. 216.

⁶ Frei Vicente chama-lhe, no índice de nomes de pessoas, Pero Góis da Silveira. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, edição da Universidade de São Paulo, 1982, 7ª edição, p. 435.

⁷ Esta capitania foi deixada à Coroa em 1619, por escritura lavrada em Lisboa em 22 de Março, através do procurador de Gil de Góis da Silveira, filho de Pedro de Góis, e de sua esposa D. Francisca de Aguiar Manrique, António Dinis. Na procuração passada a este último pode ler-se: “a capitania se chama em lingoa de negros Parahiba, e em a nossa São Thomé...” In Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol I, tomo II, p. 158, n. 73.

⁸ *Ibidem*, vol I, tomo I, página 128.

⁹ *Novo Dicionário de História do Brasil*, “Pêro de Góis”, S. Paulo, Edições Melhoramento, 1970, p. 297. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “Pero de Góis”, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, p. 498.

¹⁰ Grupo indígena senhor até metade do século XVIII do litoral brasileiro desde o Espírito Santo até a Paraíba do Sul. Era composto de três tribos distintas: os Goitacaguaços, os Goitacamopis e os Goitacajacoritos. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “artigo Goitacás ou Goitacases”, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, pp. 498-499.

¹¹ Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, p. 107.

Góis ¹, assim como Francisco Adolfo de Varnhagen que, no entanto, refere que o facto tem sido contestado ², constatando ainda que existiam muitos Góis, nos primeiros tempos, sendo difícil de estabelecer as relações entre eles ³.

Carlos Malheiros Dias refuta a hipótese de Pedro de Góis ser irmão do cronista Damião de Góis e salienta que houve duas pessoas com o mesmo nome: Pedro de Góis, donatário da Paraíba do Sul e o seu homónimo, por nós já mencionado, como Provedor da Fazenda na capitania de Francisco Pereira Coutinho ⁴.

Pedro Calmon questiona-se se Pero de Góis não seria um degredado, oriundo dos Açores. Segundo este historiador, parece referir-se a ele uma nota de Frei Luís de Sousa que diz o seguinte: “*Em 2 de Abril (de 1527) carta a Manuel Côrte de tôda a fazenda que foi de Pero de Góis da Ilha Terceira, que perdeu por matar uma mulher mal e como não devia*” ⁵. Este cronista, nas pessoas embarcadas, em 1530, cita “*Pero de Grãas filho de Gil de Góis*”. Interessante que também o nosso Pedro de Góis tem um filho com o mesmo nome: Gil de Góis da Silveira ⁶.

Finalmente, Frei Gaspar da Madre de Deus que, num texto susceptível de mais do que uma interpretação, nos afirma que “*de algum destes (Pedro de Góis, Luís de Góis, Cipião de Góis ⁷, e Gabriel de Góis ⁸) procedem os Góis mais antigos da Capitania de S. Vicente, digo mais antigos, por haver outros também antigos e muito nobres, cujo tronco veio da Ilha da Madeira, com mulher e filhos, nos primeiros anos. No fim do século passado, morava na Buturoca, junto à fazenda de Santana uma família, cujos filhos costumavam chamar-se Pedro, Luís, Gil, Gabriel e Cecília de Góis, por descenderem de um dos fidalgos desta geração, que aqui assistiram; julgo que procediam de Gabriel de Góis. A pobreza os fêz desconhecidos, depois de riscar das suas memórias a lembrança do nome do seu progenitor*” ⁹. Deste pequeno excerto e de uma das interpretações possíveis, inferimos que estes Luís e Pedro de Góis são oriundos da Ilha da Madeira, considerando assim extremamente plausível a hipótese, colocada por David Ferreira de Gouveia, de serem parentes da família do madeirense Domingos de Góis, a quem já nos referimos. Note-se que Domingos de Góis veio para o Brasil acompanhado de sua esposa, Catarina de Mendonça, e seus filhos: Isabel de Góis e Francisco de Mendonça ¹⁰. Uma outra interpretação do excerto citado remeter-nos-ia para a existência de uma outra casa nobre madeirense que teria dado origem, nos inícios do povoamento de S. Vicente, a uma estirpe Góis paulista.

¹ Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 29.

² Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 23 e nota 49 da mesma página.

³ *Ibidem*, vol. I, tomo I, nota II da página 231.

⁴ Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, vol. III, p. 213.

⁵ Anais de D. João III, página 208, in Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. I, p. 210.

⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p.158.

⁷ Era filho primogénito de Luís de Góis e de sua esposa D. Catarina de Andrade e Aguilar. Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, pp. 68-69.

⁸ Segundo Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *ob. cit.*, vol. II, pp. 114-115, era irmão de Pedro e Luís de Góis.

⁹ Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, p. 70.

¹⁰ Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *ob. cit.*, vol. I, p. 81.

Constata-se, assim, e apesar das limitações resultantes da avareza dos documentos, a forte presença de madeirenses exercendo actividades ligadas à manufactura açucareira brasileira, no fim do século XVI e inícios do século XVII. Aliás, em 1600, e embora a deficiência documental não nos permita identificar a naturalidade da maioria dos colonos, existiriam no Brasil, vindos da Ilha da Madeira, 10 ou 11 donos de engenho, 1 construtor de engenho, 3 mestres de açúcar, 2 purgadores, 6 lavradores, especificando-se que 3 eram de cana, 3 técnicos de açúcar e 2 sesmeiros, pretendendo fazer açúcar ¹.

Importa salientar ainda que alguns senhores de engenho chegaram mesmo a possuir dois e mais engenhos. É o caso do bisneto de Diogo Moniz, Francisco de Araújo, filho de D. Francisca e de Gaspar de Araujo, que foi “*senhor de muitos engenhos na Bahia*” ² e de Gonçalo Novo de Lira, que levantou o engenho de Nossa Senhora da Piedade de Araripe, nas terras do partido do engenho do Espírito Santo e Santa Luzia que lhe coube em legítima. Seu irmão, Francisco Correia de Lira e depois o filho deste, Gonçalo Novo de Brito, sucederam no senhorio do referido engenho ³.

Outro exemplo a referir é o de António Cavalcante de Albuquerque, a quem chamavam o do Taipu, por ser senhor deste engenho e de outros na Capitania da Paraíba, onde “*logrou muito respeito*” ⁴. Embora natural de Olinda, António Cavalcante de Albuquerque estava ligado à Ilha da Madeira através de laços familiares. Como observámos no capítulo anterior, sua filha, D. Margarida Albuquerque, casou com um neto de madeirenses e sua prima D. Mariana Cavalcante foi casada em primeiras e segundas núpcias com filhos de naturais da Pérola do Atlântico ⁵.

Muitos outros exemplos poderiam ser apontados. Assinalaremos apenas, para além de João Fernandes Vieira, possuidor de cinco engenhos ⁶ e do qual voltaremos a falar, mais os nomes de Mem de Sá ⁷, João Carneiro de Mariz e seu filho Francisco Carneiro Mariz ⁸.

Um outro aspecto a ser acentuado é o de que muitos senhores de engenho exerciam paralelamente o comércio e/ou a actividade militar. É o caso do marido de D. Antónia da Cunha, Jacinto de Freitas da Silva, da família dos Freitas da Madalena, moço fidalgo da Casa Real, que era senhor do engenho da Casa Forte e tenente coronel de Auxiliares dos Volantes ⁹.

¹ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 127.

² Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, p. 399.

³ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, pp. 400-401.

⁴ *Ibidem*, vol. I, p. 422.

⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 422.

⁶ *Ibidem*, vol. I, pp. 52-53, 62-63 e 128.

⁷ Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 162.

⁸ José António Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Têrço de Infantaria de Pernambuco*, Universidade do Recife, 1956, vol. I, pp. 52-53, 62-63, 118 e 128.

⁹ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 200.

Também António de Sá de Albuquerque, que viveu sempre no engenho de Megão, foi coronel do Regimento da Cavalaria da Capitania de Itamaracá. Era filho de José de Sá de Albuquerque e de D. Maria da Fonseca Cristiana. Segundo o seu testamento, datado de 12 de Janeiro de 1734, foi casado com D. Joana de Ornelas, filha de Baltasar de Ornelas Valdevez, natural da Ilha da Madeira, e de sua segunda esposa D. Maria de Castro ¹.

Quanto ao Nordeste brasileiro, também aí cedo chegou a cana-do-açúcar e com ela o habitante da ilha da Madeira. Em 27 de Abril de 1542, o donatário Duarte Coelho informa El-Rei, nos seguintes termos: “*Tenho grandes somas de canas plantadas e cedo acabaremos um engenho mui grande e perfeito e se começarão a levantar outros*”

². Ainda na primeira metade do século XVI, Duarte Coelho regressa ao reino para contratar operários especializados. E, a acreditar em David Ferreira de Gouveia, voltou ao Brasil com peritos madeirenses, levando consigo maquinaria para fabricar açúcar. Este mesmo historiador questiona se não estaria Gonçalo Novo, entre estes madeirenses. Aliás, Carlos Xavier Barreto cita Gonçalo Novo de Lira entre os companheiros de Duarte Coelho ³.

A presença de elementos da Madeira e de outras ilhas do Atlântico é também assinalada numa carta de Pero Borges a D. João III, datada de 7 de Fevereiro de 1550, que afirma que “*nesta capitania de Porto Seguro querelou o meirinho da coreição dalguns homens que tinham e tem suas molheres no reyno e nas ilhas haa annos, he estão abaregados publicamente com gentias da terra christãs e outros com suas proprias escravas tambem gentias de que tem filhos*” ⁴.

De recordar que, por provisão régia de 20 de Julho de 1551, os lavradores vindos das Ilhas que nesse ano e no ano seguinte fossem para as capitanias da Baía ou do Espírito Santo de Vasco Fernandes Coutinho, estavam isentos dos dízimos por três anos e era-lhes concedida a viagem grátis. Se fossem carpinteiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, besteiros, pedreiros, cavouqueiros, serradores ou oleiros, a isenção seria por cinco anos, embora tivessem de pagar a redízima e os demais direitos. Caberá a Tomé de Sousa dar cumprimento a esta provisão régia ⁵. Interessante verificar que esta legislação foi prorrogada por mais três anos, através do alvará, de 23 de Julho de 1554, de isenção dos tributos sobre açúcar ⁶.

¹ *Ibidem*, vol. I, pp. 328 e 358.

² Carlos Xavier Paes Barreto, *ob. cit.*, p. 132.

³ *Ibidem*, p. 18

⁴ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, p. 191.

⁵ Documentos Históricos, XXXV, páginas 333-336, in *ibidem*, vol. I, p. 256 e nota de rodapé da mesma página. Conselho Ultramarino, *Registos*, vol. I, fls. 191 v. In *Documentos para a História do Brasil*, volume I, Legislação (1534-1596), Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1954.

⁶ Conselho Ultramarino, *Registos*, vol. I, fls. 191 v. In *Documentos para a História do Brasil*, volume I, Legislação (1534-1596), Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1954.

Também Pedro Calmon observa que pessoas das Ilhas foram atraídas a Pernambuco por Duarte Coelho e outras, de Machico, “*passaram à Bahía, nos governos de Tomé de Sousa e Mem de Sá*”¹.

Na Baía, em Pirajá, o madeirense² João de Velosa obtém uma sesmaria que lhe é concedida por Francisco Pereira Coutinho, onde começou a edificar um engenho, o de S. Bartolomeu. No entanto, em 1555, apenas se encontrava aí “*uma casa de taipa descoberta e roças de alguns mantimentos*” e João de Velosa encontrava-se na Ilha da Madeira. Face a esta situação, mandou o rei ao governador D. Duarte da Costa que se fizesse na Baía um engenho por conta da fazenda, como consta do alvará de 5 de Outubro de 1555. Diz o citado alvará: “*Hei por bem, que á custa de Minha Fazenda, se faça nessa Capitania um Engenho de Assucars; e por me ser dito, que o lugar mais conveniente, e que melhor disposição tem para se o dito Engenho fazer, é uma levada, e terra, que Francisco Pereira Coutinho, sendo capitão dessa Capitania deu a João de Velosa na qual se começou já a fazer obra para um Engenho, e depois se deixou damnificar, e perder (...) Vos Mando, que vós com o Provedor-mor de Minha Fazenda dessas Partes vades ao dito lugar, e tomeis, para mim para se fazer o dito engenho e a dita levada, e terra que se diz, que era dada ao dito João de Velosa, e quaesquer outras terras, que vos parecerem necessarias, e pertencentes para o dito Engenho (...). E para fazer a obra delle vae nesta Nau Gonçalo Rodrigues Mestre de Engenhos com as cousas para isso necessarias (...)*”³.

Examinando cuidadosamente este alvará, facilmente se depreende que o engenho que o rei queria construir no Brasil era um transplante do engenho do príncipe criado na Ilha da Madeira para moer as canas dos lavradores. Este engenho e o sistema de levada, para a movimentação do engenho hidráulico, foram introduzidos no Brasil, desde o início da produção açucareira que se revelou “*ser a mais brasileira, e brasileirante, das atividades econômicas da América Portuguesa*”⁴. E o mestre de engenho Gonçalo Rodrigues será ele madeirense? É possível. Aliás, já David Ferreira de Gouveia coloca a mesma questão concluindo que é verosímil esta hipótese.

Madeirenses eram os quatrocentos casais que foram para o Maranhão, em 1576, levando engenhos de açúcar consigo. A eles se referiu o literato e diplomata brasileiro Dr. Reis Perdigão⁵. Note-se que, dois séculos depois, se observa, uma vez mais, a presença de madeirenses que afluíram ao Grão-Pará e Maranhão⁶.

De referenciar, também, que muitos madeirenses não residentes no Brasil, pediram sesmarias para depois aí se instalarem. Em consequência, registamos a

¹ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, p. 355.

² Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 162.

³ Traslado do Alvará de El-Rei Nosso Senhor para tomar posse do Engenho de Pirajá, in Alvará de 5 de Outubro de 1555 sobre construção de engenho de açúcar pela fazenda real, In *Documentos para a História do Açúcar*, volume I, Legislação (1534-1596), Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1954.

⁴ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, pp 355-356.

⁵ César Figueira César, *Ilha da Madeira Paraíso Terrestre*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1985, p. 51.

⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil*, “Estado do Grão-Pará e Maranhão” Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1994, p. 318.

associação, já em 1537, de Mem de Sá, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação (1544), futuro proprietário de grandes engenhos e futuro Governador Geral do Brasil, com Francisco de Bethencourt e Sá, proprietário das saboarias da Ilha da Madeira, obtendo uma sesmaria no Brasil, no rio das Contas e Camamú, capitania de Ilhéus, “*para nas ditas doze léguas fazerem engenhos e as aproveyarem e povoarem e assenhorearem (...)*”¹. Francisco de Bethencourt e Sá desligar-se-á da sociedade, cedendo a sua parte a Mem de Sá. Este, em 1563, cedeu o seu engenho aos jesuítas e, já Governador Geral do Brasil, recebeu uma petição de um habitante de Machico que dizia assim: “*Egas Moniz Barreto, morador na Ilha da Madeira, na Vila de Machico pede a Vossa Senhoria. uma légua e meia de terras de sesmaria, no rio Paraguassú ... porque pelo tempo adiante espera fazer engenho de açúcar, porque tem mulher e cinco filhos ... e espera vir (com) minha mulher e filhos e assentar na terra e fazer fazenda (...)*”². Esta sesmaria é-lhe concedida, em 1563, por Mem de Sá, solícito em promover o desenvolvimento da Baía e ser-lhe-á confirmada por carta régia, de 10 de Novembro de 1565³. Ao chegar ao Brasil, Egas Moniz começa a lavrar canas que moia no engenho de Matoim, de Baltazar Ribeiro e só posteriormente se tornará dono de engenhos⁴.

Foram também senhores de engenho em Pernambuco os tios de Zenóbio Accioli que possuíam os engenhos S. João Baptista, Meno e S. Paulo de Siberó. O engenho da Ribeira era de sua prima. Sua meia-irmã era senhora do engenho de S. João. Sua família materna dona do engenho do Trapiche, no Cabo⁵, pois que o sogro de Pedro da Cunha de Andrade, Manuel Gomes de Melo, era senhor do dito engenho. Também o sogro de João Fernandes Vieira, Francisco Berenguer de Andrade, possuía o engenho do Giquiá, da freguesia da Várzea, que vendeu a António Fernandes Pessoa, o Mingão, em data anterior à tomada de Pernambuco pelos holandeses⁶.

Note-se, entretanto, que a cana-de-açúcar e os processos madeirenses para obter açúcar vão acompanhar os conquistadores olindenses sempre que estes encontram condições de clima e solo que permitam a sua cultura. Daí surgiram os vales açucareiros da Paraíba, onde João de Souto, natural da Ilha da Madeira, era senhor do engenho das Taboucas⁷.

E o número de engenhos continuava a crescer. Note-se que já em 1576, Gandavo afirmava: “*a cana de açúcar e os algodões, são as principais fazendas que há nestas partes do Brasil, de que todos se ajudam e fazem muito proveito nas capitánias, e especialmente na de Pernambuco, em que estão feitos perto de trinta engenhos*”. Nesse ano, o preço de açúcar mascavado atingiu 320 réis por arroba e o branco 460 réis o que,

¹ Escritura do tabelião Henrique Nunes, de Lisboa, 19-III-1554, in David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 126.

² Doc. Hist. XXXIV - 430, in *ibidem*, p. 126.

³ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Documentos Históricos*, vol. XIII, pp. 262-267.

⁴ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 126.

⁵ David Ferreira de Gouveia, “Talvez Genealogia”, *Isleña*, Funchal, edição da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, n.º 3, p. 133.

⁶ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 152 e vol. II, p. 258.

⁷ *Ibidem*, vol. I, p. 423.

e como observou o citado cronista, era compensador, em face do pouco dispendio exigido pela sua cultura. Também, e como observou F. A. Pereira da Costa, as imposições que pesavam sobre este produto não o afectavam, como prova a sua grande afluência a Lisboa, que se constituiu no empório do açúcar na Europa ¹.

Em 31 de Dezembro de 1585, José de Anchieta escrevia a “*Informação da Província do Brasil*”, dirigida ao superior da ordem dos Jesuítas, onde se pode ler: “*Pernambuco terra rica, de muitos mercadores, trata com açúcar e pau vermelho (...), no comércio é uma nova Luzitânea, e mui frequentada. Tem 66 engenhos de açúcar, e cada um uma grande povoação*“ ².

Saliente-se, no entanto, que muitos donatários se arruinaram ou estiveram muito perto disso. É o caso de Vasco Fróis Coutinho que, após tribulações e vexames, faleceu tão pobremente que vivia de esmolas. Também Miguel de Moura e Mem de Sá doaram as suas sesmarias, em 1571 e 1563, respectivamente, porque não lograram ter o sucesso que esperavam ³.

Não pensemos, contudo, que as dificuldades encontradas no Brasil fizeram esmorecer o ímpeto madeirense. Bem pelo contrário. Aliás, nos finais da centúria de quinhentos, a Madeira perdeu o seu papel de laboratório e centro de expansão da indústria sacarina, transferindo-os para o Brasil e transformou-se em entreposto de açúcar brasileiro, para ser vendido como açúcar madeirense, porque este último tinha fama de ser de melhor qualidade e, por isso, tinha melhor preço.

Acrescente-se, entretanto, em abono da verdade, que a crise da economia açucareira madeirense não surgiu apenas como resultado da concorrência do açúcar do Brasil. Para esta situação contribuíram factores de ordem interna, a saber: o cansaço da terra, a carência de adubagem e as alterações climáticas verificadas ⁴.

Dá-se assim um fenómeno verdadeiramente extraordinário: as ilhas portuguesas, que chegaram a produzir mais de 500.000 arrobas, perderam, a favor do Brasil, essa predominância, já em finais do século XVI. A Madeira é assim destronada pelo Brasil. Aliás e embora o Brasil fosse muito extenso, já no início do século XVII, o acesso à produção de cana era apenas possível através de compra ou arrendamento, pois que as áreas férteis do litoral nordestino haviam sido doadas ⁵. Contribuiu para este florescimento dos engenhos de açúcar no Brasil, o engenho de três eixos ⁶, invenção inegavelmente ligada aos madeirenses aí residentes ⁷.

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 446-447.

² *Ibidem*, vol. I, p. 557.

³ David Ferreira de Gouveia, “A manufactura açucareira madeirense (1420-1550) Influência Madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1987, n.º 10, p. 126.

⁴ Sobre estas últimas, deve ler-se a obra já citada de José Manuel Azevedo e Silva, vol. I, pp. 44-65.

⁵ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, p. 346.

⁶ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, p. 514.

⁷ Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 50.

Interessante verificar que, ao referir-se a Francisco Fernandes da Ilha ¹, que deveria estar no Brasil aquando do falecimento de seu pai, em 1630, onde se dedicaria à produção açucareira, Fernando de Meneses Vaz vaticina que o açúcar brasileiro “*derrubará o da Madeira. A Ilha Madre, a ilha geradora, era sacrificada ao progresso da expansão*” ².

No século XVII, a situação irá manter-se. Vejamos o que nos diz a este respeito o médico e naturalista inglês Hans Sloane que visitou a Madeira em Outubro de 1687: “*esta ilha é muito fértil, tendo antigamente produzido grandes quantidades de açúcar aqui cultivado e de excelente qualidade. O que agora possuem é bom, mas muito escasso, devido à existência de muitas plantações açucareiras nas Índias Ocidentais. Assim, não lhes vale a pena cultivá-lo embora, depois de refinado ou depurado, seja muito branco, cotando-se meia libra dele com o valor de uma libra de outras espécies de açúcar. Assim, embora consigam um produto de maior cotação, acham que lhes é muito mais proveitoso dedicarem-se aos vinhos, pelo que apenas produzem o açúcar indispensável aos gastos caseiros e ao fabrico de doces, indo ainda comprá-lo ao Brasil, às suas próprias plantações*” ³. Temos aqui, uma vez mais, uma clara alusão às plantações e engenhos madeirenses no Brasil.

Sobre Olinda, antes da entrada dos holandeses, dizia um historiador que “*o ouro e a prata era sem número, e quase não se estimava; o açúcar tanto, que não havia embarcações para o carregar, e não se podia dar vazão ao muito que havia, e daí os mimos e regalos que os pilotos faziam aos senhores de engenho e lavradores para lhes darem as suas cargas*”. E acrescentava: “*As festas e banquetes eram frequentes, para cujas mesas se importavam regularmente de Portugal e das suas possessões os mais delicados produtos. Só em vinhos consumiam-se anualmente muitos milhões de cruzados*” ⁴.

Face a esta conjuntura, não é de estranhar que, a uma primeira leva de madeirenses como povoadores do Brasil, se sucedessem outras com objectivos comerciais.

3. Mercadores

Diz-nos o autor das Grandezas do Brasil: “*Gente ... que trata de suas navegações e vem aos portos ... com suas naus e caravelas carregadas de fazenda que trazem por seu frete, aonde descarregam e adubam suas naus e as tornam a carregar.*”

Também, e referindo-se a João Fernandes Vieira, Felner afirma que “*atingindo Vieira a idade de 11 annos (...) partiu furtivamente para o Brasil (...) chega a*

¹ Numa sala da Santa Casa da Misericórdia da Baía pode ver-se o seu retrato, numa tela de Seiscentos, com a seguinte legenda: “Vera Efigide do Cap.^{am} Francisco Fernandes da Ilha, Carvall. ^o Profeço da Ordem de Santiago, natural da Ilha da Madeira, o qual fez m. to^s bens a esta cidade. Faleceo em 21 de Fevereiro do Ano de 1662. In Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.* pp. 304-305.

² *Ibidem*, vol. I, p. 305.

³ António Aragão, *ob. cit.*, p.158, citado por Alberto Vieira e Francisco Clode, *A rota do açúcar na Madeira*, p. 29.

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 527.

Pernambuco humilde e pobre, deixa logo o Recife, (...) vai para Olinda afim de não ser visto alli de muita gente que ia e vinha da Ilha cada anno”.¹

Efectivamente, o progresso económico do Brasil despertou a atenção da burguesia madeirense, que surge neste espaço geográfico à procura dos seus produtos. O açúcar vai atrair primeiro esta classe. Aliás, o recurso ao açúcar brasileiro foi a solução possível encontrada pelos madeirenses para debelar a crise da indústria açucareira na Ilha. Este açúcar, que vai ser exportado pela Madeira para o mercado europeu, irá ser, também, utilizado no consumo interno, nomeadamente na indústria de confeitos e conservas cujo valor económico era tão grande que a Ilha não se coibiu de importar açúcar do Brasil para esta indústria². Note-se que, em 1680, se importaram do Brasil 2.575 arrobas de açúcar para o fabrico de casca³. Aliás, esta situação vai manter-se pois que, através de uma informação fornecida a D. António Jorge de Melo, governador da Ilha da Madeira de 1698 a 1701, temos conhecimento que “*é a casquinha negócio muito grande porque há anno que se carregão com aquella terra mais de 20 embarcações de hu so doce para o qual he necesareo comprar assucar da terra ou mandalo vir do Brasil*”⁴. Também o Convento da Encarnação, Misericórdia do Funchal e Recolhimento do Bom Jesus adquiriam, assiduamente, açúcar da Ilha ou do Brasil para o consumo interno⁵.

Este comércio do açúcar do Brasil foi desde cedo alvo da legislação real a limitá-lo. Assim, em 1591, foi proibida a descarga de açúcar vindo do Brasil no porto do Funchal, medida que não produziu os efeitos desejados, na medida em que, na vereação de 17 de Outubro de 1596, encontramos uma reclamação junto da coroa para a aplicação plena de tal medida proibitória⁶. Em 1598, Filipe I interfere, atendendo assim às reclamações dos donos de engenho madeirenses, prejudicados com a entrada do açúcar brasileiro e com a possibilidade da perda de reputação da sua qualidade, e evitando também o entendimento com os holandeses e o subsequente contrabando na Pérola do Atlântico.

A partir de Dezembro de 1611, estipulou-se que a venda do açúcar brasileiro só seria possível após o esgotamento do madeirense e, após a Restauração da independência de Portugal, o comércio com o Brasil foi alvo de mais regulamentações. Primeiro, foi a criação do monopólio do comércio com o Brasil, através de uma companhia, depois o estabelecimento do sistema de comboios para maior segurança da navegação.

¹ Idem, “João Fernandes Vieira”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, Typ. de F. P. Boullitreau, 1906, vol. XII, n.º 67, p. 189.

² José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. I, p. 324.

³ ANTT, PJRFF, n.º 954, citado por Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 139.

⁴ João Cabral do Nascimento, *Documentos para a História das capitanias da Madeira*, Lisboa, 1930, citado por Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 139.

⁵ Alberto Vieira e Francisco Clode, *ob. cit.*, p. 140.

⁶ Alberto Vieira, *A Madeira e o Novo Mundo Atlântico nos séculos XVI e XVII*, Comunicação apresentada no colóquio alusivo ao IV Centenário da morte de Gaspar Furtuoso, Açores, 1994, texto que nos foi gentilmente cedido pelo seu autor, ao qual desde já agradecemos.

A primeira frota da companhia geral do comércio do estado do Brasil, comandada pelo Conde de Castelo Melhor aportou ao Funchal em Novembro de 1649, para aí carregar vinho. Será através desta frota que o madeirense Diogo Fernandes Branco, enviará para o Brasil, para João Velho Gondim marmelada esperando receber, no regresso, açúcar ¹. Note-se que, contrariamente ao que vaticinara Fernão Cardim ², a Madeira continua, no século XVII, a exportar marmelada para o Brasil.

A partir de 1650, os Açores e a Madeira podem enviar isoladamente dois navios com capacidade para 300 pipas com os produtos da terra, que seriam trocados por tabaco, açúcar e madeiras. Será, aliás, na segunda metade do século XVII que o açúcar brasileiro se revelará um componente importante do comércio madeirense, situação a que não é alheio o facto de que, e como muito bem observou Helbert S. Klein, “as décadas a meio do século XVII serem o apogeu do domínio brasileiro no mercado europeu de açúcar” ³. Assim e para o período de 1650-1691, Alberto Vieira identificou 39 navios provenientes da Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, com mais de 10.722 caixas de açúcar para a Madeira ⁴.

Mas, e também aqui, se fazia sentir a presença de embarcações não autorizadas que se serviam de vários expedientes para ultrapassar a legislação em vigor. Declaravam que tinham sido vítimas de um naufrágio ou de ameaças de corsários e descarregavam o açúcar transportado no porto do Funchal.

Em boa verdade, o ataque dos corsários era um perigo real e a prová-lo estão, entre outros, o saque, em 8 de Outubro de 1566, ao Funchal, por franceses ⁵ e o saque, em 1617, a Porto Santo, por corsários argelinos, que “*levarão a maior parte da gente que havia*” ⁶.

Da presença neste comércio de navios não autorizados nos dá conta o movimento de entradas no porto do Funchal. Efectivamente, no ano de 1650, entraram neste porto, quatro navios, descendo este número para três nos anos de 1652, 1660, 1661, 1665, 1676 e 1678. Para o ano de 1669, registam-se quatro embarcações, subindo este quantitativo para cinco em 1671 e em 1691, e para seis em 1681 ⁷.

Nestas trocas comerciais com o Brasil, a Ilha da Madeira participou assim com navios que transportavam vinho, vinagre, roupas e outros produtos manufacturados com que obtinha, não só o rendoso açúcar, mas também, tabaco e pau-brasil.

¹ Alberto Vieira, *O Público e o Privado na História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, vol. I, pp. 119-121.

² Citado por David Ferreira de Gouveia, “Um colono Madeirense em São Paulo no século XVI (visto através de inventários)”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1981, n.º 1, p. 144.

³ Herbert S. Klein, “A experiência da escravatura nas Caraíbas: uma perspectiva comparativa”, Alberto Vieira, *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 144.

⁴ Alberto Vieira, *A Madeira e o Novo Mundo Atlântico nos séculos XVI e XVII*, Comunicação apresentada no colóquio alusivo ao IV Centenário da morte de Gaspar Furtuoso, Açores, 1994.

⁵ Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoreana - Ega, 1979, pp. 327-334.

⁶ Anais do Museu Paulista, 3, 2ª parte, 50/51, in Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. II, p. 161 e nota de rodapé nº 86, da mesma página.

⁷ Alberto Vieira, *O Público e o Privado na História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, vol. I, p. 30.

Note-se, entretanto, que o vinho era um dos principais produtos na exportação da Madeira para o Brasil. A provar esta nossa afirmação estão muitas das cartas do já citado Diogo Fernandes Branco, que surge, em 1676, como sócio do governador da Madeira, João de Saldanha ¹.

Note-se que nesta centúria de seiscentos encontramos, na Baía, dois abastados comerciantes ligados à Ilha da Madeira. São eles: Diogo de Aragão Pereira, das famílias Aragões e Camelos Pereiras da Ilha da Madeira, e o funchalense Baltasar de Aragão e Sousa Bangalo, da família Aragão da Madeira. D. Catarina de Aragão de Ayala, natural da Baía, respectivamente neta e bisneta, dos referidos comerciantes casou-se com um cunhado de Zenóbio Accioli, D. Félix de Bethencourt e Sá, que residia na Baía ². Também em Fevereiro de 1611, fazia comércio com o Brasil um navio do Funchal, de que era mestre João Fernandes e senhorio Gaspar das Neves ³.

O quadro não estaria, no entanto, completo se não referíssemos o tráfico negreiro que faz parte do circuito triangular, para o qual os madeirenses criaram a sua própria rede de negócios, com contrerrâneos seus fixos em Angola e no Brasil. E embora a documentação coeva seja avara no respeitante à naturalidade dos mercadores que participavam neste comércio, sabemos que um deles, Diogo Fernandes Branco, era natural da Madeira. Este funchalense exportava vinho para Angola recebendo, como pagamento, escravos que vendia, no Brasil, por açúcar. De 1649 a 1652 este mercador enviou, para o Brasil, 133 pipas de vinho. Acresce-se ao exposto que seu pai e tios se tinham, também, dedicado ao comércio transatlântico ⁴.

A estes casos poderíamos juntar o de Francisco Fernandes Furna, exemplo documentado por um alvará régio, de 12 de Dezembro de 1642, que nos dá conta de que este madeirense enriquecera no Brasil com o negócio dos escravos e açúcares. Este alvará permite a este natural da Ilha da Madeira, armar uma nau para comercializar com Moçambique, Índia e China ⁵. Também João Fernandes Vieira fazia trato com a Guiné ⁶.

4. Criadores de gado

Ainda no aspecto económico convirá também não esquecer o papel dos madeirenses como criadores de gado no Brasil. Nos lugares onde as condições

¹ João Cabral do Nascimento, *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, Separata dos "Anais", vol. VII, p. 440.

² David Ferreira de Gouveia, "Talvez Genealogia", *Isleña*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, n.º 3, p. 133-134.

³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1580-1640)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2.ª edição, 1990, vol. IV, p. 245.

⁴ Alberto Vieira, *ob. cit.*, vol. I, pp. 8-11 e 13.

⁵ Ms. de Nuno F Câmara - Caderno 3º - Apontamentos diversos sobre escravos, in Alberto Artur Sarmento, *Documentos e Notas sobre a época de D. João IV na Madeira 1640-1656*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1940, p. XXX.

⁶ João Cabral do Nascimento, "A Madeira nos arquivos nacionais, Arquivo Histórico Colonial", Carta de 21 de Setembro de 1676 para João Fernandes Vieira, códice 1162, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, pp. 234-235.

climáticas não permitiram a cultura da cana-de-açúcar, procedeu-se à criação de gado bovino, indispensável ao trato das lavouras e dos engenhos sobretudo para o transporte de cana e de lenha. A criação de gado fornecia, além do transporte, força motriz para as moendas mais simples, alimento para a população e produção de couros para o mercado externo. Mais uma vez aqui se revela o contributo da Ilha da Madeira no envio das primeiras cabeças de gado que entraram no Brasil ¹. Aliás, também os madeirenses se dedicaram, no Brasil, à criação de gado. A título de exemplo, gostaríamos de nomear Pedro Leme ² e Gabriel Cristóvão de Menezes, natural da vila de Machico, que foi para o Brasil enviado por seu tio António Rodrigues da Silva, em cuja companhia foi criado desde pequeno. Seria de uma “*boa família da Ilha, morgado, mas muito estroina, pelo que a família o mandára à falsa fé para o Brasil, em companhia dum tio armador, que o entretêra a bordo até á saída da embarcação*” ³. Gabriel Cristóvão de Menezes era filho de António Moniz Barreto e de D. Teodora. A 7 de Agosto de 1726, obtém a primeira sesmaria no Brasil. Através da devassa de 6 de Dezembro de 1728, temos conhecimento de que, aos vinte e nove anos, era criador de gado ⁴.

Eis, pois, referenciada e comprovada a participação activa dos madeirenses na economia brasileira. Importa agora demonstrar o mesmo protagonismo na defesa de Terras de Vera Cruz.

5. Madeirenses na defesa militar do Brasil

Posicionado na margem ocidental do Atlântico, o Brasil suscitou, desde cedo, a cobiça de corsários e piratas e sobretudo de armadores franceses, holandeses e ingleses que pretendiam aí comercializar e até instalar-se. Esta situação tornou imperiosa a defesa da América Portuguesa.

Aqui, uma vez mais a documentação coeva revela o activo protagonismo dos madeirenses nesta árdua tarefa de manutenção e defesa das praças brasileiras. De facto já Max Justo Guedes salientava que “tanto na resistência, quanto na restauração, foi da maior transcendência o papel das Ilhas Atlânticas; já o seu posicionamento geográfico (...) antecipava tal papel, balizas e rendez-vous que eram as esquadras e armadas sucessivamente enviadas “ ⁵.

Esta acção foi evidente e imprescindível no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, destacando-se a presença madeirense nas diversas armadas de socorro a Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, enviadas do Reino, nas levas levantadas

¹ Alfredo Boulos Júnior, *História do Brasil*, São Paulo, Editora FTD SA, s/d, vol. I, p. 47.

² David Ferreira de Gouveia, “Um colono Madeirense em São Paulo no século XVI (visto através de inventários)”, *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1981, n.º 1, p. 146.

³ João José Maria Francisco Rodrigues d’Oliveira, *Quintaes (da Ilha da Madeira) no Estado do Ceará (Brasil)*, Funchal, s/e, 1938, p. 7.

⁴ *Ibidem*, p. 7.

⁵ Max Justo Guedes, “As Ilhas Atlânticas e a sua contribuição à Restauração do Nordeste Brasileiro, S. Paulo”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 587.

na Ilha da Madeira e no contributo monetário e de géneros alimentares solicitados aos habitantes da Pérola do Atlântico.

Na linha da política de defesa de Terras de Vera Cruz, surge o plano de divisão do Brasil em capitánias, em 1534, que parecia o mais adequado para impedir o acesso de mercadores estrangeiros, promover o povoamento e arroteamento das terras e edificar fortalezas nos portos. É de realçar que esta divisão administrativa do Brasil tinha sido já utilizada anteriormente na Madeira e, para além das conjecturas sobre Pedro de Góis, de que falaremos a seguir, o certo é que o madeirense Francisco de Aguiar (bisneto de Diogo Afonso de Aguiar e da terceira filha de João Gonçalves Zarco), será capitão da capitania do Espírito Santo, no Brasil, deixada por Vasco Fernandes Coutinho, seu tio, primo-irmão de seu pai ¹. Também o madeirense António Teixeira de Mello, filho de Pedro Gonçalves Ferreira e de Ana de Melo, será contemplado por mercê régia, de 2 de Agosto de 1647, com a capitania do Pará, por 6 anos. Finalmente, o capitão Pedro Vogado, natural da Ilha da Madeira, governou a capitania de Itamaracá ou Santa Cruz, na ausência do capitão João Gonçalves ².

Quanto a Pedro de Góis, que suspeitamos ser madeirense, foi-lhe atribuída a capitania de S. Tomé. A ele faz referência Frei Vicente do Salvador, nos seguintes termos: “*fidalgó honrado muito cavaleiro*” que “*pela afeição que tomou à terra pediu a el-rei D. João que lhe desse nela uma capitania, e assim lhe fez mercê de cinquenta léguas de terra ao longo da costa ou as que se achassem donde acabassem as de Martim Afonso de Sousa, até que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho*” ³.

Para além destes factos, temos conhecimento ainda de madeirenses que foram com os capitães donatários para o Brasil. Efectivamente, quando D. João III doou a Luís de Melo da Silva a capitania do Maranhão este partiu de Lisboa com três naus e duas caravelas, “*com trezentos homens de pé e cinquenta de cavalo, além de muitas mulheres*” ⁴ perdendo-se, em Novembro de 1554, no Maranhão, “*nos esparcéis e baixos da barra, e morreu a maior parte da gente que levava, escapando só ele com alguns em uma caravela, que ficou fora do perigo, e dezoito homens em um batel, que foi ter à ilha de São Domingos*” ⁵. Como já referimos oportunamente, Pedro Moniz e Vasco Moniz, naturais da Ilha da Madeira, embarcaram nesta Armada e perderam-se com ela ⁶.

Mas a costa do Brasil continuava a ser ameaçada, sobretudo pelos corsários franceses. Em 1548, e comprovando essa realidade, dizia o nosso já referenciado Luís de Góis: “*Se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre estas capitánias e costa do Brasil, ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra*”

¹ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 10.

² Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. I, p. 216.

³ Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, p. 106.

⁴ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo I, p. 263.

⁵ Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, p. 129.

⁶ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, p. 394.

1. E tinha razão, pois que, por duas vezes, tentou a França ocupar territórios portugueses no Brasil. A primeira para construir a França Antártica e a segunda a França Equinocial, objectivos que não serão atingidos, embora nesta última tentativa tenham os franceses erguido, em 1612, no Maranhão, o forte de São Luís.

No gorar destes planos franceses, foi importante a participação madeirense. Concretamente, Bartolomeu de Melo Berenguer, filho de Pedro Berenguer e de D. Maria da Câmara, militou na guerra do Maranhão e participou na restauração da cidade de S. Luís, assim como António Teixeira de Melo, a quem já nos referimos anteriormente, o qual obteve uma mercê régia, em 2 de Agosto de 1647, pelos seus serviços na conquista do Maranhão, em 1614. Este madeirense foi ainda eleito em 1642, pelo povo, capitão da cidade de S. Luís.

Mas a maior ameaça ao domínio português, no Brasil, ficou a dever-se aos holandeses que ocuparam as regiões produtoras de açúcar do Nordeste brasileiro. Dada a sua importância, os holandeses conquistaram Salvador, a capital brasileira, em Maio de 1624, de onde serão expulsos, em 30 de Abril de 1625.

Também aqui não se pode deixar de focar o papel desempenhado pelos madeirenses na defesa de Salvador do inimigo holandês. Efectivamente, Tristão de França foi com uma caravela em socorro da Baía e entrou em combate com os holandeses no Forte de Santo António e na Fortaleza do Mórro ². António de Freitas da Silva fez parte do exército que restaurou a Baía ³, assim como Manuel Dias de Andrade, nascido em 1585, na Madeira, herdeiro da casa paterna, que era capitão de um galeão da armada que atacou aquela cidade ⁴ e seu filho, Francisco de Andrade, que participou na armada de 1635, de socorro ao Brasil. O alvará de mercê de moço fidalgo a este madeirense, data de 21 de Abril de 1642, e observa que Francisco de Andrade continua, em 1642, a servir Portugal no Brasil. Mais afirma que a sua mercê lhe é devida também pelos serviços que seu irmão Fernão Dias de Andrade prestou no Brasil, de 1635 a 1639, data em que faleceu no incêndio de um dos navios da armada, e pelo contributo dado pelo seu pai, Manuel Dias de Andrade, desde 1624 a 1638 “*nas Armadas deste Reino, e Estado do Brasil e Ilha da Madeira, em praça de soldado, capitão e tenente do mestre de Campo General*” ⁵.

Igualmente importante foi o contributo de Manuel de Sousa Mascarenhas que, posteriormente, foi Governador da Ilha da Madeira. Era filho de Francisco de Sousa Pereira, Capitão de Pernambuco, e de D. Maria Mascarenhas. Seu filho, Francisco de Sousa Pereira (homónimo do avô), faleceu sem geração, na guerra de Pernambuco.

Após a expulsão dos holandeses de S. Salvador, estes continuaram, no entanto, a atacar navios carregados de produtos brasileiros, sobretudo de açúcar e, em Fevereiro de 1630, ocuparam Olinda, capital açucareira do Brasil. Era então um dos vereadores de

¹ Carta a D. João III, Santos, 12 de Maio de 1548, pub. por Pedro de Azevedo, “Documentos para a História do Brasil - Tomé de Sousa e sua família”, *Revista de História*, Lisboa, ano IV, 1916, n.º VII, pp. 68-69, e Carlos Malheiros Dias, *ob. cit.*, vol. III, p. 259.

² Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, p. LI.

³ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, “varões Ilustres” vol. III, p. 389.

⁴ *Ibidem*, vol. III, p. 389.

⁵ Arq. Geral da Câmara Municipal do Funchal, T.º 6, fs. 95 v. In Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, p. 30.

Olinda, António Vieira de Melo ¹, casado com Margarida Moniz, filha dos madeirenses Marcos Fernandes Bettencourt e Paula Antunes. E, coronel de um dos dois terços da Ordenança que havia em Olinda e seu termo, Pedro da Cunha de Andrade, “*em cuja ocasião procedeu com honra propria da sua pessoa, porque foi filho de Rui Gonçalves de Andrade, fidalgo da Ilha da Madeira e de sua mulher D. Leonor da Cunha*” ².

A perda de Olinda foi um grande choque para Portugal que, imediatamente, preparou frotas de emergência que enviou para a Baía, em 1630 e em 1631. Nelas salienta-se a de D. António Oquendo, que mostrou ser impossível reconquistar Olinda. Nesta armada participaram também madeirenses. É o caso do sargento-mór António Salvago de Sousa, filho de Gaspar Salvago, que, pelos serviços prestados no Brasil e na armada de D. Antonio Oquendo, recebeu do rei uma “*pensão de 30#000 réis em uma commenda da Ordem de Christo*” ³.

Fundou-se então o Arraial do Bom Jesus dando-se início à longa resistência portuguesa contra os holandeses, cujos contingentes aumentaram paulatinamente com “*elementos provenientes das capitánias vizinhas, bem assim das ilhas portuguesas do Atlântico, do próprio Portugal e também da Espanha*” ⁴.

Viveu-se então uma certa agitação na Madeira com as notícias do Brasil, tendo sido armadas algumas esquadras que irão dar o seu valioso contributo na defesa de terras de Vera Cruz contra o inimigo usurpador. Concretamente, em 1631, João de Freitas da Silva levantou, na ilha da Madeira e a suas expensas, uma companhia de 100 homens, com os quais foi servir em Pernambuco, onde foi morto pelos holandeses ⁵. Como morreu solteiro, foi seu tio, Brás de Freitas da Silva, que recebeu, em 7 de Agosto de 1647, uma mercê do rei pelos serviços prestados pelo seu sobrinho ⁶. Era filho de Bernardo de Freitas da Silva e de D. Leonor da Silva e Vasconcelos, pertencendo, assim, à família dos Freitas da Madalena do Mar, que veio também a distinguir-se em Pernambuco, através de Jacinto de Freitas da Silva e de seus filhos João de Freitas da Silva, Duarte de Albuquerque ⁷, Luís de Albuquerque ⁸, e António de Freitas da Silva. Este último foi capitão nas guerras de Pernambuco, general da Armada Real e comendador na de Cristo, para além de ter participado na restauração do

¹ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 66. Em 1648, continuando vereador em Olinda foi encarregado de conduzir gados do Rio de São Francisco para o exército pernambucano. Foi Capitão de cavalos durante a guerra e posteriormente sargento mor da Comarca. *Ibidem*, vol. I, p. 204.

² António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, p. 119.

³ *Livro de Portarias do Reino*, de 29 de Agosto de 1639. fl. 9.

⁴ *Novo Dicionário de História do Brasil*, “Holandeses”, pp. 337.

⁵ Registo Geral da Câmara do Funchal, tomo 5º, fl. 163, Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, vol. III, p. 387.

⁶ *Livro de Portarias do Reino*, fl. 46 v.;

⁷ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, pp. 293-298.

⁸ De Luís de Albuquerque, que também serviu na Armada de Portugal, procedem todos os Albuquerques da Madeira. Era bisneto por via materna de Jerónimo de Albuquerque, que foi para o Brasil com o seu cunhado Duarte Coelho, quando o rei D. João III lhe fez mercê e doação da Capitania de Pernambuco. Jerónimo de Albuquerque casou com a filha do principal que regia os gentios que se baptizou e tomou o nome de D. Maria Arcoverde. Depois de ter com ela sete filhos casou com D. Filipa de Melo, bisavó de Luís de Albuquerque. In Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 67.

Brasil, como vimos ¹. Aliás, quando F. A. Pereira da Costa se refere à capitulação do forte real do Bom Jesus do Arraial Velho, em 6 de Junho de 1635, observa que, de entre os moradores que se encontravam no forte, se contavam “*muitos homens nobres e ricos como António de Freitas da Silva, senhores de engenhos, lavradores e proprietários, os quais, violentamente conseguiram a sua liberdade a troco de dinheiro*” ².

Ainda na primeira metade do século XVII se levantaram na Madeira outras levadas, como a do madeirense Francisco de Betencourt e Sá que, em 1632, seguiu para o Brasil com o posto de Sargento-Mor, à frente de uma companhia de 100 homens, mantidos à sua custa. Levava consigo o seu filho mais velho, Gaspar de Bettencourt e Sá, de 12 anos de idade, a quem os holandeses deceparam um braço na viagem, durante um recontro que tiveram em pleno mar, dois dias antes de avistarem o porto dos Franceses ³.

Em Outubro de 1638, parte de Lisboa uma poderosa frota de auxílio a Pernambuco, comandada por D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre. Um dos mestres de campo era o madeirense Manuel Dias de Andrade ⁴ que tinha, como vimos, participado na restauração da Baía e que faleceu em Cabo Verde, quando a frota portuguesa aí aguardou a esquadra de Castela, durante vinte dias. Aliás, esta permanência em Cabo Verde custou muitas vidas e grande número de enfermos ⁵.

Através da mercê régia atribuída a Zenóbio Accioli de Vasconcelos, temos conhecimento que, também este, participou na armada do conde da Torre e acompanhou Luís Barbalho Bezerra na jornada a pé até à Baía que segundo Pedro Calmon “deu à história dessas lutas intermitentes um retoque de epopeia; inquietou e flagelou o estrangeiro que se julgava senhor do país, entre o Rio Grande e Sergipe; mostrou que a guerra continuava” ⁶.

Em 26 de Maio de 1639, D. Fernando Mascarenhas escreve ao rei nos seguintes termos: “*fico procurando bastimentos com o trabalho e cuidado que Vossa Magestade mandará ver da cópia de uma carta de D. Francisco de Moura, que vai com esta, esperando que venhão os navios de Buenos-Ayres e das capitánias do Sul, e os que Vossa Magestade deve haver mandado das ilhas*” ⁷. Será, com a chegada destes navios que o conde da Torre tentará investir contra Pernambuco. Num destes navios e durante a viagem para o Brasil, bebeu-se “*vinho de Sam Miguel e da Madeyra*” ⁸ e o mestre de campo D. Diogo Lobo ofereceu “*hum pam de assucar*” ao padre Pedro de Moura, visitador da Inquisição, que viajava na armada ⁹.

¹ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, vol III, p. 389 e Henrique Henriques de Noronha, vol. I, p. 297.

² Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 16.

³ Registo Geral da Câmara do Funchal, tomo 5.º, fls. 163-164 e Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 219 e 227.

⁴ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, p. 623.

⁵ Max Justo Guedes, *ob. cit.*, p. 572.

⁶ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. II, p. 626.

⁷ Melo Morais, *Brasil Histórico*, 2ª série, 1, 15 e 16, Rio, 1866, in Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 341.

⁸ Frédéric Mauro, *Le Brésil au XVII^e Siècle, documents inédits relatifs à L'Atlantique Portugais*, Coimbra, s/e, 1963, p. 26.

⁹ *Ibidem*, p. 48.

Para além dos soldados solicitados à Ilha da Madeira e aí instruídos, fardados e armados, foi-lhe também pedido desde 1633, assim como aos Açores, o fornecimento de uma parte do dinheiro necessário à Coroa Portuguesa para defender Pernambuco. Assim, é ordenado ao bispo governador do Funchal que a Ilha deve contribuir para este fim e à, semelhança dos Açores, com 30 mil cruzados ¹.

Em Setembro de 1642, o Maranhão dá o seu grito de revolta, não obstante ter chegado ao Brasil, em 30 de Agosto de 1642, o novo governador António Teles da Silva e com ele a notícia de uma trégua concertada entre Portugal e a Holanda. Foi cabeça de revolta António Moniz Barreiro, a quem sucedeu depois o madeirense António Teixeira de Melo. A este último se refere Henrique Henriques de Noronha, observando que era filho de Ana de Melo e de Pedro Gonçalves Ferreira e que este o criou em sigilo, porque sua mãe o deu à luz solteira. Mais acrescenta que foi enviado com poucos anos pelo seu pai para o Maranhão, onde serviu e foi capitão-mór e governador das armas, na ausência de António Moniz Barreiros. O *Livro de Portarias do Reino* contempla a mercê atribuída a este madeirense, nos termos que passamos a transcrever: “*mercê a Antonio Teixeira de Mello, natural da Madeira, filho de Pedro Gonçalves Ferreira, da capitania do Pará por 6 annos, e de 40\$000 réis de pensão em uma das commendas da Ordem de Christo, para os ter com o habito; pelos seus serviços na conquista do Maranhão em 1614 tendo sido expulsos os franceses, no socorro do Pará, tomada de uma lancha de hollandeses e do forte que os ingleses tinham na barra do Amazonas, sendo eleito em 1642, pelo povo, capitão da cidade de S. Luís*” ². Retenha-se o significado desta mercê régia.

Também Francisco de Varnhagen afirma que, no Maranhão “a conspiração teve a fortuna de encontrar à sua frente nobres caracteres, como foram os senhores de engenho António Barreiros e António Teixeira de Melo” ³. Este último, o libertador do Maranhão, foi mesmo acusado, perante os tribunais, por António Coelho de Carvalho, donatário de Tapuitapera, de ser o responsável pelo seu prejuízo de quatro mil cruzados, em consequência de ter obrigado os seus colonos aos trabalhos da guerra, acusação aceite pelo tribunal que, por sentença de 12 de Dezembro de 1646, o condena ao citado pagamento. No entanto, e talvez como reparação a tamanha injustiça, o rei, vendo-o reduzido à miséria, concede-lhe a capitania do Pará por seis anos ⁴.

Três anos depois do grito de revolta do Maranhão, e um ano depois do embarque do conde de Nassau para a Europa ⁵, os colonos portugueses liderados pelo madeirense João Fernandes Vieira, um dos favorecidos pela política holandesa, obtiveram a primeira grande vitória sobre o invasor holandês, no Monte das Tabocas, em 3 de Agosto de 1645. Em regozijo por esta estrondosa vitória, João Fernandes Vieira de quem adiante voltaremos a falar mais detalhadamente, liberta cinquenta

¹ João Cabral do Nascimento, *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, Separata dos “Anais”, vol. VII, p. 449.

² *Livro de Portarias do Reino*, 2 de Agosto de 1647. fl. 46.

³ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 327.

⁴ *Ibidem*, vol. I, tomo II, p. 330.

⁵ *Ibidem*, vol. I, tomo II, p. 332.

escravos seus que “*valentemente o haviam ajudado naquela ocasião*”, com a condição “*de o acompanharem e servirem na guerra enquanto durasse a emprêsa da liberdade*”

¹. Posteriormente e para comemorar este feito de armas, mandou a Câmara do senado da cidade de Olinda, em 1709, pintar um grande quadro a óleo sobre madeira ².

Homens da confiança de João Fernandes Vieira e que se juntaram a ele nesta insurreição foram entre outros, Amaro Lopes de Madeira em quem “*confiava muito de sua fidelidade, por ser homem que o merecia e ser natural de sua pátria e Ilha da Madeira e (...) um mancebo da Ilha da Madeira chamado Diogo da Silva, que lhe servia de secretário e sempre o acompanhou a seu lado, em todas as tramas, perigos e ocasiões de importância*”.³ Encontramo-lo já, em 17 de Junho de 1647, a secretariar a patente mais remota de que se tem conhecimento passada por João Fernandes Vieira ⁴.

Aliás, já anteriormente, em 23 de Maio de 1645, os conjurados tinham feito um pacto em que prometeram “*em serviço da liberdade não faltar a todo tempo que fôr necessario com toda a ajuda de fazenda e pessoas contra todo o risco que se offerecer contra qualquer inimigo, (...) para o que se obrigavam “a manter todo segredo que nisto convem, sob pena de que, quem o contrario fizer, ser tido por rebelde e traidor e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permittem ”* ⁵.

Dos assinantes deste pacto, ressalta, em primeiro lugar, João Fernandes Vieira, seguido de outros madeirenses ou seus descendentes, a saber, António Bezerra, António Cavalcante, Bernardim de Carvalho, Francisco Berenguer de Andrade, Amaro Lopes de Madeira e António Carneiro de Mariz ⁶.

Este protagonismo madeirense é observado por Varnaghen que, e referindo-se ao desentendimento ocorrido, em Julho de 1645, que opôs António Cavalcante e Bernardino de Carvalho, entre outros, a João Fernandes Vieira, observa que foram “*contra e a favor de Fernandes Vieira a tropa da Bahia, os filhos de Portugal e da Ilha da Madeira, e os eclesiásticos*” ⁷. Refira-se que também Fernando de Meneses Vaz salienta a importância do elemento madeirense na defesa dos direitos portugueses usurpados pelos holandeses, apontando, para além dos já referidos, os nomes do capitão João Nunes Vitória, que parece ter nascido na Ilha da Madeira, e de Cosmo de Castro, cujo sobrinho, o capitão António de Paços, se casou na Pérola do Atlântico. Todos se terão evidenciado desde a primeira hora do levantamento de Pernambuco ⁸.

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, p. 229. Vieira vai ainda mandar construir a igreja de Nossa Senhora do Desterro, situada junto à cidade de Olinda, em cumprimento do voto que fizera pelo bom êxito desta batalha. *Ibidem*, vol. IV, p. 281.

² *Ibidem*, vol. III, p. 227.

³ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, pp. 162-163.

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, pp. 210-211.

⁵ *Ibidem*, vol. III, p. 203-204 e José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 151.

⁶ Desta lista constam mais onze elementos, cuja naturalidade desconhecemos. São eles: António da Silva, Pantaleão Jorge da Silva, Luís da Costa Sepúlveda, Manuel Pereira Côte-Real, António Borges Uchôa, Bastião de Carvalho, Manuel Álvares Deusará, António Carneiro Falcato, Francisco Bezerra Monteiro, Álvaro Teixeira de Mesquita e o Padre Diogo Luiz da Silva. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 151.

⁷ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. II, tomo III, p. 22.

⁸ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 207.

Entretanto, com tropas da Baía, André Vidal de Negreiros, filho da portosantense Catarina Ferreira e Martim Soares Moreno desembarcaram perto de Serinhaém e tomaram o forte que os flamengos aí mantinham. Reunidas as duas forças marcharam para o Recife, obtendo nova vitória em Casa Forte, em 17 de Agosto de 1645. Neste local, e em represália à prisão dos capitães Blac e Rick, estavam prisioneiras dos holandeses, entre outras, as esposas dos madeirenses Francisco Berenguer de Andrade e António Bezerra, respectivamente, D. Ana Bezerra (sogra de João Fernandes Vieira) e D. Isabel de Góis, que serão libertadas por Vidal e Vieira ¹.

Esta batalha consagrada com o nome de Batalha da Casa Forte foi lembrada pelo Instituto Histórico Pernambucano, em 15 de Novembro de 1918, que na capela, do engenho da Casa Forte colocou uma lápide comemorativa desse feito, onde se pode ler: “*Neste local, denominado outrora Engenho Ana Pais, a 17 de agosto de 1645, o exército pernambucano dirigido por Vieira, Vidal, Dias e Camarão, combateu uma coluna holandesa que havia raptado matronas pernambucanas e se fortalecido na casa de moradia à direita da igreja, resultando vitória para os libertadores, com o aprisionamento completo dos inimigos*” ².

Como centro das operações, fundou-se, então, próximo do Recife, o Arraial Novo, onde, em 7 de Outubro de 1645, João Fernandes Vieira foi aclamado governador, assinando o termo de aclamação, entre outros, o juiz ordinário Francisco Berenguer de Andrade ³.

Em 16 de Janeiro de 1646, o rei, considerando “*o muito que importa enviar ao Brasil os mais esforçados socorros que for possível*” ⁴ encarregou Francisco de Figueiroa de levantar nas Ilhas da Madeira e dos Açores um terço de infantaria “*ou o maior número dela que pudesse ser*” ⁵ e, em 17 de Março, ordenou que “*os capitães nomeados para o terço de Francisco Figueiroa se embarcassem logo para as Ilhas a tomar posse das companhias e fazer viagem*” ⁶. Na Consulta do Conselho, em 27 de Abril de 1646, encontra-se o detalhe da formação desse contingente: -“*De presente estão para partir quatro capitães para as Ilhas, onde Vossa Magestade tem nomeado o levante Francisco de Figueiroa, e quinhentos infantes; e porque o Conselho é entendido que vão todos em direitura à Ilha da Madeira, para dali irem às outras ilhas de barlavento, pareceu lembrar a Vossa Magestade que será grande a dilação e se dificultará o socorro indo nesta forma, e que convém que vão, daqui, dois capitães à ilha da Madeira e dois à ilha dos Açores e que estes levem duas caravelas para levarem gente à Baía, porque poderão lá faltar, e muito que isso não possa ser, por falta de caravelas e a respeito da brevidade com que convém se obre neste negócio, se deve ordenar, que esta caravela em que vão estes capitães para a Ilha da Madeira, vá*

¹ Francisco Adolfo de Varnaghen, ob. cit., vol. II, tomo III, p. 31.

² Francisco Augusto Pereira da Costa, ob. cit., vol. III, p. 233.

³ *Ibidem*, vol. IX, Recife, 1983, p. 279.

⁴ José António Gonsalves de Mello, ob. cit., vol. II, pp. 27.

⁵ *Ibidem*, vol. II, pp. 27.

⁶ *Ibidem*, vol. II, p. 28.

*pela ilha de S. Miguel e bote ali um capitão e vá botar outro na Terceira, e nas mais ilhas vão levantar a sua companhia, e que os outros dois capitães e sargentos-mór passem na caravela à ilha da Madeira, onde está o Mestre de Campo, levando armas para estes quinhentos infantes, deixando a cada companhia cem armas, para armar a sua companhia e munições necessárias, dando-lhe caixas e bandeiras”*¹.

Aliás, em 2 de Maio de 1645, o governador da Madeira, Manuel de Sousa Mascarenhas, profundo conhecedor dos problemas enfrentados pelo Brasil, tinha escrito ao rei, sobre o auxílio humano e a pólvora que podia enviar da Madeira para o Brasil². Francisco Figueiroa, que estava na altura na Madeira, terra de onde era oriundo, e também tinha militado na Baía, foi o escolhido para comandar esta nova leva de quinhentos madeirenses, como mestre de campo.

Nas indicações que recebeu Francisco de Figueiroa, consta que das companhias de ordenança madeirenses pode “*tirar duas ou três pessoas, solteiras, provendo-as de armas, não ficando a Ilha desprevenida delas*”³. O Terço dos Ilhéus, como ficou conhecido, só chegou à Baía em 1647, seguindo depois para Pernambuco, onde participou, activamente, na última fase da guerra contra o invasor batavo⁴. A esta leva se refere Pedro Calmon que observa que os holandeses não podiam contrabalançar a perda de África com o ataque a Francisco Barreto no Arraial “*onde se reforçara com o terço das ilhas (do Mestre-de-Campo Francisco de Figueiroa)*”⁵.

Foi ainda solicitado à Ilha da Madeira que, face ao aprisionamento por parte dos holandeses, de alguns navios portugueses com mantimentos, com destino ao Brasil, a Madeira contribuisse da melhor forma possível. Este apelo foi bem sucedido. Também em 11 de Agosto de 1650 é enviada uma carta régia ao Governador da Madeira, Manuel Lobo da Silva, ordenando-lhe o envio de mantimentos para o Brasil, porque os navios ingleses os tinham tomado à saída da barra de Lisboa, ao mesmo tempo que é solicitado à população madeirense a ajuda através de mantimentos à Baía e portos de Pernambuco, o que será tido “*em grande serviço*”⁶.

A 26 de Dezembro de 1647, tomou posse na Baía o 18º governador, D. António Teles de Meneses, que foi acompanhado de vários soldados provenientes das levas levantadas por todo o País. De destacar nesta armada, como capitão, a presença do madeirense Aires de Ornelas de Vasconcelos, filho de Brites de Maris e de Agostinho de Ornelas de Moura, nascido em 1620. E a de Tristão de França, como capitão de mar

¹ Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal; *Registo Geral*; Tomo VI, fls. 66 a 77 v. Citado por Alberto Artur Sarmiento, *Ensaio Histórico da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1947., vol. II, pp. 31-32.

² Alberto Artur Sarmiento, *Documentos e Notas sobre a época de D. João IV na Madeira 1640-1656*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1940, p. XLI.

³ Alberto Artur Sarmiento, *Ensaio Histórico da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1947, vol. II, p. 32.

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 361.

⁵ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. III, página 703.

⁶ *Livro das Vereações*, in Alberto Artur Sarmiento, *Documentos e Notas sobre a época de D. João IV na Madeira 1640-1656*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1940, p. LIII.

e guerra, valoroso madeirense que se distinguiu nas guerras do Brasil e que foi cavaleiro de Cristo e fidalgo da Casa Real ¹.

Em 19 de Abril de 1648, os holandeses são vencidos pelos insurrectos na primeira das batalhas dos Guararapes, tornando assim irreversível a sua expulsão do território brasileiro que se tornará realidade seis anos depois. Como referiu Pedro Calmon, “*Sigismundo Schoppe não perdera somente a batalha, perdera a guerra*” ².

Nesse ano, o conselho Ultramarino é informado, pelo Dr. Gaspar Machado de Barros, que é possível organizar mais uma campanha de infantaria na Ilha da Madeira para socorrer o Brasil ³. De facto, em 2 de Agosto de 1648, pediu o Conselho Ultramarino, “*que se tirem da Ilha da Madeira, os soldados, pela necessidade de que há deles no Rio de Janeiro, como porque da Ilha serão mais certos e menos custosos e mais fáceis de conduzir que deste Reino, em que as levas das fronteiras são tão contínuas e dificultosas e os efeitos, de que a despesa se pode fazer, parece, devem ser de algumas cobranças que na Ilha se fizeram e de outros efeitos da Fazenda Real que não estiverem aplicados a consignações*” ⁴. Para esta nova leva, foi escolhido como capitão um nobre da ilha da Madeira, D. Francisco Henriques, que seguiu para o Brasil, em 1649 ⁵.

Note-se que o envio de soldados da Ilha da Madeira para terras de Vera Cruz não findou com o término da guerra contra os holandeses. Efectivamente, em 2 de Fevereiro de 1698, é solicitado ao governador da Madeira, Pantaleão de Sá e Melo, o envio de duzentos soldados, para o Estado do Maranhão, que são prontamente enviados a 10 de Abril do mesmo ano. Da prontidão com que foi executada esta ordem pelo governador, ele mesmo nos dá conta através da sua carta ao rei, datada de 30 de Abril de 1698. Pelo seu valor probatório, justifica-se a transcrição integral que se segue: - “*Das cartas que Vossa Senhoria me escreveo para fazer duzentos soldados para o Estado do Maranhão me chegou a primeira em 2 de Fevereiro; e porque Vossa Senhoria na margem da mesma carta que tendo o Cappitam do navio em que esta gente se havia de embarcar determinado partir com as Naos da India se rezolvia a fazer viagem nos primeiros de Março, procurey que os duzentos homens estivessem prompts para quinze do ditto mez e foy tam sucedida, supposto que com grande trabalho, a minha deligencia, que pude conseguir o effeito do ditto delle ainda antes do dia, que emtendi poderia bastar, para se não deter o navio, por causa desta gente, que havia de levar. Em quatorze de Março estavam os duzentos homens prompts de tudo o necessario com mais comviniencia da fazenda de Sua Magestade como tambem por cauza da minha deligencia, aproveitandoa pellos pymeiros, que me offereceo a occazião; e chegando o dito navio em quatro de Abril, o fiz partir a dez deste referido mez.*”

¹ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, vol. III, p. 389.

² Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. III, pág. 701.

³ José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. II, p. 857.

⁴ Arq. Hist. Ult. Consultas mixtas, fl. 167, Alberto Artur Sarmiento, *Ensaio Histórico da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1947, vol. II, p. 33.

⁵ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 33.

A gente, que mandei asentar praça, fardei e remeti, foy toda de idade, que consta, do pé da lista incluza, sem cauza que os pudece justamente e sem achague algum, que lhe pudece ser de empedimento para servir. Levarão todos espadas, que com adevertencias sobre a minha deligencia, descubri, para que não fossem sem elas; e na proporção dos corpos, puderão ter prestimo de soldados, se os fizer a disciplina militar e o poderião ser nessa Corte se fossem para ella.

Valime do credito do Conselho da fazenda, na quantia de 2256V375 de que passei letras, que o Provedor remete pela via, a que toca. Estimarey ter acertado nesta deligencia, por ser do serviço de Sua Magestade e por que Vossa Senhoria ma encarregou, a quem muito especial devo obedecer e servir. Deos guarde a Vossa Senhoria muitos annos. Funchal em 30 de Abril de 1698. Mayor servidor de Vossa Senhoria Pantaleão de Sá e Mello” ¹.

Ainda nos finais do século XVII foram enviados militares sob o comando do sargento-mor de Machico, Cristovão de Ornelas de Abreu para o Rio de Janeiro e para Santa Catarina ².

Também durante o governo de D. João de Abreu Castelo Branco, como governador da Ilha da Madeira (1733-1737), se organizou uma leva de trezentos soldados para a guarnição da colónia de Santa Catarina ³.

Entretanto, em Fevereiro de 1649, a segunda batalha dos Guararapes tinha sitiado, definitivamente, os holandeses no Recife. Nesta batalha, os holandeses perderam dez bandeiras, entre as quais “*como despojo de maior estimação e de maior preço o estandarte-general, que ficou em poder de João Fernandes Vieira*” , como refere F. A. Pereira da Costa, citando frei Rafael de Jesus ⁴.

Para comemorar as duas batalhas dos Guararapes, mandou a câmara do senado de Olinda, em 1709, pintar dois painéis sobre madeira para decoração do paço municipal, representando estes dois confrontos bélicos e, com o mesmo objectivo, é alterado, em 1870, o nome da Rua Nova do Pilar ou Rua Nova de Santo Amaro para Rua dos Guararapes. A segunda batalha será relembrada em 1781 pelo governador José César de Menezes, ao mandar pintá-la no forro do coro da igreja de Nossa Senhora dos Militares, no Recife ⁵.

Neste segundo recontro participaram vários madeirenses entre os quais gostaríamos de mencionar, para além de João Fernandes Vieira, Agostinho César de Andrade, de quem o autor dos *Anais Pernambucanos* diz que “*tendo servido com distinção na campanha contra os holandeses (...) serviu êle na Bahia e em Pernambuco, desde 1647 até 1654, em praça de soldado, alferes, e capitão de auxiliares e de cavalos, achando-se em tôdas as ocasiões que se ofereceram naquela*

¹ João Cabral do Nascimento, “Carta do Governador da Madeira, Pantaleão de Sá e Melo”, Arquivo Histórico Colonial, *Madeira e Porto Santo*, 1698, in *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII, pp. 236-237.

² Rui Carita, “O código de Santa Catarina, suas fortalezas e seus uniformes, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 77.

³ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 169.

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol VIII, p. 336.

⁵ *Ibidem*, vol. V, pp. 153-155.

campanha, na segunda batalha dos Guararapes, nas avançadas que o inimigo deu à estância do Governador Henriques Dias, na jornada que o sargento-môr António Dias Cardoso fez à campanha do Rio Grande, na tomada das fortalezas das Salinas, Casa do Rêgo e do Altaná, e das mais que os holandeses ocupavam em Pernambuco, e passando à capitania da Paraíba ocupar os postos de capitão de auxiliares e depois de cavalos, até tornar para Pernambuco, onde assentou praça de reformado na companhia do mestre-de-campo Gaspar de Sousa Uchoa, sendo enfim provido no pôsto de coronel das companhias da ordenança da capitania de Itamaracá e seu têrmo” ¹.

Agostinho César de Andrade vai receber ainda, por provisão lavrada no Recife, a 13 de Fevereiro de 1654, um escudo de vantagem sobre qualquer soldo, cada mês, “*em respeito ao bem que serviu na guerra contra os holandeses, e assinaladamente ao valor com que procedeu nas lutas de recuperação de Pernambuco, correspondendo bem às obrigações do seu cargo, e pelo ânimo, satisfação e talento com que sempre se portou”* ².

Em 10 de Março de 1649, e face à agudização das campanhas de Pernambuco e ao ataque dos holandeses ao comércio com o Brasil ³, cria-se a Companhia Geral de Comércio do Brasil, de cujo conselho de administração fazia parte o madeirense Francisco Fernandes Furna ⁴. A primeira esquadra da companhia saíu de Lisboa, a 4 de Novembro de 1650, levando a bordo o novo governador do Brasil, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 2º conde de Castelo Melhor, casado com a futura 5ª condessa da Calheta e 9ª donatária da capitania do Funchal ⁵.

Aproveitando a guerra que se iniciou entre os Países Baixos e a Inglaterra (Maio de 1652 e Abril de 1654), D. João IV autoriza o auxílio da esquadra da Companhia de Comércio para o bloqueio do Recife e simultaneamente escreve a João Fernandes Vieira solicitando apoio para tal empreendimento ⁶.

Em fins de 1653, uma armada desta companhia cercou o Recife por mar, enquanto as tropas dos insurrectos investiam por terra. Coube ao terço de João Fernandes Vieira iniciar, no dia 15 de Janeiro, o ataque às fortificações holandesas. Em 26 de Janeiro de 1654, as forças holandesas capitularam na Campina da Taborda e, no dia seguinte, as tropas vencedoras ocuparam o Recife, tendo mais uma vez o terço de Vieira o privilégio de ser o primeiro a levar a cabo tão esperada e desejada missão. E junto ao Arco ou Porta do Bom Jesus “*forão entregues ao Mestre de Campo João Fernandes Vieira as chaves de todos os Almazens de armas, munições e bastimentos que o inimigo tinha”* ⁷. Simultaneamente, os mestres de campo André Vidal de

¹ *Ibidem*, vol. IV, Recife, 1983, pp. 70-71.

² *Ibidem*, vol. IV, p. 71.

³ Devido à acção da marinha holandesa e segundo C. R. Boxer *Os Holandeses no Brasil*, Portugal perdeu no comércio com o Brasil 108 navios em 1647 e 141 em 1648. Citado por Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1460-1750)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2ª edição, 1980, vol. V, p. 118.

⁴ *Ibidem*, vol. V, p. 120.

⁵ Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, vol. II, p. 29.

⁶ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, pp. 123-124.

⁷ *Ibidem*, vol. II, pp. 129-130 e Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. II, p. 206-207.

Negreiros, filho de uma porto-santense e o madeirense Francisco de Figueiroa, com os seus respectivos terços, tomaram posse da fortaleza de Santo António, da cidade Maurícia e “*dos castelos de mar e terra sendo todas as forças desarmadas e as praças tomadas pelos insurrectos pernambucanos*”¹.

Estava concluída a Restauração Pernambucana e, para comemorar este glorioso evento, é alterado, em 1870, o nome da Rua da Guia para Rua da Restauração².

Note-se, entretanto, e em abono da verdade, que não houve praticamente nenhuma família madeirense que não tivesse dado o seu contributo para este desfecho final, tendo alguns filhos da Pérola do Atlântico ou seus descendentes perecido para que este feito tivesse lugar. É o caso, para além dos já citados, de: João Ornellas, filho de Álvaro de Ornellas de Vasconcelos e de sua 1ª esposa, Maria de Andrade Cortes, que morreu nas guerras do Brasil, sem geração; Garcia Homem de Sousa, filho de Manuel Homem da Silva e de D. Vicência Cabral que morreu, sem geração, queimado pelos Tapuias³; o filho de António Teixeira de Melo, que faleceu durante a luta contra os holandeses no Maranhão e do qual desconhecemos o nome⁴; e António Bezerra que recebeu um ferimento em combate, em 1637, vindo a falecer na Baía⁵.

Também Manuel Dias de Andrade, a quem já nos referimos, faleceu em Cabo Verde, em 1638, quando ia como mestre de campo e cabo na armada de Francisco de Melo, com destino à restauração de Pernambuco. Seu filho, Francisco de Andrade receberá uma mercê régia a que não é estranha os feitos de seu pai, que tinha participado ainda na restauração da Baía como capitão de uma nau⁶.

Igualmente o sargento-mor, natural da Madeira, Rui Calaça Borges, foi morto pelos holandeses, em 26 de Setembro de 1633, quando vinha apresentar-se da Ipojuca, onde era casado. Calaza recolhera-se com cinco companheiros numa casa desabitada em Guararapes, onde ia pernoitar. Foram atacados por trezentos holandeses “resistindo até morrerem todos”. Rui Calaça Borges foi o grande obreiro no desalojamento dos holandeses da Ilha de Fernão de Noronha⁷.

A estes nomes estamos convictos de que poderíamos adicionar muitos mais, se os documentos não se mostrassem avaros. No entanto, temos conhecimento de outros naturais da pérola do Atlântico que militaram nas guerras do Brasil e, embora nos arrisquemos a ser fastidiosos, gostaríamos de indicar mais alguns exemplos:

António da Fonseca de Ornellas embarcou, em 1634, num navio que saía da Ilha da Madeira em perseguição dos piratas que infestavam os mares e assim chega ao Brasil que encontra dominado pelos holandeses. Aí participa em vários combates até

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 259

² *Ibidem*, vol. II, p. 164 e volume VI, p. 50.

³ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, p. 342.

⁴ *Ibidem*, vol. I, tomo II, p. 330 e nota de rodapé nº 80 da mesma página.

⁵ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 203. Para além deles foram ainda nomeados para esta localidade, como capitães, João Nunes Vitória, António Borges e António da Silva, cuja naturalidade desconhecemos. Sobre esta matéria deve ler-se também a página 255, da mesma obra.

⁶ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, vol. III, p. 389.

⁷ Francisco Adolfo de Varnahagen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 247 e nota de rodapé nº 73, da mesma página.

1636, data em que é designado capitão de um dos navios que vieram ao Reino, na armada do capitão-mor D. Rodrigo Lobo. Mais tarde, é incumbido de ir de Angola ao Brasil avisar que esta primeira praça tinha sido ocupada pelos holandeses.

Gaspar Calaça Rodrigues que serviu na Restauração do Brasil. Era filho de Belchior Rodrigues Calaça e D. Antónia de Vasconcelos ¹.

Luís de Atouguia da Costa, nascido, em Junho de 1628, do matrimónio de Manuel ou Miguel ² de Atouguia da Costa com D. Maria de Castelo Branco, serviu nas guerras de Pernambuco ³.

João Rodrigues Pestana, filho herdeiro de Manuel Pestana e de Catarina Salvago, que foi para o Rio de Janeiro, onde foi Coronel e Sargento Maior. Aí casou com D. Antónia de Andrade e aí morreu em 1671 ⁴.

Manuel da Silveira Correia, avô de D. Ana Isabel Pessoa Bezerra que teve o foro de cavaleiro fidalgo, como consta de sua patente de capitão de infantaria paga na Paraíba, passada a 9 de Julho de 1646, e se acha registada na Livro 1 do Registo da Vedoria do exército de Pernambuco, e que depois foi ajudante de tenente de Mestre de Campo General da Capitania de Pernambuco, por portaria do Mestre de Campo General Francisco Barreto e Menezes, de 8 de Fevereiro de 1649, e por patente do Governador Geral António Teles, de 1 de Maio do dito ano. Teve um escudo de vantagem por alvará de 24 de Dezembro de 1654, registrado no Livro 1º da Vedoria, folhas 174 v ⁵.

António Fernandes Furna, filho de Manuel Pires e residente, em 1653, no Brasil que “*prestou ali serviços em todos os rebates de guerra, especialmente nas Alagoas e Pôrto Calvo*” pelo que obteve a capitania da fortaleza do Rio Grande por 6 anos e 20\$000 réis de tença cada ano com o hábito de Santiago ⁶.

Jorge da Fonseca Pimentel, filho de António da Fonseca Pimentel que teve o cargo de capitão de artilharia em 1652, na Baía ⁷.

O avô e o pai de Ambrósio Vieira de Andrade que participaram nas guerras de restauração de Pernambuco, pelo que obtiveram, como mercê régia, o cargo de Provedor da Fazenda na Madeira. Ambrósio Vieira de Andrade é nomeado para o referido cargo, em 1683 ⁸.

Manuel da Luz Escórcio Drumond que foi capitão da fortaleza de Santos. Seu genro, João Pereira de Sousa Botafogo foi capitão-mor da capitania de São Vicente

¹ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 400.

² Henrique Henriques de Noronha, no vol. III, da sua obra já citada, chama-lhe Manuel de Atouguia da Costa, na página 417 e Miguel de Atouguia da Costa, na página 415.

³ *Ibidem*, vol. III, pp. 415-417.

⁴ *Ibidem*, vol. III, p. 414.

⁵ A. J. V. B. da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, p. 267.

⁶ Cabral do Nascimento, *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, Separata dos “Anais”, vol. VII, p. 448.

⁷ *Ibidem*, p. 448.

⁸ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 131.

através de uma nomeação do governador D. Francisco de Sousa e, em 1596, levou uma bandeira ao sertão do rio Paraíba ¹.

Simão Machado de Miranda, que nasceu em Novembro de 1604, e foi auditor nas guerras do Brasil. Não teve geração ².

Participaram ainda nas campanhas do Brasil dois bisnetos de João Rodrigues Cabral (neto, por via materna de João Gonçalves Zarco), a saber Jorge Cabral de Aguiar que foi capitão nas guerras do Brasil, morrendo sem geração e seu irmão Manuel Cabral de Aguiar, que também serviu no Brasil, onde casou e teve filhos. O casamento de seus pais realizou-se em 1 de Agosto de 1587 ³.

A todos estes nomes não queríamos que faltasse referência a Domingos Gonçalves Távora, Jorge Martins de Meneses, filho de Diogo Pereira de Meneses, e a Matias Lopes, filho de André Martins, que foram recompensados pelo seu papel na defesa do Brasil contra os inimigos invasores. De mencionar também Francisco Vaz Aranha, filho de Baltasar Aranha, que esteve em Pernambuco e Francisco Martins Pereira, filho de Gonçalo Pereira. Ainda Joane Mendes de Vasconcelos que ajudou, no Brasil, “a matar os flamengos” ⁴. Igualmente, Manuel Martins de Medina, filho de Manuel Martins, que se distinguiu no socorro de Itamaracá, e por isso obteve o foro de cavaleiro fidalgo por mercê régia de 11 de Setembro de 1640. Na mesma ocasião se notabilizou D. Jorge Henriques que levantara na Madeira uma companhia de soldados, pelo que lhe foi atribuída a mercê de 100\$000 réis de renda nos direitos de pescado da Ilha da Madeira ou da Alfândega da mesma Ilha ⁵. Ali esteve também Diogo da Costa do Quintal, filho de Jerónimo Cordeiro de Sampaio. Teve alvará de promessa de 40\$000 réis de pensão numa comenda da Ordem de Cristo, um ofício de justiça ou fazenda e hábito de Cristo e ainda “*de uma promessa na administração de uma capela, na Ilha de S. Miguel*” ⁶.

O Brasil dos séculos XVI e XVII surge-nos, assim, não só como um espaço operacional de combate para a juventude da ilha ⁷, como também para os seus progenitores. Lembremo-nos de Francisco Berenguer, sogro de João Fernandes Vieira, nomeado provavelmente no dia 15 de Maio de 1645, capitão da Várzea ⁸ que surge juntamente com o seu filho Cristovão Berenguer, contra os holandeses, no levantamento de Pernambuco. Contava 53 anos incompletos no primeiro dia da

¹ Francisco Adolfo de Varnhagem, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 99.

² Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. II, p. 380.

³ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 321-325.

⁴ Cabral do Nascimento, *ob. cit.*, p. 448.

⁵ *Livro de Portarias do Reino*, fls. 403 e 402 v.

⁶ *Ibidem*, fl. 59 v.

⁷ Nesta época, as famílias nobres sentem-se obrigadas à prestação de serviços de carácter militar que lhes proporcionarão comendas e outras honras que depois lhes permitiam viver de acordo com o estatuto de nobres.

⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 203. Para além deles foram ainda nomeados para esta localidade, como capitães, João Nunes Vitória, António Borges e António da Silva, cuja naturalidade desconhecemos. Sobre esta matéria deve ler-se também a página 255, da mesma obra.

insurreição. Este rico proprietário e um dos principais membros da conjuração, terá ido para o Brasil após a morte de sua mãe ocorrida a 10 de Julho de 1617.

Também Gaspar Accioli de Vasconcelos e os seus filhos são outro exemplo a salientar. Efectivamente, Gaspar Accioli de Vasconcelos, “*serviu com valor e dispendio nas guerras do Brasil*”¹. Serviu em Olinda e no cerco feito a S. Salvador da Baía pelo conde de Nassau. Em 1647, foi-lhe passado alvará da pensão de 40\$000 em comenda da Ordem de Cristo, para os ter com o respectivo hábito².

Os seus filhos, Zenóbio Accioli de Vasconcelos e João Baptista Accioli militaram nas guerras de Pernambuco onde o primeiro foi Mestre de Campo “*ganhando fama de esforçado cavaleiro*”³ e aí faleceu em 1697, e o segundo sargento-mor, tendo sido também fidalgo da Casa d’El Rei e Cavaleiro do hábito de Cristo. Na patente de mestre de campo de Zenóbio Accioli de Vasconcelos pode ler-se: “*e indo de socorro a Pernambuco na armada de que era general o conde da Torre, se achar nas quatro batalhas que teve com a dos holandeses; e derrotando (sic) nos baixos de São Roque, acompanhar (sic) a Luís Barbalho Bezerra na jornada que fez por terra até à Bahia; e proceder nos encontros que no caminho houve com muito valor; e continuando naquela praça o serviço, se achar nos encontros que houve junto a capitania do Rio Grande; na investida que se deu ao inimigo no engenho de Goiana, e no Salgado, no sítio das Alagoas, e nos campos de Unhaú (...)*”⁴

Zenóbio Accioli fez também parte, como coronel, da Junta convocada pelo Governador Fernão de Sousa Coutinho, em 15 de Janeiro de 1671, no paço do senado da câmara de Olinda, para tratar de um pedido de socorro feito pelo governador de Angola, Francisco de Távora e, em 1688, foi apontado pelo governador e capitão-general, Fernão Cabral, membro do triunvirato que deveria assumir o governo da capitania de Pernambuco, por falecimento do citado governador⁵.

No que diz respeito a João Baptista de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real e cavaleiro do hábito de Cristo, diz-nos António José Victoriano Borges da Fonseca⁶, que “*servio com muita honra na guerra holandesa, desde o anno de 1647 até à restauração, achando-se em muitas ocasiões de peleja e particularmente na que tiveram tres fragatas do inimigo, vindo elle da Ilha da Madeira, em que foi rendido e o trouxeram prisioneiro á praça do Recife, onde o puseram em apertada prisão, da qual fugio por mar com grande risco de vida, nadando meia légua até chegar ao Buraco de São Thiago, achando se ao depois na instancia do Governador Henrique Dias que o Hollanez accommetteo ... do poder, nas duas batalhas dos Guararapes e em varias outras occasiões de importância, occupando na guerra os postos de Alferes e Capitão de Infantaria, e depois della o de Capitão de Cavallos da freguesia do Cabo, por*

¹ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. I, p. 43.

² *Livro de Portarias do Reino*, fl. 7v.

³ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *ob. cit.*, vol. III, p. 390.

⁴ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo II, p. 344.

⁵ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, p. 43.

⁶ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, pág. 13.

patente de 22 de Março de 1667, do qual passou ao de sargento-mor da Comarca de Pernambuco, no qual fallecêo no anno de 1677”¹. David Gouveia Ferreira no seu trabalho *Talvez Genealogia*, atribui estes factos a Gaspar Accioli de Vasconcelos, avô de Zenóbio Accioli². João Baptista de Vasconcelos exerceu também o cargo de Vereador de Olinda, em 1652, e o de juiz ordinário em 1655, 1662 e 1667³.

Também Heitor Nunes Berenguer e os seus descendentes directos, são um exemplo a apontar. Assim, Heitor Nunes Berenguer serviu na Paraíba e na Baía. Os seus filhos Gaspar Berenguer de Andrade, Francisco Berenguer de Leminhana, Baltasar de Abreu Berenguer e Belchior Berenguer de Andrade serviram nas guerras do Brasil. O primeiro, que nasceu em 1603 e sucedeu na casa de seus avós, obteve, pelos seus feitos no Brasil, o hábito de Cristo e mercê do foro de fidalgo da Casa Real que se havia perdido em seu avô. Faleceu em 1691. O segundo serviu 22 anos nas guerras de Pernambuco e obteve o hábito de Cristo e o terceiro, que foi agraciado devido aos serviços prestados por seu pai⁴, foi cavaleiro do hábito de Cristo, tendo casado com D. Antónia Correia, filha de D. Ângela da Silveira e de Manuel Pires Correia, que viria a ser o capitão-mor da Paraíba⁵.

6. Agentes político-administrativos

Convirá também não esquecer o nome de alguns madeirenses ou seus descendentes que exerceram cargos do aparelho político-administrativo.

António de Carvalho de Vasconcelos, natural da pérola do Atlântico, filho de Luís Gomes de Vasconcelos e de sua esposa D. Maria Vellez de Menezes, que foi capitão-comandante do Distrito de Goitá e Peripi, por patente do Governador D. Pedro de Almeida, de 4 de Maio de 1676, e deste posto passou, por patente de 3 de Novembro de 1693 do governador Caetano de Melo de Castro, para o de capitão de cavalos do Regimento de que era coronel D. Francisco de Sousa. Foi casado, em primeiras núpcias, com D. Francisca Pereira e, depois, com D. Luísa de Melo de Ornelas⁶. Em 1693, era o Vereador mais velho da Câmara da cidade de Olinda⁷.

António de Sousa Lira que foi capitão da ordenança da freguesia de S. Lourenço, por patente do governador Aires de Sousa de Castro, de 17 de Maio de 1679. Era filho de Francisco da Rocha Velho e de Bárbara de Lira e neto, por via materna, dos madeirenses João Dias de Lira e Maria Fernandes⁸.

¹ *Ibidem*, vol. II, p. 13.

² David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 130.

³ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, p. 13.

⁴ Cabral do Nascimento, *ob. cit.*, p. 448 e *Livro de Portarias do Reino*, fls. 111 v e 166.

⁵ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol., I, pp. 96-99.

⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. X, Recife, 1983, pp. 116 e vol. VIII, pp. 87-88. António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 157.

⁷ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 186.

⁸ *Ibidem*, vol. I, p. 190.

O Dr. Francisco da Fonseca Leitão, marido da madeirense D. Genebra Accioli de Castelo Branco, filha mais velha de Miguel Accioli e de Maria Andrade de Castelo Branco, foi chanceler do Brasil e Desembargador da Casa da Suplicação. Era filho de João Gonçalves Leitão e de Isabel da Fonseca ¹.

Francisco de Sousa Pereira, filho de Rui de Sousa Pereira e de D. Briolanja Escócia foi capitão de Pernambuco ².

Os tios de Zenóbio Accioli de Vasconcelos foram o Provedor da Fazenda em Olinda, alcaide-mor da Paraíba e o sargento-mor de Pernambuco. Seu primo, João Fernandes Vieira (neto), foi Comissário Geral da Cavalaria da Paraíba ³.

António Correia Brandão, natural da Ribeira Brava, exerceu as funções de almoxarife, no Rio de Janeiro e, em 27 de Junho de 1684, obteve carta de familiar do Santo Ofício. Tinha embarcado quando pequeno para o Brasil, onde casou. Era filho de Beatriz Correia Brandão e do lavrador, Bernardino de Abreu Serrão ⁴.

André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, foi governador e Capitão General do reino de Angola, do Maranhão e duas vezes de Pernambuco. Seu pai, Francisco Vidal, era natural de Santarém e sua mãe, Catarina Ferreira era natural da Ilha de Porto Santo ⁵.

Lásaro de Barros Catanho foi “*proprietário dos Offícios de Escrivão da Alfandega da Parahyba, Contador e Guarda Livros da mesma e Juiz do Peso do pao brasil*”. Era filho de Manuel Francisco e de Isabel Gomes Catanho, natural da Ilha da Madeira e neto por via materna de Manuel Catanho e de sua mulher Gracia do Rego Barreto, naturais da Ilha da Madeira ⁶.

Baltasar de Ornellas Valdeveso, natural da Ilha da Madeira, era juiz em Goyanna, quando foi assassinado ⁷.

Agostinho César de Andrade foi fidalgo cavaleiro da Casa Real e professo na Ordem de Cristo capitão e cabo da Fortaleza de S. Tiago das Cinco Pontas e ainda capitão da ordenança de Itamaracá e capitão mór da mesma capitania. Este “*homem inteligente, activo, combateu sem tréguas os selvagens, empregando na campanha o maior empenho e solícitude*” ⁸. Foi ainda capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte, cujo cargo exerceu até 1692 e depois, de 1691 a 1695, interinamente, por nomeação de D. João de Alencastro, governador-geral do Brasil. Desempenhou também

¹ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 32.

² Foi moço fidalgo do rei D. Sebastião, serviu os reis D. Henrique, Filipe I e Filipe II, foi comendador dos oitavos de Tomar e dos vinhos de Vila Franca de Xira e capitão de Mombaça onde faleceu. Casou, em Portugal com D. Maria Mascarenhas, filha de Manuel Mascarenhas e de D. Maria Correia.

³ David Ferreira de Gouveia, *ob. cit.*, p. 133.

⁴ Fernando de Meneses Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 270.

⁵ António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 23.

⁶ *Ibidem*, vol. I, p. 85.

⁷ *Ibidem*, vol. I, p. 159.

⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. V, pp. 350-351.

a função de capitão-mor governador da Paraíba. Era filho de João Barreto e de sua mulher D. Ana César ¹.

D. Jerónimo de Ataíde, bisneto de Luís Gonçalves de Ataíde, (filho 2º do segundo matrimónio do capitão Simão Gonçalves da Câmara), foi governador e capitão general do estado do Brasil.

Dr. Lourenço de Freitas Ferraz, natural da Ilha da Madeira, foi juiz de fora da cidade de Olinda e Vila do Recife, a 6 de Abril de 1728, por patente régia de 13 de Novembro do ano anterior. Seu filho, Filipe de Moura Accioli, foi viver para a Ilha da Madeira ².

Francisco Gomes Moniz, homem distinto da Ilha da Madeira, em 1634, era provedor da Fazenda Real na Paraíba e em 1649 era ouvidor e auditor da gente de guerra na câmara de Olinda, cuja jurisdição compreendia, não só toda a capitania, inclusive as Alagoas, mas também as capitanias da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte ³.

Exerceu ainda o cargo de ouvidor geral de Pernambuco, o madeirense Francisco Berenguer de Andrade, nomeado por provisão de 1 de Junho de 1646, dos mestres de campo governadores na guerra, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira ⁴.

João Gonçalves Drummond, por provisão de 21 de Novembro de 1552, foi capitão da capitania de Ilhéus, substituindo assim o loco-tenente do donatário Francisco Lopes Barroso. Foi ainda provedor da Fazenda Real ⁵. Pensamos que é o mesmo madeirense a quem Pedro Calmon se refere, dizendo que foi casado com D. Marta de Sousa, uma das orfãs nobres que D. João III mandou à Baía. A assim ser, era irmão ou sobrinho de Pero Escórcio Drummond, que foi juiz ordinário do cível e crime em 1546 ⁶.

Finalmente, João Fernandes Vieira, o Restaurador de Pernambuco, fidalgo da Casa do Rei e Governador de Angola, que *“teve outras mercês, que sendo grandes, fôão sempre inferiores ao seu merecimento”* ⁷. A ele nos referiremos com algum detalhe mais adiante, em ponto autónomo. Antes, porém, parece-nos pertinente destacar ainda o contributo do madeirense no aspecto religioso não só institucionalmente como também no envio de clérigos madeirenses para Terras de Vera Cruz.

7 - Eclesiásticos

¹ *Ibidem*, vol. II, p. 530 e vol. IV, pp. 69-71 e 350-351. António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 186.

² António José Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. II, p. 12.

³ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 584-585.

⁴ *Ibidem*, vol. I, p. 587.

⁵ Francisco Adolfo de Varnaghen, *ob. cit.*, vol. I, tomo I, p. 257 e nota de rodapé nº 15, da mesma página.

⁶ Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. I, p. 204.

⁷ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, p. 504.

A Madeira, que, de 1514 a 1533, foi a maior diocese do mundo, ¹ tornou-se a sede da metrópole secular e eclesiástica do Brasil, através da Bula Romani Pontificis Circumspectio, do papa Paulo III, datada de 8 de Julho de 1539 ². Nesta conformidade, tudo o que dizia respeito ao eclesiástico no Brasil, dependia da igreja metropolitana do Funchal.

De salientar que os arcebispos D. Martinho de Portugal, e D. Frei Gaspar do Casal, prelados do Funchal, exerceram jurisdição episcopal no Brasil. Foi sob a jurisdição do primeiro que foi criada e provida a primeira igreja paroquial de Pernambuco, com a invocação de S. Salvador, na vila de Olinda, em 1540 ³.

Em 1551, através da bula Super Specula Militantis Ecclesiae, é criado o bispado do Brasil, na Baía ⁴ que ficou sufragâneo do arcebispado de Lisboa. D. Pedro Fernandes Sardinha, o seu primeiro bispo, era filho da madeirense D. Filipa Gomes e de João Gomes Sardinha ⁵.

Clérigos madeirenses no Brasil foram também, e entre muitos outros, o já citado Agostinho César, irmão de Francisco Berenguer de Andrade, que embarcou para o Brasil, onde faleceu, Frei Gregório Baptista que nasceu no Funchal, no último quartel do século XVI e que pregou no Brasil, onde foi, provavelmente, frade da ordem de S. Bento, na Baía ⁶, o padre Gonçalo de Gouveia Serpa, filho de António da Fonseca Baião e de sua esposa Maria de Gouveia, como consta do termo de Irmão da Misericórdia de Olinda que assinou em 21 de Junho de 1703 ⁷, e Marcelino de Sousa Abreu que acompanhou os seus conterrâneos na viagem para Santa Catarina, em resposta à solicitação do rei que, através de uma provisão de 9 de Agosto de 1747, convidou alguns clérigos das Ilhas a acompanhar os povoadores que iam preencher os vazios demográficos existentes em Santa Catarina ⁸.

Curta estadia no Brasil teve o religioso franciscano Frei Álvaro da Purificação que, em 1577, ao viajar da Ilha da Madeira para Lisboa e por impulsos de ventos contrários aportou no porto do Recife, onde a população lhe pediu que aí fundasse um convento da sua ordem, para o que concorreu imediatamente uma viúva, D. Maria da Rosa, com a oferta da sua capela de Nossa Senhora das Neves e do terreno necessário

¹ Rui Nepomuceno, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, editorial Caminho, 1994, pp. 50-51 e Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, Funchal, edição da Câmara Municipal do Funchal, 4.ª edição, 1989, vol. II, pp. 424-425.

² Alberto Artur Sarmiento, *Ensaios Históricos da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1946, vol. I, p. 119.

³ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 2.ª edição, Recife, Fundarpe, 1983, vol. I, pp. 280-281.

⁴ Pedro Calmon, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, editora Livraria José Olympio, 1961, vol. I, p. 241. Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, p. 279.

⁵ Carlos da Silveira, "Primeiro Centenário de Silva Leme", *Revista Genealógica Latina*, Ano VI, n.º 6, São Paulo, Brasil, s/e, 1954, p. 101.

⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, "Frei Gregório Baptista", *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1962-1963, Vol. XIII, pp. 162-168.

⁷ A. J. Victoriano Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. I, p. 38.

⁸ Oswaldo R. Cabral, *Assuntos Insulanos*, Florianópolis, s/e, 1951, p. 21.

junto à mesma. Consultados os seus superiores, estes não autorizaram a sua permanência no Brasil e Álvaro da Purificação recolheu ao seu convento em Lisboa ¹.

8- Um caso paradigmático de sucesso: João Fernandes Vieira

Herói da guerra contra os holandeses, apelidado por uns de Valoroso Lucideno ² e por outros de Castrioto Lusitano ³, comparado a Cristovão Colombo ⁴, a Homero ⁵ e a Nuno Álvares Pereira ⁶, herói de um romance de Pinheiro Chagas ⁷, proclamado “o herói da sua idade” por D. Pedro II de Portugal ⁸ e o Restaurador da Igreja Americana pelo papa Inocêncio X ⁹, conhecido como o Restaurador de Pernambuco, João Fernandes Vieira, bravo madeirense do século XVII, surge na História de Portugal e do Brasil, como uma figura de relevo, mas assaz controversa.

Observa Henrique de Noronha que Francisco de Ornelas, filho de Francisco de Ornelas Moniz ¹⁰, sendo rapaz fugiu para o Brasil, onde mudou seu nome para João Fernandes Vieira ¹¹. A adopção deste nome decorreria do facto de João Fernandes Vieira ter um 3º avô com o mesmo nome, morgado da Ribeira de Machico ¹².

Chegado a Pernambuco com apenas onze anos incompletos, João Fernandes Vieira, depois de trabalhar com um comerciante sem auferir qualquer compensação económica em troca dos seus serviços, entra para o serviço de um negociante rico e, em 1635, tinha já um certo pecúlio adquirido no comércio durante seis anos, pois que, aquando da capitulação do Arraial Velho, em 6 de Junho de 1635, paga o seu resgate e o de seus dois criados, orçado em 500 patacas (16\$000) ¹³.

Amigo íntimo do príncipe de Nassau, é nomeado capitão de uma companhia de cavalaria (ritmeester), escabino e representante da freguezia da Várzea do Capibaribe

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 460-461.

² Segundo Manuel Calado que lhe consagrou a obra *O Valoroso Lucideno*, em 1648. Era também panegirista do Restaurador de Pernambuco.

³ Segundo Fr. Rafael de Jesus, panegirista de J. F. Vieira. Dedicou-lhe a sua obra *Castrioto Lusitano*, em 1679.

⁴ Cabral do Nascimento, *ob. cit.*, p. 431.

⁵ Alberto Artur Sarmiento, *Homenagem a João Fernandes Vieira o libertador de Pernambuco*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1928, p. 5.

⁶ *Ibidem*, p. 20.

⁷ *Ibidem*, p. 5.

⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 209.

⁹ *Ibidem*, vol. III, p. 209.

¹⁰ Em relação à filiação e controvérsia em redor da figura de João Fernandes Vieira leia-se José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I. Francisco Augusto Pereira da Costa, “João Fernandes Vieira”. A. A. de Luna Freire, “História Pátria, João Fernandes Vieira”, *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, Typ. de F. P. Boulitreau, 1894, n.º 46. Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, p. 5. Alberto Artur Sarmiento, *Ascendência, naturalidade e mudança de nome de João Fernandes Vieira*, Funchal, oficinas do Heraldo da Madeira, 1911.

¹¹ Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, vol. III, p. 504.

¹² Alberto Artur Sarmiento, *ob. cit.*, p. 16.

¹³ Francisco Augusto Pereira da Costa, “João Fernandes Vieira”, p. 189.

na assembleia legislativa de 1640 ¹, conseguindo assim ser estimado dos holandeses, situação a que não foram alheias, “*as dádivas a todos os governadores (holandeses) e seus ministros e grandiosos banquetes que ordinariamente lhes dava pelos trazer contentes*”, como se infere do seu testamento ².

Como feitor dos engenhos de Jacob Stachouwer e mais tarde como seu procurador, João Fernandes vai conseguir ganhar a confiança do governo holandês no Brasil. Vêmo-lo, assim, em 1640, a arrematar a cobrança dos três principais contratos das rendas de Pernambuco ³ e cinco anos depois, data do início das hostilidades contra o inimigo invasor holandês, João Fernandes Vieira possuía já 1500 escravos e trabalhadores, empregados em seus engenhos e propriedades e “*tratava-se á lei da nobreza como se dizia naquelle tempo, tendo Casa no Recife e no campo ornadas com o luxo proprio da epocha e capella com musica, etc.*” ⁴.

Homem de prestígio entre os holandeses, João Fernandes Vieira não se distanciou, todavia, dos seus conterrâneos, auxiliando clérigos e soldados portugueses, interferindo junto dos holandeses pelos presos de uma suposta conjuração contra os holandeses, em 1638, recusando qualquer benefício económico pelo seu gesto ⁵ e casando, em 1643, com D. Maria César de 13 anos, filha de Francisco de Berenguer, lavrador de canas, e de Joana de Albuquerque. Francisco Berenguer era “*aparentado com todos os conjurados*” ⁶, significando assim este matrimónio “*liberdade do paiz porque Vieira, senhor de muita riqueza e com grande crédito entre o inimigo podia fornecer-lhe armamento e dar grande calor ao negócio*” ⁷.

Será, efectivamente, João Fernandes Vieira que irá empunhar o bastão de chefe da revolta que expulsará o invasor batavo dos territórios da América Lusitana.

Através do alvará régio, de 5 de Junho de 1654, temos conhecimento que, de 1630 a 1651, participou activamente nas lutas contra os holandeses, como soldado, na defesa do forte de S. Jorge, onde permaneceu três dias e três noites consecutivas e salvou duas bandeiras ⁸, como encarregado de distribuição de víveres, capitão e mestre de campo “*acompanhado todo aquele tempo de criados e escravos, não sómente sem soldo, mas dependendo na continuação dos serviços que fez, grande quantidade de dinheiro que se lhe ficou devendo e fazenda consumida*” ⁹.

É da sua autoria o documento “*Razão que teve o povo e o Mestre de Campo para se levantar contra os holandeses*” que, e como o seu título indica, não só aponta as

¹ *Ibidem*, p. 192-193. A. A. de Luna Freire, *ob. cit.*, p. 125-126. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 51.

² A. A. de Luna Freire, *ob. cit.*, p.126. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 64.

³ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, p. 191. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 50.

⁴ A. A. de Luna Freire, *ob. cit.*, p. 125

⁵ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, pp. 67-68.

⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, “João Fernandes Vieira”, p. 235.

⁷ *Ibidem*, p. 235.

⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “João Fernandes Vieira”, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, vol. XXXV, p. 242.

⁹ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, pp. 27-30. A. A. de Luna Freire, *ob. cit.*, pp. 125-135, 1894. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “João Fernandes Vieira”, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, vol. XXXV, p. 242.

causas do levantamento pernambucano, como também identifica o nome do seu chefe: João Fernandes Vieira. Aliás, esta liderança é comprovada por um folheto holandês contemporâneo, *A Bolsa do Brasil* que, em 1647, referindo-se aos elementos da insurreição, afirmava que “*os mais velhacos e traidores (aos holandeses) eram os que mais entrada tinham com os membros do Supremo Conselho, e João Fernandes Vieira o maior traidor*”¹.

Interessante verificar que, em situações de crise aguda para os insurrectos, estes acusavam sempre João Fernandes Vieira das suas desgraças, nomeadamente no momento de crise que precedeu a Batalha das Tabocas e em finais de Setembro de 1646, quando “*havia grande falta de tudo*”², prova indiscutível do protagonismo de João Fernandes Vieira no eclodir da insurreição. Aliás, os seus inimigos chegaram a tentar matá-lo, pois temos conhecimento da devassa tirada por ordem do governador António Teles da Silva, devido a este delito³.

É este valoroso madeirense que mantém escondido, na sua fazenda de Tejipió⁴, o capitão António Dias Cardoso, chegado a Pernambuco, em Janeiro de 1645, para militarmente dirigir a insurreição, que congrega adeptos e reúne armamento. Os entendimentos do capitão Dias Cardoso com os conjurados realizam-se nas matas do Rio Tejipió, onde João Fernandes Vieira “*possuía terras e currais*”⁵.

É também João Fernandes Vieira, juntamente com António Cavalcante, que executa, “*em nome da Liberdade Divina*”, o primeiro acto formal da rebelião pernambucana, em 15 de Maio de 1645. Assim o atesta uma patente passada na Várzea do Capibaribe, que nomeava os capitães da freguesia de São Gonçalo, Miguel Gonçalves e Amador de Vilas, com poderes, entre outros, de recrutar pessoas, requisitar abastecimentos, perdoar crimes, dispensar o pagamento de dívidas aos holandeses e conceder alforria aos escravos participantes na insurreição⁶.

Teve João Fernandes Vieira papel preponderante na organização do exército para iniciar a Revolta Pernambucana, e mesmo algum tempo depois, sendo todas as patentes de nomeação dos oficiais conferidas por este natural da Ilha da Madeira, que se intitulou “*capitão-mor e governador desta guerra da liberdade divina*”⁷. Agendada para o dia 24 de Junho de 1645, a insurreição foi antecipada para o dia 13 desse mês, devido a uma denúncia feita ao Alto Conselho holandês de que se preparava uma revolução de que Vieira era o chefe. Os conselheiros decidiram aprisionar Vieira que, no entanto, se antecipou fugindo, frustrando assim os intentos holandeses. O mesmo fizeram, entre outros, Francisco Berenguer de Andrade, Bernardim de Carvalho e António Cavalcante.

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, “João Fernandes Vieira”, pp. 193-194.

² José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, pp. 60-61.

³ *Ibidem*, vol. II, pp. 62-63.

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos.*, vol. III, p. 228.

⁵ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 147.

⁶ Esta patente encontra-se transcrita em Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, pp. 200-202. Sobre este assunto, leia-se do mesmo autor e na mesma obra a página 55 e ainda José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 150.

⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. III, p. 256.

Senhor de um grande poder organizativo e de antecipação, João Fernandes Vieira, através de Vidal de Negreiros, transferiu para a Baía grandes valores em títulos de créditos, dinheiro em moeda e uma grande quantidade de jóias, ouro e prata, para que se encontrassem a salvo das mãos do invasor e, ao contrário dos seus companheiros de revolução, teve também o cuidado de enviar sua esposa, D. Maria César, para casa de António Bezerra, seu parente ¹.

Defensor inabalável da Restauração Pernambucana, João Fernandes Vieira despreza a oferta de 200.000 ducados que lhe ofereceram os holandeses para abandonar a causa dos insurrectos e retirar-se para um local escolhido por si, menosprezando o edital do invasor que lhe põe a cabeça a prémio, colocando também a prémio, em forma de retaliação, a dos membros do Supremo Conselho, oferecendo 12.000 florins por cada uma.

Numa altura em que Portugal se encontra envolvido nas guerras da Restauração e que faz uma trégua com a Holanda, não podendo assim abertamente ajudar a revolução pernambucana nem decretar guerra à Holanda, fá-lo João Fernandes Vieira, ao ordenar que se queimem as plantações de cana-de-açúcar, para enfraquecer os recursos do invasor inimigo e ao dar o exemplo, queimando primeiro as suas.

Em 7 de Outubro de 1645, João Fernandes Vieira é aclamado pelo “*povo e nobreza, clero e gente de guerra de Pernambuco*” ² governador da capitania. Providente como era, estabeleceu no acampamento da Várzea, perto do forte real do Bom Jesus (Arraial Novo), uma Casa de Misericórdia provisória, destinada ao curativo dos soldados enfermos e feridos na campanha, a qual foi considerada o primeiro hospital militar existente em Pernambuco, tendo o local onde foi instalada ficado conhecido com o nome de Hospital ³.

A partir da sua aclamação como governador, dirigiu cumulativamente o governo civil e militar da capitania, até 16 de Abril de 1648, data em que o entregou a Francisco Barreto, nomeado por patente régia mestre de campo ⁴. Será durante o governo deste último que Vieira imortalizará o seu nome através dos seus feitos como comandante do exército. Prossequindo incansavelmente na luta até ao fim, caberá ao seu terço, que era o mais numeroso, formar o centro de batalha, na primeira e na segunda batalha dos Guararapes, que se saldaram, como já vimos, por duas vitórias estrondosas dos insurrectos pernambucanos.

Assinada a capitulação, em 26 de Janeiro de 1645, será a João Fernandes Vieira que serão entregues, pelo inimigo vencido, as 73 chaves respeitantes aos armazéns de armas, munições e “*bastimentos*” ⁵.

Feliz com o desfecho da revolução pernambucana, para o qual tanto tinha contribuído, João Fernandes Vieira não descurou, no entanto, os interesses dos soldados

¹ Idem, “João Fernandes Vieira”, p. 194-195. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. I, p. 164.

² Idem, *Anais Pernambucanos*, vol. III, p. 205.

³ *Ibidem*, vol. II, pp. 247 e vol. VII, pp. 513-515.

⁴ *Ibidem*, vol. III, p. 204.

⁵ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, pp. 129-130.

que aí tinham participado, queixando-se ao monarca, em 18 de Março de 1654, de que não tinham sido ainda distribuídos os “duzentos escudos de vantagem sôbre os soldos, concedidos aos que se tinham distinguido nas duas Batalhas dos Guararapes e encontros posteriores, por alvará de 4 de Março de 1653”¹.

Também para si solicita ao rei inúmeras mercês, como remuneração dos seus valiosos serviços, muitas das quais lhe são atribuídas. Aliás, já antes da primeira batalha dos Guararapes, João Fernandes Vieira tinha sido agraciado com o foro de fidalgo real, o hábito da Ordem de Cristo, uma comenda da mesma Ordem de 300\$ de renda anual, para além de ter sido confirmado no posto de mestre de campo. Mas, consciente do seu papel de líder na revolução que tinha agora chegado ao fim, João Fernandes Vieira não se sente suficientemente recompensado com estas mercês e dirige uma nova petição ao rei onde descreve, minuciosamente, os seus serviços, anexando documentos comprovativos de todos eles. Um destes documentos, escrito e assinado por todos os capitães que serviam em Pernambuco, observava, mais uma vez, que *“fôra ele o aclamador da liberdade daqueles povos da tirania dos holandeses, reunindo com cautela armas e munições e convocando gente até que o inimigo o descobriu, pondo-se ele em campo com os ajuramentados, que o elegeram por seu Governador, gastando muita fazenda sua no sustento de todos e ordenando tudo como soldado experimentado, dissimulando por amor da causa, as maquinações de alguns descontentes”*². Também Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros confirmaram os seus bons serviços nas Batalhas das Taboucas e da Casa Forte, da Ilha de Itamaracá e do sítio dos Afogados, comprovando, inclusivamente, que João Fernandes Vieira tinha provido ao sustento de muitos dos seus soldados.

Por tudo o que foi exposto, não é de estranhar que numerosas tenham sido as mercês atribuídas ao Libertador de Pernambuco. De entre elas, salientam-se: a mercê lucrativa de São Pedro de Torrados, os hábitos de Cristo e de S. Bento de Avis, a administração da comenda de Santa Eugénia de Ala, a alcaidaria-mor de Pinhel, vinte léguas de terra no Brasil, dois ofícios de justiça, fazenda ou guerra para pessoas de sua obrigação, o título de conselheiro de guerra e o governo da capitania do Maranhão, por seis anos, com a obrigação de descobrir as minas de ouro que constava existirem no Amazonas e a permissão de embarcar, em Pernambuco, 400 caixas de açúcar livres de direitos de dízima e sisa na Alfândega de Lisboa. Superintendente das fortificações de Pernambuco e das províncias do Norte, 1º Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Olinda³, governador da capitania da Paraíba e aí administrador de três engenhos por concessão do rei e governador do reino de Angola, são outras distinções de que foi alvo⁴.

¹ *Ibidem*, vol. II, pp. 133.

² *Ibidem*, vol. II, pp. 139-140.

³ Faziam parte da administração da Misericórdia de Olinda, por eleição de 16 de Junho de 1655, mais dois madeirenses, para além de João Fernandes Vieira. Assim foram eleitos como conselheiros Amaro Lopes Madeira e António Fernandes Furna, “todos homens notáveis pela sua fortuna e posição social” Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. II, p. 249.

⁴ *Ibidem*, vol. III, p. 208. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, pp. 140-152.

Como governador da Paraíba, coube-lhe a difícil tarefa de reorganizar a administração e iniciar a reestruturação de uma capitania que se encontrava abandonada desde 1646. E embora tivesse desempenhado o cargo durante apenas ano e meio (de Fevereiro de 1655 a Agosto de 1657), João Fernandes Vieira garantiu o abastecimento das tropas adquirindo com dinheiro seu, farinha ou milho, e estabelecendo uma cota de farinha para o sustento delas, procedeu à reedificação do forte do Cabedelo e restabeleceu a antiga independência da capitania da Paraíba em relação a Pernambuco. A este respeito, e em carta dirigida ao desembargador António Nabo Peçanha, recorda que gastou da sua fazenda “*des mil e tantos cruzados com o sustento de 500 soldados e com as fardas*” ¹ e em carta ao Príncipe Regente D. Pedro, datada de 22 de Maio de 1671, afirma que “*no seu serviço gastara e perdera em fazendas durante a guerra, mais de 600.000 mil cruzados, além de se lhe estar a dever os soldos de Mestre de Campo e o sustento da infantaria da Paraíba, afora outros serviços de importância quer ali, quer em Angola, custeados de seu bolso*” ². A este facto se refere muitas outras vezes, as quais seria ocioso recordar aqui. Todavia, vale a pena citar o seu testamento onde diz: “*deve-me sua Majestade de dois annos que sustentei a infantaria na Paraíba quando aí governei, como consta pelas quitações dos cabos e oficiais da fazenda, vinte mil cruzados ou como consta dos papéis*” ³.

Aliás, não será esta a última vez que Vieira dispenderá da sua fazenda em favor do serviço real. Efectivamente, a carta do governador de Angola, Francisco de Távora, datada de 27 de Julho de 1671, dá-nos conta de que este escreveu aos governadores do Brasil, solicitando a remessa de alguma infantaria e, embora pensasse que o seu pedido não iria ser atendido, sem ordem do rei, tal não sucedeu, pois de Pernambuco o governador Fernão de Sousa Coutinho e João Fernandes Vieira, “*este com grande dispendio de sua fazenda*” *lhe enviaram 200 infantes e alguns cavalos*” ⁴.

De 18 de Abril de 1658 a 10 de Maio de 1661, foi João Fernandes Vieira governador de Angola, onde, mais uma vez, se denotou a sua preocupação extrema na defesa do território, ao concluir o forte de Santo Amaro, ampliar o de São Francisco do Penedo, reedificar as fortalezas que se encontravam arruinadas e, finalmente, ao formar duas companhias de cavalaria ⁵. Importante também referir a construção de um cais, para descarregar os navios e a viagem que Vieira mandou levar a cabo a João Mendes de Vasconcelos e à qual se refere o rei quando solicita a André Vidal de Negreiros, sucessor de Vieira no governo de Angola, que o informe do “*que resultou da diligencia que seu antecessor João Fernandes Vieira mandou fazer, do caminho por terra daquelle Reyno a Benguella, em que se dizia aver fortaleza de Portuguezes, de que tinha avisado por carta de 6 de outubro de 1660*” ⁶.

¹ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, p. 161.

² *Ibidem*, vol. II, p. 248.

³ *Ibidem*, vol. II, p. 161.

⁴ *Ibidem*, vol. II, p. 200.

⁵ *Ibidem*, vol. II, pp. 165-200.

⁶ *Ibidem*, vol. II, p. 194.

Depois de quatro anos de governo, João Fernandes deixa Angola e chega a Pernambuco, em 2 de Abril de 1662, onde se vai entregar aos seus negócios particulares, de senhor de engenho. Não nos podemos esquecer que o autor do *Regimento do Feitor-mor do Engenho do Meio* dirigiu, fundou e aparelhou mais de dezena e meia de engenhos ¹.

Todavia, não descarta o interesse nacional e, nomeado superintendente das fortificações do Nordeste ² em 19 de Outubro de 1674, cargo que exerceu até ao seu falecimento, impulsiona a fortificação do Nordeste, devendo-se-lhe a construção de vários fortes, dos quais destacáremos o de Tamandaré que tinha sido, já em 1646, “*ligeiramente construído*” ³ por João Fernandes Vieira, para proteger o porto contra as tentativas dos holandeses e servir de abrigo às embarcações que eram perseguidas pelo inimigo batavo. No entanto, foi depois abandonado, encontrando-se destruído quando João Fernandes Vieira, em 1677, inicia a sua reedificação ⁴.

Pensando no problema do povoamento do Brasil como fazendo parte integrante da defesa da América Lusitana, o valoroso madeirense vai propor ao rei, em 26 de Abril de 1674, trazer por sua conta casais das ilhas atlânticas portuguesas. Em 26 de Junho de 1675, reintera ao rei a necessidade de mandar vir, dos Açores e Madeira, casais, propondo-se custear a vinda de um grupo de 300 ou 400 casais daquelas Ilhas aos quais daria parte de suas terras e a que se seguiria outro de “*offisiais de Pedreiro, carpinteiros, ferreiros, caldeireiros, valadeiros, marreteiros de fazer sal, Almocreves (...)*” ⁵. Tal empreendimento é acolhido com grande satisfação pelo Conselho Ultramarino que opinou, em 6 de Novembro de 1675, que tal proposta era merecedora de agradecimento “*não só de palavras mas com mercês*” ⁶, tendo o Príncipe Regente determinado que João Fernandes Vieira recrutasse da Ilha da Madeira os casais que necessitava.

Ainda nesse ano, a câmara de Olinda pediu a nomeação de João Fernandes Vieira para o cargo de governador da capitania “*por ser o único refúgio nas assolações em que os punham os governadores, e de presente seria o total remédio para não ficarem perdidos e arruinados de todo, porque no caso de Jerónimo de Mendonça, como em outros muitos que vinham do reino não serviam mais que de destruição e decomposição dos moradores e ainda de detrimento da fazenda real, por tomarem parte nos contratos e fazerem negociações nas arrematações dêles, com a notória perda nos dízimos e direitos, estancando os gêneros, de maneira que sem usarem dêstes meios não podiam tirar o cabedal que vinham buscar*” ⁷.

¹ *Ibidem*, vol. II, pp. 203 e 208.

² O mesmo é dizer das fortificações das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Neste cargo Fernandes Vieira agia com completa autonomia face não só aos dirigentes das referidas capitânicas como também ao governador-geral do Estado. Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 82-83.

³ *Ibidem*, vol. IV, p. 478.

⁴ *Ibidem*, vol. IV, pp. 478-479.

⁵ José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, pp. 224-227.

⁶ *Ibidem*, vol. II, p. 227.

⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *ob. cit.*, vol. IV, p. 76.

Prosseguindo na sua intenção de servir o rei e o bem comum, João Fernandes Vieira toma ainda várias iniciativas: sugere ao rei a cunhagem de moeda em Pernambuco, proposta aceite pelo rei que, entretanto, não foi levada à prática, possivelmente, pela falta da pessoa qualificada para o executar; reconstrói o recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Olinda, de que era juiz eleito, depois da restauração de Pernambuco; solicita ao rei que esta instituição se transforme num convento e dota-a com património suficiente para tal efeito. Também a viúva do madeirense Francisco Figueiroa, D. Antónia de Souto Maior, legará a este recolhimento vários prédios situados em Olinda e objectos de valor, de ouro e prata, para além de custear as despesas inerentes à manutenção de um capelão para dirigir os serviços religiosos do estabelecimento ¹.

Em 1678, encontramos João Fernandes Vieira, com a patente de general, a ser padrinho no crisma do capitão António Cavalcante de Albuquerque ². Em 10 de Janeiro de 1681, na rua de São Bento, em Olinda, faleceu o grande herói madeirense. No seu testamento, realizado em 1664, não se esqueceu o Restaurador de Pernambuco, nem dos que tinham perecido na revolução pernambucana, nem, e sobretudo, da sua terra natal, mandando rezar mil missas no Reino de Portugal e na Ilha da Madeira “*oferecidas a Deus por todas as almas dos que morreram nas guerras desta capitania de Pernambuco, desde a era de 1645 para cá*” ³, custeando, anualmente durante um período de 12 anos, o casamento de uma orfã da Ilha da Madeira, para o que deixava 80\$ como dote para cada uma delas e determinando que os seus restos mortais fossem trasladados para a Ilha da Madeira, o que não chegou a acontecer.

Para perpetuar a casa em que residiu e morreu João Fernandes Vieira, em Olinda, encontra-se na rua de S. Bento uma lápide comemorativa, colocada em 12 de Agosto de 1865, pelo Instituto Arqueológico ⁴ e, em 1870, a rua outrora denominada Rua da Senzala Nova viu a sua designação substituída por Rua de Dona Maria César ⁵, para celebrar o nome da esposa “*do glorioso e feliz madeirense*” ⁶

¹ *Ibidem*, vol. I, pp. 553-555.

² *Ibidem*, vol. IV, pp. 147-148.

³ Idem, “João Fernandes Vieira”, p. 212. José António Gonsalves de Mello, *ob. cit.*, vol. II, p. 315.

⁴ Idem, *Anais Pernambucanos*, vol. III, p. 209.

⁵ *Ibidem*, vol. II, p. 164 e vol. VI, p. 50.

⁶ Expressão utilizada por F. A. Pereira da Costa, na sua obra já citada, vol. I, p. 624.

Capítulo Terceiro

O RECRUTAMENTO DE CASAIS MADEIRENSES PARA O BRASIL NO SÉCULO XVIII

1- *Um problema de política colonial*

Nos finais do século XVII e durante o século XVIII, os termos vagos do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha fizeram-se sentir com acuidade. Tornava-se necessária uma definição real das fronteiras, tarefa que se revelou particularmente difícil no Sul do Brasil. A dificuldade de traçar com rigor o meridiano de Tordesilhas levou a que Portugal clamasse o Rio da Prata como a sua fronteira meridional, atitude que se manifestou nas navegações exploratórias, em documentos diplomáticos, na cartografia e na literatura histórica e geográfica.

Em 1676, os limites do recém criado bispado do Rio de Janeiro atingiam o Rio da Prata e, em 1678, o regente D. Pedro ordenou a D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, que levantasse um povoado no Rio da Prata, nascendo assim a Colónia do Sacramento, em 1680, junto às ilhas de São Gabriel.

Fundando Sacramento, os portugueses tinham como objectivo principal controlar o fluxo da prata das minas de Potosi, na actual Bolívia. Todavia, o governo espanhol reagiu à fundação desta colónia, tomando-a, em 7 de Agosto de 1680. Intimado o governo de Madrid a restituir a colónia a Portugal, é assinado, a 7 de Maio de 1681, o tratado que devolvia provisoriamente Sacramento a Portugal e remetia a questão da soberania para conferências a realizar em Elvas e Badajoz sem, no entanto, se chegar a um acordo. Portugal reocupa a colónia sob as ordens do mestre de campo e governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, ao qual sucedeu o machiqueiro Cristóvão de Ornelas de Abreu cujas actividades de comércio ilegal dificultaram a vida da Colónia de Sacramento. Em 1694, o rei D. Pedro II determinou o envio de dez casais da Madeira para esta colónia ¹ que voltou a estar no centro das negociações políticas nos alvares do

¹ Rui Carita, "A colónia do Sacramento no Uruguai. Os engenheiros militares na construção da expansão dos séculos XVII e XVIII, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996, pp. 87-88.

século XVIII. Em 1701, Luís XIV prometeu a Portugal a posse da colónia em troca do seu apoio na sucessão da coroa espanhola, o mesmo garantindo a Inglaterra, em 1703, quando Portugal aderiu à Grande Aliança que apoiava a candidatura do arquiduque Carlos de Áustria. No entanto, o ataque espanhol à Colónia do Sacramento obrigou ao seu abandono, em 1705. Pelo tratado de Utrecht, de 1715, conseguiram os negociadores portugueses a devolução da colónia, mas a indefinição do território fez continuar as divergências, o que não impediu o desenvolvimento da povoação ¹.

Menos de vinte cinco anos depois, Portugal e Espanha estavam de novo em litígio aberto pela posse do território. A Colónia de Sacramento, depois de resistir a um cerco de vinte e três meses (5 de Outubro de 1735 a 22 de Setembro de 1737), continuou a pertencer a Portugal. No entanto, através do Tratado de Madrid, datado de 1750, que definiu a fronteira luso-espanhola na América, Portugal cedeu a colónia de Sacramento em troca dos territórios correspondentes às missões jesuíticas dos Sete Povos, nas bacias do Paraguai e do Uruguai ². Este acto diplomático foi de capital importância na História Luso-Brasileira, pois que definia as fronteiras do Brasil ³. Até aqui, as usurpações para lá da linha fixada em Tordesilhas eram apenas toleradas. Daqui em diante, o Brasil dispunha de fronteiras reconhecidas, as quais são, grosso modo, as actuais. Venciam os princípios do “*uti possidetis*” e do “*limes naturalis*”.

As condições para que o primeiro destes princípios saísse vencedor tinham sido lentamente criadas. A primeira tinha sido a aquisição, em 1709, pela coroa, das capitanias de S. Vicente, Santo Amaro e terras de Sant’Anna, pertencentes aos herdeiros de Martim Afonso de Sousa; a segunda, o chamar de atenção, em 1728, por parte de frei Agostinho da Trindade, pároco do Desterro, para os desprotegidos habitantes da Ilha de Santa Catarina, alertando o rei para o quanto estavam despovoadas as terras daquela zona. E a terceira, o envio, em 1735, do brigadeiro “esclarecido” José da Silva Paes para a capitania da Ilha de Santa Catarina para a fortificar, tarefa que este realiza, embora alerte o governo central de que “*fortalezas sem gente é o mesmo que corpo sem alma*” ⁴.

Saliente-se que já antes da forte corrente migratória de 1748-1756 a coroa portuguesa mostra ensejo de povoar a zona com casais ilhéus, pois que encontramos no Desterro emigrantes madeirenses, antes do fluxo imigratório que se iria iniciar durante o governo de Silva Pais ⁵. Para não sermos fastidiosos, indicaremos apenas os nomes dos madeirenses Manuel António de Andrade e Silva, filho do capitão Manuel de Andrade e Silva e Filipa da Encarnação, que tinha vindo do Rio de Janeiro para residir no Desterro, onde era morador em 1747; e Domingos Carvalho Quintal, filho de Manuel Ramalho de Matos e de Catarina Quintal que veio para Santa Catarina em 1737, sendo já falecido em 1746 ⁶. Borges Fortes, na sua obra *Casais*, aponta-nos também o quantitativo de 21

¹ Maria Beatriz Nizza da Silva (coordenação de) *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, “Colónia Sacramento”, Lisboa/São Paulo, 1994, p. 179-183.

² Oswaldo R. Cabral, *Os Açorianos*, Florianópolis, Instituto Histórico, 1951, p. 9.

³ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *O Império Luso - Brasileiro 1620-1750*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, vol. VII, p. 52.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro*, cx. n.º 41, doc. 59.

⁵ Oswaldo R. Cabral, *Ibidem*, p. 12.

⁶ Oswaldo Cabral, *Assuntos Insulanos*, Florianópolis, Instituto Histórico, 1984, pp. 26-27.

casais madeirenses idos do Rio de Janeiro para Santa Catarina, em 1749, entre os quais 99 pessoas eram maiores e 10 menores ¹.

E assim se fortalecia a ideia de que era necessário proceder ao povoamento do Brasil Meridional. Note-se, entretanto, que se a Colónia do Sacramento se tinha revelado até 1735 pouco onerosa, o mesmo não se passou a partir daquela data, pois que se torna imperioso o envio de soldados de Lisboa ou do Rio de Janeiro. A política de emigração de casais das Ilhas para o Brasil surge assim integrada na preparação da defesa do território que será depois a fronteira atribuída a Portugal pelo Tratado de Madrid.

José da Silva Pais compreende rapidamente esta situação e insiste com o rei, sobretudo a partir de 1742, para que envie para a Ilha de Santa Catarina casais das Ilhas. Diz o seguinte, a sua carta ao rei, datada de 23 de Agosto de 1742: - *“Se das Ilhas se puderem remeter alguns Cazaes seria utilissimo, e ainda algumas recrutas, por que assim se aumentaria a culturas destas Terras que são proprias, não só para todos os frutos, da América, senão tão bem da Europa, e dos filhos dos mesmos Cazaes se reclutaria o Terço ou Tropas, que aqui acesticem, e seriam mais permanentes do que os de fora ”* ².

Também Gomes Freire de Andrade, em 2 de Novembro de 1744, alerta o monarca para o facto de que *“dos do Brazil só com ordem de Vossa Magestade, e obrigados por ella, se transportarão famillias aquela Ilha, sendo impossivel por discurço fazellos entrar em mudança para fora do Continente”* ³. Por outro lado, Portugal conhecia na altura um grande fluxo emigratório em direcção às zonas de mineração e que afectava principalmente a província de Entre Douro e Minho.

Em 30 de Março de 1745, e em resposta à solicitação de José da Silva Pais, o Conselho Ultramarino de que era membro o profundo conhecedor dos problemas do Brasil Meridional, Rafael Pires Pardiniho, lembra ao rei *“a remessa de recrutas das Ilhas, tão precisas para deffença, e augmento daquelle Estado”* ⁴.

No entanto, o pretexto capital para esta colonização da capitania de Santa Catarina com Ilhéus foi a indigência em que se vivia na Madeira e nos Açores.

Assim, vai ser promovida oficialmente a emigração de casais dos Açores e da Madeira, com destino ao povoamento e colonização de Santa Catarina.

2- O registo dos casais

Em 31 de Agosto de 1746, o rei D. João V ordenou que das Ilhas dos Açores se transportassem para Santa Catarina e continente do Rio Grande famílias para povoarem e cultivarem aqueles férteis territórios e, por resolução de 22 de Dezembro do mesmo ano, foi alargada esta mercê aos habitantes da Ilha da Madeira. Em consequência, foram afixados editais naquelas ilhas, iniciando assim um empreendimento colonizador oficial

¹ Citado por Oswaldo Cabral, *Os Açorianos*, p. 103.

² Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro*, cx. n.º 41, doc. 59.

³ Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro*, cx. n.º 49, doc. 59.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, *Santa Catarina*, cx. n.º 1 doc. 27, fl. 3.

e de larga escala, com o registo em dois livros dos casais madeirenses que se propunham emigrar ¹.

Concedia o governo vantagens aos que desejassem fixar-se na Ilha de Santa Catarina, facilitando o transporte, dando ajudas de custo, instrumentos de lavoura e outras mercês, nomeadamente a isenção de serviço militar aos mancebos e a não tributação das terras que lhes fossem concedidas para as culturas. Eram também enunciadas certas condições mínimas requeridas para emigrar, como a de não terem os homens mais de quarenta anos e as mulheres mais de trinta anos de idade. Simultaneamente, exigia-se certidões de casamento e de idade, para além de uma descrição minuciosa de cada emigrante. Vejamos o primeiro exemplo do Livro I do Registo de Casais: - “*Em o primeiro dia do mes de Agosto de 1747 se matriculou para o estado do Brazil João Figueyra Ferras, lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Graça do limyte de Camara de Lobos que foi bápuzado em 2 de Maio de 1717 filho de Manoel Ferras, e de Maria Figueyra de mediana estatura, temperamento sanguinio cara redonda, olhos azuis, sobranceylhas quazi louras, e da mesma cor o cabelo, com boa saude: cazado com Antonia Luiza, abaixo matriculada: com dous filhos*”. Segue-se a caracterização da esposa que se apresenta também bastante pormenorizada, “*de baxa estatura temperamento sanguineo cara redonda olhos azues sobranceylhas, e cabelo quazi louro, com boa salude: filha de Francisco Figueyra, e de Maria da Sylva, da sobreditta freguesia*” ².

O mesmo já não acontece em relação ao segundo livro, do qual consta apenas a identificação muito sucinta dos candidatos, provavelmente devido ao grande afluxo destes, o que nos impede de estabelecer uma correlação entre estes emigrantes e o tipo étnico que se desenvolveu na zona colonizada.

Através da provisão régia de 9 de Agosto de 1747, o monarca deu instruções pormenorizadas ao capitão general e governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, quanto às medidas que deveriam ser tomadas para o estabelecimento dos casais idos da Madeira e dos Açores, que deveriam ser instalados no Brasil, entre S. Francisco do Sul e o morro de S. Miguel. Assim, o rei ordenava que disponibilizasse todos os recursos para dar aos casais (ração de farinha no primeiro ano, pescaria e um quarto de légua em quadro para sua propriedade e usufruto), os auxílios a eles prometidos (animais, sementes, armas e ferramentas), fundasse povoados e freguesias para grupos de sessenta casais em todo o já citado litoral sul-brasileiro e organizasse milícias locais com as suas companhias das Ordenanças. Foi ainda levantada a possibilidade da criação de uma ouvidoria e foram dadas determinadas instruções no tocante ao espiritual. Aliás, o monarca convidou, por intermédio dos bispos do Funchal e de Angra, alguns clérigos das Ilhas a acompanhar os povoadores, atribuindo-lhes dez mil réis de ajuda de custo e todos

¹ Arquivo Regional da Madeira, *Livros I e II de matrículas dos casais e mais pessoas que voluntariamente, quizerem embarcar para o Estado do Brasil*. Porque apresentamos no final, anexo a este estudo, a transcrição integral destes dois livros manuscritos, doravante referir-nos-emos a eles apenas por *Apêndice Documental*.

¹ Oswaldo R. Cabral, *ob. cit.*, p. 16.

² *Apêndice Documental*, Livro I, fl. 1.

os benefícios dos colonos ¹. De entre eles, lembre-se o madeirense Marcelino de Sousa Abreu, que foi coadjutor na freguesia de Nossa Senhora do Desterro, vila que é hoje a grande cidade Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina ².

Na mesma provisão solicitava o rei uma fiscalização severa na forma como o arrematador do transporte, Feliciano Velho Oldenberg, estava a cumprir os termos do contrato. As cláusulas do contrato de transporte dos casais, datado de 7 de Agosto de 1747, eram extremamente minuciosas, constando de vinte e quatro rigorosas cláusulas de procedimento, a partir do período de embarque até ao desembarque no Brasil, versando o tipo de navio a ser utilizado, a rota a seguir, o pagamento a efectuar pelo conselho ao assentista, os géneros a embarcar, as vistorias a realizar aos navios antes da partida, a distribuição de rações e a preparação de comida. Saliente-se que era obrigatória a presença a bordo de um cirurgião, de uma botica bem preparada e de um capelão com o preparo necessário para a celebração da missa e para apoio espiritual aos enfermos.

Para melhor observância de todas as cláusulas do Regimento de Transporte, e chegados ao seu local de destino, o governador ou seu representante ouviria seis passageiros que, sob juramento, fariam o relato, secreto, da assistência havida a bordo durante a viagem. No caso de ser detectada alguma falha por parte do contratador, o governador averiguaria junto do capitão ou mestre do navio da existência ou não de uma justificação plausível para a anomalia verificada. Face ao apurado, o Conselho Ultramarino determinaria se devia ser feita alguma redução no restante a ser pago ao assentista.

Cabe ressaltar ainda que a leitura do contrato de transporte era feita oralmente na tarde anterior à partida e no primeiro dia santo de viagem, depois da missa, podendo, todavia, os mandantes ³ ter acesso àquele sempre que o desejassem ⁴.

Não se pense, no entanto, que a viagem dos “casais de número”, como são conhecidos, se efectuava em boas condições. Bem pelo contrário. Basta pensar que, para além do enjoo, poucos dias depois da partida a água tendia a deteriorar-se nos depósitos e que as doenças proliferavam em consequência, sobretudo, de uma alimentação exclusivamente composta de géneros em conserva e da promiscuidade dos alojamentos que facilitava o propagar das maleitas.

Por outro lado, esta realidade apresentava-se mais gravosa para o elemento feminino, pois que as normas a serem observadas durante a travessia, com o fim de “*acautelar as desordens que costumam suceder em viagens largas, particularmente nos navios em que se transportam mulheres*” eram extremamente duras, confinando as mulheres em câmaras cujas chaves estavam na posse dos mandantes que nomeavam, cada um de sua companhia, vinte e quatro cabeças de casais para fazerem guarda dois a

¹ Oswaldo R. Cabral, *ob. cit.*, p. 16.

² Oswaldo R. Cabral, *Assuntos Insulanos*, p. 21 e Walter Piazza, - “Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, vol. I, p. 364.

³ Eram escolhidos entre os “cabeças de casal” pelo ministro ou juiz ordinário do lugar encarregado da expedição. A sua tarefa consistia em dirigir todos os colonos divididos em duas companhias, zelando pelo cumprimento da ordem, da disciplina e de todas as normas do regimento.

⁴ Oswaldo R. Cabral, *Os Açorianos*, p. 18-19.

cada “*uma das portas das ditas câmaras, a quartos de quatro horas no dia*”¹. As crianças menores de sete anos encontravam-se junto com as mulheres, às quais só era permitido falar com o seu marido, filhos, irmão ou mãe. Apenas para assistir à missa podiam as mulheres sair do compartimento para si reservado, devendo no entanto instalar-se no local mais próximo do altar. Quanto às suas refeições, estas eram entregues nas câmaras por “*homens casados fiéis*”, estando-lhes, no entanto, vedada a entrada nos compartimentos das mulheres, podendo fazê-lo apenas o cirurgião e o capelão, se necessário.

Este rigoroso regimento era lido em voz alta na data anterior à partida e nos dias festivos e a violação da norma acarretava severas penas: diminuição da ração, prisão simples ou prisão na arca da bomba ou reclusão a ferros, podendo esta última, se a culpa fosse considerada muito grave, durar até à chegada ao porto de desembarque, onde o culpado seria entregue ao governador.

Não é, portanto, de admirar que muitos dos que abandonaram os Açores e a Madeira, na esperança do Eldorado Brasileiro, fossem sendo sepultados nas águas do Atlântico, conjuntamente com os seus sonhos e as suas ilusões. E aqueles que sobreviviam a tão penosa viagem chegavam ao Brasil, como verdadeiros espectros. Silva Pais, que os recebeu, ficou verdadeiramente impressionado com o seu estado físico e, em consequência, escreveu ao governo central, em 20 de Fevereiro de 1748. Desta sua missiva ao rei nos dá conta a carta do Secretário de Estado, Marcos António de Azevedo Coutinho, ao Governador, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, datada de 20 de Novembro de 1749, e as provisões régias de 10 e de 20 de Novembro de 1749. Através destes documentos, temos conhecimento de que “*muito foi de sentir a mortandade experimentada nas galeras que levavam os casais o ano passado. A perda que por causa dela caiu sobre o assentista daquele tempo servirá de estímulo ao actual para cuidar melhor na bondade dos mantimentos e abundância da aguada, sobre o qual avisarei novamente ao Corregedor das Ilhas, ponha especial cuidado*”². Note-se também que, “*depois de chegarem a essa terra os casais que foram das Ilhas, adoeceram alguns pela mudança do clima ou pelos mantimentos do mar*”³, pelo que a Fazenda Real custeou as despesas inerentes ao tratamento dos referidos doentes. Realce-se finalmente que o rei, face ao estado calamitoso em qu%%[ProductName: Distiller]%%

%%[Page: 1]%%

%%[Page: 2]%%

%%[LastPage]%%

¹ Provisão Régia de 5 de Agosto de 1747. Este *Regulamento dos Transportes* encontra-se transcrito por Oswaldo R. Cabral na sua obra *ob. cit.*, anexo, n° 4, pp. 95-96.

² Carta do Secretário de Estado, de 20 de Novembro de 1749. Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, L. 552, p. 79. Transcrita por Oswaldo R. Cabral, *ob. cit.*, p. 98.

³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, L. 552, p. 14 V, Provisão de 10 de Novembro de 1749, Transcrita por Oswaldo R. Cabral, *ob. cit.*, p. 99.

¹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, L. 552, Provisão de 20 de Novembro de 1749. Transcrita por Oswaldo R. Cabral, *ob. cit.*, p. 100.

mo referimos, a provisão régia que determinava o envio de casais dos Açores para Santa Catarina viu o seu âmbito alargado à Ilha da Madeira. Todavia, averiguar o quantitativo de casais da Ilha da Madeira nos contingentes de emigração para Santa Catarina é uma tarefa que se manifesta difícil.

Note-se, entretanto, que, em 20 de Março de 1748, Frei João do Nascimento, Bispo do Funchal, escreveu ao rei que a Câmara daquela cidade lhe tinha remetido duas listas “*hua com 52 pessoas matriculadas com as circunstancias da mesma ordem, e a outra com 162 pessoas, que o não forão, por haver entre ellas 38 cabeças de cazaes, e familias, que são 12 homens com mais de 40 anos, e 26 mulheres com mais de 30 anos*”. E acrescenta: “*e a Camara de Ponta do Sol me escreveo remetendo a outra lista incluza com limitado numero de 9 pessoas; e as mais me participarão, que nos seus destrictos senão deliberara pessoa algua a matricularse para o transporte, que lhe facilitava a Real Grandeza de Vossa Magestade*”. E conclui requerendo “*que seja servido não só dispensar no excesso da idade dos 38 cabeças de cazaes pelo remanescente de 124 pessoas a elles subordinadas poder servir de grande utilidade no dominio que lhe for destinado, mas tambem mandar extrahir compellindose alhua gente desta Ilha para o sobredito fim*” pois que “*he tal o amor, que conservão á patria, que reconhecendo a necessidade, que nella padecem, se não rezolvem voluntariamente a largalla, como pella Camara desta Cidade, e ainda por outras me foy participado, par que assim o expozesse a Vossa Magestade*”. Saliente-se que o Bispo do Funchal justifica este pedido ao monarca afirmando que “*os Habitadores desta Ilha tem multiplicado por forma, que se escuza muita parte da gente della sem detrimento do bem publico, antes com evidente proveito delle na certeza de ser muito difficultoza a sustentação de povo tão numerozo, pois não bastão os fructos da terra, para se manterem na 3a. parte do anno por falta dos de fora acontece muitas vezes padecerem grandes necessidades*”¹.

A lista efectuada pela Câmara da Ponta do Sol era composta por Augustinho de Andrada, solteiro, de 35 anos de idade e a família formada por Pedro de Andrade C. Abreu, alferes, reformado de trinta e nove anos, sua esposa Isabel Maria do Espírito Sancto, de 42 anos e seis filhos: José de 16 anos, António de 11 anos, Manuel de 8 anos, Luís de 4 anos, Theodoria de 13 anos e Maria de um mês de idade².

Para Santa Catarina são também enviadas levas de soldados madeirenses como se depreende da carta de Azevedo Coutinho, datada de 20 de Novembro de 1749, que afirmava: “*a necessidade que mostra pedir mais pronta providência é a de guarnição e para acudir a ela se mandam passar a esta Ilha setenta soldados que se acham alistados na Madeira, bem como, aos poucos, outros seriam enviados, até completar o número de trezentos*”³.

Outra informação sobre o assunto aponta para mais sessenta soldados que viriam da Madeira⁴. Não temos conhecimento da chegada destas levas. No entanto e na opinião de Oswaldo Cabral, teria vindo pelo menos uma parte, que não teria preenchido

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, doc. s/n ° (datado de 1748), fls. 3-4.

² Arquivo Histórico Ultramarino, *Santa Catarina*, cx. n ° 1, doc. 39, fl. 41.

³ Arquivo do Palácio, vol. II, citado por Oswaldo Cabral, *Os Açorianos*, pp. 46-47.

⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, l. 552, p. 80, citado por Oswaldo Cabral, *ob.cit.*, p. 47.

todos os lugares necessários a uma efectiva defesa da região. Em consequência, em 1754, Diogo de Mendonça Corte Real participou ao Governador ter determinado a partida de 300 soldados da Ilha da Madeira para a de Santa Catarina ¹.

Aliás, data de 16 de Setembro de 1754, a ordem régia que manda rematar a Francisco de Sousa Fagundes o transporte de 500 pessoas, das quais 300 serão soldados da Ilha da Madeira para a de Santa Catarina ². Refira-se também a requisição de José Rodrigues Lisboa, anterior a 21 de Janeiro de 1756, na qual pede ordem para o transporte de 500 pessoas da Ilha da Madeira para Santa Catarina ³.

Posteriormente, em 13 de Julho de 1774, em ofício a Martinho de Melo e Castro, ministro dos Negócios do Ultramar, o governador e capitão general da Ilha da Madeira, João António de Sá Pereira, transcreve o ofício de 20 de Junho de 1774, sobre o recrutamento de 200 homens para os regimentos do Rio de Janeiro ⁴. Observe-se ainda a fundação, em 1763, do arraial de São Carlos, perto de Maldonado com famílias açoreanas e madeirenses aprisionadas por Cevallos no Rio Grande do Sul ⁵.

Note-se, entretanto, que desde a primeira metade da centúria de Setecentos, o madeirense Henrique César Berenguer de Bettencourt mostrava ensejo de passar a terras de Vera Cruz. De facto, o seu requerimento, que é recebido pelo Conselho Ultramarino em 9 de Novembro de 1746, afirmava: - “ *Disponho do procurador Henrique Cesar Berenguer e Bettencourt natural e morador na cidade do Funchal da Ilha da Madeyra que tendo noticia da mercê que Vossa Magestade fas aos naturaes das Ilhas, e achandoce elle suplicante com obrigação de mulher, e sette filhos, entre machos, e femeas, e ser filho segundo de hua das cazas, das principaes familias [não] poder conservar com estado condecete a sua pessoa, nem com que poder accomodar seos filhos, se rezolve passar aos Estados do Brazil, e terras que Vossa Magestade foy servido detreminar se povoassem, e porque o suplicante alem da sua nobreza conhecida naquela Ilha, pois na sua varonia se conservou sempre o foco de fidalgo da Caza, the seu terceyro avou, serve actualmente a Vossa Magestade naquela Ilha em o tempo presente no posto de Capitam da Salla do General; pertende o suplicante que facultandolhe Vossa Magestade a passagem como tem detreminado para elle, sua mulher, filhos e mais familia de sua Caza que serão por todos quinze pessoas, seje em forma que continue o mesmo serviço, e com hua ajuda de custo equivalente a despeza grande que vay fazer na mudança de sua Caza, e no estabelecimento da povoação do luguar que se lhe assignalar, com atençaõ ao serviço que tem feito, per si e seos antepassados, e a qualidade de sua pessoa na certeza em que não passará aquellas partes outro de qualquer das Ilhas que o exceda em nobreza “ ⁶.*

¹ Arquivo do Palácio, vol. II, *Carta de 12 de Outubro de 1754*, citado por *ibidem*, p. 48.

² Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, documentos avulso, cx. 2, doc. n.º 34.

³ *Ibidem*, documentos avulso, cx. 2, doc. n.º 34 anexo.

⁴ *Ibidem*, documentos avulso, cx. 2, doc. n.º 64.

⁵ Rui Carita, “A colónia do Sacramento no Uruguai. Os engenheiros militares na construção da expansão dos séculos XVII e XVIII, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996. p. 92.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, s/n.º (datado de 1748), fls. 15-18.

Demorando a resposta do monarca a este madeirense, é o rei novamente por ele interpelado o qual solicita que seja “*servido fazerlhe mercê mandarlhe expedir as ordens necessarias, para o seu transporte com toda a sua familia, e que na sua patente se lhe declare continuará a servir com a mesma atenção do que actualmente serve; mandandoce lhe entregar alem da ajuda de custo; o mesmo que se ajustou para a passagem dos cazaes que agora vão regulandoce esta quantia pello numero de seus filhos menores, e dos criados que consigo leva par com este direito poder transportarse em qualquer dos navios da licença o primeiro que partir attendendoce a tudo segundo o determinado no despacho da Consulta feita a seo favor e tambem a seos criados se lhes dê o mesmo que aos mais cazaes por serem lavradores e filhos de outros*”¹.

A esta petição outras se sucedem e, finalmente, em 15 de Junho de 1749, esta família consta da lista enviada ao Provedor da Fazenda Real do Funchal². Aliás este madeirense não é o único a solicitar licença para se transportar com sua família para o Brasil. Um outro exemplo é Manuel de Bettencourt Vasconcelos Perestrelo, que faz a sua petição em 1 de Março anterior a 1753³.

Em 1747, o rei atribuiu nova tentadora regalia aos potenciais emigrantes madeirenses para o Brasil: 16 mil reis, oito pagos na Ilha da Madeira e os restantes oito no Rio de Janeiro de onde seriam transportados por conta da Fazenda até aos locais de destino. Os dias de inscrição são também alterados de terça e quinta-feira para quarta-feira e sábado, excepto feriados.

Em 25 de Janeiro de 1749, foi enviada uma relação com a cópia de duas listas de sessenta pessoas admitidas e aprovadas pelo governador da Ilha da Madeira e remetidas ao Provedor da Real Fazenda do Funchal, para contribuir com 16\$000 a cada pessoa para serem transportadas para o Rio de Janeiro na corveta Nossa Senhora das Maravilhas. Constam da primeira lista Henrique César Berenguer e a sua família constituída por trinta pessoas, restando 30 lugares na dita corveta que serão preenchidos com famílias que se encontravam matriculadas na Madeira. Todavia, alguns elementos destas famílias tinham entretanto falecido tendo sido substituídos por outros⁴.

Em relação à primeira lista, ela é constituída pela família do capitão Henrique César Berenguer: sua esposa D. Maria Henriques de Oliveira, seus filhos, Estevão José Berenguer, António José Berenguer, João Bettencourt Berenguer, D. Sebastiana Maria de Mercês, D. Teresa Bettencourt, D. Maria Castelbranco e D. Anna Bettencourt, D. Marcelina Josefa Bettencourt e seu primo José Feliciano Berenguer. Acompanhavam a família Berenguer os seguintes criados e amas: Manuel Baptista (de Câmara de Lobos) António Dias (freguesia da Calheta), Quitéria Maria Ferrão, Perpétua, Luís Maria de S. João, António de Freitas (do Porto da Cruz), António dos Santos, oficial de carpinteiro, serrador e lavrador, sua esposa, Maria de Freitas, e seus filhos, António, Francisco, Joanna, Antónia, Vicência, todos naturais da freguesia de S. Vicente, Manuel, filho de pais incógnitos de Câmara de Lobos, João Fernandes, solteiro da freguesia de São

¹ *Ibidem*, doc. , s/n ° (datado de 1748), fls. 9-10.

² *Ibidem*, doc. s/n ° (datado de 1748), fls. 9-10.

³ *Ibidem*, documentos avulso, cx. 2, doc nº 28.

⁴ Apêndice Documental, Livro I, fls. 36-39.

Martinho, Francisco Xavier Serrão, também da freguesia de São Martinho, sua esposa, Maria de Jesus, da freguesia do Faial e dois filhos, Bernarda e António.

No que concerne à segunda lista, esta era constituída por 10 “casais”, a saber: João Figueira Ferrão, casado e lavrador, da freguesia de Câmara de Lobos, sua esposa, Antonia Luísa e seus filhos, Maria, João e António; Antonio Ferreira da Costa, oficial de ferreiro, casado, morador na freguesia de São Pedro e sua esposa, Maria de Freitas; Francisco Roiz, solteiro, lavrador, da freguesia da Ribeira Brava; João de Araújo, casado, lavrador e morador na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, sua esposa, Antónia Maria, seus filhos, Quitéria, Diogo e Anna e sua cunhada Barbara; Luís Caetano de Oliva, solteiro, da freguesia da Sé; Antonio Caetano Ferreira, casado, sapateiro, da freguesia de São Pedro, sua esposa Teresa Maria, seu filho João Ferreira e seu cunhado, Francisco Manuel; Manuel de Freitas Noronha, soldado pago da cidade do Funchal, sua esposa, Antónia da Encarnação, seus filhos António, Manuel e Maria, e suas cunhadas, Antónia Rosa e Francisca do Nascimento, e seu cunhado António Nunes; Manuel de Freitas, solteiro, oficial de carpinteiro do Porto da Cruz e, por último, Antónia Maria, sem estado, da freguesia da Sé ¹.

Ressalve-se, entretanto, que um dos elementos da segunda lista faltou. Tratou-se de Francisca do Nascimento que teve que “*entregar os 16\$rz com que se lhe tinha contribuido*” ².

Note-se que os referidos casais se fixaram em Santa Catarina, tendo aí geração. Vale a pena traçar o percurso de alguns deles.

D. Maria de Freitas e António dos Santos Vicente foram avós de Marcelino António Dutra (1809-1869) que foi poeta e político. Era filho de Joana Maria Freitas e de Manuel Dutra Fialho.

Henrique César Berenguer foi capitão de Ordenanças, juiz dos orfãos na vila do Desterro, organizou as companhias de Ordenanças de S. José e ocupou o cargo de juiz ordinário do Desterro, em 1757, tendo sido reeleito, em 1763. Seu filho, João Bettencourt Berenguer ou João César Berenguer, como aparece nalguns documentos, foi cabo de esquadra do Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e era detentor da patente de tenente quando participou na marcha realizada em 1811 para a Banda Oriental (Uruguai), ficando no forte de Santa Teresa. Casou na vila de Nossa Senhora do Desterro.

Um outro exemplo que vale a pena referir é o caso de António José de Freitas Noronha, filho de Manuel de Freitas Noronha e de D. Antónia de Noronha. Contava este madeirense apenas sete anos quando se deslocou, acompanhado de seus pais e irmãos para Santa Catarina. Aí assentou praça no Regimento de Linha da Ilha Santa Catarina, sendo depois promovido a cabo, seguidamente a furriel, posteriormente a primeiro sargento e mais tarde a alferes. Será com esta patente que, por ordem datada de 5 de Junho de 1788, de José Pereira Pinto, governador da Capitania de Santa Catarina, efectuará a exploração do sertão catarinense, procedendo assim ao reconhecimento do rio do Braço e do Ribeirão, que banha a actual cidade de Nova Trento, que tomou, em

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, *Santa Catarina*, cx. 1, doc. n.º 39, fls. 55 a 57.

² *Ibidem*, cx. 1, doc. n.º 39, fl. 35.

honra do seu descobridor, o nome de “Alferes”. Como consequência do seu brilhante trabalho este madeirense foi promovido a 2º Tenente da 5ª Companhia do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, a 13 de Maio de 1789¹. Autor de “*O Livro segundo da configuração das árvores e frutas silvestres da capitania de Santa Catarina*”, datado de 1803², faleceu este natural da Pérola do Atlântico, na cidade do Desterro, como sargento-mor, a 5 de Outubro de 1814, com a proveta idade de 72 anos³.

Estes três exemplos servem apenas para, uma vez mais, patentear o contributo do madeirense em Terras de Vera Cruz. Note-se, no entanto, que não foram apenas estes os naturais da Ilha da Madeira a emigrarem para o Brasil, no século XVIII. Em 21 de Maio de 1749, a Câmara do Funchal comunicava ao rei que podia enviar para o Brasil mil casais e que se deviam preferir os navios para transporte que mais casais transportassem por menos de dezasseis mil reis cada pessoa⁴. Em 2 de Junho de 1751, a Câmara do Funchal ordenou às demais câmaras madeirenses que prosseguissem com a matrícula dos casais empenhados na sua deslocação para o Brasil, que se tinha iniciado em 1747, pedido que tinha sido formulado pela Câmara do Funchal, em 24 de Março de 1749⁵.

Refira-se que não é mencionado nenhum dia específico dedicado às matrículas dos casais interessados na emigração para o Brasil, referindo-se apenas que estas seriam feitas a partir do “*dia quatorze do corrente em diante*”, o que aponta para que estes registos terão sido feitos quase diariamente, facto que os documentos confirmam. Será talvez devido ao grande afluxo de inscrições que se verifica a partir de 1751 que o registo se torna também mais sumário, identificando apenas os potenciais emigrantes.

Chegado é, pois, o momento de fazermos uma abordagem quanto possível exaustiva destas matrículas, pois que tivemos o privilégio de transcrever os dois “*Livros de Registos de Matrícula dos Casais e mais pessoas que voluntariamente quizeram embarcar para o Brasil*”, no período compreendido entre 1 Agosto de 1747 e 5 de Julho de 1751. Esta transcrição surge no *Apêndice Documental* deste nosso trabalho com o objectivo de não só comprovar as nossas afirmações como para eventualmente poder contribuir de alguma forma na execução de futuros estudos sobre esta temática. Note-se, desde já, a interrupção temporal verificada nestes registos de 31 de Outubro de 1747 a 25 de Junho de 1751.

Importa também referir que, e ao contrário de Maria de Lourdes Freitas Ferraz que apenas fez o estudo dos registos de 226 casais num total de 1277 pessoas⁶, nós

¹ Walter Piazza, *ob. cit.*, pp. 359-363.

² Rui Carita, “O códice de Santa Catarina, suas fortalezas e seus uniformes” XVIII, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996. p. 74.

³ Walter Piazza, *ob. cit.*, pp. 359-363.

⁴ *Apêndice Documental*, Livro I, fls. 43-44.

⁵ *Ibidem*, cartas datadas de 24 de Março de 1749 e de 16 de Janeiro de 1751.

⁶ A causa apontada por esta autora para o tratamento não completo deste documento é de que “vinte e duas folhas do Livro de Registo de Matrícula se encontram em mau estado, não sendo possível a sua leitura”. Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, p.103, nota 26.

conseguimos, com o auxílio do nosso orientador científico, fazer a leitura paleográfica de todos os registos que perfazem um total de 1367 pessoas inscritas.

Num esforço de clareza, gostaríamos desde já de salientar que, por “casais”, entendemos não a família nuclear, mas sim o registo de cada agregado familiar que, como iremos ter oportunidade de verificar, podia ser constituído apenas por um só elemento.

Para uma melhor caracterização destes 314 “casais”, torna-se pertinente elaborar o seu perfil. É o que iremos fazer seguidamente.

4- Proveniência, agregado familiar, sexo, idade, estado civil e taxa de alfabetização

Fenómeno enraizado na Madeira, a emigração para o Brasil atraíu, no século XVIII e uma vez mais, elementos provenientes das diversas localidades da Ilha. Pondere-se o quadro que se segue.

Quadro I

Proveniência da totalidade dos casais e indivíduos

Localidades	Número de Casais	Número de indivíduos	Percentagem
Funchal	105	473	34,60
Estreito de Câmara de Lobos	39	283	20,70
S. Vicente	18	83	6,07
Câmara de Lobos	41	81	5,93
Canhas	15	59	4,32
Ponta do Sol	12	55	4,02
Machico	8	46	3,37
Atabua	12	43	3,15
Porto da Cruz	8	39	2,85
Canico	7	26	1,90
Serra de Água	6	24	1,76
Faial	5	22	1,61
Ribeira Brava	4	11	0,80
S. Jorge	2	10	0,73
Sta. Cruz	3	7	0,51
Santana	3	7	0,51
Seixal	1	6	0,44
Porto Santo	2	6	0,44
Ponta Delgada	2	5	0,37
Calheta	2	5	0,37
Campanário	2	4	0,29
Gaula	1	4	0,29

Fajã da Ovelha	1	2	0,15
Prazeres	1	1	0,07
Não Identificada	14	65	4,75
Total	314	1367	100

Segundo os dados obtidos, 34,6 % dos matriculados para o Brasil são naturais do Funchal e 65,4 % dos restantes locais da Ilha da Madeira. Destes últimos, destacam-se os quantitativos fornecidos pelo Estreito de Câmara de Lobos (283), S. Vicente (83), Câmara de Lobos (81), Canhas (59) e Ponta do Sol (55). Verifica-se, igualmente, a presença de 14 casais num total de 65 indivíduos, cujo local de residência e de baptismo não são mencionados.

Relativamente ao Funchal observe-se com atenção o quadro II.

Quadro II

Contributo das freguesias do Funchal

Freguesias do Funchal	casais	indivíduos	Percentagem
Suburbanas			
N.ª Sr.ª do Monte	19	104	22
S. Martinho	16	72	15
Sto. António	11	57	12
Sta. Luzia	4	31	7
S. Gonçalo	4	11	2
S. Roque	1	5	1
Urbanas			
S. Pedro	16	90	19
Sé	13	34	7
N.ª Sr.ª do Calhau/Santa M.ª Maior	6	14	3
Não discriminadas	15	55	12
Total	105	473	100

Da análise do quadro II ressalta em primeiro lugar o contributo das freguesias de Nossa Senhora do Monte, São Pedro e São Martinho. Por outro lado, infere-se a importância das freguesias suburbanas que concorreram com 280 pessoas para a colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em relação às freguesias urbanas, elas apresentam um menor número: 138 indivíduos. Relativamente aos 55 matriculados não discriminados, treze foram baptizados na Sé, igual número em São Martinho, doze em Santa Maria Maior, cinco em Porto da Cruz, o mesmo quantitativo em Nossa Senhora do Faial, dois em Machico assim como em Câmara de Lobos e três não são referenciados.

Interessante é verificar que o documento nos revela o baptismo de 26 “cabeças de casal” fora dos limites do Funchal e que, na data da matrícula, se encontravam a residir nesta cidade, o que significa que alguns naturais das vilas e das aldeias madeirenses começaram por migrar para a cidade. Este quantitativo permite-nos concluir que, à semelhança do que encontramos muitas vezes na emigração portuguesa, houve um movimento de atracção por parte da cidade do Funchal que se constituiu assim, para alguns, no primeiro patamar de uma emigração por etapas. Note-se também o caso inverso de dois elementos baptizados no Funchal e que, à data da matrícula residiam, um em Machico e outro no Estreito de Câmara de Lobos.

Esta emigração que, no século XVIII, partiu da Ilha da Madeira para o Brasil, era constituída, na sua grande maioria, por casais acompanhados de seus filhos. Note-se que, dos 314 registos cuidadosamente manuseados por nós, verificou-se a presença de 208 famílias nucleares acompanhadas de seus filhos e de apenas 21 que não apresentavam filhos à data do registo ou, posteriormente, na altura da confirmação. Outro aspecto de particular significado e que aponta para a mesma conclusão é o facto de se registarem cinco mulheres “pejadas”, duas das quais se encontravam grávidas pela primeira vez. Não se estranhe a presença do pai ou da mãe como “acompanhantes” dos filhos. Nestes casos, em número de 44, figura nos livros de matrícula como “cabeça de casal” um filho. Esta situação traduz apenas uma forma de tornear os termos limitativos da lei que determinava como idade máxima para a emigração masculina 40 anos e 30 para a feminina. Note-se ainda a presença como “cabeça de casal” de 180 esposos, de dois viúvos acompanhados de seus filhos, de uma esposa com marido e filha, de uma esposa sózinha e de uma mãe acompanhada pela filha. Do que ficou dito, infere-se a presença de 229 famílias nucleares e 85 que o não são. Tendo em consideração estes factos, elaborámos o seguinte quadro.

Quadro III

Número de filhos por família nuclear

Número de filhos por família nuclear	Número de famílias nucleares	Percentagem
0 filhos	21	9,17
1 filho	27	11,40
2 filhos	40	11,79
3 filhos	42	18,34
4 filhos	46	20,09
5 filhos	26	13,35
6 filhos	15	6,58
7 filhos	9	3,95
8 filhos	2	0,88
11 filhos	1	0,44
Total	229	100

Da análise do quadro III, destacam-se 46 casais com 4 filhos, seguindo-se 42 com 3 e 40 com dois filhos. O número de casais sem filhos é de 21 e com um filho de 27. Note-se ainda a presença de um casal com 11 filhos, seguido de dois com 8, de nove com 7, de quinze com 6 e de vinte e seis com 5 filhos. No número de filhos incluímos obviamente os dez enteados que surgem referenciados na matrícula, pois que são filhos de um dos elementos do “casal de facto”.

Vejamos agora, a partir do quadro IV, a estrutura do agregado familiar.

Quadro IV

Agregado familiar

Número de elementos por “casal”	Número de “casais”	Total de indivíduos	Porcentagem
1	67	67	21,37
2	31	62	9,87
3	29	87	9,24
4	37	148	11,78
5	38	190	12,10
6	41	246	13,06
7	31	217	9,87
8	21	168	6,69
9	12	108	3,82
10	5	50	1,59
11	1	11	0,32
12	0	0	0,00
13	1	13	0,32
Total	314	1367	100

Infere-se do quadro IV o valor significativo de 67 “casais” constituídos apenas por uma pessoa. Pela análise dos registos, constata-se que estes indivíduos são jovens. Seguem-se 41 “casais” com seis elementos, 38 com cinco, 37 com quatro, 31 com dois e com sete, 29 com três, 21 com oito, 12 com nove, 5 com dez e, finalmente, com onze e treze elementos, um “casal”.

Mas analisemos um pouco mais em pormenor a composição do agregado familiar, verificando o grau de parentesco que unia os 1053 acompanhantes aos 314 “cabeças de casal”, através do quadro V.

Quadro V

Grau de parentesco dos acompanhantes dos “cabeças de casal”

Participação feminina	Número	Percentagem	Participação masculina	Número	Percentagem
Filha	226	37,36	Filho	270	60,27
Esposa	180	29,75	Irmão	84	18,75
Irmã	107	17,69	Pai	40	8,93
Mãe	46	7,60	Cunhado	13	2,90
Cunhada	19	3,14	Enteado	8	1,79
Sobrinha	7	1,16	Sobrinho	5	1,12
Sogra	5	0,83	Enjeitado	5	1,12
Tia	2	0,33	Sogro	3	0,67
Enteada	2	0,33	Padrasto	2	0,45
Nora	1	0,17	Primo	2	0,45
Enjeitada	1	0,17	Tio	1	0,22
Noiva	1	0,17	Pai e padrasto	1	0,22
Mulher que o criou	1	0,17	Esposo	1	0,22
Mãe e madrastra	1	0,17			
Neta	1	0,17			
Não mencionado	5	0,83	Não mencionado	13	2,90
Total	605	100	Total	448	100

Da análise do quadro V constata-se que os filhos fornecem o maior quantitativo de acompanhantes, com 496 elementos, seguido dos irmãos com 191, dos esposos com 181, dos pais com 86 e dos cunhados com 32 elementos. Com menor índice, ressaltam os netos, as noivas e as noras com apenas um elemento. Há ainda apenas uma “mulher que o criou”, apontando esta realidade possivelmente para um enjeitado, situação que, como já verificámos anteriormente, apresentava um certo relevo numérico na Madeira da época. Aliás, os enjeitados declarados figuram, no nosso quadro, com uma participação de 6 elementos.

Este quadro dá-nos também uma perspectiva dos quantitativos de ambos os sexos nesta emigração para o Brasil, no século XVIII. No entanto, para averiguar da participação feminina e masculina neste fluxo migratório, devemos igualmente ter em conta que, aos números apresentados pelo quadro, necessitamos de juntar mais 293 e 21, relativos aos “cabeças de casal”, masculino e feminino, respectivamente.

Atentemos no quadro que se segue.

Quadro VI

Participação feminina e masculina

Participação feminina	Número	Percentagem
Acompanhantes	605	44,26
"Cabeças" de casal	21	1,54
Sub-total	626	45,79
Participação Masculina		
Acompanhantes	448	32,77
"Cabeças" de casal	293	21,43
Sub-total	741	54,21
Total	1367	100

A leitura do quadro anterior mostra-nos que a participação feminina é ligeiramente inferior à masculina. No entanto, as mulheres aparentam ser elementos passivos na opção pela emigração, pois que, na maioria dos casos se apresentam como acompanhantes, tornando assim praticamente impossível captar o grau de voluntarismo feminino na aventura emigratória.

Relativamente à idade dos madeirenses, observa-se que não foram contabilizados para dados estatísticos duas pessoas do sexo feminino e uma do masculino, porque o seu registo apenas os aponta como maiores de idade e igualmente não foram tratados os dados sobre a idade de mais 28 casos do sexo feminino e 25 do masculino, porque a matrícula é omissa, relativamente às suas idades. Tendo esta realidade em atenção, elaborámos o mapa que se segue.

Quadro VII

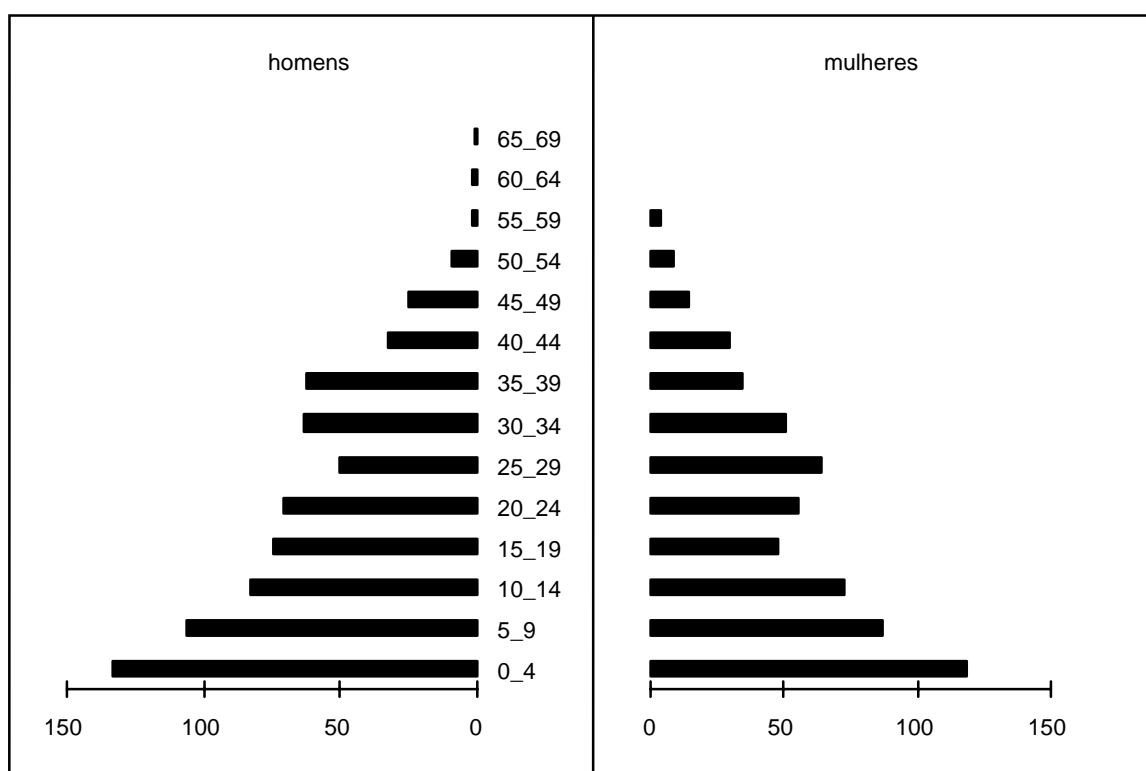
Idades dos emigrantes, segundo os seguintes escalões etários

Escalões etários	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
0-4	137	121	258
5-9	106	88	194
10-14	83	73	156
15-19	74	48	122
20-24	71	55	126
25-29	51	64	115
30-34	63	51	114
35-39	62	34	96
40-44	33	30	63
45-49	25	14	39
50-54	9	9	18
55-59	2	4	6
60-64	2	1	3
65- 69	1	0	1

Não mencionado	26	30	56
Total	745	622	1367

A partir dos dados do quadro anterior e para melhor nos apercebermos do nível etário dos emigrantes de ambos os sexos, elaborámos a pirâmide de idades que se segue.

Pirâmide etária



Estamos perante uma pirâmide jovem de idades que evidencia uma população emigrante muito jovem, facto também comprovado pela média de idades de 19 anos. Saliente-se também a participação activa das crianças, sobretudo até aos 9 anos, prova dos agregados familiares numerosos que desejavam partir para o Brasil. A dispersão etária é, porém, muito grande, preenchendo todos os escalões até aos 68 anos, à data da matrícula. Verifica-se, também, que o escalão etário 65-69 anos não é preenchido por nenhum elemento feminino e que o anterior apresenta apenas um elemento deste sexo e dois do masculino.

Saliente-se que, e contrariamente ao que irá acontecer no século XIX, não se assiste a um encurtamento drástico do escalão 15-19 anos, em cuja idade se irá exigir a fiança ao recrutamento militar, porque no século XVIII é o próprio rei a incentivar esta emigração, apresentando como uma das suas motivações, e como já referimos, a isenção ao serviço militar.

Os indicadores sobre o estado civil surgem, naturalmente, em estreita correlação com os anteriores. Sabemos que se tratou de uma emigração de famílias incentivada pela gratuidade das viagens e por todas as outras vantagens por nós já referidas. Note-se que encontramos um caso de reagrupamento familiar, visto que Doroteia da Silva declara que o seu marido se encontrava já na Baía ¹.

Paralelamente, assiste-se à partida isolada de solteiros e também de irmãos que se deslocam juntos para o Brasil. Assim, regista-se a presença de 66 elementos que se inscreveram sozinhos, dos quais quatro são femininos, destacando-se 56 solteiros e 10 cujo estado civil não é referenciado. Verifica-se igualmente que dezoito “cabeças de casal” solteiros surgem acompanhados: oito com irmão e irmã, 5 com pai e mãe, 2 com irmão e mãe, um com acompanhante cujo parentesco não é revelado, um em companhia “da mulher que o criou” e um noivo com a respectiva noiva. Observa-se também que os registos não mencionam o estado civil de cinquenta e cinco “cabeças de casal”. No entanto, destes últimos, trinta e oito vão acompanhados do pai e da mãe ou de apenas um dos progenitores, o que poderá significar que são solteiros. No que concerne aos restantes, dez realizam a sua matrícula sozinhos, cinco não identificam o grau de parentesco que os une ao(s) acompanhante(s) e dois são acompanhados pela irmã. Relativamente ao estado de viuvez, tivemos já ocasião de mencionar a presença como “cabeça de casal” de dois viúvos que se matricularam para o Brasil com os seus filhos. Há ainda a referência a duas viúvas acompanhadas ambas de seus quatro filhos e a uma outra que vai para o Brasil agregada a um casal, levando consigo o seu filho. Casos não declarados de viuvez, mas que, na nossa opinião, apontam para essa situação são também os seguintes: uma filha menor que surge como cabeça de casal a ser acompanhada exclusivamente pela mãe; um filho acompanhado da irmã e da mãe; dois irmãos acompanhados somente pela mãe; um filho acompanhado de duas irmãs e do pai. No entanto, o primeiro caso pode também sugerir uma mãe solteira.

Outro aspecto de particular significado nesta análise do perfil do emigrante madeirense destas “levas dos casais” é a sua estrutura ocupacional. No entanto, a análise das profissões dos emigrantes, no momento da partida, apresenta alguns problemas de difícil contorno para uma análise quantitativa: a sua indicação nem sempre é sistemática e só surge normalmente para o chefe de “casal”. Todavia, e embora o fluxo migratório tenha uma forte componente de acompanhantes, na maioria ele é composto por filhos que não vão de imediato exercer uma profissão, limitando-se a auxiliar os seus pais no seu ofício que, na sua maioria, se revela ser lavrador.

De qualquer modo, e tendo em conta as referências obtidas pelas matrículas, podemos observar algumas linhas de força das estruturas profissionais em jogo. Refira-se entretanto que os 327 casos com profissão declarada se referem aos “cabeças de casal” (314), e a treze acompanhantes, a saber: quatro lavradores, um serrador, um oficial de ferreiro, um oficial de sapateiro, três aprendizes de sapateiro, um aprendiz do ofício de telheiro, um oficial de marceneiro e um elemento sem ofício.

Observemos o quadro que se segue.

¹ *Apêndice Documental*, Livro I, fl. 81.

Quadro VIII

Profissões

Profissões	Número	Percentagem
Lavrador	214	66,01
Oficial de sapateiro	14	4,28
Oficial de ferreiro	5	1,53
Oficial de carpinteiro	5	1,53
Oficial de tanoeiro	4	1,22
Aprendiz de sapateiro	3	0,92
Sem ofício	3	0,92
Oficial de marceneneiro	2	0,61
Trabalhador	2	0,61
Oficial de serrador	2	0,61
oficial de pedreiro	2	0,61
Oficial de barbeiro e sangrador	2	0,61
Aprendiz de telheiro	1	0,31
Assistente e lavrador	2	0,61
Lavrador e oficial de pedreiro	1	0,31
Lavrador e serrador	1	0,31
Serrador	1	0,31
Oficial de barbeiro	1	0,31
Oficial de lavrador	1	0,31
Lavrador e oficial de sapateiro	1	0,31
Ferreiro	1	0,31
Oficial de tilheiro	1	0,31
Aprendiz de carpinteiro	1	0,31
Oficial de celeiro e sapateiro	1	0,31
Carpinteiro	1	0,31
Tanoeiro	1	0,31
Soldado	1	0,31
Marinheiro	1	0,31
Não mencionada	52	15,90
Total	327	100

Apesar de um espectro profissional de certo modo alargado, podemos verificar que a esmagadora maioria destes emigrantes eram agricultores, com 215 elementos emigrados, sendo um deles "assistente" na freguesia da Sé e um outro que foi alferes de uma das Companhias de Ordenança da Vila da Ponta do Sol. Aliás, esta profissão revela-se de tal forma importante que num dos registos se lê que o “*cabeça de casa*” Manuel

Caldeira é “*cambado da perna esquerda*” mas “*sem impedimento para o trabalho da lavoura*” ¹.

Seguindo por ordem de importância e com um valor de 14,09%, encontra-se o sector secundário que apresenta uma grande heterogeneidade, destacando-se, no entanto, neste grupo, os sapateiros com 4,28%, sendo um deles “assistente na freguesia de São Pedro do Funchal” ². Seguem-se os oficiais de ferreiro e os oficiais de carpinteiro, ambos apresentando um valor percentual de 1,53. Nestes últimos, saliente-se que um deles é “*oficial de carpintaria de toda a sorte do mar e da terra*”.

Há ainda a registar um oficial de lavrador, um lavrador e oficial de sapateiro, um lavrador e oficial de pedreiro, um lavrador e serrador, dois “assistentes” e lavradores, (um “assistente” na freguesia da Sé no Funchal e lavrador naquela cidade e outro “assistente” no Funchal e lavrador em Machico ³). Note-se a acumulação de funções de dois sectores diferentes, o que nos impede de elaborar um quadro rigoroso, segundo sectores de actividade. Atente-se na presença de dois trabalhadores, de um oficial de barbeiro, de um marinheiro “*da navegação para o Brasil e Nova Colónia*” ⁴ e de um soldado, de três elementos sem ofício e uma percentagem relevante de elementos cuja profissão não é declarada. Esta última situação inviabiliza um quadro de profissões mais detalhado e completo.

Saliente-se finalmente que aos artífices lhes era atribuído um valor monetário mais elevado que aos elementos dos outros sectores da vida económica, podendo auferir até 7200 réis, consoante as suas habilitações ⁵.

A apreciação das características do fluxo migratório que se fez sentir no século XVIII da Madeira para o Brasil ficaria parcialmente incompleta se não nos detivéssemos sobre o nível de instrução dos potenciais emigrantes. Sobre este aspecto, é necessário chamar a atenção para o facto de que não é possível quantificar o número de emigrantes analfabetos, porque, como o registo nos indica, apenas o chefe de casal assina a matrícula. No entanto, temos dados que nos permitem fazer uma estimativa desse quantitativo. Atentemos sobre o quadro que se segue.

Quadro IX

Alfabetização

Assinatura do registo de casais	Número	Percentagem
Assinatura do “cabeça de casal”	28	8,92
Assinatura de cruz	226	71,97
Assinatura do vereador	15	4,78

¹ *Ibidem*, Livro I, fl. 57.

² *Ibidem*, Livro I, fl. 58.

³ *Ibidem*, Livro I, fl. 49 e Livro II, fl. 46.

⁴ *Ibidem*, Livro I, fl. 126.

⁵ Virgínia Rau, “Dados sobre a Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII”, Separata do vol. I das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965, p. 11

Sem assinatura	45	14,33
Total	314	100

Antes de mais, gostaríamos de salientar que uma das assinaturas quantificadas por nós como assinatura do cabeça de casal, (neste caso um filho), pertence a seu pai, o que nos aponta mais uma vez para o estratagema adoptado para a fuga à legislação que fixava uma idade limite para os emigrantes. Por outro lado, foi também contabilizado como três “assinaturas de cruz” a de três elementos em que o escrivão declara que, por não saberem escrever, “*assinou o vereador*”. No entanto, não extrapolámos esta situação para os outros casos em que apenas é referido “*e assinou o vereador*”, porque não temos elementos suficientes para tal conclusão.

Estamos assim perante uma população emigrante com, pelo menos, 71,97% de analfabetos e pensamos que este número seria ainda mais significativo se o escrivão tivesse fornecido mais dados sobre os quinze registos que são assinados pelo vereador e os 14,33% que se pautam pela ausência total de assinaturas. Aliás, esta taxa de analfabetismo não nos surpreende se tivermos em conta que, em grande parte, os emigrantes se recrutavam entre gente humilde que, cativada pelas promessas dos diplomas régios, pretendia melhorar as suas condições de vida. Contudo, é fundamental observar também que partiram igualmente para o Brasil várias pessoas de famílias nobres depauperadas. Como consequência, encontramos nos registos das matrículas “D. Brites Dorumundo” ¹, “D. Catarina Moniz de Meneses”, ² “D. Isabel de Meneses” ³, “Donna Francisca Felicia da Roza”, “Donna Barbara” ⁴, “Donna Clara Michaela de Souza Henriques”, “Donna Luiza de Souza Henriques” ⁵ e João Berenguer de Andrade e família, da qual consta “D. Teodora da Câmara” ⁶.

Desconhecemos o número dos matriculados que acabámos de analisar que efectivamente chegaram ao seu destino. No entanto, temos conhecimento que, em 26 de Abril de 1756, partiram da Madeira com destino a Santa Catarina “*376 homens, 14 meninos menores de 3 anos, 126 mulheres e raparigas e 4 meninas menores de 3 anos*”, num total de 502 pessoas ⁷. Infelizmente, o navio, Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro, que os transportava naufragou no litoral da Baía, na foz do rio Joanes, na freguesia de Santo Amaro do Ipitanga, como nos dá conhecimento a carta do vice-rei do Brasil, D. Marcos de Noronha, datada de 17 de Abril de 1757 ⁸ e o ofício do vice-rei Conde dos Arcos dirigido a Tomé Joaquim da Costa Corte Real ⁹.

¹ *Apêndice Documental*, Livro I, fl. 10.

² *Ibidem*, Livro I, fl. 19.

³ *Ibidem*, Livro I, fl. 26.

⁴ *Ibidem*, Livro II, fl. 25.

⁵ *Ibidem*, Livro II, fl. 27.

⁶ *Ibidem*, Livro II, fl. 162.

⁷ Oswaldo Cabral, *ob. cit.*, p. 105.

⁸ Walter Piazza, *ob. cit.*, pp. 356-358.

⁹ Instituto Histórico Ultramarino, Baía, doc. 1909.

Para estes e para muitos outros a emigração para o Brasil revelou-se não só uma epopeia como igualmente um martirológico. Todavia, sobreviveram a este naufrágio 11 mulheres e “o número de homens, que se não pode averiguar ao certo”¹. No entanto, estamos convictos de que a estes muitos outros se seguiram, levando consigo um modo de pensar, uma língua e uma cultura que, apesar da distância geográfica e da sua tão conhecida facilidade de adaptação a novos meios, lhes permitiu manter a sua identidade cultural e erguer uma comunidade portuguesa com fortes características madeirenses para o que contribuiu, também, o facto de este fluxo migratório se destinar a preencher vazios demográficos.

Estes, em suma, alguns dos aspectos mais relevantes da emigração madeirense para o Brasil, no século XVIII. Pensamos que os indicadores e os valores apresentados são bastante significativos quanto à intensidade e ao volume desse “êxodo”. Importa agora fazer uma investigação pormenorizada, sobretudo em Santa Catarina, para tentar descobrir o rasto destes emigrantes que analisámos neste capítulo, embora sem perder de vista Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro, onde a presença madeirense teve também forte componente, sobretudo no Nordeste, onde deu origem a uma sociedade do açúcar². Simultaneamente, torna-se pertinente fazer um estudo sobre a influência do madeirense no Brasil, nomeadamente na cultura e na sociedade brasileira. Refira-se que já Horácio Bento aponta a necessidade desse estudo relativamente ao contributo do madeirense no falar do povo brasileiro, observando que José Américo de Almeida e José Lins do Rego apresentam nas suas obras termos utilizados pelo povo madeirense e expressões de cunho rural, assim como o filólogo Mário Marroquim que, na sua obra *A Língua de Nordeste*, revela fenómenos de desassimilação, vocalização, metátese e alargamento, em muitas palavras, fenómenos fonéticos utilizados pelo povo madeirense³. Como oportunamente notou Gilberto Freire, “a irmã mais velha do Brasil é o que foi verdadeiramente a Madeira. E irmã que se estremeou em termos de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens (...) concorreram para transformar rápida e solidamente em nova lusitania”⁴.

¹ Walter Piazza, ob. cit., p. 356.

² Sobre este assunto, leiam-se as obras de Gilberto Freire “*Casa Grande e Senzala*”, “*Sobrados e Mocambos*”, *Nordeste - Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*”.

³ Horácio Bento, “Aspectos da emigração madeirense para o Brasil nos reinados de D. João V e D. José”, *Das Artes e da História da Madeira*, Suplemento ao n.º 4895 de “O Jornal”, Funchal, 1948, pp. 19-20.

⁴ Citado por Alberto Vieira e Francisco Clode, ob. cit., p. 159.

CONCLUSÃO

Não pretendemos com estas páginas esgotar um assunto inesgotável, ambicionamos tão somente fazer uma reflexão globalizante sobre esta temática e simultaneamente chamar a atenção para o protagonismo do madeirense no povoamento, colonização e defesa do Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Começámos por centrar-nos nas motivações que determinaram a diáspora madeirense para o Brasil, apontando como factor determinante o desajustamento entre o crescimento populacional contínuo e a forma assumida pelo desenvolvimento económico-social que se traduziu, na Ilha da Madeira, não apenas por carências alimentares, mas também pela emigração. Não deixámos, no entanto, de explanar todo um outro conjunto de razões de ordem política, administrativa e religiosa que contribuíram para o fenómeno em questão, não esquecendo de referir a política de emigração de D. João V e de D. José, favorável a esta corrente migratória. Serão, portanto, as vicissitudes e os dramas económicos que o povo madeirense entretanto enfrentava, aliado à miragem da riqueza e ao gosto pela aventura que nutriam muitos mancebos, entre os quais predominavam os filhos segundos das velhas famílias arruinadas que nos ajudam a compreender e a explicar este fenómeno.

A seguir, através de uma pesquisa exaustiva e minuciosa em documentos coevos, demonstrámos, cabalmente, a presença madeirense no Brasil, desde os primórdios da centúria de quinhentos. Esta presença é tão forte que faz jus à nossa já citada afirmação de que o Brasil era mais uma “ilha” da Madeira. Importa referir que este fluxo migratório madeirense em direcção ao Brasil prossegue nos séculos seguintes, pois que a documentação apresenta inúmeros exemplos de famílias cujos elementos continuam a mostrar preferência acentuada pelo Brasil, deslocando-se para este espaço geográfico, nos séculos XIX e XX. São os casos das famílias França, Souto, Ribeiro Ferreira e Moniz Afonseca, entre muitos outros que poderíamos citar, mas que, como ultrapassam a nossa barra cronológica, deixaremos para outro estudo.

Ainda neste longo capítulo, tivemos oportunidade de analisar os diversos sectores de actividade onde o madeirense se evidenciou no Brasil. Com esse objectivo em mente, mostrámos o seu valioso contributo como produtores de cana, técnicos açucareiros, senhores de engenho, mercadores, criadores de gado, religiosos, agentes político-administrativos, soldados na defesa do Brasil e líderes na Restauração Pernambucana, onde, e a título de exemplo, apontámos João Fernandes Vieira, chefe incontestado do referido levantamento que restituiu a Portugal os territórios usurpados pelos holandeses e a quem, pela importância assumida durante toda a Restauração, dedicámos um sub-capítulo. Salientámos ainda Vidal de Negreiros, madeirense por parte materna, que também se evidenciou como um dos caudilhos do referido movimento na luta contra os flamengos, Francisco de Figueiroa a quem coube chefiar a leva madeirense e tomar

posse dos fortes da Paraíba, Rio Grande e Ceará, e outros heróis madeirenses da "Ilíada Pernambucana" que escaparam ao anonimato.

Dos factos bélicos então sucedidos e amplamente abordados por nós no capítulo II, importa recordar que, desde os preparativos da Várzea aos êxitos das Tabocas, da Casa Forte, dos Guararapes e do Arraial do Bom Jesus, a presença dos madeirenses é aí constante, não só através de mancebos mas também dos seus progenitores, tendo muitos perecido nas lutas de defesa contra o invasor batavo.

Mas como a História não se faz apenas com os nomes dos grandes homens, dedicámos o terceiro capítulo a todos aqueles madeirenses, a cujo esforço, luta e sofrimento se deve grandemente a colonização do Sul do Brasil que, no início do século XVIII, estava praticamente despovoado. Estamos a referir-nos aos colonos que, sobretudo a partir de 1751 se matricularam para o Brasil e que, a par dos açorianos, para aí levaram todos os seus hábitos, costumes e crenças, constituindo assim o início da estruturação social santa - catarinense. A sua influência ainda hoje aí perdura na poesia popular. Só um exemplo, relativo a Ribeirão, em Santa Catarina:

*“Nesta bela Ilha encantada
Moram as fadas rendeiras
Bisnetas das dos Açores
E também das da Madeira”* ¹.

Neste espaço geográfico, a nova política colonizadora, proposta por Alexandre de Gusmão e colocada em prática por D. João V, a partir de 1746, foi motivada pela preocupação de preencher vazios demográficos, particularmente em regiões fronteiriças, no Sul, com as colónias espanholas e simultaneamente pela fome que grassava nos Açores e na Madeira.

Serão estes ilhéus, madeirenses e açorianos, que irão iniciar e consolidar a fronteira do Sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. A eles se ficou a dever a expansão da soberania portuguesa no Sul do Brasil e a integração no território brasileiro do Rio Grande do Sul.

Com base no dois *Livros de Registos de Casais Matriculados para o Brasil*, que se encontram no Arquivo Regional da Madeira, elaborámos o perfil dos potenciais emigrantes, observando que este fluxo migratório foi em grande parte constituído por famílias nucleares jovens, marido mulher e filhos, a que não raras as vezes se agregaram outros elementos da família, constituindo assim agregados numerosos, cujo índice de alfabetização era extremamente baixo. Constatou-se também que a participação feminina foi ligeiramente inferior à masculina e que, em relação às actividades económicas dos matriculados, o grupo mais numeroso se revelou ser o dos agricultores. No respeitante à naturalidade dos emigrantes, esta afectou particularmente o Funchal. Ainda neste capítulo, tivemos oportunidade de nos referirmos à presença de soldados madeirenses na defesa do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

Eis-nos, assim, chegados ao fim de um longo percurso de investigação sobre um tema tão pouco estudado como é a emigração do madeirense para o Brasil e o seu

¹ Quadrinhas da “Ratoeira”, citadas por Nereu do Vale Pereira, “Raízes Culturais Açoreanas em Ribeirão da Ilha (Santa Catarina, Brasil)”, *III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 171.

protagonismo no povoamento e colonização das Terras de Vera Cruz. Estamos conscientes de que não foi, evidentemente, possível proceder aqui a uma reflexão exaustiva e final sobre esta temática, pois que, como todos sabemos, toda a síntese é provisória e contingente. Mas pensamos ter dado um contributo válido ao estudo e à compreensão desta matéria.

A vastidão dos seus domínios, as constantes reflexões que temos vindo a fazer sobre tão vasta temática e o manuseamento constante de novos documentos que nos vão surgindo impelia-nos a retomar o tema, o que a seu tempo faremos. Fica-nos a certeza, no entanto, de ter procurado elaborar um trabalho sério e de ter consciência de que a obra histórica está sempre mais ou menos desactualizada no momento em que vem a público.

Apesar de tudo, percorremos um naipe de questões que, sem pretender esgotar o que quer que fosse, terão permitido esboçar uma imagem real do que foi o grande contributo do madeirense na construção do Brasil.

Na perfeita consciência do muito que ficou por tratar, bem como da ousadia de um trabalho que abrange três séculos, resta-nos lembrar que a verdade em História tem sempre um carácter relativo, pois que variam quantitativa e qualitativamente os documentos utilizados pelo historiador, em função das possibilidades do seu acesso e também da capacidade de quem os manuseia e interpreta. Varia igualmente a interpretação por ele feita, na medida em que é realizada em função do seu quadro mental.

Todavia, esperamos que esta nossa tarefa possa contribuir para situar com suficiente exactidão o estado actual da investigação a este respeito e, simultaneamente, para evidenciar a nossa opinião sobre esta temática. Se rectificações surgirem, primeiro do que ninguém as agradeceremos. A ciência é um eterno errar e aprender.

APÊNDICE DOCUMENTAL

LIVROS I E II DE MATRÍCULAS DOS CASAIS E MAIS PESSOAS QUE VOLUNTARIAMENTE, QUIZEREM EMBARCAR PARA O ESTADO DO BRASIL

Livro 1

Servirá este Livro para a matricula dos casaes, e mais pessoas que, voluntariamente quizerem embarcar para o estado do Brazil, na forma das ordens de Sua Magestade expedidas pelo Conselho Ultramarino. Escreverá nelle o Escrivão deste senado sendo primeiro rubricado pelo Vereador Diogo de Bettencortt e Saa, que no fim lhe fará a declaração de ensarramento Funchal em Camara 20 de Julho de 1747. (fl.1)
Assinaturas ilegíveis

Carta de ELREY Nosso Senhor ao Governador e Cappitão General desta Ilha, sobre os cazais, que sehão de transportar para o Estado do Brazil.

Governador, e Cappitam General da Ilha da Madeyra: Amigo. Eu ELREY voz invio muyto saudar Por rezolução de vinte dous de Dezembro do anno proximo passado em consulta do meu Conselho Ultramarino fuy servido, que dessa Ilha se transportassem á custa de minha Real Fazenda os Cazaes de pessoas, que voluntariamente quizerem hir estabelecer-se nos meus dominios de America nas partes que se lhes distinarem, e porque para a execução disto, hade ser necessario, que o dito conselho dizponha varias prevenções, e providencias nessa Ilha, Hey por bem, que a tudo o que nesta materia se voz ordenar por via do mesmo Conselho, deis inteiro cumprimento, com o zelo, e actividade que pede o interesse, que o meu servisso tem neste negocio. Escrita em Lisboa - a dezeseis de Março de mil septecentos, e quarenta e septe Para o Governador, e cappitam General natural da Ilha da Madeyra Raynha = Lugar do Sello = Por ElRey ao Governador, e Cappitam General da Ilha da Madeyra. Registe-se. Funchal em Camera quinze de Julho de mil, septecentos e quarenta e septe annos etc.^a (fls 1v - 2)

Provizão

Dom João por graça de Deos REY de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem Mar, em Africa Senhor de Guiné etc.^a Faço saber avóz Governador, e cappitam General da Ilha da Madeyra que eu fuy servido fazer merce aos Cazaes dessas Ilhas, que se quizerem hir estabelecer no Brazil, de lhes facilitar o transporte e estabelicimento, á custa de minha Real Fazenda, e as mais conveniencias, que constão do Edital, de que se vos remetem com esta cópias, e sou servido, que escrivães a todas as Camaras de vossa jurisdição, remetendo-lhes sufficiente numaro para se fixarem em todas as povoaçoens, e lhes ordeneis, que no fim de cada hũ a, declarem perante quem

hão de acodir os que se quizerem aproveitar da merce, que lhes faço, e a quem hão de mostrar documentos de serem cazados, os que quizerem passar como taẽ s, e que idade tẽm o marido, e mulher, e mais pessoas que levarem em sua companhia, para se lhes fazerem os assentos com clareza, e distincão, pondolhe na matricula todos os signães que os possão destinguir, e tambem as circumstancias da saude, e dizpozzição de cada hum, e as Listas vos seram remetidas com brevidade possivel, para que examinando-as vos tenhaes Lugar de pedir as clarezas nas que faltarem algumas das que se vos pedem, e poderdes juntamente informar das pessoas que tiverem capacidade, e circumstancias para serem providos nos postos da Ordenança, porque devem hir estes Cazães em companhias formadas de quarenta, ou cincoenta homẽ ns cada hũ a, e por cada companhia me porporeis com informação de Camara, tres pessoas em cada posto, de Capitão, Alferes, e Sargento, declarando os requisitos, que tem e fundamentos, que voz movem aos propordes, para com vossa informação, fazer eu as nomeaçõens dos ditos postos como me parecer; e as Listas depois de feytas, e ajustadas que venhão uniformes, mas remeterẽis por duas vias pelo meu Conselho Ultramarino, e avizareis os portos de mar em que se hão de embarcar os cazães, declarando o numero, que devem embarcar em cada porto, para se fazerem prompts os mantimentos, e embarcações, e mais, que hé presizo para este transporte; tendo entendido, que este se não deve fazer de todas as pessoas juntamente, mas in defferentes viagens, para se poder executar com mais commodidade dessas pessoas, as quais mandareis recomendar para se lhes dar bom tratamento, assim no mar, como no Estado do Brazil aonde se fará o primeiro estabelecimento na Ilha de Santa Catharina, e nas suas vezinhanças em que a fertilidade da terra, e a abundancia de gados, e grande copia de peixes conduzem muito para a commodidade e fartura destes novos habitadores; e por outra carta firmada por minha Real Mão, que vay com esta, vos recomendo espesialmente este negocio a qual fareis registrar com esta nas Camaras de nossa jurisdição para constar o que por ela voz Ordeno, e quanto he do meu Real Agrado, este servisso. ELREY Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Alexandre Metello e Menezes, e Thomé Gomes Moreyra conselheiros do seu Conselho Ultramarino. Pedro Joseph Correa a fez em Lisboa a doze de Abril de mil septecentos, e quarenta e septe. O Secretario Manoel Caetano Lopes de Laire a fez escrever. “ Alexandre Metello de Souza e Menezes. Thomé Gomes Moreyra. Registada na Secretaria do Governo a fls. quarenta e outo verso, no Livro do Registo das Cartas, e Ordens de Sua Magestade Funchal treze de Julho de mil septecentos e quarenta e septe. Manoel Alves da Silva. Registe-se. Funchal em Camera quinze de Julho de mil septecentos e quarenta e septe. = Esmeraldo = . Leme.” Betancurt = . Aurelio. (fls 2v - 4)

Edital

ELREY Nosso Senhor - Attendendo as representaçõens dos moradores das Ilhas dos Assores, que lhe tem pedido, mande tirar dellas, o numero de Cazães, que for servido, e transporta-los a America, donde resultará ás ditas Ilhas, grande alivio, em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males, que traz consigo a indigencia em que vivem, e ao Brazil hum grande beneficio, em fornecer de cultores alguma parte dos

vastos dominios do dito Estado. Foy servido, por rezolução de trinta hum de Agosto do prezente anno posta em consulta do seu Conselho Ultramarino de outo do mesmo mez, fazer merce aõs Cazães das ditas Ilhas, que se quizerem hir estabelecer no Brazil, de lhes facilitar o transporte, e estabelecimento mandando-os transportar à custa de Sua Real Fazenda, não só por mar, mas tambem por terra, até os sitios que se lhes distinarem para as suas habitaçõens, não sendo os homẽ ns de mais de quarenta annos de idade e não sendo, as mulheres de mais de trinta: e logo, que chegarem a desembarcar no Brazil, a cada mulher, que para elle for das Ilhas, de mais de doze annos, e de menos de vinte cinco, cazada, ou solteyra, se lhe darã dous mil e quatrocentos reis de ajuda de custo; e os Cazães que levarem filhos se lhes dará para ajuda de os vestir mil reis por cada filho, e logo que chegarem aõs sitios, que hão de habitar, se dará a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum machado, hũ a enxó, hum martelo, hum facão, duas facas, duas tizouras, huma serra, com sua lima dous travaduras alqueires de sementes, duas vacas e huma Egoa e no primeiro anno se lhes dará a farinha que se entende basta, para o sustento, que são trez quartas de alqueire da terra por mez, para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres; mas não das crianças, que não tiverem septe annos, e a os que o tiverem athé os quatorze se lhes dará quarta e meya para cada mez. Os homens, que passarem por conta de Sua Magestade ficarão izentos de o Servir nas Tropas pagas, no cazo de se estabelecerem no termo de dous annoz, nos sitios que se lhes distinarem, aonde se darã a cada Cazal, hum quarto de legoa em quadra, para principiar a sua Cultura, sem que se lhes levem direytos, nem celario algum por esta sesmaria, e quando pelo tempo em diante, tenham familia com que possam cultivar mais terra, a poderiam pedir ao Governador do districto, que lha concederã na forma das Ordens, que tem nesta materia. E os cazães naturães das Ilhas, que quizerem hir deste Reino por se acharem nelle se lhes farão as mesmas conveniencias, como também aos Cazães dos Estrangeiro, que não forem vassalos de soberanos, que tenham dominios na America, a que possam passar-se: E aos que forem artificis, se lhes dará hũ a ajuda de custo, conforme os requezetos que tiverem. (fls 4 - 5)

Acrescentamento do Edital, com o que se publicou

E como rezolução de vinte e dous de Dezembro de mil septecentos, e quarenta e seis em consulta do Conselho Ultramarino, foy Sua Magestade servido conceder aos cazães desta Ilha, a mesma merce, e favor, que assim se contem, ordenando por carta de 16 de Março do prezente anno firmada pela Real Mão se cumpra o que dizpuzer o mesmo Conselho, para o dito fim, em cumprimento de hũ a sua Provizão de doze de Abril tambem do prezente anno, mandarmos se publique este Edital nas partes costumadas, fixando-se depois na porta do Paço do Conselho, e declaramos a todas as pessoas que se quizerem aproveitar da merçe que lhe faz ELREY Nosso Senhor se apresentem na Caza deste Senado ao segundo Vereador Miguel da Camara Leme, emquanto se achar o primeiro exercitando o cargo de juiz, nas menhãas das terças, e quintas feyras de cada semanna, mostrando-lhes Documentos de serem cazados, os que como taes quizerem hir para as referidas partes; e que idade tem o marido a mulher e as

mais pessoas, que levarem em sua companhia, para lhes mandar fazer os assentos necessários e se dar inteiro comprimento ao que mais se contem na dita Provizão. Dado no Funchal, a 19 de Julho de mil settecentos quarenta e septe. (fls 5 - 5v)

Carta do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Governador Escrita á Camera. Senhores Procuradores e mais Vereadores do Senado da Camara do Funchal. Pela ultima embarcação vinda de Lixboa, me foy remetida e receby com a carta de Sua Magestade firmada pela Real Mão, de 16 de Março do presente anno de mil septecentos e quarenta septe a Provizão do seu Conselho Ultramarino, e os Editões impressos para tudo remeter ás Camaras, dependentes do Governo desta Ilha, e se registrar a dita carta e Provizão no Tomo de cada huma dellas e se cumprir o que por ellas consta, e se mostra ser ordenado por Sua Magestade, a favor dos moradores desta Ilha em quem concorrem as circumstancias apontadas na dita Provizão, em ellas declaradas nos ditos Editões impressos, recomendando me Sua Magestade a expediçam do mesmo negocio, e o qual he do seu Real Agrado este servisso e desejando satisfazer a muita obrigação, pela parte que me toca, remeto a Vossa Magestade a dita carta de Sua Magestade com a dita Provizão, para que Vossas Merces as mandem registrar na forma sobredita, e remeter me as próprias com a brevidade possivel, ficando em poder de Vossas Merces os Editões impressos para os mandarem publicar, e fixar nos lugares e partes que lhes parecerem convenientes e se conseguir o fim que por meyo dellas se pertende e Vossas Merces remeterem as listas das pessoas que voluntariamente se quizerem estabelecer nos Estados do Brazil, concorrendo nellas as ditas circumstancias, para eu poder dar cumprimento ao mais que se me emcarrega. Deus guarde a Vossas Merces muitos annos. Funchal treze de Julho de mil septecentos e quarenta e septe // Frey Joam Bispo Governador. (fl. 5v)

Em o primeiro dia do mes de Agosto de 1747 se matriculou para o estado do Brazil João Figueyra Ferras, lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Graça do limyte de Camara de Lobos que foi bápuzado em 2 de Maio de 1717 filho de Manoel Ferras, e de Maria Figueyra de mediana estatura, temperamento sanguinio cara redonda, olhos azuis, sobranceilhas quazi louras, e da mesma cor o cabelo, com boa saude: cazado com Antonia Luiza, abaixo matriculada: com dous filhos.

Antonia Luiza molher do sobredito, foy baptizada em 22 de Dezembro de 1718, e os seos dous filhos, Maria e João, ella em 30 de Mayo de 1743, e elle em 8 de Agostode 1745. Assignou commigo João Caetano dOliveyra escrivão da Camara o escrevi. Sendo a dita molher de baxa estatura temperamento sanguineo cara redonda olhos azues sobranceylhas, e cabelo quazi louro, com boa salude: filha de Francisco Figueyra, e de Maria da Sylva, da sobreditta freguesia João Caetano de Oliveyra Escrivão da Camara o escrevi e asigney com o dito asima.

De João + Figueyra Ferras

João Caetano de Oliveira (fl. 1)

Aos vinte e hum dias do mes de janeiro de mil cetecentos quarenta e nove nas casas do senado da Camara desta Cidade do Funchal apareceu João Figueyra Ferras atras matriculado com sua molher e filhos e declarou que elle com a sua familia hia na forma da ultima Ordem de Sua Magestade queria embarcar para o Rio de janeiro na corveta nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas e assignou comigo Thome Rodrigues da Silva Escrivão atual do Senado o Escrevi.

J Figueira + Ferras 21 Janeiro Thome Rodrigues da Silva ⁱ

São por tudo quatro pessoas expedidas na dyta que foy ao governo em 25 de Janeiro de 1749. (fl 1v)

Escrito à margem por outra mão:

Com mais hum filho por nome Antonio nacido em 20 de Novembro de mil cetecentos quarenta e outo. De como o fis em verdade. (fl. 1v)

Em o dito dia mes e anno se matriculou para o Estado do Brazil Sebastiao Joze de Freitas serrador e morador na freguesia da Sé desta Cidade que foy baptizado em 20 de Janeiro de 1718 filho de Miguel de Freytas e de Josepha Maria de baixa estatura temperamento malanconico, rosto comprido olhos negros, cabelo e sobrançelhas negras: com boa saude: cazado com Maria dOliveyra abaixo matriculada:

Maria dOliveyra mulher do sobredito que foy baptizada em 19 de Abril de 1719 em a freguesia de São Roque filha de Joze de Andrade e de Maria dOliveira estatura baxa temperamento coleryco de pouca nutrição rosto comprido olhos azues sobrançelhas quazi louras com menos hu dente mostrando ter boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e assigney

De Sebastião + Joze de Freytas
João Caetano dOliveira (fl. 2)

Em lugar do cazal asima matriculado cujo transporte se não pode efectuar por não aparecer o cabessa delle nem per sy nem por terceyra pessoa depois da publicasam dos editais que adiante constão se matriculou para o Estado do Brazil na forma das ordens de Sua Magestade neste livro registados Antonio Ferreyra da Costa official de Ferreyro natural desta Cidade onde foi batizado na freguesia de Nosa Senhora do Calhao Em dezanove de Setembro de mil cetecentos e dezanove filho legitimo de Ferreira da Costa e de sua molher Francisca da Costa alto de corpo temperamento fleumatico olhos grandes e negros cabelo negro e crespo e sobrançelhas pretas mostra ter boa saude casado com Maria de Freitas batizada a vinte cinco de Abril de mil setecentos e vinte na freguesia do Canisso doonde he natural filha de Manoel Fernandes Camacho e de Doroteya de Treytas de estatura ordinaria temperamento malenconico olhos pardos sobrançelhas e cabelo negro mostrando ter boa saude sendo matriculado este Cazal per vertude de carta do governo de vinte do corrente mes de Marsso de mil

cetecentos quarenta e nove escrita ao Senado, e registada neste livro a fls. trinta e oito e por despacho do mesmo governo em hua pitição sua para serem ademitidos que fica no cartorio e assignou comigo Thome Rodrigues da Sylva -----ⁱⁱ do Senado da Camara o escrevi e assigney.

Thome Rodrigues da Sylva (fls. 2 - 2v)

Em os tres do sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Antonio João Official de Barbeyro, morador nesta Cidade na freguesia de São Pedro que foy baptizado na da Sé, a vinte dous de Junho de 1729 filho de Joao Goncalves e de Maria Thereza: cara comprida olhos grandes e pardos cor menos florida e sobancelhas pretas: com boa saude e sem estado e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e assigney

João Caetano dOliveira (fl.3)

Em os oito dias do Mes de Agosto de 1747 se matriculou para o Estado do Brazil Francisco Roiz lavrador da freguesia do Estreyto de Nossa Senhora da Graça de Camara de Lobos que foy baptizado em 19 de Novembro de 1720: filho de Francisco Roiz e de Maria Gomes: solteyro de estatura ordinaria temperamento sanguineo cara redonda e olhos grandes, e azues, sobranceilhas quazi louro com boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e assigney

De Francisco + Roiz

João Caetano dOliveira (fl. 4)

Aos vinte e hum dias do mes de janeiro de mil cetecentos e nove annos, nos Pasos do Senado da camara desta Cidade do Funchal apareceu Francisco Roiz atras matriculado declarando querer embarcar na forma da ultima Ordem de Sua Magestade para o Rio de janeiro na corveta Nossa Senhora das Maravilhas e Santo Antonio e Almas e assignou Thome Rodrigues da Sylva Escrivão atual do Senado da Camara o Escrevi

Francisco + Roiz Thome Rodrigues da Sylva (fl. 4v)

Hé hua pessoa somente que expedi na Lista que foy ao governo em 25 de Janeiro de 1749

Assinatura ilegível (fl. 4v)

Em os nove dias do sobredito mes e anno se matriculou para o Estado do Brazil José da Costa solteiro baptizado digo lavrador da freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça limite do lugar de Camara de Lobos e foy baptizado em 6 de Novembro de 1720 filho de Manoel de Souza digo Manoel Roiz, e de sua muher Maria da Costa: baxo do corpo temperamento sanguineo cara redonda olhos grandes, e azues,

sobranceilhas e cabelo acastanhado com boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e asigney

De Joze da + Costa

João Caetano dOliveira (fl. 5)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos quarenta e nove annos nesta Cidade do Funchal, Ilha da madeira na casa do Senado della apareceu Joze da Costa sem estado declarando queria embarcar para o Rio de janeiro por se achar matriculado na forma da ultima hordem de Sua Magestade na corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas e assignou comigo Thome Rodrigues da Silva Escrivão atual da Camara o escrevy.

Joseph + Da costa

Thome Rodrigues da Sylva

Hé hua só pessoa que expedi na Lista que foy ao Governo em 25 de Janeiro de 1749

Assinatura ilegível (fl. 5v)

Em quatorze dias do sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil João de Araujo, Lavrador e morador na freguesia de Camara de Lobos, baptizado a quatro de Fevereiro de 1713 filho de João de Araujo e de sua mulher Simoa da Sylva: alto de corpo magro temperamento malanconico cara comprida, e cabelo, e sobranceilhas negras de boa saude: Cazado com Antonia Maria; abaxo matriculada com as pessoas seguintes a sua matricula; e assignou comigo.

Antonia Maria mulher do sobredito baptizada na sobredita freguesia em 3 de Março de 1719: filha de João Lopes e de sua mulher Maria dos Santos; cara comprida olhos azues sobranceilhas e quazi louro; baxo de corpo temperamento sanguineo com boa saude: com tres filhos deste casal a saber Quiteria baptizada em 17 de Maio de 1733 - Diogo em 20 de Outubro de 1736 - Anna em 11 de Abril de 1741 - todos na freguesia de Camara de Lobos. João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e asigney com o dito asima

De João + de Araujo

João Caetano dOliveira (fl 6)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos e quarenta e nove annos nas casas do senado da camara da cidade do Funchal apareceu Joaquim daraujo atras matriculado com sua mulher e filhos declarando queria embarcar para o Rio de Janeiro na forma da ultima ordem de Sua Magestade levando em sua companhia sua cunhada Barbora Catrina que fora batizada a sinco de Dezembro de mil cetecentos e vinte sendo per descoido não incluido na matriculla atraz coando para o ser havia dado com os mais certidom do seu batismo que se achara nos papeis da linha no numero que lhe tocava e que indo a dita queria com efeito embarcar no corveta Nossa Senhora das

Maravilhas, Santo Antonio e Almas e assignou comigo Thome Roiz da Sylva Escrivão atual do Senado da Camara o escrevi.

Thome Roiz da Sylva

De Joaq. + Daraujo (fl. 6v)

Em os dezasete dias do sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Andre de Quental, solteyro, lavrador e morador na freguesia do Canisso honde foy baptizado a 4 de Fevereiro de 1727 filho de Manoel de Quental e de sua mulher temperamento sanguineo cara redonda olhos azues sobranceilhas e cabelo quazi louro; baxo de corpo temperamento sanguineo com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e assigney

De Andre + de Quental

João Caetano dOliveira (fl. 7)

Em lugar do matriculado asima cujo transporte se não pode efectuar por se ter embarcado para o Reyno de Angola na leva que: foy em companhia do Conde de Lavradio se matriculou para o estado do Brazil na forma das ordens neste livro registadas Luis Caetano de Oliva solteyro natural desta cidade filho legitimo de Manoel Gomes da Silva e de sua mulher Josefa Maria de Freitas baptizado na freguesia da See a tres de Setembro de mil cetecentos vinte seis Alto do corpo cor trigeyra olhos pardos cabelo e sobranceilha preta com boa saude sendo matriculado por vertude da carta adiante registrada a fls. trinta e oito que o governo desta Ilha escreveu ao Senado em vinte do corrente mes de Marso de mil cetecentos quarenta e nove, e por hum desposto seu em pitisão que fica no Cartorio que o dito lhe fes para ser ademetido a presente matricula. E assignou comigo Thome Rodrigues da Silva Escrivão atual da Camara o escrevi e assigney

Luis Caetano de Oliva Thome Rodrigues da Silva (fls. 7 - 7v)

Em o sobredito dia mes anno se matriculou para o estado do Brazil Joze Fernandes solteyro lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Serra de Agoa donde foy baptizado em 8 de Dezembro de 1720, filho de Domingos Fernandes e de sua mulher Cattarina da Costa: de mediana estatura temperamento malanconico cara comprida pouca barba olhos pardos, sobranceilhas, e cabelo negro com boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi e assigney

De Joze + Fernandes

João Caetano dOliveira (fl. 8)

Em o sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Antonio de Corte lavrador e morador na freguesia da Attabua ahonde foy baptizado em 29 de Abril

de 1722: filho de Manoel Roiz cerralheiro, e de sua mulher Maria de Corte Alto do corpo temperamento colerico cara redonda, verde negro, olhos pardos sobranceilhas, e cabelo negro: solteyro com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Antonio + de Corte
João Caetano dOliveira (fl. 9)

Em os vinte nove dias do sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil para o estado do Brazil (sic) Manoel Escoreio de Almada: solteyro lavrador e morador na Vila de Santa Crus donde foy baptizado em 6 de Dezembro de 1727 filho de Antonio de Almada Cardozo e de sua molher D. Brites Dorumondo (sic): Alto de corpo temperamento sanguineo cara redonda, olhos pardos sobranceilhas, e cabelo preto com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel + Escorcio de Almada
João Caetano dOliveira (fl. 10)

Em os trinta e hum dias do sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil João Teyxeyra official de serralheyro morador nesta cidade e freguesia de São Pedro baptizado na de agoa de Lupe em 31 de Janeiro de 1717 filho de Andre Teixeira e de sua mulher Maria da Encarnação, baxo do corpo temperamento malanconico cara comprida pouca barba olhos pardos, sobranceilhas, e cabelo preto, e crespo; com boa saude cazado com Maria do Nascimento abaxo matriculada e assignou commigo

Maria do Nascimento mulher do sobredito baptizada na Sé em 27 de Dezembro de 1724, filha de Sebastião de Freytas e de sua mulher Maria dos Santos baxa de corpo temperamento sanguineo cara redonda, olhos pardos sobranceilhas, e cabelo preto com boa saude: com hua filha deste casal por nome Anna da Encarnação baptizada na freguesia de São Pedro em 27 de Março de 1746:

Antonio Leão Irmão da sobredita Maria do Nascimento do mesmo Pay e da mesma May baptizado na Se em 20 de Abril de 1727:

Antonio de Freytas Irmão da sobredita Maria do Nascimento por ser filho de Sebastião de Freytas seu Pay mas de diferente May chamada Geralda Maria; sendo baptizado na freguesia da Sé em 4 de Abril de 1731 João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De João + Teyxeyra
João Caetano dOliveira (fl. 11)

Em lugar do casal atras matriculado cujo transporte senão pode efetuar por morrer o cabessa dela João Teixeira Serralheiro e sua filha Anna tambem por ----- para Curacao Antonio de Freitas e mudar de parecer Antonio Lião se matriculou para o estado do Brasil na forma das ordens de Sua Magestade.

Antonio Caetano Ferreyra official de sapateyro natural desta Ilha da freguesia de Santo Antonio onde foi batizado em trinta de novembro de mil cetecentos e dezacetes filho de Manoel Ferreyra, e de sua mulher Izabel de Freitas de estatura ordinaria temperamento malanconico cor de rosto macilenta sobranceylhas e olhos negros cabelo negro e forte crespo mostra ter boa saude e salpicado de bechigas cazado com Theresa Maria natural desta Cidade batizada na freguesia de Sam pedro, o quinze de outubro de mil cetecentos trinta filho de Antonia Josefa estatura hordinaria temperamento fleumatico cara redonda cabelo sobranseilhas e olhos pretos tem boa saude.

Francisco Manoel Irmão della batizado a seis de Janeiro de mil cetecentos trinta e sinco. João Ferreira filho do sobredito cazal batizado a vinte tres de Junho de mil cetecentos cesenta e oito, sendo as coatro pessoas asima matriculados ademetidas a esta Matriculla per vertude da Carta do governo desta Ilha e escrita ao senado a qual vay registada adiante a fls. trinta e oito e outrosim per despacho do mesmo governo de vinte do corrente que fica no cartorio em pitição que os sobreditos lhe fizerão para serem ademitidos e assignou comigo Escrivão Thome Rodrigues da Silva Escrivão atual do Senado da Camara o escrevi e assignei

De António Caetano + Ferreyra + Thomé Roiz da Sylva (Flv.11 v)

Em os sinco dias do mes de Setembro do sobredito e anno se matriculou para o estado do Brazil André Coelho e Menezes lavrador e morador na Ilha do Porto Santo donde foy baptizado em os 4 de Setembro de 1729 filho de Manoel Roiz Jardim, e de Antonia Coelha de Menezes de boa estatura rebusto temperamento sanguineo cara comprida olhos azues, com hua belida no esquerdo sobranceilhas, e cabelo preto com boa saude: cazado com Vitoria de Crasto abaxo matriculada com hum filho, e assignou commigo.

Vitoria de Castro mulher do sobredito filha de Faria digo de Manoel de Faria, e de Maria de Goes, baptizada na dita freguesia em 15 de Março de 1733. Jose filho dos sobreditos, baptizado em 8 de Junho de 1746.

João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

João Caetano dOliveira (fl. 12)

Em o sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Manoel dOrnellas solteyro da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Camara de Lobos, honde foy baptizado em os 9 de Janeiro de 1724: filho de Pedro dOrnellas de Vasconcellos, e de sua mulher Bonifacia de Govea Barradas: de boa estatura temperamento malanconico cara redonda olhos pretos, sobranceilhas e cabelo preto com boa saude: e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel +dOrnellas

João Caetano dOliveira (fl. 13)

Em o sobredito dia mes anno se matriculou para o estado do Brazil Antonio de Andrade lavrador e morador na freguesia do Campanario baptizado na de São Vicente em 9 de Abril de 1722: filho de Francisco de Andrade e de sua mulher Izabel Gonçalves; alto do corpo magro temperamento colerico cara comprida olhos azues; sobranceilhas e cabelo preto com boa saude; cazado com Lourença de Corte abaxo matriculada com hũ filho e assignou commigo.

Lourença de Corte mulher do sobredito filha de Manoel de Abreu e de sua mulher Catharina de Corte; baptizada em 18 de Agosto de 1726 na freguesia do Campanario de mediana estatura cara redonda olhos pardos cabelo preto com boa saude: Manoel filho desta cazal baptizado no Campanario a 28 de Novembro de 1746.

João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Antonio + dAndrade

João Caetano dOliveira (fl. 14)

Em o ditto dia mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Manoel dAbreu solteyro lavrador; e morador na freguesia do Campanario donde foi baptizado em 27 de Fevereiro de 1727 filho de Manoel dAbreu e de sua mulher Domingas da Ascenção de Estatura ordinaria temperamento sanguineo cara redonda olhos pardos sobranceilhas e cabelo acastanhado com boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel +dAbreu

João Caetano dOliveira (fl. 15)

Em o ditto dia mes anno se matriculou para o estado do Brazil Manoel Joaquim solteiro sem officio da freguesia da Sé baptizado na de Camara de Lobos, em 21 de Janeiro de 1728. filho de Andre Gonçalves e de sua mulher Domingas Fernandes baxo de corpo temperamento sanguineo cara redonda olhos grandes, e pardos, sobranceilhas, e cabelo acastanhado. Com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel + dAbreu

João Caetano de Oliveira (fl. 16)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos quarenta e nove no Senado da Camara desta Cidade do Funchal apareseu Manoel de Freitas Noronha e declarou que elle por se achar matriculado e as mais pessoas de sua familia que constam da matriculla atras queria embarcar para o Rio de janeiro na forma da ultima hordem de sua Magestade na corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas levando em sua companhia mais huma filha por nome Maria que lhe naceu em trinta de outubro de mil cetecentos quarenta e cete como consta da certidom que

apresentava e assignou comigo Thome Rodrigues da Sylva Escrivão atual do Senado da camara o escrevi e assignei

Thome Roiz da Sylva

Manoel de Freitas Noronha

São por tudo oito pessoas que expedi na Lista que foy ao Governo em 25 de Janeiro de 1749

Assinatura ilegível (fl. 16v)

Em os doze do dito mes e anno se matriculou para o Estado do Brazil Manoel de Freytas Noronha soldado pago do Prizidio desta Cidade morador na freguesia de São Pedro baptizado na do Porto da Crus em 4 de Mayo de 1722 filho de Martinho Caldeyra e de sua mulher Sebastiana Marques alto de corpo magro temperamento colerico olhos sobranceilhas e cabelo preto com boa saude: cazado com Antonia da Encarnação abaxo matriculada com as pessoas seguintes ao pe da matricula della e assignou commigo.

Antonia da Encarnação cazada com o sobredito baptizada em Nossa Senhora do Calhao; filha digo em 2 de Abril de 1718 - filha de Manoel Nunes e de sua Mulher Maria da Sylva de estatura ordinaria de temperamento sanguineo olhos azues sobranceilhas, e cabelo louro, tem boa saude. Antonio e Manoel ambos filhos deste cazal o Primeiro baptizado na freguesia da Sé em 26 de Abril de 1744 (?) e o segundo na mesma Igreja em 10 de Fevereiro de 1746.

Francisca do Nascimento Irmaã da sobredita Antónia da Encarnação de Pay e may baptizada na Sé a 22 de Dezembro de 1728 - : de medeana estatura magra cara redonda olhos pretos sobranceilhas e cabelo preto.

Antonio Nunes do Rozario tambem seu Irmão de Pay e May baptizado na Sé em 2 de Junho de 1732. Cara redonda baxo do corpo olhos e cabelo preto cor verdeneira.

Antonia Roza Irmaã da sobredita de Pay e may baptizada na dita Sé em 21 de Setembro de 1737 baixa de corpo verdeneira olhos e cabelo preto; João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi
João Caetano dOliveira (fl. 17)

Em o dito dia mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Quiteria Maria Mossa solteyra morador na freguesia do Estreyto de Camara de Lobos baptizada na de Santo Antonio, em 21 de Setembro de 1719, filha de Jose Ribeiro e de hua mulher Izabel Gomes: Alto de corpo temperamento sanguineo cara comprida olhos pretos sobranceilhas, e cabelo preto com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Quiteria + Maria

João Caetano dOliveira (fl. 18)

Em o dezanove do sobredito dia (sic) mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Joze Vitorio Monis de Menezes: solteyro da freguesia do Porto da Crus honde foy baptizado em 19 de Dezembro de 1727 filho de Francisco Monis de Menezes e de sua mulher D. Cattarina Monis de Menezes: alto de corpo temperamento colerico cara redonda olhos pardos, sobranceilhas, e cabelo preto com boa saude, e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

Joze Vitorino Moniz de Menezes
João Caetano dOliveira (fl.19)

Em o dito dia mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Joze Gomes solteyro lavrador; e morador na ponta delgada honde foy baptizado em 19 de Março de 1719: filho de Domingos Gomes e de Marcolina da Sylva: baxo do corpo temperamento colerico cara redonda olhos pardos, sobranceilhas e cabelo preto quazi crespo, com boa saude, e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Joze + Gomes
João Caetano dOliveira (fl. 20)

Em o sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Joze Ferreyra Ribeyro solteyro lavrador, da freguesia de São Vicente honde foy baptizado a dez de Março de 1726: filho de João Ferreyra e de sua mulher Anna Roiz: baixo do corpo cara comprida olhos azues sobranceilhas, e cabelo louro com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Joze + Ferreyra Ribeiro
João Caetano dOliveira (fl. 21)

Em os vinte seis dias do sobredito dias (sic) mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Manoel de Freytas carpinteyro da freguesia do Fayal e nella baptizado em 31 de Janeiro de 1723 filho de Pedro Gomes Vicente e de sua mulher Joanna Teyxeyra, solteyro baixo do corpo temperamento sanguineo cara redonda pouca barba olhos azues, sobranceilhas, e cabelo acastanhado com boa saude, e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel + De Freytas
João Caetano dOliveira (fl. 22)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos quarenta e nove no Senado da Camara desta Cidade do Funchal apareseu Manoel de freitas Carpinteiro Solteiro atras matriculado declarando queria embarquar para o Rio de Janeiro na forma da ultima hordem de Sua Magestade na corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas e assignou comigo Thome Roiz da Silva escrivão do Senado da Camara o escrevi

Thome Roiz da Sylva
De Manoel + de Freitas

Hé hũ a só pessoa que expedi na Lista que foy ao Governo em 25 de Janeiro de 1749
Assinatura ilegível (fl. 22 verso)

Em os dezasete dias do mes de Outubro do sobredito anno se matriculou para o estado do Brazil Antonia Maria sem estado da freguesia da Sé honde foy baptizada em vinte de Fevreyro de 1729 filha de Antonio de Vasconcellos e de Josepha Maria sua Mulher: baixa do corpo temperamento sanguineo cara redonda olhos azues sobranceilhas e cabelo preto. Com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Antonia Maria
João Caetano dOliveira (fl. 23)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos quarenta e nove nas casas do Senado da Camara desta Cidade do Funchal apareseu Antónia Maria sem estado, e declarou queria embarcar para o Rio de Janeiro na forma da ultima ordem de Sua Magestade na corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas e por não saber escrever assignou o veriador assistente de que dou fee Thome Rodrigues da Silva Escrivão atual da Camara o escrevi
Assinatura ilegível Thome Roiz da Sylva

Hé hua só pessoa que expedi na Lista que foy ao Governo em 25 de Janeiro de 1749
Assinatura ilegível (fl. 23 v)

Em o sobredito mes e anno se matriculou para o estado do Brazil Pedro Fernandes lavrador na freguesia de São Vicente baptizado na do Arco da Calheta em 6 de Junho de 1724: filho de Paulo Roiz e de sua mulher Lourença de Santo Antonio. Solteyro e sem estado: baixo de corpo temperamento fleumatico, cara redonda olhos pardos sobranceilhas e cabelo negro, e crespo com boa saude; e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Pedro + Fernandes
João Caetano dOliveira (fl. 24)

Em trinta e um do dito dia (sic) mes, e anno se matriculou para o estado do Brazil Manoel Gomes moso solteiro da freguesia de São Vicente honde foy baptizado em onze de Dezembro de 1726: filho de Joze Gomes e de sua mulher Maria Gomes:

estatura ordinaria cara comprida olhos pardos sobranceilhas e cabelo preto com boa saude e assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Manoel + Gomes
João Caetano dOliveira (fl. 25)

Em trinta e hum do dito dia (sic) mes, e anno se matriculou para o estado do Brazil Thome de Freytas: Tanoeyro, morador na freguesia de Gaula baptizado na de Santa Crus em 27 de Dezembro de 1714: filho de Gaspar de Freytas e de Luzia de Freytas da freguesia do Salvador da Vila de Santa Crus : estatura ordinaria temperamento sanguineo cara redonda pouca barba sobranceilhas e cabelo preto e crespo com boa saude cazado com Mariana de Nobrega, abaixo matriculada com hum filho e hua conhada; e assignou commigo.

Mariana de Nobrega mulher do sobredito baptizada no porto da Crus em 27 de Outubro de 1717; filha de Manoel de Nobrega Duarte, e de sua mulher D. Izabel de Menezes. alta de corpo temperamento fleumatico olhos pretos sobranceilhas e cabelo preto com boa saude.

Joze de Freytas filho dos sobreditos baptizado na freguesia de Gaula em 24 de Setembro de 1742.

Luiza Maria Irmaã da sobredita Mariana de Nobrega de Pay e May baptizada no Porto da Crus em 21 de Janeiro de 1726 alta do corpo temperamento mananconico cara comprida, sobranceilhas e cabelo preto. Com boa saude solteyra e sem estado. João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Thome + Gomes de Freytas
João Caetano dOliveira (fl. 26)

Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro de mil cetecentos quarenta e nove annos no Senado da Camara desta Cidade do Funchal apareceu Thome de Freitas official de tanoeyro que elle por se achar matricullado e mais pessoas de sua familia como consta da matricula atras queria embarcar para o Rio de janeiro na forma da ultima hordem de Sua Magestade na corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas e por verdade assignou comigo Thome Roiz da Silva Escrivão atual do Senado da camara o escrevi

De Thome + De Freitas Thome Roiz da Silva

São por tudo quatro pessoas que expedi na Lista que foy do Governo em 25 de Janeiro de 1749

Assinatura ilegível (fl. 27)

Em o dito dia mes e anno se matriculou para o Estado do Brazil João digo Joze de Govea morador na freguesia de São Vicente e nella baptizado em 15 de Março de

1716 filho de Balthasar dAbreu e de sua mulher Maria da Graça solteyro sem estado de estatura ordinaria cara comprida olhos pardos sobranceilhas, e cabelo acastanhado, pouca barba e mostra boa saude : assignou commigo João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi.

De Joze + de Govea

João Caetano dOliveira (fl. 27 (sic))

Sendo em 16 de Janeiro de 1748 escrita pelo Bispo Governador a Carta no Copiador a fl. 59 para se lhe inviarem as Listas, e remetidas estas com a reposta que consta do verso da dita folha em 24 do dito Mez, escreveo em 2 de Dezembro do Anno assima a carta seguinte

Senhores Doutor Juiz de Fora, Prezidente e Veriadores da Camara do Funchal.

Por carta do Prezidente do Conselho Ultramarino tive avizo de que no mesmo Conselho fora vista a Carta que a elle remeti com as Listas dos cazães que se offerecerão para hirem habitar no Brazil; e que Sua Magestade não fora servido por não parecer conveniente dispença nas idades de muitos; que se offerecião, nem violentar os que não se quizecem aproveytar daquele Beneficio poiz para se expurgar esta Ilha dos vadios, e menos necessários se tinha passado ordem para se fazer leva de duzentos homens para Angola.

E que como hera tão limitado o numero dos que se offerecião a passar ao Brazil, não haveria tão cedo comodidade para algum Navio de transporte os vir receber; e entre tanto pode não haver ocasião de se transportarem os que o quizerem fazer por sua conta; a cada hum dos quais mandão a Sua Magestade dar dezaceis mil reis, oito nesta Ilha pagos pela Alfandega della, e os outros oito no Rio de Janeiro, donde serão transportados por Conta da Fazenda Real athe os sitios, que se lhes destinarem, e ahi se satisfazer o que se lhes promete nos Editais.

Pelo que participo a Vossa Magestade o Referido para que pelo modo, que lhe parecer mais adecoado o fassão saber as pessoas que se matricularão nesse Senado para se aproveytem daquela Merce, e me remeterão Lista dos que asseytarem o transporte na forma sobredita para se effectuar a sua passagem conforme a ordem refferida Deus Guarde a Vossa Magestade Funchal 2 de Dezembro de 1748

Frei João Bispo Governador (fls. 28-29) ⁱⁱⁱ

A esta carta se deu a reposta que consta do Copiador a fl. 671 com hũ a, copia do Edital que abayxo se segue mandado publicar em respeyto da ordem partecypada na Carta asima.

O Dito Juiz de Fora Corregedor Veriadores e Procurador do Conselho que ao presente servem no Senado da Camara desta muito nobre e sempre Lial Cidade do Funchal da Ilha da Madeira por Sua Magestade que Deus Guarde etc. Fazemos saber que por ser tão lemitado o número dos cazais que na conformidade do Edital de 19 de

Julho de 1747 se matricularão neste senado para o estado do Brazil e porque não haverá tam cedo comodidade para vir a esta Ilha Navio de transporte a recebello podendo no entretanto offererse occasião de viagem para o Ryo de Janeiro aos que a quizerem fazer: foi Sua Magestade servido ordenar se dessem aos matricullados que se embarcarem para a dita parte nas occasions que se offererem dezaseis mil reis a saber, oito nesta Ilha pagos pela Alfandega della e os outros oito no Ryo de Janeiro de honde serão transportados por conta da Fazenda do mesmo Senhor athe os citios que lhes forem destinados e nelles satisfeytos do que no que no refferido Edital se lhes tem prometido. Em concideração do que o declaramos a todos os cazais matricullados na forma do dito Edital que se quizerem aprobeytar do Beneficio das condiçons que nelle se lhes prometerão venhão as quartas e Sabbados não feriados a meza da Vereação deste Senado querendose com efeito transportar para a sobredita parte para que sendo alistados se possa effectuar a sua passagem na forma da ordem sobredita. E para que chegue a noticia de toudos mandamos passar o presente que sendo por noz asignado, e sellado com o sello do Conselho se publicara nesta Cidade nas partes costumadas e nos lugares do Canisso Camara de Lobos e Ribeira Brava sendo ultimamente fixada nas Portas do Passo do Conselho dispois de rezistrado no Livro da matriculla dos ditos Cazais . Dado e passado nesta Cidade do Funchal dos 14 dias do mes de Dezembro de 1748 Thome Roiz da Sylva Escrivão actual do Senado da Camara o fis escrever e sobescrevi // Lugar do Sello // Miguel de Arriaga Brum da Silveira Pedro de Betencur ----- e António Joze Spinola // Diogo de Bettencur e Sá (fls. 30-31)

Segunda Carta do Bispo Governador

Senhores Doutor Juiz de Fora Prezidente e Veriadores da Câmara do Funchal

Sua Magestade foy servido ordenar por Provizão do seu Conselho Ultramarino de 28 de Novembro do presente anno, se dem e paguem pela alfandega desta Ilha dezaceis mil reis a cada pessoa dos Cazais que se acham adimitidos e matricullados, para se transportarem para a Ilha de Santa Catherina fazendo as dittas pessoas o transporte por sua Conta nos Navios que lhes parecer deando fiança amostrarem que ficam estabelecidos nos Lugares que se lhes ordenarem pelo Governador do Rio de Janeiro, ou da mesma Ilha de Santa Catherina o que se faria com minha aprovação e o mais que a esse respeyto se me ordena.

E porque hé perciso manifestarse esta nova rezolução de Sua Magestade aos cazais matriculados nesse Senado apartecipo a Vossa Magestade para que lha farão saber na forma referida e me remetão Lista dos que assim asseytarem o transporte sem embargo do avizo que sobre a mesma materia fis há pouco tempo a Vossa Magestade por ser esta a ultima rozolução de Sua Magestade Deus Guarde a Vossa Magestade Funchal 23 de Dezembro de 1748

Fr João Bispo Governador (fls. 31-32)

A esta Carta se deu a reposta que consta a fl. 671 Verso do Copiador com hua Cópia do Edital seguinte

O Doutor Juiz de Fora Corregedor Vereadores Procurador do Conselho Ultramarino. Fazemos saber que Sua Magestade a respeito dos cazais matriculados para o Estado do Brazil, na conformidade do Edittal de 19 de Julho do anno passado foy servido ordenar por Provizão do seu Conselho Ultramarino de 28 de Novembro do presente anno se dem, e paguem pella Alfandega desta Ilha dezaceis mil reis, a cada pessoa dos refferidos Cazais que se achão ademetidos, e matricullados para se transportarem, para a Ilha de Santa Catharina, fazendo as ditas pessoas, o transporte por sua conta, nos Navios que lhes parecer, dando fiança, amostrarem, que ficão estabelecidos nos lugares, que se lhes ordenar pelo Governo do Rio de Janeiro ou pela sobredita Ilha, sendo tudo feyto com approvação do Governo desta Ilha da Madeira e para que a toudos os que se achão matricullados na matriculla feyta neste Senado na conformidade do dito Edittal conste a rezolução contheuda na sobredita Provizão, mandamos passar o presente Edittal que sendo por nos assignado e sellado com o sello deste Conselho, se publicará nesta Cidade nas partes costumadas e nos Lugares do Canisso, Camara de Lobos e Ribeira Brava sendo ultimamente fichada nas portas do passo deste Conselho dispoiz de rezistrado no Libro da Matricula dos ditos Cazais, Dado e passado nesta Cidade do Funchal aos 23 de Dezembro de 1748. Thome Roiz Sylva escrivão actual do Senado da Camara o fis escrever e sobescrevi // Miguel de Arriaga Brum da Sylveira // Pedro de Bettencourt (...) Antonio Jozé Espinola // Diogo de Bettencourt e Sá // Lugar do Sello. (fls. 32-34)

Decreto do Senado para ser expedida Lista dos cazais e mais pessoas matriculladas que a sua custa embarcar quizecem para o Rio de Janeiro o qual fis eu escrivão publico por papeis que mandey fexar nesta Cidade nas partes costumadas e nos Lugares do Canisso Camara de Lobos e Ribeira Brava hindo todos por mim asignados

O Senado ordena a todos os cazais e mais pessoas matriculadas para o estado do Brazil que a sua custa embarcar quizerem para o Rio de Janeiro na Cruvetta Nossa Senhora das Maravilhas Santo Antonio e Almas recebendo dezaceis mil reis na Alfandega desta Cidade conforme ao que por Edittais se lhes fez já manifesto: Se apresentem no dia vinte, e hum do corrente mez de Janeiro ao Veriador Diogo de Bettencourt e Sá que serve de Procurador do Conselho para nos termos se expedir a Lista dos Matricullados que forem na dita Cruvetta. Passo do Conselho do Funchal aos 8 de Janeiro de 1749. Thome Rodrigues da Silva Escrivão actual do senado da Camara o fis escrever sobescrevi e asignei

Thome Roiz da Sylva (fls. 34-35)

Em attenção a Carta a fl. 671 do Copiador de 23 de Dezembro proximo do anno passado remeteo o Bispo Governador pelo Doutor Juiz de Fora a ordem de que nella se tratava para se rezistar neste Libro, e hé a seguinte

Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Alvarves daquem dalem mar em Affrica senhor de Guine etc. fasso saber a Vos Governador da Ilha da Madeira que ao Provedor da Fazenda Real dessa minha Ilha mando escrever, que eu sou servido se dem dezaceis mil reis a cada pessoa dos cazais que se achão ademetidos para se transportarem para a Ilha de Santa Catherina fazendo as ditas pessoas o transporte por sua conta nos Navios que lhes parecer dando fiança amostrarem que ficão estabelecidos nos Lugares em que se lhes ordenar pelo Governador do Rio de Janeiro ou da mesma Ilha de Santa Catherina o que se fará com aprovação vossa e se passará Letra sobre o thezouro do meu Conselho Ultramarino da importancia desta despeza; e porquanto Henrique Cezar Berenguer hé hũ dos Cazais que se me offereceo para o dito estabelecimento se lhes fará este pagamento por cada pessoa de sua familia com a ditta fiança por se achar ademetido para se hir estabelecer no dito estado. De que voz avizo para que tinhais intendido o que nesta materia fuy servido ordenar. ELRey Nosso Senhor o mandou pelo Dezembargador Rafael Pires Pardinho; e Thome Joachim da Costa Corte Real Conselheyros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Caetano Ricardo da Sylva a fez em Lixboa a vinte e oito de Novembro de mil e settecentos e quarenta e oito. O Sactetario Joachim Miguel Lopes da Layre a fez escrever = Rafael Pires Pardinho = Thome Joachim da Costa Corte Real // Thome Roiz da Silva escrivão atual da Camara o fis o fis (sic) escrever e asigney

Thome Roiz da Sylva (fls. 35 - 36)

Carta que se escreveo ao Bispo Governador com a Lista das pessoas que constão da matriculla deste Libro números; 4, 5, 6, 17, 22, 23, 26 hindo por linha as certidoñs dos Baptismos e cazamentos que tocavão aos ditos numeros. (fls. 36 - 37)

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo e Governador das Armas

Incluza vay a Lista das pessoas que se deliberarão ao transporte para o Rio de Janeiro em a Cruveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo António e Almas na forma da ultima ordem de 28 de Novembro do anno passado sendo todas da Matriculla feyta em 1747 neste Senado em comprimento dos que então se manifestarão em razão das quais remetemos a Vossa Excelência em Linha as Certidons que tocão as mesmas pessoas que vão na Lista conforme a Provizão de 12 de Abril do mesmo anno Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos. Funchal 25 de Janeiro de 1749 // Miguel de Arriaga Brum da Sylveira // Pedro de Bettencur Henriques (?) // António Joze Espinola // Diogo de Bettencur e Sá Thome Roiz da Silva Escrivão atual da Camara o fis escrever

Thome Roiz da Sylva (fl. 37)

Carta que o Bispo Governador Escreveo ao Senado em 20 de Março de 1749

Senhor Doutor Juis de fora prizidente e veriadores do Senado da camara do Funchal. Recebendo a carta de vossas mercês de 25 de Janeiro com a Lista e documentos inclusos de 26 pessoas das 52 que se achavão admitidos e matriculados para se hirem estabelecer no Estado do Brazil conforme as Ordens de Sua Magestade, cuidei em averiguar por Servico do mesmo Senhor o modo e comodidade que puderão ter no Seo transporte, e constandome que para o Rio de Janeiro fazia viagem a corveta Nossa Senhora das Maravilhas Santo António e Almas de que he Cappitam João de Freitas mandey que este declararce as pessoas, que ho fis examinar por pessoas expirientes a capacidade da Embarcação, e se achou ter para isso a suficiencia necessaria; suposta a mais carga dela.

Fez Sua Magestade a Henrique Cezar Berenger Espicial mercê de o haver por adeitado com a sua familia, que consta de trinta pessoas, que se transportarão na ditta corveta e fica lugar para mais 30 das adimitidas e matriculladas na conformidade e observância das Ordens rejias.

Como porem muitas destas pessoas se achão impucibilitadas para se transportarem a sua custa sem embargo dos 16\$ - que Sua Magestade - a cada huma manda dar nesta Ilha e algumas são falecidas me rezolvi a admitir outras em seo Lugar comcorrendo nelles as circunstancias necessarias e não se excedendo o numero das que pello mesmo Senhor forão adimitidos pois neste cazo não se incontrão, mas antes por esse que racionavelmente se interpretão as ditas ordens conforme a real imtenção de Sua Magestade a quem determino dar Contas do que nesta materia obrar.

Em cujos tratos remeto a vossas mercês a Lista com os documentos inclusos para a mandarem reformar, matriculando as pessoas de que consta a rellação junta na forma costumada por concorrerem nellas os requisitos necessarios, para cujo effeito as novamente admitidas apresentarão a vossas merces as suas pitições, por mim despachadas com os documentos percizos a elles juntos; e reformada que seja a dita Lista com a brividade pucivel ma remeterão Vossas mercês para se effectuar o transporte daquellas pessoas na ditta corvetta, que me consta terá já pouca demora Deus Guarde a vossa mercê: Funchal 20 de Março de 1749 // Frei João Bispo Governador (fls. 38 - 39)

Resposta da carta asima

Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Bispo e Governador das Armas

Como do Edital, que Sua Magestade que Deus Guarde mandou publicar nesta Ilha, se ----- a sua Real intenção he extrahir della a gente ----- em ordem a livrala dos males que tras consigo a indigencia em que vive; sem que sorte alguma paressa emcaminharse o bem que a todos os que fazer, determinadamente a certas pessoas, mas sim em qual as que delle se quizerem aproveitar, e sendo como he patente, que das matriculadas athé o dia 31 de Outubro de 1747; muitas se achão auzentes, outras falecidas, e algumas de diversso parecer, por terem mudado de fortuna. Sempre entendeo este Senado, pellos motivos refiridos, seria conveniente ao publico, e a bem

do Serviço, substituir o numero destas com outras, que ao transporte se oferecião, com as mesmas circunstancias recomendadas, nas ordens respectivas.

Mas como o transporte, na forma da ultima ordem, se deve regular, pella aprovação de Vossa Excelência pareceo ao Senado nada obrar athé, que por modo legitimo constace, que Vossa Excelência concetia na substituição por cer o contrario incurial e informe, e agora, que a carta de Vossa Excelência de 20 do corrente, aberta na veriação de 22 deo Lugar para o refirido, e muito hé dezejado, pello bem publico, se substituirão alguns numaros da matricula, ficando outros em aberto athé, que no pucivel caiba a sua substituição.

Vay a Lista corrente, das 30 pessoas necessarias para complemento das 60, que determina Vossa Excelência vão na corveta que esta a partir para o Rio de Janeiro, com a Linha dos papeis que lhe tocão; e como há muita gente, que pertende ser adimitida na matricula e em se lhe formar asento, não concideramos inconveniente, contra o real serviço: Pidimos a Vossa Excelência nos declare se há por bem, que a matricula continue, para com o número que se oferecer, se der conta, pedindo finalmente este Senado, a Sua Magestade, mande prefirir as Licenças para o Rio de Janeiro os Navios que mais cazaes levarem por preco mais acomodado. Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos. Funchal 24 de Março de 1749 // Miguel de Arriaga Brum da Silveyra // - Antonio Jozé Spinolla // Antonio Bitancurt da Camara // Diogo de Bitancurt e Súa // Thome Roiz da Silva escrivão atual da camera o fis escrever

Thome Roiz da Sylva (fls. 39 - 40)

Lembrança das 30 pessoas que forão na Lista que com a carta atras copiada se remeteo ao Governador (fl. 41)

O registo da carta por Provizam do conceilho Ultramarino em resposta da conta que deu pelo mesmo Tribunal esta Camara a fls. setenta e sinco do copiadore em vinte, e hum de Mayo de mil settecentos, quarenta e nove a respeyto desta mesma gente.

Dom Joze por Graça de Deoz Rey de Portugal e dos Algarvez daquem, e dalem Mar em africa Senhor de guine.etc. Faço saber a voz offeciais da Camara da cidade do Funchal da Ilha da Madeira, que se vio a vossa Carta de vinte, e hum de Mayo de mil settecentos quarenta e nove, em que me expunheiz, que dessa Ilha se podião tirar mil cazais com as circunstancias das minhas ordens, para hirem para o Brazil na maneyra, que forão dahi para o Rio de Janeyro recebendo cada pessoa dezaseiz mil reiz e que como eu tinha favorecido o comercio desses moradores com a faculdade de navegarem seis navios para o Brazil podendo estes fazerme algum servisso, e ao bem publico, me representarey que seria conveniente ordenar que preferissem as Licensaz para o Rio de Janeiro os navios que mais cazais levassem por menos de dezaseiz mil reiz cada pessoa dandolhe o navio o sustento necessario, e sendo bayxa do dyto valor para cada hũa a dellas se preparar melhor de roupa para a viagem; e vistas as vossas rezoins, sobre que foy houvido o Procurador de minha fazenda. Me pareceo dizervos, que eu fuy servido

per Resolução de vinte de outubro do anno proximo passado em consulta do meu Conceilho Ultramarino admetir o meyo que oferecetez para sem grande dezpesa da fazenda Real se fazei a pasagem das pessoas que houverem de passar para a America, que novamente se offereceo o Procurador dessa mesma Camara a ajudála por conta dela em presso que pòde ser mais acomodado do que outro algum. Porem antez deste transporte tendo determinado se cuide primeiro no dos setenta soldados, que devem hir dessa Ilha para Reyno de Angola por se ter feyto com elles Despeza, e o fardamento, os quais não poderão hir na Companhia do Governador daquelle Reyno por não terem comodo no navio em embarcação os Cento e trinta que forão para o mesmo Reyno com os quais soldados para Angola se hade fazer o mesmo ajuste com navios, que forem para a Bahia para para se entregarem ao Governo, a quem se hade encarregar o de remetellos para aquelle Reyno, e para observancia desta minha Resolução, se vos ordena mandeis logo ordem ao vosso Procurador, e as instroçoins necessarias para se ajustar o presso destes transportes declarando as pessoas que estam promptas para partirem; e em que tempo se pòde executtar a dita passagem. El Rey Nosso Senhor a mandou pellos concilheyros do seu Conceylho Ultramarino abayxo assignados e se passou per duas vias Théodoro De Abreu Bernardes a fés em Lisboa a dezasseis de Janeiro de mil e settecentos, e sincoenta e hum o Sacretario Joaquim Miguél Lopez da Laure a fés escrever // Thomé Joaquim da Costa Corte Real // Fernando Jozé Marques Bacalhao // Por El Rey aos officiais da Camara da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira primeira via. Cumprasse e Registesse ahonde toca. Funchal em camara vinte e dous de Mayo de mil settecentos sincoenta e hum. // Freytaz // Betancurt // Vasconcellos // Betancourt e Camara // Passo o referido na verdade e me reporto a propria Carta, que fica no quartorio deste Sennado com a qual conferi e concertey o presente Registo no Funchal aos doiz de Junho de mil settecentos sincoenta e hum Joao Caetano de Oliveyra Escrivão da Camara o fis escrever e assigney. João Caetano dOliveira (fls. 42 - 44)

Carta que escreveo áz sinco camaraz das sinco Villas desta Ilha da Madeira ao dito respeito ásima.

Sua Magestade que Nosso Senhor Guarde por Provizão do conselho Ultramarino de Dezasseis de Janeiro do presente anno em comprimento da Resolução sua de vinte de outubro do passado Ordena a este Sennado lhe declare as pessoas, que se querem transportar para as novas povoasoens do Estado do Brazil; e em que tempo se poderá executar a passagem dellas, respondendo a huã conta, que para extrahir mil cazais daqui lhe deu este Sennado pela muyta gente, que há nesta Ilha dezocupada, e sem meynos de que viva; e como para se dar ao dito Senhor huã completa noticia da gente que há dezejoza do dito transporte se àche aberta para se continuar do dia quatorze do corrente em diante a matricula principiada em mil e settecentos quarenta e sette á respeito da qual tão bem receberão Vossas Mercez no mesmo tempo avizo do Governador. Por servisso do mesmo Senhor pedimos a vossa mercez mandem publicar, Edital nesse diztricto para que as pessoas de hum, e outro sexo, que delle se quizerem transportar para as povoaçõins assima venhão a ezte Sennado do dito dia em diante com

certidõins daz Ssuas (sic) Idadez, e Estados para se lhes formar acento na forma costumada remetendo-nos Vossa Mercez o seu Edital com Certidam de se ter publicado. Deoz Guarde a Vossa Mercez muitos annos. Funchal dous de Junho de mil settecentos sincoenta e hum Miguel de Arriaga Brum da Silveira Braz de Freittas da Silva // Diogo de Bitancurt e Sâa // António Bitancurt da Camara // A Copia sima hé o theor das sinco cartas que o Sennado da Camara desta Cidade escreveo as sinco Camaras das sinco villas desta ilha o que Certefico Ser verdade no Funchal aos doiz de Junho de mil e settecentos e sincoenta e hum. João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o fis escrever, e asiney.

João Caetano dOliveira (fls. 44 - 45)

Edital que se publicou dos Cazais, que se devem remeter para as partes dos Brazis na forma, que se conthem

Doutor e Juis de Fora Corregedor vereadores e Procurador do conceylho que ao presente servem no Senado da Camara desta muyto nobre, e sempre Leal Cidade do Funchal da Ilha da Madeira por sua Magestade, que Deoz Guarde etc. Fazemos saber a todos os moradores desta cidade, e aos que rezidem nos Lugares e nas freguesias dos termos e districtos desta Jurisdição como tão bem aoz de toda esta Ilha da Madeira em geral, que sendo presente a Sua Magestade por carta deste Senado de vinte e hum de Mayo de 1749 para o effeyto de extrahir desta Ilha pela muyta gente, que nella há dezocupada, e sem meynos de qual possa viver, a quantidade de mil cazais para as novas povoaçõens do Estado do Brazil apontando juntamente a sorte mais util com que o dito Senhor poderia deliberar o transporte da dita gente para o mesmo Estado com proveito do bem comum, e sem muyta despeza de Sua Real Fazenda foy o mesmo Senhor servido por Rezolução de 20 de Outubro do anno passado em consulta do seu concelho Ultramarino ademetir a meyo apontado ordennando per Provizam do dito Tribunal de 16 de Janeiro do presente anno a este Senado declarasse as pessoas, que se querião transportar para o dito Estado, e em que tempo se poderia executar a passagem dellas; e porque em termos tais as muitas pessoa, que há nesta Ilha dezejozas do dito transporte para se remirem da indigencia, e pobreza em que vivem devam na forma do Edital de dezanove de Julho de mil e settecentos e quarenta e sette vir a este Senado matricular se no Livro da Matricula para a dita gente destinado apresentando as certidõins das suas Idadez, e Estados na maneyra, que entam se praticou ao vereador acisenta a dita Matricula para lhe mandar fazer o acento nescessario Mandamos a todos em geral, e a cada hum em particular que do dia quatorze do corrente em diante venham á caza deste Sennado com as certidõins assima de hum e outro seixo as pessoas que se quizerem transportar para o Brazil na forma das ordens do dito Senhor ja publicadas ao dito respeito para em conformidade das mesms ordẽ ns se lhes fazer do seu acento na maneyra dellas e para que chegue a noticia de todos mandamos que este Edital sendo por noz assignado, e sellado com o sello deste Concelho se publique nesta Cidade, e nos Lugares do canisso cama (sic) de Lobos e Ribeira brava, e que com certidõins de ter cido assim publicado se Registe no sobredito Livro da matricula Dado e passado nesta Cidade do Funchal aos dous de Junho de mil e settecentos sincoenta e hum.

Joam Caetano de Oliveira o fis escrever. Miguel de Arriaga Brum da Silveira // Braz de Freytas da Silva // Diogo de Betancurt e Sá // Antonio de Betancurt da Camara: Joao Caetano dOliveyra o fis escrever. Joao Caetano dOliveira (fls. 45 - 47)

Em os 25 de Junho de 1751 se matriculou Domingos de Abreu lavrador e morador nesta Cidade na freguesia da Sé baptizado na da Ajuda da Serra de Agua, em 22 de Dezembro de 1726 solteyro, e seu Irmão Manoel de Abreu do Nascimento solteyro baptizado na dita Igreja da Serra de Agoa, em 17 de Março de 1720 e assignou. Oliveira + Domingos dAbreu (fl. 48)

Em os 25 dias do mes de Junho de 1751 em os Paços do Senado da Camara desta Cidade com assistencia do vereador Diogo de Bettencurt e Sá se matriculou para o Estado do Brazil na forma das ordens de Sua Magestade neste Livro copiadas: Manoel Gomes da Nobrega da freguesia de Sam Jorge desta Ilha, e nella Baptizado em os 19 de Mayo de 1720 - viuvo, e lavrador, e ao presente assistente na freguesia da Sé desta Cidade e morador na Rua da Conceição: Com 6 filhos. a saber -

Thereza baptizada em 20 de Outubro de 1728 - Marianna baptizada em 14 de Julho de 1732 - Sebastião baptizado em 23 de Janeiro de 1735 Antonia baptizada em treze de Fevereiro de 1737 - Antonio baptizado em 17 de Fevereiro de 1740 - Manoel baptizado em 15 de Junho de 1744 - e assignou - João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi -

João Caetano dOliveira

De Manoel + Gomes da Nobrega (fl. 49)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou para o Estado do Brazil, Diogo Fernandez natural da Freguesia do Salvador da Vila de Santa Crus, baptizado em 17 de Março de 1722 lavrador cazado com Ignacia Maria da Roza em 28 de Dezembro de 1730 - Baptizada em 26 de Outubro de 1712 - com tres filhos a saber - Manoel baptizado em 12 de Mayo de 1737 - Francisco baptizado em 2 de Fevereiro de 1746 - Anna baptizada em 21 de ----- de 1747 - e assignou João Caetano dOliveyra Escrivão da Camara o escrevi - e asignei.

Oliveira

De Diogo + Fernandez (fl. 50)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou para o Estado do Brazil Marcos João da freguesia de São Pedro desta Cidade baptizado em 30 de Abril de 1719 - com sua mulher Francisca Luiza do Rozario Baptizada na dita freguesia em 13 de Janeiro de 1727 - e assignou.

Oliveira

De Marcos + João (fl. 51)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel, Antonio da Sylva Pacheco natural da Freguesia de Nossa Senhora da Lus da Vila da Ponta do Sol, e nella baptizado - em 20 de Junho de 1715 - lavrador - Cazado com Antonia Bernarda

baptizada em 26 de Abril de 1728 - com dous filhos a saber - Francisco - baptizado em 14 de Agosto de 1742 - e Antonio em 7 de Fevereiro de 1745; e assignou.

Oliveira De Antonio + da Sylva Pacheco (fl. 52)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Pedro de Freytas natural da freguesia do Monte desta Cidade e nella baptizado a 18 de Novembro de 1708 - cazado com Maria Correa baptizada em o 1.º de Setembro de 1709, e seis filhos a saber - Gregorio baptizado em 9 de Mayo de 1734 - Francisco em 31 de Março de 1737 - Sebastianna em 24 de Janeiro de 1740 - Antonio em 28 de Abril de 1743 - João em 24 de Setembro de 1747 - e Joze em 3 de Março de 1750 - e Antonia de Freytas sobrinha do sobredito baptizada em 16 de outubro de 1729. e assignou e declarou ser official de sarrador

Oliveira De Pedro de + Freytas (fl. 53)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Pedro de Andrade, e Abreu que foy Alferes da Ordenança de hua das companhias da Vila da Ponta do Sol - lavrador e natural e baptizado na freguesia della em 8 de Julho de 1708 - cazado com Izabel Maria do Espirito Santo sendo baptizada na freguesia da Attabua no 1.º de Junho de 1715 - com sette filhos a saber - Joze baptizado em 16 de Outubro de 1732 - Theodozia em 2 de Abril de 1736 - Antonio em 5 de Novembro de 1737 - Manoel em 13 de Setembro de 1740 - Luis em 27 de Novembro de 1744 - Maria em 12 de Fevereiro de 1748 - Joanna em 6 de Mayo de 1751 - e assignou

Oliveira Pedro de Andrade e Abreu (fl. 54)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Agostinho de Andrade, e Abreu solteyro, e lavrador, Baptizado em 28 de Agosto de 1712 na freguesia da Ponta do Sol donde he natural e morador e assignou

Oliveira Augostinho + Andrade e Abreu (fl. 55)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Joze solteyro desta Cidade baptizado em a freguesia da Sé della em 11 de Mayo de 1732, e assignou

Oliveira De Antonio + Joze (fl. 56)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Caldeyra da freguesia de São Jorge morador e lavrador na freguesia de Santa Luzia por cima desta Cidade, baptizado em 2 de Mayo de 1715, cazado com Luiza Maria baptizada em o primeiro de Agosto de 1716, e tres filhos a saber - Igna digo com quatro filhos a saber - Ignaçia baptizada a 5 de Agosto de 1739 - Antonio, a 9 de Janeiro de 1743 - Maria, em 28 de Abril de 1748 - e Manoel em 28 de Mayo de 1751 -; o qual Manoel Caldeyra he cambado da perna esquerda porem sem impedimento para o trabalho de lavoyra e assignou

Oliveira De Manoel + Caldeyra (fl. 57)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Roque Rodrigues natural da freguesia de São Martinho, assistente na de São Pedro desta Cidade e nella official de Sapateyro; baptizado em 10 de Fevereiro de 1716 cazado com Antonia Gomes baptizada em 14 de

Julho de 1721 com quatro filhos a saber Francisca baptizada em 28 de Março de 1743 - Anna em 26 de Fevereiro de 1745 - Izabel em 9 de Julho de 1747 - e Miguel em 3 de Outubro de 1749 - e assignou
Oliveira De Roque + Rodrigues (fl. 58)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Fernandez Rocha baptizado em a Freguesia de Cama (sic) de Lobos, em o 1.º de Dezembro de 1706 morador, e Lavrador na freguesia de Santo Antonio - Cazado com Maria Gomes Jardim baptizada em 12 de Dezembro de 1706 - com seis filhos a saber João baptizado em 9 de Fevereiro de 1736 - Ignácio em 18 de Outubro de 1733 - Francisco em 13 de Outubro de 1738 - Joze em 17 de Abril de 1741 - Antonio em o 1.º de Dezembro de 1743 - e Manoel em 20 de Abril de 1746 - e assignou
Oliveira De António + Fernandez Rocha (fl. 59)

Em o ditto dia mes, e anno se matriculou, Amaro Joaquim solteyro, e lavrador, Baptizado em 21 de Janeiro de 1734, com seus Irmaos Antonio, Baptizado em 14 de Fevereiro de 1743, Ignácio em 25 de Abril de 1746 - e juntamente se matriculou digo Joze baptizado em 8 de Junho de 1749: todos da freguesia de São Pedro, e nella moradores na figueira caboqueira: e juntamente se matricullou sua May Michaela Ferreyra viuva de Antonio Sardinha Pay dos sobreditos baptizada em 17 de Janeiro de 1717 e assignou
Oliveira De Amaro + Joaquim (fl. 60)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Dorothea da Conção cazada com João Domingos Alves que se acha adiante, Baptizada em 25 de Mayo de 1729, com Joanna sua filha baptizada em os quatro de Julho de 1748, e por não saber escrever assignou o vereador.
Oliveira (fl. 61)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João da Camara, da freguesia de Nosso Senhor do Monte por sima desta Cidade de cuja já idade não consta; parecendo ter trinta para quarenta annos, Lavrador; com sua Mulher Maria do Rozario baptizada em 25 de Setembro de 1718, e quatro filhos a saber - Maria baptizada em 24 de Fevereiro de 1737 - Paschoal em 28 de Mayo de 1741 - Anna em 23 de Mayo de 1746 - Antonio em nove de Dezembro de 1748; e assignou
Oliveira De João + da Camara

Em 3 de Janeiro de 1751 recebeo o dito asima as certidoens; por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Cappitam General Manoel de Saldanha de Albuquerque; que houve por escuzos e de como receberão assignarão commigo
João Caetano D Oliveira

De + João da Camara (fl. 62)

Em o dito se matriculou João Ferreyra, Uzel Lavrador, e morador na freguesia da Atabua, baptizado em 28 do mes (sic) de 1719 com sua mulher Maria Gomes baptizada em 20 de Outubro de 1719 e sinco filhos - a saber - Manoel baptizado em 16 de Janeiro de 1737 - Joze em 3 de Dezembro de 1739 - Maria em 17 de Janeiro de 1743 - João em 12 de Dezembro de 1745 - Antonio em 28 de Mayo de 1749; e assignou
Oliveira De João + Ferreyra Uzel (fl. 63)

Em o dito dia se matriculou Manoel de Andrade Lavrador e morador na freguesia da Ponta do Sol, e nella baptizado, em 5 de Abril de 1716 - com sua mulher Brites Roiz baptizada em 12 de Mayo de 1726. Com tres filhos a saber - Manoel baptizado em 5 de Fevereiro de 1747 - Sebastião em 20 de Janeiro de 1749 - Antonio em 24 de Janeiro de 1751 - e assignou
Oliveira De Manoel + dAndrade (fl. 64)

Em o dito dia se matriculou Jeronimo Roiz official de carpinteyro natural da Vila da Calheta, e morador nesta Cidade em a freguesia da Sé della baptizado em 3 de setembro de 1716 - com sua mulher, Antonia Thereza Roza da Conçeição baptizada em 18 de Junho de 1724, e dous filhos a saber, Anna baptizada em 16 de Dezembro de 1747 - e Joze em 28 de Mayo de 1751 - se matriculou juntamente Antonio de Andrade mosso solteyro e sem officio baptizado em 6 de Abril de 1729, e assignou
Oliveira De Jeronimo + Roiz (fl. 65)

Em o dito dia se matriculou Maria Magdalena sem estado baptizada em 29 de Julho de 1728 na freguesia de Santa Luzia com sua Irmã Anna Maria sem estado: baptizada em a freguesia da Sé desta Cidade em 19 de Julho de 1739 - ; e por não saber ler e escrever assignou o vereador.
Oliveira (fl. 66)

Em o dito se matriculou Lourenço de Oliveyra lavrador, e morador na freguesia da Ponta do Sol e nella baptizado em os des de Agosto de 1720 com sua mulher Izabel dos Santos baptizada em 16 de Março de 1727 e hua filha dos sobredittos por nome Maria baptizada em 16 de Dezembro de 1749 e assignou
Oliveira De Loure+ncod Oliveira (fl. 67)

Em o dito dia se matriculou Bartholomeu de Azevedo da freguesia de São Pedro desta Cidade e nella baptizado em 24 de Agosto de 1721 com dous filhos a saber: João baptizado em 9 de Dezembro de 1734 e Manoel em 21 de Novembro de 1747 e assignou he offiçal de sapateyro, e viuvo.
Oliveira Bartholomeu de Azevedo (fl. 68)

Em o dito se matriculou Manoel de Andrade lavrador, e morador na freguesia da Attabua e nella baptizado em 18 de Novembro de 1718 com sua mulher Maria Roiz baptizada em a dita freguesia em 26 de Março de 1729 - com tres filhos a saber

Martinha baptizada em 19 de Novembro de 1743 - Anna em 7 de Agosto de 1747 - Manoel em 20 de Dezembro de 1749, e assignou
Oliveira De Manoel + de Andrade (fl. 69)

Em vinte e seis do dito mes e anno se matriculou Antonio do Rozario official de carpinteyro, da freguesia de São Pedro desta Cidade e nela baptizado em 4 de Outubro de 1711 - com sua mulher Antonia dos Santos, baptizada em 10 de Julho de 1718; e tres filhos a saber Martinho baptizado em 24 de Julho de 1740 - Joze em 3 de Dezembro de 1746 - e Joanna em 12 de outubro de 1749, e assignou
Oliveira De Antonio + Rozario (fl. 70)

E (sic) o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Escorçio de Vasconcelos da Vila de Machico, de cuja idade não consta por ter levado a cheya de 1724 alguns dos Livros daquela Igreja, parecendo ter trinta e sinco para quarenta annos. Lavrador, e morador na mesma freguesia da dita Vila com sua Mulher Maria de Govea baptizada em tres de Mayo de 1712, e dous filhos - a saber - Manoel baptizado em 12 de Outubro de 1737 e Christovão em 4 de Dezembro de 1746 e assignou
Oliveira De Manoel + Escorcio de Vasconcelos (fl. 71)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Pedro de Freytas Nobrega solteyro natural da freguesia de Sam Vicente e nela morador e lavrador, baptizado em 6 de Julho de 1724; e assignou
Oliveira De Pedro + dFreytas Nobrega (fl. 72)

Em o dito dia mes, e anno se matricularão Maria de Souza, Baptizada em 7 de Junho de 1729 - com sua Irmã Ignacia de Souza baptizada em 31 de Março de 1732: e seus Irmaos - Francisco baptizado em 9 de Março de 1740, e Manoel em 31 de Mayo de 1743 todos da Vila de Machico baptizados na freguesia della; filhos de Manoel Gonçalves, official de Serrador natural da Ilha Terceyra, que parece ter menos de 40 annos, e de sua mulher Domingas de Souza Maciel da sobredita Vila e na Igreja dela baptizada, em os outo de Abril de 1710; e assignou o vereador a rogo delle
Oliveira (fl. 73)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Freytas lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte por sima desta Cidade baptizado na do Porto da Crus em 7 de Outubro de 1728 - com sua mulher Francisca Maria baptizada em 6 de Março de 1731; e sua sogra Maria da Sylva viuva de Pedro Fernandez. com quatro filhos desta, e conhados seus - a saber Antonio baptizado em 19 de Julho de 1734 - Joanna em 24 de Junho de 1737 - Elena em 26 de Abril de 1746 - e Antonio em 12 de Fevereyro de 1749 - e juntamente Quiteria Maria sem estado baptizada na freguesia da Sé desta Cidade em 18 de Mayo de 1731, e assignou.
Oliveira De Manoel +dFreytas

E agregada ao sobredito cazal se matriculou Maria da Roza sem estado de cuja idade por certidão não consta parecendo ter m. [mesmo] menos de 30 annos, e por não saber escrever assignou o dito vereador.

Oliveira (fl. 74)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Sebastianna de Freytas sem estado morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte, por sima desta Cidade baptizada nella; em 25 de Janeiro de 1733 filha de Felippe Roiz já defunto com sua May Joanna de Freytas baptizada em 22 de Junho de 1701 e seu Padrasto Joze Caldeyra em 20 de Outubro de 1702 para levarem em sua companhia tres Irmaos filhos da dita sua May e Padrasto, a saber: Joze baptizado em 9 de Julho de 1741 - Maria em 25 de Setembro de 1735 - Antonia em 22 de Julho de 1738, e assignou o dito vereador

Oliveira

Se matriculou e ágregada a este Cazal Antónia Maria sem estado da freguesia do Monte nela baptizada em vinte e tres de Abril de mil settecentos e trinta e cinco, e assignou o dito vereador
(assinatura ilegível) (fl. 75)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Maria da Sylva sem estado baptizada em 9 de Mayo de 1738 com seus Irmãos a saber Manoel Baptizado em 18 de Janeiro de 1740 - Izabel em 2 de Novembro de 1742 - Francisco em 20 de Abril de 1746 e Antonia em 31 de Janeiro de 1749 todos da freguesia da Vila da Ponta do Sol, e nela moradores com seus Pais Manoel Coelho da Sylva Baptizado na mesma freguesia em 23 de Dezembro de 1705 e Maria da Sylva em 21 de Outubro de 1714 - e assignou o dito vereador

Oliveira (fl. 76)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Joze Mendes Brazão lavrador e morador na freguesia da Vila Nova de Sam Vicente, e nela baptizado em 29 de Março de 1718 com sua Mulher Sebastianna Teyxeira baptizada em 24 de Janeiro de 1722 com quatro filhos e sua conhada a saber Maria filha baptizada em 26 de Mayo de 1742 - Joze filho em tres de Outubro de 1743 Catharina filha em 21 de Março de 1747 e João filho em 2 de Novembro de 1749 - e Maria de Andrade baptizada digo e Maria Teyxeira sua conhada baptizada em 17 de Agosto de 1738 - 1738 (sic).

Oliveira De Joze + Mendes Brazão (fl. 77)

Em o dito dia mes e anno se matriculou João Gomes baptizado em 22 de Abril de 1732 - Manoel Gomes - em 6 de Fevereiro de 1733 - Marianna dos Santos em 23 de Mayo de 1736 - Joze Gomes em 17 de Março de 1739 - Clara dos Santos em 11 de Fevereiro de 1745 - Manoel Antonio em 8 de Junho de 1747 - Felipe em 11 de Abril de 1751 - todos sette Irmãos com seus Pais Joze Gomes baptizado em 16 de Março de 1704 na freguesia da Vila da Calheta e Maria dos Santos sua May baptizada na

freguesia de Santo Antonio em 28 de Outubro de 1710 na qual tambem forão baptizados os primeiros seis filhos asima nomeados sendo o ultimo na da Nossa Senhora do Calhao desta Cidade e assignou

Oliveira De João - + Gomes (fl. 78)

Em o dito dia mes e anno se matricularão Manoel Fernandez baptizado em 20 de Abril de 1732 - Antonia das Neves em 6 de Março de 1735 - Simão Fernandez em 28 de Outubro de 1738 - Izabel das Neves em 12 de Julho de 1739 Antonio Fernandez em 16 de Abril de 1751 todos sinco Irmaos baptizados na freguesia de Santo Antonio por sima desta Cidade com seu Pay João Fernandez Lobatto e Izabel de Freytas sua mulher may de uns e Madrasta de outros. e assignou

Oliveira De Manoel + Fernandez (fl. 79)

Em os 28 dias do dito mes, e anno se matriculou João da Costa de Faria da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Estreyto de Cama (sic) de Lobos, e natural della, e baptizado na mesma, em os 28 de Junho de 1716 - official de sapateyro, com sua molher Joana Cabral do Espirito Santo baptizada na freguesia de São Gonçalo em 15 de Mayo de 1731, e assignou

Oliveira João da Costa de Faria haguilar (fl. 80)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Pedro de Faria lavrador, da freguesia de Cama (sic) de Lobos com seus Irmaos a saber Maria baptizada em 27 de Abril de 1732, digo Pedro de Faria da freguesia de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado a 20 de Agosto de 1727 com seus Irmaos a saber Maria baptizada em 27 de Abril de 1732 - Francisca em 30 de Abril de 1735 - Anna em 3 de Mayo de 1739 - na dita Igreja - Maria em 24 de Janeiro de 1744 - Antonia - em 9 de Mayo de 1746 e Izabel em 15 de Julho de 1750 em a freguezia de Sam Martinho. com seus Pays João de Faria lavrador e morador na sobredita freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado a 27 de Junho de 1701 e Maria da Acenção sua Mulher a nove de Fevereiro de 1709, e assignou. Levando em sua companhia João que he Injeitado de idade de 7 annos

Oliveira De Pedro + de Faria (fl. 81)

Em o dito dia mes e anno se matricularão João de Abreu baptizado em 2 de Julho de 1735 Amaro de Abreu a 23 de Janeiro de 1740 Maria da Sylva a 12 de Fevereiro de 1744 - Francisca da Sylva a 20 de Dezembro de 1746 - Francisco de Abreu a 15 de Agosto de 1750 todos, sinco baptizados na freguesia do Estreyto de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos com seus Pais Francisco de Abreu baptizado a 20 de Março de 1710 e Faustina da Sylva a 22 de Fevereiro de 1713 e assignou. declarou ser lavrador

Oliveira De João + dAbreu (fl. 82)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Gomes Guedes Lavrador, e morador na freguesia da Atabua, baptizado na de Nossa Senhora da Lus da Vila da Ponta do Sol em 11 de Março de 1712 com sua Mulher Antonia da Sylva baptizada na

da Atabua em 21 de Mayo de 1726 e seus filhos Antonio Baptizado em 11 de Março de 1742 - Maria em 24 de Fevereiro de 1745 Manoel em 30 de Abril de 1751, e dous sobrinhos - a saber João baptizado em 23 de Fevereiro de 1730 e Manoel baptizado em 16 de Outubro de 1731 - e Maria da Costa Parreyra thia da Mulher do sobredito baptizada^{iv} e assignou

Oliveira De Manoel + Gomes Guedes (fl. 83)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Teyxeira morador e lavrador na freguesia de Santo Antonio por sima desta cidade e nella baptizado, em 18 de Junho de 1714 com sua Mulher Antonia Maria baptizada em a dita Igreja em 16 de Junho de 1715, e tres filhos - a saber - Maria Antonia baptizada na dita Igreja em 27 de Fevereiro de 1736 - Antonio em 4 de Mayo de 1740 - Maria em 24 de Mayo de 1747 e asim mais hua menina que tera seis para sete annos por nome Catharina e hum menino por nome Antonio João; de hum para dous annos ambos emgeitados, que criou e cria a dita Sua Mulher tendo os em sua companhia pelo selario que lhe paga o senado na forma costuma (sic), e assignou

Oliveira De Manoel + Teixeyra (fl. 84)

Em os trinta dias do mes de Junho se matricularão Marianna de Mendonça baptizada em 8 de Fevereiro de 1746 - e Jorge seu Irmão em 17 de Abril do anno presente de 1751, na Igreja Parochial da freguesia de São Jorge desta Ilha com seu Pay Paschoal de Ponte, baptizado na freguesia da fajem da Ovelha em 28 de Março de 1704 - lavrador e morador na sobredita de Sam Jorge: e sua May Marianna de Mendonça baptizada na freguesia de São Jorge em 17 dAbril de 1720. e assignou o Vereador

Oliveira (fl. 85)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Domingos Baptista lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça do Estreyto de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 7 de Outubro de 1714. Com sua Mulher Sebastiana Figueyra baptizada em 17 de Janeiro de 1728 - Com sinco filhos a saber. Jozepha baptizada em 31 de Março de 1740 - Maria em 21 de Abril de 1743 - Francisca em 28 de Fevereiro de 1745 - Izabel em 9 de Julho de 1747 - Marianna em 6 de Janeiro de 1750 - e assignou

Oliveira Domingos baptista Serrão (fl. 86)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Antonio de Freytas, lavrador, e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos - baptizado na de Santo Antonio em 5 de Março de 1713 - com sua Mulher Domingas Roiz baptizada na de São Martinho em 17 de Janeiro de 1717 - Com sinco filhos, a saber - António Baptizado em 21 de Abril de 1740 - Anna a sette de Março de 1743 - Quiteria a 28 de Março de 1745 - Joanna a 17 de Julho de 1747 - e Domingos em dezanove de Janeiro de 1751 e assignou

Oliveira De Antonio + de Freytas (fl. 87)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Dorothea da Sylva cazada com Thome Joao que declarou se achava auzente na Cidade da Bahia: baptizada em 7 de Janeiro de 1726. e assignou o dito vereador
Oliveira (fl. 88)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Antonio Gomes Jardim lavrador e morador na freguesia de Sam Martinho baptizado, em 20 de Julho de 1717 - cazado com Catharina do Espirito Santo que foy baptizada em 22 de Novembro de 1722 e quatro filhos a saber Felicia baptizada em 25 de Mayo de 1742 - Sebastianna em 25 de Janeiro de 1745 Maria em 20 de Fevereiro de 1748 e Manoel em 26 de Abril de 1750 e assignou
Oliveira De Antonio + Gomes Jardim (fl. 89)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Joze Gomes Jardim lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nella baptizado em 22 de Fevereiro de 1733 - com sua Irmaa Dionizia baptizada em 9 de Outubro de 1741 - e seu Pay Manoel Gomes Jardim, e sua May Anna da Sylva ella baptizado em 17 de Outubro de 1703, e elle em 19 de Junho de 1705 - , e assignou
Oliveira De Joze + Gomes (fl. 90)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Gomes de Alcinha o quartilho lavrador, e morador na freguesia da Nossa Senhora da Lus da Ponta do Sol, e nella baptizado em 23 de Fevereiro de 1727 com sua Mulher Maria dos Anjos baptizada em 23 de Agosto de 1726, e dous filhos a saber, Maria baptizada em 24 de Dezembro de 1746 - e Izabel em 14 de Março de 1751 - e assignou
Oliveira De Manoel + Gomes (fl. 91)

Em o dito dia mes e anno se matricularão Joze digo Antonio dGovea da freguesia de Sam Vicente baptizado em 19 de Dezembro de 1713.

De Antonio + dGouvea (fl. 92)

Em o 1. ° de Julho do dito anno se matriculou Manoel Gomes lavrador, e morador na freguesia do Porto da Crus, e nela baptizado em 16 de Junho de 1726 - com seus Irmaos - Domingos baptizado em 21 de Março de 1729 - Antonio a 9 de Novembro de 1732 - Bernardo a 26 de Fevereiro de 1735 - Illario a 19 de Janeiro de 1738 - Ignacio a 1 de Junho de 1741 - Maria a 13 de Novembro de 1743 - Antonia a 5 de Janeyro de 1748 e seus Pais Manoel Gomes, o marão por alcunha, baptizado a 24 de Abril de 1706, e Izabel Caldeira sua May a 16 de Abril de 1705; e seu Primo Antonio baptizado em ...^v
Oliveira De Manoel + Gomes (fl. 93)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Fernandez mestre examinado do officio de Ferreyro de tenda aberta na Vila de Machico baptizado na freguesia de São Roque por sima desta Cidade em 26 de Mayo de 1704 com sua Mulher, Paula Ferreyra baptizada na de Santa Anna em 15 de Janeiro de 1701 - com sette filhos a saber Manoel de cuja idade não consta por não se achar o termo de seu baptismo, Antonia, baptizada na I.ª (?) da Vila de Machico em 24 de Junho de 1731 - João em 24 de Mayo de 1733 - Antonio no primeiro de Janeiro de 1734 - Marianna em 23 de Abril de 1740 - Anna em 11 de Janeiro de 1745, e Izabel em 5 de Julho de 1748 (?) e assignou
Oliveira De Manoel + Fernandez (fl. 94)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Ignacio fernandez Offiçial de Sapateyro examinado e morador na freguesia do Senhor Jezus da Ponta delgada baptizado na da Ajuda de Nossa Senhora da Ajuda da Serra da Agoa, em 7 de Agosto de 1718 com sua mulher Guimar do Reis, de cuja idade não consta por falta do termo de seu baptismo que informa o Reverendo Vigario por informação que sitou, tera vinte e seis para vinte sette annos, com duas filhas - hua Maria baptizada na freguesia da Ponte delga (sic) - em 23 de Novembro de 1746 - e outra por nome Quiteria em 18 de Janeiro de 1750. e assignou
Oliveira De Ignacio + Fernandez (fl. 95)

Em os tres de Julho de mil settecentos e sincoenta, e hum annos, se matriculou Maria da Encarnação baptizada na freguesia da Attabua, em 17 de Janeiro de 1736 com sua Irmã Francisca Xaver baptizada na Santa Sé desta Cidade em 9 de Março de 1739: ambas filhas de Manoel Martins ja defunto, e de sua Mulher Maria da Roza ; sem estado, e assignou
Oliveira (fl. 96)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Cama (sic) de Lobos, baptizado nella em 26 de Janeiro de 1738 com seus Irmãos Joze Fernandez baptizado na mesma Igreja em 13 de Novembro de 1739 - Maria baptizada em 21 de Setembro de 1744 - Ignacio, em 7 de Fevereiro de 1747 - com seu Pay Nicolao Fernandez baptizado em 15 de Novembro de 1709 - e sua May Maria do Nascimento em 30 de Dezembro de 1706 e assignou. seu Pay com offiçio de Carpinteyro
Oliveira De Manoel+ Fernandez

E se matriculou mais agregado a este casal hũ a conhada do sobredito Nicolao Fernandez por nome Josepha da Roza sem estado do Estreito de Camara de Lobos e na Igreja delle baptizada em 3 de Março de 1709 e por não saber escrever assignou o ditto veriador
(Assinatura ilegível) (fl. 97)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Ignacio Fernandez offiçial de Pedreyro baptizado na freguesia de Nossa Senhora do Monte por sima desta Cidade em 22 de

Outubro de 1719, com sua Mulher Anna Francisca baptizada em 4 de Fevereiro de 1717 e seus filhos a saber - Joze da Encarnação baptizado em 25 de Março de 1741 - Antonio do Fayal em 4 de Setembro de 1746 e Maria em 7 de Março de 1751, e assignou
Oliveira De Ignacio + Fernandez (fl. 98)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Antonio Gomes lavrador, e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 3 de Abril de 1712 com sua Mulher Francisca Figueira baptizada, na mesma freguesia em 13 de Abril - de 1716 - com quatro filhos - a saber - Gaspar - e Paula gemios, baptizados em 14 de Janeiro de 1737, a qual Paulla na Crisma mudou o nome para o de Quiteria, Ignacia em o 1.º de Junho de 1741, e Francisco em 12 de Mayo de 1749 - e assignou
Oliveira De Antonio + Gomes (fl. 99)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Fernandez de Mendonça official de sapateyro morador nesta Cidade baptizado na freguesia de São Martinho em 23 de Julho de 1710 com sua Mulher Maria Gomes, baptizada na dita Igreja em 20 de Fevereiro de 1716 - com seis filhos a saber Mathias Fernandez, offiçial de Sapateyro, baptizado em o primeiro de Março de 1733 - Simão Fernandez offiçial de Ferreyro em 3 de Novembro de 1734 - Andre Fernandez apriendis de Sapateyro em 6 de Dezembro de 1736 Maria em 12 de Março de 1739 - Ambrozio em 10 de Abril de 1746 - e Antonio em 6 de Junho de 1749 declarando tinha sua mulher pijada. e assignou
Oliveira De Antonio + Fernandez de Mendonça (fl. 100)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze de Souza morador nesta Cidade Offiçial de Sapateiro baptizado na freguesia de Cama (sic) de Lobos, em 6 de Janeiro de 1721 com sua Mulher Quiteria Gomes baptizada na de Santo Antonio, em 7 de Setembro de 1721; e assignou
Oliveira De Joze + de Souza (fl.101)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Nicolão Xavier de Souza morador nesta Cidade e nella offiçial de barbeiro e sangrador, baptizado na freguesia da Sé della, em 9 de Dezembro de 1725 com sua Mulher Thereza Maria de Jezus baptizada em 18 de Março de 1724 com dous filhos Anna - baptizada em 12 de Fevereiro de 1747 - Antonio em 8 de Novembro de 1749 - com seu conhado João Figueyra baptizado em 15 de Setembro de 1729. Solteyro e sem offiçio, e assignou
Oliveira De Nicolao Xavier de Souza (fl. 102)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Ferreyra offiçial de Tanoeyro morador nesta Cidade solteyro baptizado na Santa Sé della em 31 de Março de 1730 e assignou
Oliveira Manoel Ferreyra (fl. 103)

Em o dito dia, mes e anno se matriculou Joze de Mendonça lavrador e morador na freguesia de Sam Martinho, e nella baptizado em 17 de Outubro de 1711 com sua Mulher Josepha Gomes baptizada na dita Igreja em 21 de Março de 1698, e tres filhos, a saber Lucas baptizado em 18 de Outubro de 1733, - Manoel em 9 de Setembro de 1736 - Silvestre em 6 de Janeiro de 1740 - e sua intiada por nome Antonia baptizada em ... de... de 17... e assignou

Oliveira De Joze + De Mendonça (fl. 104)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Marcos da Sylva lavrador, e morador na freguesia de Sam Martinho, solteyro, baptizado na de Santo Antonio em o primeiro de Mayo de 1729 e assignou

Oliveira Manoel Marcos Sylva (fl. 105)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Simão Roiz lavrador e morador na freguesia de Sam Martinho, e nella baptizado em 28 de Outubro de 1721 com sua Mulher Simoa dos Santos baptizada em a dita freguesia em 24 de Outubro de 1725, e dous filhos, a saber Maria baptizada em a mesma Igreja em 11 de Agosto de 1748 - e Francisco em 2 de Abril de 1751, e assignou

Oliveira + De Simão Roiz (fl. 106)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez Lavrador e morador na freguesia de Santo Antonio; baptizado em a de Sam Vicente, a 7 de Abril de 1711 com sua Mulher Quiteria de Freytas baptizada na sobredita de Santo Antonio em 16 de Junho de 1720 com quatro filhos a saber Sebastiana, baptizada em São Vicente em 18 de Novembro de 1738 Antonia em Santo Antonio a dezaceis de Janeiro de 1742, Joze na mesma Igreja em 19 de Março de 1746 e Manoel tambem nella em 24 de Abril de 1749, e assignou: para levar em sua companhia sua May Maria Gomes

Oliveira De Manoel + Fernandez (fl. 107)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Teyxeyra lavrador, e morador na freguesia de São Vicente, e nela baptizado em 29 de Mayo de 1714 com sua Mulher Maria Quiteria baptizada na do Arco de São Jorge, em 25 de Março de 1725, e seus filhos - Manoel baptizado a 16 de Junho de 1744 Francisco em 10 de Outubro de 1747 e Joze em vinte e sete de Março de 1751. e assignou

Oliveira De João + Teyxeira (fl. 108)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze Fernandez da Sylva official de Sapateyro, morador no termo da Ponta do Sol e na Igreja della baptizado em 18 de Abril de 1719 com sua Mulher Francisca da Sylva baptizada na mesma Igreja em 2 de Outubro de 1718 com quatro filhos a saber. Manoel baptizado em 10 de Mayo de 1743 Antonio em 13 de Dezembro de 1744 Maria em 22 de Fevereiro de 1748 - e Izabel em 24 de Dezembro de 1750 e assignou

Oliveira De Joze + Fernandez da Sylva (fl. 109)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Gomes digo Manoel Mendes, Offiçal de Tilheyro, e morador na freguesia de São Vicente, e nela baptizado em 2 de Janeiro de 1718 - com sua Mulher Joanna de Crasto baptizada na dita Igreja em 3 de Abril de 1718 - com quatro filhos - a saber - João baptizado a 6 de Abril de 1738 - Joze a 11 de Abril de 1742 - Maria a 14 de Mayo de 1744 - e Vicente a 15 de Abril de 1749 - todos em a dita Igreja e se matriculou mais e agregado a este cazal Manoel da Sylva apriendis no dito officio de Tilheyro natural da freguesia dos Canhas, e nella baptizado em ...^{vi} de 17 ... e assignou

Oliveira De Manoel + Mendes (fl. 110)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Gaspar de Crasto, lavrador e morador na freguesia de Santo Antonio, e nela baptizado em 5 de Março de 1718. Com sua Mulher Antonia da Sylva baptizada na freguesia do Estreyto de Cama (sic) de Lobos, em 10 de Junho de 1727 com quatro filhos a saber - Manoel baptizado em 14 de Fevereiro de 1745 - Maria em 21 de Dezembro de 1750 na freguesia de Santo Antonio - Anna em 23 de Outubro de 1746 - Antonia em 20 de Março de 1748 na freguesia do dito Estreito e assignou levando consigo sua May Maria de Jezus

Oliveira Gaspar + de Crasto (fl. 111)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou António de Freytas lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte, baptizado em 2 de Junho de 1720, com sua Mulher Antonia Maria baptizada na dos Canhas em 28 de Março de 1725 - com hua filha por nome Antonia baptizada na Sé desta Cidade em 15 de Junho de 1749 e assignou

Oliveira De António + de Freytas (fl. 112)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Ferreyra, lavrador e morador na freguesia de Santa Maria Maior do Calhao desta Cidade e nella baptizado - em 19 de Abril de 1724 - com sua Irmaa Maria Marques baptizada em 4 de Mayo de 1732 na mesma Igreja levando em sua companhia Domingos Ferreyra seu Pay que foy baptizado na dita Igreja, em 10 de Fevereiro de 1691 e sua May Antonia da Sylva da mesma idade pouco mais ou menos e assignou

Oliveira De Manoel + Ferreyra (fl. 113)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Martins lavrador e morador na freguesia do Monte e nela baptizado, em 16 de Fevereiro de 1722 com sua Mulher Jolianna de Freytas de cuja idade não consta, e hum filho por nome Mathias baptizado em 2 de Março de 1749 e dous intiados filhos da sobredita e de seu primeiro Marido a saber Manoel baptizado na dita Igreja, em 14 de Fevereiro de 1740 e Francisco em 10 de Outubro de 1742, e assignou

Oliveira De João + Martins

Em 3 de Janeiro de 1757 recebeu o dito acima os seus papeis por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General Manoel de Saldanha de Albuquerque que os teve por escouzos, e de como o recebeu assignou com migo.

João Caetano d'Oliveira

De João + Martins (fl. 114)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Maria da Encarnação sem estado baptizada na Santa Sé desta Cidade em 8 de Janeiro de 1746 com dous Irmãos - Manoel Vieyra baptizado na dita Igreja em 22 de Agosto de 1744, e Francisco na de São Pedro em 31 de Abril de 1748. Levando em sua companhia seus Pais Manoel Vieyra do Nascimento baptizado em 31 de Dezembro de 1702, em Cama (sic) de Lobos, e Catherina Maria sua May em 20 de Janeiro do dito Anno baptizada na dita Igreja da Santa Sé e assignou o dito filho Manoel Vieyra;

Oliveira

De Manoel + Vieyra (fl. 115)

À margem:

Pay official de Marcineyro.

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Correa lavrador e morador na freguesia de São Pedro desta Cidade em 31 de Outubro de 1706 baptizado na freguesia de São Martinho em 14 de Outubro de 1712, com sua Mulher Simoa dos Santos baptizada na sobredita de São Pedro em 31 de Outubro de 1706 e seis filhos a saber - Antonio baptizado em 6 de Outubro de 1733 - Antonia em o 1.º de Fevereiro de 1735 - Maria em 18 de Abril de 1740 Catharina em 22 de Novembro de 1744, Francisca e Ignácia gemias em 10 de Outubro de 1746 todos em a dita Igreja de São Martinho, e assignou

Oliveira

De Francisco + Correa

vii À margem:

Hé morador na freguesia de São Martinho (fl. 116)

E se matriculou mais outro filho por nome João do sobredito Francisco Correia e da sua mulher Simoa dos Santos Baptizado em São Martinho em 17 de Março de 1749 e assignou (fl. 116)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Govea lavrador e morador na freguesia de São Martinho e nela baptizado em 23 de Abril de 1733, e se matricularão mais seus seis Irmãos a saber Catharina Govea baptizada em 30 de Novembro de 1728 - Maria em 10 de Janeiro de 1731 - Josepha em 30 de Março de 1735 - Joanna em 17 de Março de 1737 - Domingos em 17 de Fevereiro de 1741 - e António em 21 de Fevereiro de 1744, todos em a dita Igreja e assignou, digo levando em

sua companhia seu Pay Domingos Fernandez baptizado em dita freguesia em 25 de Fevereiro de 66 digo de 1697, e sua May, Maria Gomes baptizada em a dita de São Pedro em 9 de Março de 1709 - e assignou
Oliveira De Manoel+ de Govea (fl. 117)

Em sinco de Julho de 1751 se matriculou Antonio Vieyra offiçial de Sapateyro morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 20 de Abril de 1727, e assignou
Oliveira Antonio Vieira

E se matriculou Domingos Correa mosso solteiro que aprende a Carpinteiro Baptizado em 21 de Janeiro de 1732 na freguesia da Atabua e na ditta freguesia morador e assignou (fl. 118)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio de Faria, da dita freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nela Lavrador e morador baptizado em 10 de Março de 1716 - com sua Mulher, Izabel Maria baptizada em a dita Igreja, em 5 de Julho de 1711 - e dous filhos a saber Antonia - baptizada em 9 de Junho de 1746 - Antonio em 2 de Junho de 1749 - e assignou
Oliveira De Antonio + de Faria (fl. 119)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Luiz Vieyra lavrador e morador na freguesia do dito Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 3 de Abril de 1732 com seus Irmaos - Antonio Vieyra, baptizado em 17 de Abril de 1734 - Paulo Vieyra em 29 de Janeiro de 1736 Joanna Gomes em 2 de Abril de 1738 - Antonia Gomes - em o 1.º de Abril de 1742 e Maria Gomes em ... de ... de 1... e seu Pay Bartholomeu Vieyra baptizado em 23 de Agosto de 1682, e sua May Joanna Gomes da Sylva em 23 de Junho de 1707, e assignou
Oliveira De Luis + Vieyra (fl. 120)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze Fernandez Barradas, Offiçial de sapateiro, morador na dita freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 13 de Janeiro de 1717 e assignou
Oliveira De Joze + Fernandez Barradas (fl. 121)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Vieyra Solteyro lavrador e morador na dita freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 8 de Setembro de 1726, e assignou
Oliveira De Francisco + Vieyra (fl. 122)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez lavrador e morador na dita freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e baptizado em a dita freguesia em 11 de Novembro de 1728, com sua Mulher Antonia Marcela baptizada em a dita

freguesia em 13 de Abril de 1730, e hum filho por nome Manoel baptizado em 3 de Dezembro de 1750 e assignou

Oliveira Manoel Fernandez (fl. 123)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel da Asenção lavrador e morador na dita freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, mosso solteyro, e nella baptizado em 28 de Fevereiro de 1724 e assignou

Oliveira De Manoel + da Asunção (fl. 124)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Antonio Roiz lavrador, e morador na freguesia do dito Estreito de Cama (sic) de Lobos baptizado na dos Canhas em 30 de Janeiro de 1718 - Com sua Mulher Antonia de Jezus baptizada em 28 de Março de 1718, e tres filhos a saber - Manoel baptizado em 29 de Dezembro de 1742 João em 2 de Junho de 1746 - Antonia em 24 de Janeiro de 1750 - e hum ingeitado por nome Manoel baptizado em 9 de Novembro de 1744, e assignou

Oliveira De Antonio + Roiz (fl. 125)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Gonçalves Marinheyro, da Navegação para o Brazil, e Nova Colonia baptizado em a freguesia da Vila da Calheta em 28 de Mayo de 1707 - com Maria Roza sua Mulher, baptizada em a freguesia do Arco da dita Vila em 29 de Mayo de 1717 - e seus filhos a saber Antonio baptizado em 14 de Março de 1742, na Santa Sé desta Cidade e Ignacia em 27 de Fevereiro de 1740 na dita freguesia e assignou

Oliveira De Antonio + Gonçalves (fl. 126)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco de Freitas lavrador e morador na freguesia de Sam Pedro desta Cidade baptizado na do Canisso, em 21 de Março de 1728 com sua Mulher Maria das Neves baptizada em a de Santo Antonio, em 12 de Agosto de 1728 e hum filho por nome Manoel João baptizado em a freguesia de São Roque em 23 de Junho de 1749, e assignou

Oliveira De Francisco + de Freitas

E se matriculou mais agregado ao dito casal Manoel João cunhado do sobredito Francisco de Freitas baptizado no primeiro de Abril de 1731 levando em sua companhia sua may, brazia da Costa de mayor idade, e assignou

Oliveira De Francisco + de Freytas (fl. 127)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Gomes Offiçial de sapateiro, morador na freguesia de São Pedro baptizado na de Santa Luzia em 20 de Julho de 1711 com sua Mulher Izabel Maria, baptizada na de Sam Pedro, em 30 de Mayo de 1722 - com tres filhos - a saber Agueda - baptizada em 21 de Dezembro de 1737 - Antonio Gomes - em 18 de Novembro de 1739, Francisco Gomes em 8 de Abril de 1742, e assignou

Oliveira De António + Gomes (fl. 128)

E se matriculou mais agregado ao dito Cazal Francisco Gomes sobrinho do sobredito Antonio Gomes sapateyro: baptizado em a freguesia de Santa Luzia em 16 de Abril de 1725, offiçal tambem de sapateyro - Manoel António que aprende o offiço de Carpinteiro baptizado em São Martinho em 9 de Julho de 1733, e João de Souza apriendis de sapateyro, baptizado, em a freguesia de São Bras do Arco em 13 de Fevereiro de 1730, e assignou
Oliveira De António + Gomes (fl. 128)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Gomes Teyxeira offiçal de lavrador, e morador na freguesia de São Vicente, e nela baptizado em 17 de Fevereiro de 1712, com sua Mulher Adrianna dos Santos baptizada em a dita Igreja em 8 de Novembro de 1699 e tres filhas, a saber Maria em 29 de Junho de 1731 - Francisca, a 22 de Dezembro de 1734 - Bernarda a 6 de Outubro de 1737, e se matriculou mais Antonio Gomes filho dos mesmos lavrador e morador na dita freguesia e nela baptizado, em 2 de Julho de 1721 com sua Mulher Anna Domingas da Vila de Machico baptizada na Igreja della em 2 de Novembro de 1726, com hua filha por nome Josepha com menos de dous annos. e assignou
Oliveira De João + Gomes Teyxeira (fl. 129)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Sebastião Joze de Freitas Trabalhador, e morador nesta Cidade freguesia da Sé, e baptizado em a do Fayal em 20 de Janeiro de 1718 com sua Mulher Maria de Oliveira baptizada em a de São Roque a 19 de Abril de 1719 - com dous filhos, a saber Gaspar baptizado em 30 de Marco de 1749 - e Anna baptizada em 4 de Abril de 1751 - e assignou
Oliveira De Sebastião + Joze de Freitas (fl. 130)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Gomes lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 17 de Novembro de 1720 com sua Mulher Izabel Maria baptizada em a dita Igreja em 13 de Setembro de 1722 e dous filhos, a saber Simoa baptizada em 7 de Novembro de 1748 - Maria em 27 de Setembro de 1750 - ambas em a dita Igreja: e se matricularão mais tres sobrinhos do sobredito a saber - Francisca em ... de ... de...^{viii}
Oliveira Francisco + Gomes (fl. 131)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez solteyro e lavrador, baptizado em a freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, em 8 de Dezembro de 1739 - com seu Irmão Antonio Fernandez baptizado na do Porto da Crus em 18 de Mayo de 1743. e duas Irmaas Francisca de Abreu, baptizada em 13 de Abril de 1733, e Antónia de Abreu a 21 de Dezembro de 1746 na dita freguesia do Estreito, e seu Pay Alexandre Fernandez baptizado nella a 8 de Novembro de 1705 - e Antonia de Abreu a 29 de Março de 1710, e assignou
Oliveira De Manoel + Fernandez

E se matricularão mais duas Irmãs do dito Manoel Fernandez assima matricullado por nome Izabel batizada no Estreito de Camara de Lobos no 1.º de Setembro de 1748 e outra por nome Maria batizada na dita Igreja em 28 de Dezembro de 1737 e assignou. (fl. 132)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco de Souza mosso solteyro, lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Graça, de Cama (sic) de Lobos batizado nella em 14 de Agosto de 1731
(Sem assinatura) (fl. 133)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Ferreyra lavrador e morador na freguesia dos Canhas e nella batizado em 15 de Agosto de 1723 com sua Mulher Dionizia de Govea batizada em 22 de Março de 1729, em a dita Igreja e hua filha por nome Maria de quatro mezes, e assignou
Oliveira De João + Ferreyra (fl. 134)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Domingos Vieyra Official de Ferreyro, morador nesta Cidade batizado na do Porto da Crus em 11 de Fevereiro de 1708 com sua Mulher Clara Maria batizada em Santa Maria Mayor do Calhao, em 20 de Abril de 1710 com tres filhos a saber Anna batizada na Sé desta Cidade em tres de Fevereiro de 1732, Vicencia em a dita Igreja em 9 de Janeiro de 1735, e João na de São Pedro em 15 de Junho de 1751 e assignou
Oliveira De Domingos + Vieyra (fl. 135)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Luiz Vieyra lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nella batizado em 2 de Junho de 1720 com sua Mulher Maria da Sylva batizada na mesma Igreja em 2 de Março de 1726 com quatro filhos. a saber
^{ix}
Oliveira De Luiz + Vieyra (fl. 136)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Sebastião da Costa Mosso solteiro lavrador e morador na freguesia de São Martinho e nella batizado, em 22 de Janeiro de 1730 e assignou
Oliveira De + Sebastião da Costa (fl. 137)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Andre da Sylva lavrador e morador na freguesia da Sé batizado na da Atabua em 30 de Novembro de 1712 com sua Mulher Francisca da Graça batizada na da Calheta em 4 de Março de 1717 e hum conhado por nome Simão batizado na sé desta Cidade em ... de ... de 17.. e assignou
Oliveira De Andre + da Sylva (fl. 138)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou António, de Abreu lavrador e morador na freguesia de São Bento da Ribeyra Brava baptizado na do Campanario em 23 de Junho de 1726 Mosso solteyro; e assignou
Oliveira De Antonio + d Abreu

À margem:
He António de Abreu (fl. 139)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João de Abreu mosso solteyro lavrador e morador na Ribeyra brava baptizado na freguesia della em 17 de Dezembro de 1724 e assignou
Oliveira De João + d Abreu (fl. 140)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Fernandez lavrador e morador na freguesia do Monte baptizado na de Santo Antonio, em 28 de Fevereiro de 1722 com sua Mulher Maria Vieyra de cuja idade não consta, e duas conhadadas hua por nome Antonia Vieyra, que dis ser mais velha que a dita sua Mulher baptizada na dita freguesia do Monte, em 5 de Janeiro de 1726, e outra por nome Caetana Vieyra baptizada na dita Igreja em 12 de Agosto de 1731, e assignou
Oliveira De Francisco + Fernandez (fl. 141)

Em os 6 de Julho de 1751 se matriculou Antonio de Abreu lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, baptizado na do dito lugar de Cama (sic) de Lobos em 9 de Mayo de 1715 com sua Mulher Marianna da Acenção baptizada na do São Jezus da Ponta Delgada em 19 de Mayo de 1716 - com sinco filhos a saber Joanna baptizada em 6 de Setembro de 1738 - Maria em 15 de Novembro de 1741 - Manoel em 5 de Março de 1745 - Antonio em 22 de Fevereiro de 1748 - e João em 29 de Janeiro de 1751 e assignou
Oliveira De Antonio + De Abreu (fl. 142)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Figueira lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 18 de Abril de 1718, com sua Mulher Izabel Maria baptizada em 18 de Mayo de 1717 com sinco filhos a saber - Anna baptizada em 9 de Dezembro de 1742, João em 27 de Junho de 1744 - Maria em 9 de Fevereiro de 1746 - Simoa em 5 de Novembro de 1747 - e Francisco em 7 de Dezembro de 1749 - e se matriculou mais Marianna sua Irmã baptizada em o 1.º de Junho de 1722 - Gregório seu sobrinho em 16 de Setembro de 1728 Maria também sobrinha em 9 de Dezembro de 1731, e assignou
Oliveira De João Figueira (fl. 143)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Thome lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 22 de Dezembro de 1717, com sua Mulher Quiteria Maria de cuja idade ao certo não consta, por falta do termo do seu baptismo, e sinco filhos, a saber Joze baptizado em 16 de Março de 1742 - João baptizado em 2 de Janeiro de 1744 - Victoria em 6 de Janeiro de 1746 - Thereza em 22 de Outubro de 1747 - e Marianna em 6 de Mayo de 1750, e assignou

Oliveira De Manoel + Thome (fl. 144)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Serrão Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 17 de Agosto de 1733, com seis Irmãos seus, a saber - Maria baptizada em 8 de Agosto de 1736, Anna em 7 de Abril de 1740 Joze em 21 de Março de 1743 - Francisca em 12 de Março de 1745 - e Antonia em 25 de Junho de 1747 e Antonio em 7 de Abril de 1749 e se matricularao seu Pay Francisco Serrão baptizado em 6 de Fevereiro de 1707 e sua May Egnes de Asenção em 5 de Mayo de 1712 e se matriculou mais Francisco Xavier Irmão do dito Francisco Serrão baptizado em 11 de Outubro de 1712 - e assignou

Oliveira De Manoel + Serrão (fl. 145)

Tem este Livro cento, trinta e nove meyas folhas, com esta do enserramento todas numeradas, e rubricadas com o meu sobrenome que dis ^x: e para constar lhe fis esta declaração: Funchal 20 de Julho de 1747 (assinatura ilegível).

Este livro que he o Segundo da Matriculla dos Cazais e mais pessoas de hũ e outro sexo, sem estado que se queiram transportar para o estado do Brazil na fl. das ordens de Sua Magestade no 1º coprador numerara e rubricara Escrivao deste Senado João Caetano dOliveira fazendo lhe para constar na ultima fl. o seu enserramento para o que lhe damos comição 3 de Julho de 1751 (fl. 1) ^{xi}

Em os 6 de Julho de 1751 se matriculou Manoel Gomes Lavrador e morador e juntamente official de sapateyro na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça baptizado na de Cama (sic) de Lobos em 28 de Outubro de 1715 com sua mulher Jacinta da Roza, baptizada na dita freguesia do Estreito, em 18 de Agosto de 1715 com dous filhos a saber João baptizado em 9 de Fevereiro de 1736 e Maria em 16 de Agosto de 1738 e assignou

Oliveira De Manoel + Gomes (fl. 2)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Pestana mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia da Serra de Agoa e nella baptizado em 28 de Outubro de 1723, com seu irmão Jacinto Pestana também solteyro Lavrador e morador na dita freguesia e nella baptizado em 11 de Dezembro de 1725 e assignou
Oliveira

De Manoel + Pestana (fl. 3)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Gomes Lavrador na freguesia de Santa Luzia, e nella baptizado em 30 de Abril de 1703 com sua mulher Ignacia Teyxeira baptizada em São Jorge, em 8 de Janeiro de 1714 com quatro filhos a saber Domingos baptizado em 30 de Novembro de 1741, Roza em 8 de Setembro de 1744 Luzia em 17 de Dezembro de 1747 e Manoel em 7 de Junho de 1750 e assignou

Manoel Gomes

Oliveira (fl. 4)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Antonio Ferreyra official de ferreyro morador na dita freguesia de Santa Maria Mayor do Calhao desta cidade e nella baptizado em 22 de Junho de 1727 e assignou

Oliveira

De + Antonio Ferreyra (fl. 5)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Lopes Lavrador na freguesia de São Gonçalo solteyro e nella baptizado em 2 de Fevereiro de 1719 e assignou

Oliveira

De Manoel + de Freitas (fl. 6)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Joze de Freitas mosso solteyro e Lavrador morador na freguesia da Vila de santa Crus e nella baptizado em 29 de Mayo de 1726 e assignou

Oliveira

De Joze + de Freitas (fl. 7)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel de Miranda e Lavrador morador na freguesia do Fayal e nella baptizado em 27 de Fevereiro de 1710 com sua mulher Luzia de Freytas baptizada em a dita Igreja em 19 de Outubro de 1709 e doys filhos a saber Antónia baptizada em 17 de Junho de 1740 - Sebastianna a vinte e seis de Janeiro de 1744 ambas na mesma igreja, e assignou

Oliveira

De Manoel + De Miranda (fl. 8)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Francisco Gomes Lavrador morador na freguesia de Sam Martinho, e nella baptizado em 12 de Fevereiro de 1722 com tres irmãos a saber Izabel Maria baptizada em 8 de Julho de 1725 - Antonio Gomes em 26 de Abril de 1731 Anna em 24 de Janeiro de 1735 e seu padrao Manoel Vieyra baptizado em 5 de Fevereiro de 1708 - com sua May Maria baptizada em ... de ... de ... e assignou
Oliveira

De Francisco + Gomes (fl. 9)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Vieyra solteyro morador na freguesia de São Gonçalo e nella Lavrador baptizado na mesma em oto (?) de Março de 1732 e assignou
Oliveira

De Manoel + Vieyra (fl. 10)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Pedro Gonçalves Lavrador e morador na freguesia da Attabua baptizado na dos Canhas em 23 de Novembro de 1716 com sua mulher Leonor Pestana baptizada em 13 de Janeiro de 1718 e quatro filhos a saber Antonio baptizado em 12 de Julho de 1741 Francisco em 9 de Outubro de 1744 Joze em 30 de Março de 1746 Maria em 7 de Julho de 1749 e assignou
Oliveira

De Pedro + Gonçalves (fl. 11)

E (sic) os sette de Julho de 1751 se matriculou Bonifacio Correa da Sylva official de seleyro, e sapateyro morador na Vila de São Vicente baptizado na freguesia da Ponta do Sol em 12 de Junho de 1690 com sua mulher Catherina da Roza baptizada na dita Igreja em 30 de Agosto de 1748 - e assignou
Oliveira Bonifacio Corea dSilva

Em o dito dia se matriculou hum conhado do sobredito Bonifacio Correa por nome Antonio Ferreyra Gabriel, baptizado em 11 de Mayo de 1732, com hua irma por nome Maria da Roza ambos solteyros baptizada em quatro de Novembro de 1729; e assignou
Oliveira

Mais se matricularão Manoel Roiz - Maria Joze e Antonia de Jezus todos tres Irmaos sem estado da vila de São Vicente, o primeiro baptizado em 7 de Junho de 1731 - o 2.º em 10 de Mayo de 1725, e o 3.º em 8 de Fevereiro de 1775 - e assignou
Oliveira (fl. 12)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Lourenço Fernandes Lavrador e morador na freguesia Digo Manoel Fernandes Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, nascido em Julho de 1726 com quatro irmãos, a saber Lourenço Fernandes, nascido em 10 de Mayo de 1732, - Attanazia em 28 de Setembro de 1737 - Maria em 20 de Setembro de 1740 Antonio em 10 de Abril de 1729 seu Pay Francisco Fernandes baptizado em 15 de Agosto de 1700 e sua May Josepha Maria em 19 de Março de 1701, e se matriculou mais Maria Josepha sobrinha do dito Francisco Fernandes baptizada em o primeiro de Abril de 1733 e assignou
Oliveira De + Manoel+ Fernandes

E se matriculou mais agregado ao sobredito acima Antonio Joze Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado a 16 de Setembro de 1731, solteyro e sem estado e assignou
Oliveira De António + Joze (fl. 13)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Gaspar Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, baptizado em 15 de Abril de 1739 - com tres irmaos seus a saber Antonia baptizada em 10 de Fevereiro de 1733, Julianna em 6 de Janeiro de 1742 Manoel em 9 de Fevereiro de 1744 levando em sua companhia seu Pay Manoel Henriques dos Reys baptizado em 8 de Setembro de 1709 e Maria de Barros sua May, em 4 de Dezembro de 1707 e assignou
Oliveira Manoel Henriques do Rego (fl. 14)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Simao Gomes Serrão solteyro, Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos ella (sic) baptizado em 6 de Abril de 1728 e assignou
Oliveira Simam (fl. 15)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Ferreyra Luis morador nesta cidade na freguesia da Se sem officio baptizado na de Santa Anna em 2 de Junho de 1724 com sua mulher Eugea Antonia baptizada na de Sam Martinho em 23 de Setembro de 1716 e assignou
Oliveira De Manoel + Ferreyra Luis (fl. 16)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Vieyra Barradas, official de Barbeyro, sangrador, morador no Canisso Baptizado na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos em 20 de Junho de 1721, com sua mulher Antonia Quiteria baptizada em 5 de Junho de 1728 - e tres filhos a saber Quiteria baptizada em ... de ... de 17... Jeronima em ... de ... de 17... e António em ... de... de 17... todos tres em a dita freguesia

do Canisso, e se matriculou Josepha sua conhada baptizada em 24 de Novembro de 1740

Oliveira João Vira (sic) Barradas (fl. 17)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze da Costa Lavrador e morador na freguesia de São Pedro desta Cidade baptizado na de Sam Martinho em 19 de Julho de 1724 com sua mulher Maria Antonia de Souza, baptizada em 21 de Março de 1717 e tres filhos, a saber Andreza (?) baptizada em ... de ... de 17... Quiteria em ... de ... de ... Antonio em 16 de Junho de 1749 e se matriculou mais Miguel Rois agregado ao dito casal mosso solteyro Lavrador e morador na dita freguesia de São Martinho e nela baptizado em 13 de Abril de 1731 - e juntamente Manoel da Costa Pay do sobredito Joze da Costa e assignou

Oliveira De Joze + da Costa (fl. 18)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Gomes mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado em 2 de Mayo de 1732, e assignou

Oliveira De Francisco Gomes (fl. 19)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Teyxeira de Cayres Lavrador e morador na freguesia do Porto da Cruz, e nella baptizado em 30 de Janeiro de 1710, com sua mulher Maria Jacinta baptizada em a dita igreja em 24 de Agosto de 1710 com sette filhos, a saber Maria baptizada em 2 de Janeiro de 1736 - Francisco em 4 de Outubro de 1737 Luiz em 22 de Agosto de 1739 Francisca em 4 de Outubro de 1743 - Antonia em 4 de Agosto de 1746 - Bernarda em 19 de Agosto de 1747 - Josepha em 9 de Fevereiro de 1751, e assignou

Oliveira De António + Teyxeira (fl. 20)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco da Sylva Lavrador na freguesia da Attabua mosso solteyro baptizado em a dita Igreja em 22 de Agosto de 1726 e assignou

Oliveira de Francisco +da Sylva (fl. 21)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Vieyra Lavrador e morador na freguesia de São Roque, de cuja edidade (sic) ao certo não consta por falta do termo do seu baptismo, parecendo ter menos de quarenta annos, com sua mulher Francisca Gomes baptizada em a dita igreja em 11 de Novembro de 1724 - e tres filhos a saber Marianna baptizada em 28 de Novembro de 1749 Bernarda em 24 de Agosto de 1749 - Manoel em 13 Janeiro de 1751, e assignou

Oliveira

De Manoel + Vieyra (fl. 22)

Em os nove dias do mes de Julho de mil setecentos e sincoenta e hum annos se matriculou Salvador Antonio mosso solteyro Lavrador e morador na Freguezia de São Martinho e nella Baptizado em vinte de Outubro de mil setecentos e vinte e seis, e asignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara

De Salvador + Antonio (fl. 23)

Em o dito dia mes e Anno atras declarado se matriculou Francisco Tello de Figueira Lavrador e morador na Freguesia de Sam Vicente e nella Baptizado em vinte de Septembro de mil setecentos e quinze com sua mulher Anna da Roza Baptiza (sic) em doze de Mayo de mil setecentos e quinze e quatro filhos, a saber Maria Baptizada a vinte e tres de Abril de mil setecentos e trinta e nove Quiteria a seis de Dezembro de mil setecentos quarenta e tres, Manoel a quinze de Outubro de mil setecentos quarenta e sete Francisca em 12 - de Fevereiro de mil setecentos cincuenta e dois e asignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara.

Francisco Telo Figueira (fl. 24)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Felipe Joam Gomes Jardim desta cidade Baptizado na Santa Sé della em vinte e nove de Agosto de 1727, com sua mulher Donna Francisca Felicia da Roza Baptizada em Santa Maria Mayor desta cidade em 23 de Septembro de 1728 sua filha por nome Donna Barbara baptizada na sobredita Igreja da Santa Se em 10 de Dezembro de 1748 e declarou tinha sua mulher pejada e asignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara.

Felipe João Gomes Jardim (fl. 25)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Sebastião de Freitas, mosso solteyro Lavrador e morador na Freguesia de Santa Maria Mayor do Calhao desta cidade, e nella baptizado em 28 de Janeiro de 1725 e asignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara.

De Sebastião + de Freitas.

Se matriculou juntamente agregada ao sobredito Sebastiam de Freytas huma sua irman por nome Domingas do Secorro Baptizada em vinte de Novembro de mil settecentos, e vinte, e dois, levando em sua companhia sua May Ignacia Gomes de mayor idade; e asignou o dito vereador. (fl. 26)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Antonio Francisco de Brito desta cidade baptizado em Santa Maria Mayor do Calhao em 3 de Dezembro de 1723 com sua mulher Donna Clara Michaela de Souza Henriques Baptizada na igreja de São Pedro em tres de Março de mil setecentos e vinte e sete e duas filhas a saber Felisberta Baptizada a 24 de Janeiro de 1750, Luiza em 15 de Abril de 1751 com seu irmão por nome Simão Escorcio de Brito Baptizado em 10 de Novembro de 1733 e dous cunhados, a saber João Pedro de Sousa, Baptizado em 5 de Fevereiro de 1735, Manoel João em 22 de Agosto de 1740 levando em sua companhia seu sogro Joze do Carmo, de cuja Idade não consta, sua sogra Donna Luiza de Souza Henriques Baptizada em 22 de Fevereiro de 1703 Francisco de Souza Henriques sobrinho desta Baptizado em ... e assignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara

Antonio Francisco de Britto (fl. 27)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Manoel de Souza official de tanoeiro morador nesta cidade Baptizado na Igreja Nossa Senhora do Fayal em 29 de Março de 1708 com sua mulher Simoa da Silva Baptizada na Freguesia de São Sebastião de Cama (sic) de Lobos em 28 de outubro de 1718 tres filhos a saber Jozefa Maria Baptizada em Santa Maria Mayor do Calhao 23 de Julho de 1746 - Felipe Baptizado na Freguesia da Santa Se em 3 de Dezembro de 1747 e Anna Baptizada na dita Freguesia da Se em 26 de Dezembro de 1750 e assignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara.

De Manoel + de Souza (fl. 28)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Antonio Faustino Rodrigues Jardim da Ilha do Porto Santo Baptizado na Igreja della em 15 de Fevereiro de 1715 morador e Lavrador na Freguesia do Canisso com sua mulher Maria de Freitas da Silva Baptizada na Igreja da dita freguesia em 23 de Fevereiro de 1726 e dous filhos a saber Manoel Baptizado em 29 de Março de 1746 Maria em 28 de outubro de 1748 e assignou Pedro Gonsalves Correa tabelião do Judicial o fez por empedimento do Escrivão da Camara.

De António Faustino + Rodrigues Jardim. (fl. 29)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Joze Roiz Lopes Lavrador, e morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 23 de M.º de 1718 com sua Mulher Quiteria da Asunção baptizada em 20 de Agosto de 1719, e quatro filhos a saber João baptizado em 27 de Mayo de 1742 Maria em o 1º de Abril de 1745 Joze em 4 de Novembro de 1747 Antonia em 4 de Junho de 1750 e assignou Oliveira

De Joze + Roiz Lopes (fl. 30)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Joze de Souza Correa official de Sarrador morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, natural da Ilha de S. Miguel, cuja idade nao consta parecendo ser de trinta para quarenta annos e se matriculou com o dito António Joze Pestana mosso solteyro morador e Lavrador na sobredita na freguesia do Estreito e nella baptizado em 19 de Março de 1727 e assignou

Oliveira De Joze + de Souza Correa (fl. 31)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel dos Reis mosso solteyro, Lavrador e morador na freguesia da Ribeira Braba, e nela baptizado em 21 de Junho de 1730, com seu irmão João dos Reis baptizado na dita Igreja em 14 de Mayo de 1733 e assignou

Oliveira De Manoel + dos Reis (fl. 32)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel da Silva de Barros Lavrador e morador na freguesia dos Canhas e nela baptizado em 6 de Agosto de 1728 com sua mulher Ursola da Sylva baptizada em a mesma Igreja em 21 de Outubro de 1734 e assignou

Oliveira De Manoel + da Silva de Barros (fl. 33)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Francisco Vieyra mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia dos Canhas e nela baptizado em 17 de Abril de 1725 e assignou

Oliveira De Francisco + Vieyra (fl. 34)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Manoel Alberto da Sylva, Lavrador e morador na freguesia dos Canhas e nella baptizado em 30 de Março de 1708 com sua mulher Maria da Sylva baptizada na mesma Igreja em 6 de Mayo de 1707 com seis filhos a saber Roza baptizada em 14 de Setembro de 1749, Maria em 2 de Outubro de 1735, Antonio em 18 de Abril de 1750 João em 15 de Agosto de 1742 Anna em 13 de Novembro de 1746 Antónia em ^{xii}

De Manoel + Alberto da Sylva (fl. 35)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Lourenço Fernandez da Silva Lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte baptizado na de Sam Roque, em tres de Mayo de 1711 com sua Mulher Marianna Gomes baptizada em 26 de Fevereiro de 1717, com sinco filhos a saber - Pedro baptizado em tres de Novembro de 1740 Ursola em 21 de Janeiro de 1743 - Amaro em 21 de Janeiro de 1745 Domingos em 5 de Novembro de 1747 e Antonio em 14 de Março 1760, e assignou

Oliveira De Lourenço + Fernandez da Silva (fl. 36)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Francisco Vieyra Lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nella baptizado em 23 de Novembro de 1720 com sua mulher Brittes Vieyra baptizada em a dita Igreja em 16 de Março de 1716 - com cinco filhos a saber Jacinta baptizada em 14 de Julho de 1736 - António Joze em 5 de Fevereiro de 1739 - Jozé em 18 de Março de 1740 Maria em 18 de Mayo de 1750 - e Manoel de cuja idade não consta por falta do termo do seu baptismo que afirma o cura ter a 4 para 5 annos e assignou

De Francisco + Vieyra (fl. 37)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Ignacio Vieyra Lavrador e morador na freguesia dos Canhas e nella baptizado em 20 de Novembro de 1718 com sua mulher Antonia Maria de cuja idade não consta por falta do termo do seu baptismo, que informarão ter 28 annos pouco mais ou menos, hum filho por nome Francisco baptizado em 8 de Outubro de 1749 e assignou

Oliveira De Ignacio + Vieyra (fl. 38)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Mathias de Freitas Lavrador e morador na freguesia de São Gonçalo, e nella baptizado em 2 de Março de 1716 com sua Irmaã Domingas Gomes baptizada em 22 de Setembro de 1719, sua sobrinha por nome Maria filha desta baptizada em 20 de Marco (sic) de 1743, e assignou

Oliveira De Mathias + de Freitas (fl. 39)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Pedro da Sylva Lavrador e morador digo se matriculou Antonio da Sylva Lavrador e morador na freguesia de Santa Maria Mayor do Calhao desta Cidade baptizado na de Sam Gonçalo, em 6 de Setembro de 1728 com sua Irmaã Faustina da Sylva baptizada em 24 de Fevereiro de 1726, e outro Irmão por nome Joze baptizado em 8 de Novembro de 1735 levando em sua companhia seu Pay Pedro da Sylva e sua May Maria Ferreyra e assignou

Oliveira De Antonio + da Silva (fl. 40)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze da Sylva Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos mosso solteyro baptizado nella em 20 de Março de 1733, e assignou levando em sua companhia hua Irmaa por nome Maria baptizada em ... de ... de 17.. e assignou

Oliveira De Joze + da Sylva (fl. 41)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio de Freitas mosso desamparado sem Pay nem May baptizado em 13 de Janeiro de 1741 - com Joze Nunes em cuja companhia assiste nesta Cidade cazado com Duarta de Freytas, ele de quase 60 annos, e ella de quarenta e cinco para quarenta e seis annos, e assignou o dito vereador

Oliveira (fl. 42)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Paschoal de Souza Lavrador e morador na freguesia do Canisso, e nella baptizado em 13 de Abril de 1721 com sua mulher

Maria do Candelario baptizada em 2 de Fevereiro de 1725, e dous filhos, a saber Maria baptizada em 9 de Junho de 1748 - Anna em 24 de Outubro de 1750, e assignou
Oliveira De Paschoal + de Souza (fl. 43)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze Gomes Lavrador e morador na freguesia do Canisso, e nella baptizado em 24 de Mayo de 1709 com sua mulher Quiteria Baptista baptizada em 25 de Setembro de 1728 e tres filhos, a saber Manoel baptizado em 8 de Novembro de 1739 Matheus em o 1º de Outubro de 1747 - e Liceneia em 12 de Novembro de 1750, e assignou
Oliveira De Joze + Gomes (fl. 44)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Figueira Lavrador e morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça, de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado em 15 de Setembro de 1734 com sua Irmaã Maria baptizada em 5 de Março de 1739, e dou (sic) Irmaos Gemios a saber Lourenço e Antonio ambos baptizados em 4 de Outubro de 1741, e outra Irmaã por nome Anna baptizada em ... de ... de 17.. e assignou, levando em sua companhia seu Padrasto e Pay Manoel Gonçalves Vareda de mais de 40 annos, e sua May Anna Santiago de 43.
Oliveira De Francisco + Figueira (fl. 45)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Gomes Asistente nesta Cidade Lavrador da vila de Machico solteyro baptizado na Igreja della em 27 de Mayo de 1730 e assignou
Oliveira De Antonio + Gomes (fl. 46)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez Lavrador e morador na freguesia de São Pedro, baptizado na de Sam Martinho em 9 de Abril de 1721 com sua mulher Roza Maria baptizada em 13 de Março de 1717 com hum filho por nome Antonio baptizado em 2 de Mayo de 1748, e hua conhada por nome Josepha da Ressurreição baptizada em 8 de Abril de 1725 e assignou
De Manoel + Fróiz (fl. 47)

Em os des dias do mes de Julho de mil settecentos e sincoenta e hum annos se matriculou Manoel da Camara Homem de Vasconcellos mosso solteyro Batizado na Igreja do Arco de São Jorge em sinco de Março de mil settecentos e trinta e dois, e assignou; eu Ambrozio Soares de Vasconcellos escrivam do Judicial o fiz por empedimento do Escrivam da Camara.
De Manoel da Cama+ra Homem de Vasconcelos (fl. 48)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Caetano Homem digo Caetano Gomes, Lavrador e Morador na Freguesia do Arco de São Jorge e nella Batizado a outo de Setembro de mil sette centos e dezaseis com sua mulher Quiteria de Freytas Batizada em sinco de Junho de mil sete centos e vinte e hum com hum filho por

nome Manoel Batizado em dezacete de Dezembro de mil sette centos quarenta e sette e assignou eu Antonio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o Escrevi:

De Caetano + Gomes (fl. 49)

E (sic) o dito dia mes e Anno se matriculou Joze Pereyra da Paixão Lavrador e Morador na freguesia de Sam Vicente e nella Batizado em dezaceis de Abril de mil sette centos e dezaceis com sua mulher Quiteria de França Batizada na dita Igreja em 3 de Novembro de 1726 e dous filhos a saber Manoel Batizado nella em 2 de Agosto de 1749. António em 26 de Abril de 1751 levando em sua companhia sua cunhada Vitoria de França Batizada ... e seu sogro Joze de França Batizado em 4 de Dezembro de 1701 e sua sogra Maria da estrella da mesma Idade, e sua May Antonia de valle de mais de sincoenta annos e assignou eu Antonio de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o Escrevi:

De Joze + Pereyra da Paixão (fl. 50)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Ignacio de Souza morador e Lavrador no Estreito de Cama (sic) de Lobos batizado na Igreja de Porto Monis em 3 de Fevereiro de 1709 official de Pedreiro, com sua mulher Antónia Gomes Batizada em 3 de Junho de 1715 e seis filhos; a saber Manoel Batizado em 17 de Dezembro de 1730, Joze em 25 de Abril de 1737. Francisco em 14 de Dezembro de 1742. António João em 21 de Novembro e 1747; e outro Manoel em 25 de Março de 1750 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o fiz

De Ignacio + de Souza (fl. 51)

Em o dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Joze Gonçalves Lavrador e morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos e na freguesia della Baptizado em 9 de Maio de 1728 com des irmãos, a saber João Gonçalves Batizado em 24 de Dezembro de 1730. Maria em 12 de Abril de 1733. Francisco em 24 de Abril de 1735. Manoel Joze em 10 de Março de 1737. Francisco em 31 de Janeiro de 1740. Pedro em 9 de Junho de 1742. Antónia e Anna Gemias em 31 de Dezembro de 1744. Quiteria em 4 de Outubro de 1747. António em 8 de Abril de 1749. Levando em sua Companhia seu Pai Manoel Gonçalves Batizado em 17 de Agosto de 1699 e sua May Francisca da Roza que declarou que se achava pejada Batizada em 24 de Fevereiro de 1707 e assignou seu Pay eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabalião do Judicial que o escrevi

De Manoel + Gonçalves (fl. 52)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Paulo Figueira mosso solteyro morador e Lavrador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos Batizado na de São Martinho em 3º de Janeiro de 1723 e assignou. eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi: de Paulo + Figueira (fl. 53)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Francisco Ferreira Jardim da Freguesia de Seical morador e Lavrador, e serrador nella, e na mesma Batizado em 20 de Novembro de 1707 com sua mulher Maria de Fonte batizada em 6 de Abril de 1713. Com 4 filhos, a saber, Francisca Batizada em 9 de Abril de 1740 Maria em 16 de Março de 1748. Manoel em 28 de Novembro de 1745 e Quiteria em 24 de Fevereiro de 1750 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi:

De Francisco + Ferreira Jardim (fl. 54)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Manoel de Souza Lavrador e morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos, e nella Batizado em 31 de Outubro de 1734 com 4 Irmãos a saber, Francisca Batizada em 14 de Dezembro de 1732. João em 29 de Dezembro de 1743. Antonia em 15 de Junho de 1746 e Maria em 14 de Novembro de 1729 e se matriculou juntamente seu Pay Martinho de Souza Batizado em 16 de Novembro de 1699 e sua May Antónia da Costa Batizada em 25 de Agosto de 1706 e assignou o dito seu Pay declarando havia levar em sua companhia hum menino engeitado de 4 annos por nome Francisco Xavier que havia criado a dita sua mulher eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi:

De Martinho + de Souza (fl. 55)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Manoel Fernandez de Azevedo mosso solteyro morador e Lavrador no Estreito de Cama (sic) de Lobos, e na Igreja delle Batizado em 17 de Dezembro de 1733. Com 3 Irmãos, a saber Antónia Batizada em 21 de Setembro de 1726. Maria em 26 de Março de 1731. António em 15 de Mayo de 1737. Levando em sua companhia seu Pay Manoel Fernandez de Azevedo Batizado em 18 de Dezembro de 1704 e sua May Brites Gomes em 15 de Mayo digo Batizada em 6 de Janeiro de 1701 e assignou o dito eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o fez:

De Manoel + Fernandez de Azevedo (fl. 56)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Roque Teixeira Lavrador e Morador no Estreito de Cama (sic) de Lobos Batizado na freguesia de Santa Anna em 19 de Agosto de 1709: com sua mulher Maria Luis Batizada em 5 de Novembro de 1702 e 3 filhos a saber Manoel Luis batizado em 9 de Abril de 1732. António de Setembro de 1736 Francisco em 13 de Março de 1740 e hum sobrinho seu por nome Manoel Teixeira mosso solteyro batizado em 26 de Mayo de 1716 e assignou Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi:

De Roque + Teixeira (fl. 57)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Joam Ferreira official de Marcineyro morador nesta cidade Batizado na Santa Sé della em 25 de Junho de 1719 com sua Mulher Joanna Maria Batizada na mesma Igreja em 31 de

Dezembro de 1715 e assignou Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi:

João Ferreira (fl. 58)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou António Roiz Vieira Mosso Solteyro Lavrador e Morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella Batizado em 28 de Dezembro de 1733 e assignou Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi:

De António + Roiz vieira (fl. 59)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Manoel Fellipe Pereyra desta cidade Batizado na Sé della em 22 de Mayo de 1728 com sua mulher Quiteria Maria da Acenção Batizada em 20 de Janeiro de 1722 e assignou Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o fez.

De Manoel+ Fellipe Pereyra (fl. 60)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Simão Bras trabalhador desta cidade Batizado na Igreja de Santa Maria mayor della em 8 de Setembro de 1726. Com sua mulher Maria de Gouvea que declarou se achava pejada Batizada e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o fez.

De Simão + Dias (fl. 61)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Francisco Ferreira Lavrador morador e morador no Estreito de Cama (sic) de Lobos e na freguesia delle Batizado em 19 de Janeiro de 1719 com sua mulher Domingas dos Santos Batizada na ditta Igreja em 21 de Setembro de 1714 e dous filhos a saber Manoel Batizado em 25 de Setembro de 1747. Francisco em 18 de Novembro de 1750 e hum sobrinho por nome digo e hum primo por nome Joam Vieira Batizado e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o fez.

De Francisco + Ferreira (fl. 62)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Francisco Xavier de Gouvea desta cidade offeial de Serrador morador na freguesia de São Pedro e nella Batizado em 24 de Março de 1714. Com sua mulher Lourença Maria Batizada e quatro filhos a saber Antonio Batizado em 2 de Fevereiro de 1740. Manoel em 13 de Dezembro de 1743. Juliam em 26 de Junho de 1746 e João em 23 de Junho de 1749 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi.

de Francisco + Xavier de Gouvea (fl. 63)

E sendo no dito dia mes e anno atras declarado se matriculou Manoel Gonçalvez Figueira Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos e nella Batizado em 19 de Dezembro de 1712 com sua mulher Anna Maria de Gouvea Batizada no primeiro de Setembro de 1714 e quatro filhos a saber Antónia Batizada em 17 de Junho de 1741. Manoel em 31 de Dezembro de 1743. Maria em 4 de Junho de 1747.

Anna em 10 de Junho de 1751 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi.

de Manoel + Gonçalves Figueyra. (fl. 64)

E sendo no dito dia mes e anno atras (sic) se matriculou Mathias Fernandez Lavrador e morador na freguesia de Santo António Batizado na do Salvador de villa de Santa Cruz no primeiro de Março de 1715 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi.

de Mathias + Fernandez. (fl. 65)

E sendo no dito dia mes e anno atras (sic) se matriculou João Fernandez Mosso Solteyro Lavrador e morador na freguesia da Fajão da Ovelha, e nella Batizado em 27 de Junho de 1723. Com seu Irmão Manoel Fernandez Batizado na mesma freguesia em 3 de Janeiro de 1733 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi.

de Joam + Fernandez. (fl. 66)

E sendo no dito dia mes e anno atras (sic) se matriculou Francisco Gonçalves Correa Lavrador e morador no Estreito de Cama (sic) de Lobos e na freguesia delle Batizado, em 22 de Outubro de 1724 com sua mulher Fellipa da Acenção Batizada na mesma Igreja em 2 de Agosto de 1722. Com huã filha por nome Anna Batizada tambem nella em 17 de Novembro de 1746 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o fez.

de Francisco + Gonçalves (fl. 67)

E sendo no dito dia mes e anno atras (sic) se matriculou Antonio Marques offecial de Ferreyro Batizado na freguesia de santa Anna aos dous de Outubro de 1713 com sua mulher Maria da Perciuncula Batizada em 12 de Agosto de 1725 e dous filhos a saber Maria Batizada em 16 de Novembro de 1743 e Faustino em 20 de Fevereiro de 1746 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o fez:

de António + Marques (fl. 68)

E sendo no ditto dia mes e anno atras se matriculou Antonio Gonçalves Figueira Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos e nella Batizado, em 12 de Setembro de 1717. Com sua mulher Maria vieira Batizada na dita Igreja em 27 de Dezembro de 1713. e 3 filhas a saber Antónia Batizada em 11 de Mayo de 1743. Francisca em 8 de Março de 1747. Anna em 19 de Abril de 1745. e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o fez:

de António + Gonçalves Figueira (fl. 69)

E sendo no ditto dia mes e anno atras se matriculou Manoel de Jezus Lavrador e morador na freguesia de São Pedro Batizado na de Santa Luzia em 6 de Janeiro de 1715 Com sua mulher Maria da Candelaria Batizada em 7 de Fevereiro de 1718 e hum filho

por nome Jozé Batizado em 3 de Abril de 1746 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi.

de Manoel + de Jezus. (fl. 70)

E sendo no ditto dia mes e anno atras se matriculou Sebastiam Roiz Lavrador e morador na freguesia de São Pedro Batizado na de Santo Antonio em 25 de Marco de 1711 Com sua mulher Maria dos Reys Batizada em 25 de Janeiro de 1718. Com quatro filhos a saber António Batizado em 28 de Janeiro de 1735 Maria em 25 de Dezembro de 1739. Anna em 2 de Agosto de 1744. Augostinho em 5 de Setembro de 1750, e suas cunhadas; a saber Antónia do Nascimento Batizada em 28 de Dezembro de 1728. Catharina da Trindade em 8 de Janeiro de 1723 e assignou eu Ambrozio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial que o escrevi.

de Sebastião + Roiz (fl. 71)

E sendo no ditto dia mes e anno atras se matriculou Augostinho de Freytas morador nesta cidade Batizado na Igreja de São Martinho em os 2 de Setembro de 1713 com sua mulher Maria do Feyal Batizada na ditto Igreja em 11 de Setembro de 1721 e tres filhos a saber Anna Batizada em 17 de Fevereiro de 1743: António em 2 de Dezembro de 1747. Ambrozio em 14 de Dezembro de 1750 todos tres na Igreja de São Pedro e assignou eu Antonio Soares de Vasconcellos Tabaliam do Judicial o escrevi :

de Augostinho + de Freitas. (fl. 72)

Em 13 de Julho de 1751 se matriculou Caetano Pereyra Lavrador, e morador na freguesia de São Martinho e nella baptizado em 7 de Agosto de 1726 com sua mulher Luiza Maria baptizada na do Porto da Crus em 23 de Janeiro de 1726, e assignou Oliveira

De Caetano + Pereyra (fl. 73)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Silvestre da Costa Lavrador e morador na freguesia de Machico, mosso solteyro, e na freguesia della batizado em 8 de Janeiro de 1735 com seu Irmão Joze da Costa baptizado em 12 de Dezembro de 1737, sua Irmaa Maria deOlim batizada em 5 de Novembro de 1740 levando em sua companhia seu Pay Antonio da Costa baptizado em 3 de Mayo de 1703 e sua May Domingas deOlim em 29 de Abril de 1701 e assignou

Oliveira De Silvestre + da Costa (fl. 74)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel da Asenção Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 4 de Abril de 1727 com sua mulher Izabel do Rozario, que por informação do vigario consta ter 44, para 45 annos, e hum filho com quatro intiados, a saber, Joze, filho baptizado em 29 de Mayo de 1751 - Affonso intiado em 29 de Janeiro de 1737 - Manoel intiado em 8 de Dezembro de 1742 - Anna intiada em 17 de Setembro de 1739, Antonio tambem intiado, em 9 de Mayo de 1734 - e assignado, hum injeitado por nome Gaspar -

Oliveira De Manoel + de Asenção (fl. 75)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Thomas de Mellim Lavrador e morador na freguesia de Machico e na Igreja ella Baptizado em 18 de Setembro de 1720 com sua mulher D. Izabel Furtado baptizada na ditta Igreja em 23 de Julho de 1713. e quatro filhos a saber Antonio Baptizado em 16 de Abril de 1732 Francisco em 4 de Junho de 1743. Izabel em 27 de Janeiro de 1746 e Joze em 25 de Março de 1749 e assignou (fl. 76)

Em (sic) ditto dia mes, e anno se matricullou Salvador Gomez mosso solteyro da freguesia de São Pedro e nella Baptizado no primeiro de Abril de 1731 e assignou (fl. 77)

Em (sic) ditto dia mes, e anno se matricullou João Gonçalves. mosso solteyro da vila da Calheta e na Igreja della Baptizado em 14 de Setembro de 1721 e assignou (fl. 78)

Em (sic) ditto dia mes, e anno se matricullou Manoel Roiz do Sallão da villa do Pontão do Sol e na Igreja della Baptizado em 9 de Novembro de 1714 com sua mulher Maria Meiz baptizada na ditta Igreja em 25 de Janeiro de 1726. e tres filhos a saber Maria Batizada em 20 de Mayo de 1742 Francisco em 13 de Março de 1745. Manoel em 12 de Agosto de 1749. e assignou (fl. 79)

Em (sic) ditto dia mes, e anno se matricullou Ignácio Gonçalves official de pedreyro do Estreyto de Camara de Lobos e na Igreja delle Baptizado no primeyro de Outubro de 1713. com sua mulher Maria da Encarnação Baptizada na nem.^a (sic) Igreja em 25 de Março de 1710 e dous filhos a saber António Baptizado em 5 de Novembro de 1747 Maria em 31 de Julho de 1749. e assignou (fl. 80)

Em o ditto dia mes e anno se matriculou Apelonía do Nanimento (sic) moradora no Estreyto de Camara de Lobos baptizada na do Campanário em ... com hũ a filha por nome Maria batizada na sobreditta Igreja em 3 de Dezembro de 1744 e assignou o veriador assistente (fl. 81)

Em o ditto dia mes e anno se matriculou Antonio de Freytas Morrea official de sapateiro do Lugar do Porto da Cruz e da Igreja delle Baptizado em 11 de Fevereiro de 1731 e assignou (fl. 82)

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Manoel de Freytas do Porto da Cruz e na Igreja delle Baptizado em 14 de Fevereiro de 1715 com sua mulher Maria de M.^{la} [Magdala] baptizada em 11 de Fevereiro de 1715 e assignou (fl. 83)

Em o ditto dia mes e anno se matriculou Manoel Seyxo Lavrador e morador na freguesia de Santa Anna e nella Baptizado em 13 de Janeiro de 17. digo e nella Batizado em 28 de Dezembro de 1726 com sua mulher Antonia Marques baptizada na

ditta Igreja em 13 de Janeiro de 1724 e hua filha por nome Anna com menor de hu anno de ydade e assignou

Manoel Teixeira (fl. 84)

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Manoel da Sylva Correa da villa da Ponta do Sol e na Igreja della baptizado em 7 de Julho de 1721 com sua mulher Quiteria Jardim Baptizada em 21 de Janeiro de 1721 e dous filhos a saber Manoel em 3 de Dezembro de 1745 e Luzia em 14 de Dezembro de 1750 e assignou (fl. 85)

Em ditto dia mes e anno se matricullou Paulo de Souza Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Camara de Lobos e nella Baptizado em 25 de Janeiro de 1731 e assignou (fl. 86)

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Francisco Gomez mosso solteiro da freguesia da Attabua e nella baptizado em 29 de Agosto de 1726 e assignou (fl. 87)

Em o ditto dia mes e anno se matriculou Euzebio da Sylva morador na freguesia da Attabua e nela Lavrador Baptizado na de Sam Bento da Ribeira Brava em 24 de Julho de 1718 com sua mulher Quiteria Maria Baptizada em 21 de Junho de 1727 // e hu filho por nome Manoel, Baptizado em 14 de Março de 1744 e assignou (fl. 88)

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Bento da Sylva Lavrador e morador na Attabua baptizado na freguesia de São Bento da Ribeira Brava em 25 de Março de 1715 com sua mulher Izabel da Ascensam baptizada em 7 de Outubro de 1717 e tres filhos a saber Antonia Baptizada em 21 de Agosto de 1743 e Manoel em 3 de Abril de 1746 António em 26 de Novembro de 1750/ e assignou= (fl. 89)

Sem assinatura

Em (sic) ditto dia mes e anno se matriculou Ignacio Ferreira Lavrador e morador na freguesia do Monte e nella Baptizado em 21 de Outubro de 1731 e assignou (fl. 90)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matriculou Francisco Caetano da freguesia da Santa Sé desta cidade Baptizado na dos Canhas em 4 de Mayo de 1716 com sua mulher Ignacia Maria Baptizada em 2 de Fevereiro de 1721 e hu filho por nome Joze Batizado em 30 de Setembro de 1750 e assignou (fl. 91)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Antonio Gomez Lavrador e morador na freguesia de S.Martinho e nella Baptizado em 25 de Maio de 1718. Com sua mulher Maria de Souza Baptizada em 16 de Fevereiro de 1719. e huã cunhada por nome Antonia Baptizada em 11 de Julho de 1738 e assignou (fl. 92)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matriculou João Vieira Lavrador e morador na freguesia de São Martinho e nella Baptizado e digo se matricullou Antonio Vieira Lavrador e morador na freguesia de São Martinho e nella Baptizado em 12 de Abril de 1726 com 3 irmãos a saber Pedro Baptizado em 26 de Outubro de 1724 Euzebio em 9 de Julho de 1732 . Mariana em 24 de Abril de 1735 . Levando em sua companhia seu Pay João Vieira e sua May Maria Gomes elle Baptizado em 22 de Junho de 1697. ella em 4 de Fevereiro de 1694 e assignou (fl. 93)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Andre de Freytas Lavrador e morador na freguesia do Monte e nella Baptizado em 16 de Novembro de 1733. Com seus irmãos Felipa Baptizada em 5 de Abril de 1740 Maria em 3 de Mayo de 1736 levando em sua companhia seu Pay digo e outro Irmão por nome António Baptizado em 23 de Abril de 1743 levando em sua companhia seu Pay Antonio de Freytas e sua May Izabel Gomes elle Baptizado em 15 de Fevereiro de 1705 e ella em 12 de Julho de 1707 e assignou. (fl. 94)

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Antonio Pestana Francisco de Abreu Lavrador e morador no Lugar da Ribeyra Brava e na freguesia della Baptizado em 3 de Mayo de 1711 com sua mulher Maria Correa Baptizada em 31 de Dezembro de 1708 e sinco filhos a saber Antonia Baptizada em 9 de Setembro de 1739 Joze em 3 de Março de 1741 Manoel 3 de Fevereiro de 1743 , Domingos em 8 de Janeiro de 1746 . Antonio em 12 de Junho de 1748 e assignou (fl. 95)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Francisco de Abreu Lavrador e morador na freguesia do Estreyto de Camara de Lobos e nella Baptizado em 5 de Janeiro de 1722 com sua mulher Maria de Andrade Baptizada em 14 de Junho de 1716 e sinco filhos a saber Maria Baptizada em 13 de Mayo de 1741 Francisca em 9 de Dezembro de 1742 Josefa em 19 de Março de 1744 Antonio em 18 de Junho de 1747 e Anna em 28 de Mayo de 1750 , e se matriculou mais Maria Vieira Irmã do sobredito Baptizada em 15 de Maio de 1729. Pedro de Andrade seu cunhado Baptizado em 28 de Junho de 1733 e assignou (fl. 96)

Sem assinatura

Em o ditto dia mes e anno se matricullou Joze Caettano de Abreu Lavrador e morador no Estreyto de Camara de Lobos e na Igreja delle Baptizado em 9 de Abril de 1727 com Jozefa Maria com quem se esta para casar Baptizada em 26 de Abril de 1730 e assignou (fl. 97)

Sem assinatura

Em 14 de Julho de mil settecentos 51 annos se matriculou Manoel da Silva Lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Serra de Agoa, e nella

baptizado em 2 de Fevereiro de 1708 com sua Molher Magdalena de Abreu baptizada em 6 de Março de 1717 - e tres filhos a saber Anna baptizada em 12 de Abril de 1739 - Antonia em 2 de Janeiro de 1747, e Ignacio de 8 annos levando em sua companhia duas cunhadas, hua por nome Maria do Rozario baptizada em 18 de Dezembro de 1719 - e outra Maria de Abreu baptizada em 2 de Outubro de 1722; e se matriculou mais agregada a este casal Domingas da Corte viuva baptizada em 21 de Março de 1717 - e hum filho desta por nome Manoel baptizado em 25 de Dezembro de 1748, e assignou
Oliveira De Manoel + da Silva (fl. 98)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Pedro Pestana Lavrador e morador na freguesia da Serra de Agoa e nela baptizado em o 1.º de Janeiro de 1713 com sua mulher Domingas da Asenção baptizada em 10 de Março de 1712 - e dous Filhos a saber Manoel baptizado em 12 de Fevereiro de 1750 - Domingas em 22 de Janeiro de 1747, e assignou
Oliveira De Pedro + Pestana (fl. 99)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Domingos Pestana mosso solteiro Lavrador e morador na Serra de Agoa e nela baptizado em 28 de Mayo de 1729 com seu Irmão Joze Pestana mosso tambem solteyro baptizado na mesma Igreja em 20 de Fevereiro de 1734, e assignou
Oliveira De Domingos + Pestana (fl. 100)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Bonifácio da Crus Lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte, de cuja idade se constara pelos Livros deste Senado por ter sido posto com sua mulher Antonia Gomes, baptizada em a dita freguesia em 22 de Janeiro de 1719, e sinco filhos a saber - Maria baptizada em 25 de Setembro de 1740 - Silvestre, em 7 de Janeiro de 1742 - Roza em 8 de Março de 1744 - João em 29 de Junho de 1747 e Manoel em 8 de Dezembro de 1749 e assignou
De Bonifácio + da Crus
Oliveira (fl. 101)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Martins Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 22 de Novembro de 1714 com sua mulher Maria Gomes Baptizada em 3 de Março de 1711, e quatro filhos, a saber João baptizado em o primeiro de Mayo de 1742 - Francisca em 22 de Outubro de 1739 - Joze baptizado em 13 de Abril de 1747 Catherina em Dezembro de 1749 - e assignou
De António + Martins
Oliveira (fl. 102)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Fernandez Caxeyro, Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 2 de Mayo de 1703, com sua mulher Maria das Neves baptizada em 9 de Abril de 1721, e seis filhos, a saber Joanna baptizada em 23 de Junho de 1728 Francisco em 19 de

Janeiro de 1738 - Maria em 7 de Mayo de 1741 - Joze em 23 de Fevereiro de 1744
Manoel em 9 de Outubro de 1746, e Francisca em 8 de Janeiro de 1750, e assignou
Oliveira

De Francisco + Fernandez. (fl. 103)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze Goncalves Henriques, Lavrador e
morador no Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos baptizado em
a dita freguesia em 20 de Março de 1713, com sua mulher Maria da Candelaria,
baptizada em 4 de Fevereiro de 1724, e dous filhos a saber Antonio baptizado em 16 de
Dezembro de 1748 Manoel em 2 de Mayo de 1745, e assignou

Oliveira De Joze + Goncalves Henriques (fl. 104)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Figueira da Sylva Lavrador e
morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça, de Cama (sic) de Lobos
em ella baptizado em 22 de Março de 1715 com sua mulher Faustina Figueira baptizada
em ... de... de 1719 - com quatro filhos a saber Manoel baptizado em 4 de Fevereiro de
1742 - Maria em 7 de Setembro de 1744 Antonio em 9 de Abril de 1748 e Anna em 25
de Abril de 1751, e assignou

Oliveira De Manoel + Figueira (fl. 105)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Martins, Sylva Lavrador e
morador na freguesia de Cama (sic) de
Lobo

¥â;¤,-Â üg^\$Ó-.¤²,kÛk† GÔu

§²qÅB§ #,ÄÐÊð,îZ''0°ÕhåpÓ sœð 0ÔåS-uc

T!õšXztêW>ÃWÂU 1- û&-Xñ

~%ø—Å¾4#ø•£ø‡áŸ%öü àà gKNŸ
wTŠs ä°×tØõ} âëAÑc'H,ç¼¶ n©u00 K"Ë0^_Zõâ°T°°Tð,Éc |=G*t'Â•jQu=κ
#^Šç%:"öX>Z~jT©:mİØđÍ/O;Éđ , -A~³i&uŠİ jμđ°- u2iL0Øzu0•o_)Ê—³

dşNê bÁ'

„PÜö •ðò (ãh ØË ÝÇERE Üý»Ê Ú—ú§...n]“–

ðî yaâYT ðhû'NUÏF4[•ewJq©QagiB^ÎU~w \³œjÁsEÊ - -
Xý^T tç*µS«*a<©)R-õZ üÕ!,

yæ)\$ÇÊ»»1”,”â Íý XíghD~d3]µ ° de Lobos e nela Baptizado em vinte e sette de Abril de mil e Settecentos, quinze com sua mulher Antonia Teyxeira ; Baptizada em sette de Junho de mil e Settecentos, e vinte, hum, e tres filhos; a saber Antonio Baptizado em onze de Junho de mil Settecentos trinta, e oyto, Quiteria em vinte e sinco de Novembro de mil Settecentos quarenta e dous, e Anna em vinte de Janeiro de mil Settecentos e sincoenta, e assignou (fl. 108)

Sem assinatura

Em dito dia, mez, e anno se matriculou Manoel de Souza Lavrador, e morador na freguesia do Fayal Baptizado na da Atabua em sette de Setembro de mil Settecentos vinte, e hum com sua mulher Antonia de Freytas de cuja idade não consta por falta do termo do seu Baptismo parecendo de menos de trinta annos, e dous filhos a saber Manoel Baptizado em sete de Julho de mil e settecentos quarenta e nove e Luiz em dous de Abril de mil settecentos e sincoenta, e hum, e assignou (fl. 109)

Sem assinatura

Em dito dia, mez, e anno se matriculou Ayres Catanho de Vasconcelos da vila de Machico, e nella Baptizado em quatro de Janeiro de mil e settecentos e vinte e dous com sua mulher Maria do Socorro Baptizada nella em vinte e dois de Novembro de mil e settecentos e vinte e seis, e tres filhos a saber Jacinta Baptizada em quatro de Setembro de mil settecentos quarenta e sinco, Pedro Roque em onze de Fevereiro (?) de mil settecentos quarenta, e oyto e Thiatonio em quatorze de Março de mil e settecentos e sincoenta e hum (fl. 110)

Sem assinatura

Em dito dia, mez, e anno se matriculou Silvestre Freytas Lavrador, e morador na freguesia da Ponta do Sol, e nela Baptizado em seis de Janeiro de mil settecentos e dezaseis com sua mulher Izabel da Sylva Baptizada na mesma Igreja em trinta hum de Agosto de mil settecentos, e quinze, e dois filhos, a saber Manoel Baptizado em vinte e nove de Setembro de mil settecentos quarenta e sinco, e Maria em vinte e sinco de Novembro de mil settecentos quarenta e oyto e assignou (fl. 111)

Sem assinatura

Em dito dia, mez, e anno se matriculou Manoel Vieira de Freytas Lavrador, e morador na freguesia do Fayal e nella Baptizado em quatro de Mayo de mil settecentos trinta , e dous, com sinco irmãos; a saber Maria Baptizada em oyto de Novembro de mil settecentos e vinte e nove Francisco em treze de Janeiro de mil settecentos trinta e sinco, Francisca - em onze de Dezembro de mil settecentos e quarenta - João em quatorze de Janeiro de mil settecentos quarenta e quatro - Manoel em vinte e sinco de Fevereiro de mil settecentos quarenta e nove levando em sua companhia seu Pay Francisco Vieyra Freytas, e sua May Manelina Gomez elle Baptizado em trinta de Dezembro de mil settecentos e dous, e ella em vinte e nove de Abril de mil settecentos e sinco e assignou (fl. 112)

Sem assinatura

Em o dito dia, mez, e anno se matriculou Gaspar de Quental da Igreja do Caniso e nella Baptizado em oyto de Janeyro de mil settecentos, e nove com sua molher Antonia da Nobrega Baptizada na mesma Igreja em doze de Junho de mil settecentos e dezanove, e tres filhos a saber Anna Baptizada em dezasette de Janeiro de mil settecentos quarenta e trez Tereza em quatro de Janeyro de mil settecentos quatenta, e seis, e Maria em vinte e quatro de outubro de mil settecentos, e sincoenta, e assignou (fl. 113)

Sem assinatura

Em dito dia, mes, e anno se matriculou Manoel da Sylva Netto Lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nela Baptizado em vinte, e quatro de Abril de mil settecentos e sette com sua molher Antonia da Silva Baptizada em vinte de Julho de mil e settecentos, e quatorze, e tres filhos, a saber João Baptizado em dois de Julho de mil settecentos trinta e hum - Salvador em vinte e sette de Julho de mil settecentos quarenta e sette e Joseph em vinte e sette de Março de mil settecentos, e sincoenta hum e assignou
+
(fl. 114)

Em dito dia, mes, e anno se matriculou Manoel de Oliveira mosso solteiro da freguesia do Caniso, e nela Baptizado em vinte, e hum de Março de mil settecentos, e vinte e quatro, e assignou. (fl. 115)

Sem assinatura

Em dito dia, mes, e anno se matriculou Manoel de Lima da freguesia do Porto da Crus, e nella Baptizado em dez de Dezembro de mil settecentos, e oyto com sua molher Maria de Mendonça Baptizada em dezasseis de Fevereiro de mil settecentos e dezasseis com quatro filhos; a saber Antonio de cuja idade não consta por falta do termo do seu Baptismo, mas de idade de treze annos pelo que declarou o seu vigário - Maria em treze de Abril de mil settecentos, quarenta e trez Antonia em onze de Março de mil settecentos quarenta, e seis Caetano - Em vinte e seis de Abril de mil settecentos e sincoenta (fl. 116)

Sem assinatura

Em dito dia, mes, e anno se matriculou Maria de Souza da freguesia de São Vicente, e nela Baptizada em dezasseis de Mayo de mil settecentos e vinte e tres com quatro Irmãos a saber Josepha Baptizada a vinte, e hum de Mayo de mil settecentos trinta e hum - Antonia a quatorze de Marsso de mil settecentos trinta, e quatro - Francisca a dezanove de Novembro de mil settecentos trinta e seis - Marta a dous de Abril de mil settecentos vinte e seis; Levando em sua companhia seu Pay Thomé de Andrada; sua May Anna de Souza elle Baptizado a vinte, e dois de Novembro de mil, e settecentos, e ella a doze de Mayo de mil seiscentos noventa, e sette; e assignou vereador acistente. (fl. 117)

Assinatura ilegível

Em 15 diaz do mez de Julho de 1757 nesta cidade do Funchal da Ilha da Madeyra na Caza do senado da camara della se matriculou na p.^a attraz (sic) João de Souza Correa official de carpintaria de toda a sorte do mar e da terra da vila de Machico e na Igreja della Baptizado em 23 de Dezembro de 1701 com sua mulher Marianna da Sylva Baptizada na mesma Igreja em 28 de Outubro de 1703 com sinco filhos a saber Patronilha Baptizada na ditta Igreja em 5 de Junho de 1735 Lucaz em 23 de Outubro de 1737 Antonia em 3 de Janeiro de 1741 Anna em 10 de Mayo de 1743 - Caettano em 6 de Abril de 1746 e assignou

Joam de Souza Corveia (sic) (fl. 118)

Em ditto dia mes e anno se matriculou Vicente Friz official de Carpinteiro morador nesta cidade na freguezia de São Pedro baptizado na de São Vicente em... de ... de... com sua mulher Maria Roza baptizada na freguesia da Ilha do Porto Santo em ... de ... de ... com quatro filhos a saber Antonio baptizado em 14 de Novembro de 1734 Eloe em 4 de Fevereiro de 1737 Joze em 28 de Outubro de 1742. Francisco em 13 de Julho de 1749. e assignou

De Vicente + Friz (fl. 119)

Em ditto dia mez e anno se matriculou Manoel Pestana Ennez homem solteyro Lavrador e morador na freguesia do Estreyto de Camara de Lobos e nella Baptizado em 3 de Março de 1710 levando em sua companhia hum rapaz por nome Manoel Batizado em 14 de Fevereiro de 1741 e assignou digo e outro por nome Antonio de Freytas baptizado em 26 de Outubro de 1726 e assignou

De Manoel Pestana + Ennez (fl. 120)

Em o ditto dia mez e anno se matriculou Lourenço Gonçalves Lavrador e morador no Estreyto de Nossa Senhora da Graça de Camara de Lobos e nella Baptizado em 13 de Agosto de 1711 com sua mulher Maria Francisca Baptizada na Igreja em 22 de Agosto de 1715 e sua filha por nome Francisca baptizada nella em 26 de Abril de 1741 e assignou

De Lourenço + Gonçalves (fl. 121)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze Gonçalves mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 27 de Março de 1732 com sinco irmaos, a saber Maria baptizada em 8 de Agosto de 1730, Antonia em 4 de Abril de 1734 Anna em 25 de Fevereiro de 1741 - Ignacia em 15 Fevereiro de 1748 e Sylvestre em 6 de Janeiro de 1737 - Levando em sua companhia seu Pay Thomas Gonçalves, e sua May Michaella de Araujo, elle baptizado em 13 de Março de 1703, sem que da idade della se possa passar certidão, por falta do termo de seu baptismo, e assignou

Oliveira De Joze + Gonçalves (fl. 122)

Em o dito dia mes, e anno se matricularão tres mossas sem estado, do Estreito de Cama (sic) de Lobos hua por nome Antonia Gomes, baptizada na freguesia de Se, em 18 de Junho de 1730, outra por nome Francisca dasenção baptizada em 22 de Junho de 1740, e outra por nome Thereza baptizada em 6 de Janeiro de 1739 todas tres irmaas filhas de Francisco Roiz do mesmo Estreito, e na Igreja delle baptizado em 6 de Outubro de 1693 - Levando-o em sua companhia, e pela primeira nomeada assignou o dito vereador.

Oliveira (fl. 123)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou, Lucas Gomes Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos de cuja idade não consta por falta do termo de seu baptismo, com sua mulher Maria da Candelaria baptizada em 3 de Fevereiro de 1728, com tres filhas a saber Quiteria; digo com hua filha por nome Maria baptizada em 26 de Fevereiro de 1747 - e duas conhadadas, hua por nome Quiteria baptizada em 2 de Março de 1742 e outra por nome Maria Francisca, baptizada em 8 de Outubro de 1731 e assignou

Oliveira De Lucas + Gomes (fl. 124)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Gomes mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nella baptizado em 8 de Fevereiro de 1730, e assignou

Oliveira

De Francisco + Gomes (fl. 125)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonia das Neves mossa sem estado da freguesia de Nossa Senhora do Monte, e nella baptizada em 13 de Mayo de 1737 com quatro irmaas, hum irmão a saber Domingas Irmaã baptizada em 30 de Novembro de 1738 - Maria em 12 de Abril de 1744 - Marianna Irmaã em 24 de Outubro de 1745 Anna Irmaa em 3 de Março de 1748 e Francisco irmão em 2 de Abril de 1740, levando em sua companhia seu Pay Manoel Nunes Pereyra com mais de 50 annos, e sua May Ignacia das Neves, baptizada em 5 de Agosto de 1709, e assignou

Oliveira (fl. 126)

Em o dito dia mes e anno se matriculou Maria de Andrade sem estado baptizada em 25 de Fevereiro de 1736 com quatro irmaos a saber Antonia baptizada em 8 de Setembro de 1738 Antonio em 11 de Janeiro de 1741 Joanna em 11 de Novembro de 1743 Roza em 17 de Abril de 1750, levando em sua companhia seu Pay Jorge Martins official de sapateyro baptizado em ... de ... de 17.. e sua may Izabel de Andrade baptizada em 11 de Janeiro de 1721, e assignou o dito vereador

Oliveira (fl. 127)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou, Manoel Luis Lavrador e morador na freguesia de São Vicente, e nella baptizado em 2 de Janeiro de 1707, com sua mulher Catherina da Asenção baptizada em 23 de Setembro de 1714, com seis filhos, a saber Maria baptizada em 25 de Outubro de 1734 - Barbora, em 13 de Abril de 1737 - Manoel em 21 de Setembro de 1740 - Joze em 27 de Setembro de 1743 - Antonio a 18 de Outubro de 1746 - e Francisco em ... de ... 17.. e assignou

Oliveira De Manoel + Luis (fl. 128)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Mendes Lavrador e morador na freguesia de São Vicente, e baptizado na da Calheta em 13 de Janeiro de 1705, com sua mulher Maria Pestana baptizada em 30 de Julho de 1727, e quatro filhos, a saber Manoel baptizado em 19 de Outubro de 1737 Quiteria em 20 de Novembro de 1732 Maria em 10 de Março de 1748 - e Pedro em 4 de Julho de 1751 e assignou
Oliveira Manoel Mende (fl. 129)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Figueira Lavrador e morador na freguesia do Monte, e nella baptizado em 19 de Fevereiro de 1719, com sua mulher , Antonia Fernandes baptizada em 13 de Mayo de 1723 e tres filhas a saber Anna baptizada em o 1^o de Abril de 1745 - Josepha em 6 de Janeiro de 1749 Maria em 2 de Dezembro de 1750 - e hum conhado irmão da dita sua mulher por nome Domingos Martins baptizado na mesma Igreja em 9 de Junho de 1737, e assignou
Oliveira De João + Figueira (fl. 130)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Pestana Lavrador e morador na freguesia de São Vicente e nella baptizado em 6 de Abril de 1728 com sua mulher Luzia de Andrada (sic), baptizada, em 18 de Dezembro de 1716 e sinco filhos a saber Manoel baptizado em 5 de Março de 1740 Joze em 2 de Fevereiro de 1745 - Maria e Quiteria gemias em 8 de Março de 1748 e Antoniuo em 4 de Março de 1751 e assignou
Oliveira De João + Pestana (fl. 131)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joze dos Santos Lavrador e morador na freguesia do Monte, e nella baptizado em 18 de Setembro de 1723, com sua mulher, Catherina da Roza baptizada em 13 de Dezembro de 1724 de 1723 e dous filhos a saber Antonio baptizado em 15 de Agosto de 1747, e Cathrina (sic), em ... de Novembro de 1749, e assignou,
Oliveira Joze dos Contos (sic) (fl. 132)

Em 16 de Julho de 1752 se matriculou Antonio Cabral Lavrador e morador na freguesia da Se baptizado na do Arco da Calheta em 24 de Novembro de 1720 com sua mulher Maria Gomes baptizada em ... de ... de 1... tres filhos a saber Anna baptizada em 16 de Agosto de 1746 Antonio em 23 de Junho de 1748 - Joze em 29 de Abril de 1751, e assignou
Oliveira De Antonio + Cabral (fl. 133)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Gonçalves, solteyro Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nela baptizado em 30 de Novembro de 1728, e assignou
Oliveira Manoel Gonçalves (fl. 134)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel da Silva Enes, Lavrador e morador na freguesia dos Canhas, baptizado na da Ponta do Sol, em 14 de Fevereiro de 1720 com sua mulher Maria do Rozario baptizada na dita Igreja em 7 de Outubro de 1708 e dous filhos, a saber Antonio baptizado em 21 de Abril de 1746, e Manoel em 30 de Agosto de 1748, e a hum conhado seu por nome Antonio Coelho, solteyro, baptizado em 15 de Dezembro de 1724, e assignou

Oliveira De Manoel + da Silva Enes (fl. 135)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João da Sylva lavrador e morador na Ponta do Sol, e nella baptizado em 28 de Outubro de 1723, com sua Mulher Antonia Vieyra baptizada em a mesma Igreja em 3 de Fevereiro de 1722, com quatro filhos, a saber, Maria baptizada em 19 de Julho de 1738 - Antonia em 28 de Outubro de 1743 Manoel em 30 de Outubro de 1746 Francisca em 6 de Setembro de 1749 - e assignou.

Oliveira de João + da Sylva (fl. 136)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Vieyra Henriques official de sapateyro, morador na freguesia da Ponta do Sol baptizado na dos Canhas, em 20 de Abril de 1719 com sua mulher Francisca da Sylva, baptizada em 4 de Outubro de 1716, e dous filhos, a saber, Manoel, baptizado em 25 de Junho de 1748, e Maria em 22 de Agosto de 1750, e assignou

Oliveira De Manoel + Vieyra Henriques (fl. 137)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Figueyra lavrador e morador na freguesia de São Martinho baptizado na do Estreito de Cama (sic) de Lobos, em 12 de Junho de 1712, com sua mulher Maria Martins baptizada em 20 de Fevereiro de 1708, e hua filha por nome Antónia baptizada em 23 de Mayo de 1743, e assignou

Oliveira De António + Figueyra (fl. 138)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Freytas, lavrador e morador na freguesia de Machico, e nella baptizado em 25 de Março de 1706 com sua molher Francisca de Freytas baptizada em a mesma Igreja em 21 de Março de 1718, com suas filhas, a saber Anna baptizada em 29 de Janeiro de 1746, Francisca em 16 de Outubro de 1749, e assignou

Oliveira De Manoel + de Freytas (fl. 139)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Felipe da Costa lavrador e morador na freguesia de Cama digo do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizado em 8 de Mayo de 1718, com sua mulher Maria de Jezus, baptizada em 8 de Janeiro de 1726, e assignou

Oliveira (fl. 140)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Bras Espinola lavrador e morador na freguesia do Porto da Crus, e nella baptizado em 11 de Fevereiro de 1716 com sua Mulher Maria de Figueyredo, baptizada em 12 de Novembro de 1713, e hum conhado

por nome Antonio de Freytas, solteyro, baptizado em 21 de Junho de 1716, levando em sua companhia sua sogra Sebastianna de Freytas, baptizada em 24 de Janeiro de 1692 e assignou

Oliveira De Bras + Espinola (fl. 141)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Graça mosso solteyro morador e lavrador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella baptizo (sic), em 24 de Dezembro de 1727, e assignou

Oliveira (fl. 142)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Ferraz mosso solteyro lavrador e morador na freguesia do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado em 8 de Mayo de 1727, com cinco Irmaos, a saber Sylvestre, baptizado em 5 de Dezembro de 1730 Joze em 16 de Março de 1733 - Antonia em 16 de Agosto de 1736 - e Illarião (sic) em 27 de Outubro de 1739, e Maria em 7 de Janeiro de 1744, levando em sua companhia seu Pay Domingos Gonçalves Ferraz e sua May Mariana da Conceição elle baptizado em 14 de Mayo de 1702, e ella em 6 de Outubro de 1701, e assignou

Oliveira (fl. 143)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Pinto mosso solteyro lavrador e morador na freguesia de São Martinho, e nella baptizado em 9 de Abril de 1724, e assignou

Oliveira (fl. 144)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Souza mosso solteyro morador na freguesia de Santo Antonio e nella baptizado em 26 de Agosto de 1746, com quatro Irmaos, a saber Josepha baptizada em 3 de Março de 1735, Maria em 16 de Janeiro de 1738 Antonia em 6 de Fevereiro de 1741 - Antonio em 5 de Mayo de 1743, levando em sua companhia seu Pay João de Souza e sua May D.^a [Doroteia] Francisca de cuja idade não consta, por falta do termo do seu baptismo, e assignou

Oliveira Manoel + de Souza (fl. 145)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio João mosso solteyro lavrador e morador na freguesia de São Gonçalo e nella baptizado em 13 de Julho de 1732, com tres Irmaos Antonio Manoel, baptizado em 22 de Junho de 1738, Marianna em 15 de Abril de 1731, e Josepha em 20 de Março de 1735, levando em sua Companhia seu Pay João Martins, e sua May Sebastianna do Rozario, elle baptizado em 26 de Dezembro de 1701, ella em 25 de Janeiro de 1695 - e assignou

Oliveira (fl. 146)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Roiz Lopes, lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos e nella baptizado, em 14 de Janeiro de 1725, com sua mulher Quiteria Maria da Roza baptizada em 21 de Setembro

de 1719 com dous filhos a saber Manoel baptizado em 29 de Março de 1749 e Antonio em 9 de Junho de 1751, e assignou
Oliveira (fl. 147)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Gomes, lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, baptizado na da fajam da Ovelha, em 10 de Março de 1717, com sua Mulher Caetana Ferreyra baptizada em 24 de Janeiro de 1705, e dous filhos, a saber Manoel baptizado em 9 de Julho de 1742 Ursola em 28 de Março de 1746 e mais dous Intiados hum por nome Francisco baptizado em 4 de Mayo de 1732, e outro por nome Antonio em 12 de Fevereiro de 1732, e assignou
Oliveira (fl. 148)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Maria Quiteria do Rozario sem estado da freguesia de São Pedro, e nella baptizada em 5 de Outubro de 1732, com duas Irmaas, e hum Irmão a saber Thereza de Jezus, baptizada em 7 de Julho de 1737 - Luiza Quiteria em 18 de Mayo de 1739 - e João António de Lessa em 29 de Agosto de 1745 levando em sua companhia sua May Luiza de Lessa da Encarnação mayor de 40 annos, viuva de Joze Roiz Reis offiçal de Pedreiro, e assignou o dito vereador
Oliveira (fl. 149)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Dias lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte e nella baptizado em 3 de Julho de 1718 com sua Mulher Antonia Mendes baptizada em 19 de Março de 1714, e dous filhos, a saber João, baptizado em 9 de Janeiro de 1746, e Anna em 3 de Março de 1750, e assignou
Oliveira De João + Dias (fl. 150)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Amaro Gomes Dias lavrador e morador na freguesia do Monte e nella baptizado em 20 de Janeiro de 1719, com sua Mulher Antonia de Oliveyra. Baptizada em 17 de Novembro de 1720, com 4 filhos, a saber, Manoel baptizado em tres de Dezembro de 1741, Antonio em 12 de Abril de 1744, Maria em 16 de Março de 1747 e Antonia em 7 de Mayo de 1750, e assignou levando em sua companhia seu sogro de mayor idade
Oliveira De Amaro + Gomes (fl. 151)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Roiz da Costa lavrador digo Joze Roiz da Costa lavrador e morador na freguesia de Santa Luzia baptizado na de Santa Maria Mayor do Calhao em 25 de Dezembro de 1732 e seis Irmaos a saber Antonio João baptizado em 19 de Fevereiro de 1730 Manoel Roiz em 22 de Outubro de 1736 Roza Maria em 3 de Mayo de 1740 Valentina Gomes em 23 de Outubro de 1743, Anna Gomes em 19 de Setembro de 1750 - e Matheus Gomes, em ... de ... de 17... - levando em sua companhia seu Pay António Roiz da Costa baptizado em 15 de Junho de 1706, e sua May Antonia do Espirito Santo baptizada em ... de ... de 17... e assignou
Oliveira De Joze + Roiz da Costa (fl. 152)

Em ditto dia mes, e anno se matriculou Manoel Fernandez Camacho lavrador e morador na freguesia de Santo Antonio, e nella baptizado em 7 de Outubro de 1711 com sua Mulher Antonia Maria baptizada em 11 de Junho de 1713, e quatro filhos a saber Antonio, e Manoel gemios, baptizados em 14 de Janeiro de 1742 Maria em 3 de Novembro de 1747 e João em 6 de Dezembro de 1750, e assignou.

Oliveira De Manoel + Fernandez Camacho (fl. 153)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Xavier Ribeyro lavrador e morador na freguesia de Santa Luzia baptizado na de Sam Martinho em 15 de Janeiro de 1722, com sua Mulher Anna Gomes Jardim baptizada em 30 de Agosto de 1720, com tres filhos a saber Joze baptizado em 22 de Abril de 1746 João em 12 de Mayo de 1748 e Bernardo em 24 de Agosto de 1750 e assignou

Oliveira De Francisco + Xavier Ribeiro (fl. 154)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Manoel lavrador e morador na freguesia de Santo Antonio de cuja idade não consta por falta do termo de seu baptismo parecendo ser menor de quarenta annos, com sua Mulher Maria Fernandez Baptizada em 4 de Abril de 1717 e quatro filhos a saber Manoel baptizado em 26 de Mayo de 1737 Francisco em 15 de Agosto de 1740 Maria em 21 de Outubro de 1746, João no primeiro de Fevereiro de 1749, e assignou

Oliveira De Francisco + Manoel (fl. 155)

Em os dezanove dias do mes de Julho de mil settecentos, e sincoenta e hum nos passos do senado da Camara desta Cidade do Funchal da Ilha da Madeira perante o vereador Diogo de Betancurt e Saá acistente a matricula dos cazais, e mais pessoas, que se querem transportar para o Estado do Brazil na forma das Ordens de Sua Magestade, se matriculou Antonia da Silva sem Estado moradora na freguesia de São Pedro Baptizada na de São Martinho em dez de Junho de mil, settecentos, e vinte e scinco, e quatro Irmaõns; a saber Thareza Baptizada em oyto de Março de mil e settecentos, e trinta e Anna em quinze de Mayo de mil settecentos e quarenta Quiteria em dezanove de Mayo de mil settecentos quarenta, e cinco Antonio em doze de Janeyro de mil settecentos quarenta e seiz levando em sua companhia seu Pay Joseph da Matta, e sua May Izabel da Silva elle Baptizado em dezoyto de Junho de mil e settecentos e hum e ella em os tres de Julho de mil settecentos, e dous; e por não saber escrever assignou o dito vereador (fl. 156)

(assinatura ilegível)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Sepriano de Vasconcellos Lavrador, e morador na villa de Machico, e nella Baptizado em o primeyro de outubro de mil e settecentos, e seis com sua molher Maria Moniz Baptizada na dita Igreja em doze de Abril de mil e settecentos e dezoyto com quatro filhos, a saber Mariana Baptizada em dezoyto de Dezembro de mil e settecentos quarenta e dous Antonio em treze de Abril de mil e settecentos quarenta e sinco Maria em sette de Novembro de mil settecentos

quarenta e oytto, e Appellonia em nove de Fevereiro de mil settecentos, e sincoenta e hum; e asignou

Sepriano + de Vasconcellos (fl. 157)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Francisco Lavrador e morador na freguesia do Monte Baptizado na freguesia da villa de Machico em sinco de Fevereiro de mil e settecentos, e vinte e, quatro mosso solteyro, levando em sua companhia huma molher, que o criou por nome Maria Nunes Baptizada na sobredita Igreja em sinco de Março de mil seiscentos noventa, e sinco e asignou

Manoel + Francisco (fl. 158)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou João Roiz Lavrador e morador na freguesia de Sam Martinho Baptizado na de Camara de Lobos em dezoyto de Abril de mil e settecentos, e dezassete com sua molher Antonia da Paxam, Baptizada em treze de Abril de mil e settecentos, e dezasseis, e quatro filhos a saber Antonio Baptizado em seis de Setembro de mil e settecentos, e quarenta, Francisco em sette de Dezembro de mil settecentos quarenta e tres José em vinte e hum de Junho de mil settecentos quarenta e seis Joachim em vinte e hum de Abril de mil e settecentos quarenta e nove, e asignou

João + Roiz (fl. 159)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Manoel dos Ramos Lavrador e morador na freguesia do Porto da Crus Baptizado na do Campanario em treze de Abril de mil e settecentos, e dezasseis com sua molher Maria Ferreira Baptizada em dez de Agosto de mil e settecentos, e vinte e quatro, e tres filhos, a saber Maria Baptizada em vinte, e nove de Mayo de mil settecentos quarenta, e sinco Jacinta em quatorze de Fevereiro de mil settecentos quarenta, e oytto, Manoel em dous de Fevereiro de mil e settecentos, e sincoenta e hum e asignou

Manoel + dos Ramos (fl. 160)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Joseph Gomes mosso solteyro Lavrador e morador na freguesia dos Canhas, e nella Baptizado em vinte e tres de Março de mil e settecentos, e vinte e sette, e asignou.

Joseph + Gomez (fl. 161)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou João Berenguer de Andrada morador na freguesia dos Canhas Baptizado na da Atabua em doze de Abril de mil e settecentos, e vinte com sette Irmaõs seus; a saber Luzia Baptizada em seis de Dezembro de mil e settecentos, e vinte, e doies, Maria em treze de Novembro de mil settecentos vinte e seis. Francisco em trez de Julho de mil e settecentos, e vinte, e nove; e Izabel em onze de Julho de mil settecentos, e trinta e tres, Martinha em dezassete de Novembro de mil settecentos e trinta e sinco, Manoel em onze de outubro de mil e settecentos e trinta e oytto, Joseph em doze de Setembro de mil e settecentos, e quarenta e hum levando em

sua companhia seu Pay Manoel de Bitancurt de Vasconcellos, e sua May D. Theadora da Camara elle Baptizado, em vinte e hum de Dezembro de mil e settecentos, e ella em dois de Fevereiro de mil, e settecentos, e hum; e assignou.

João Berenguer de Andrada (fl. 162)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Diogo Luis de Faria Lavrador e morador na freguesia do Estreito de Cama (sic) de Lobos, e nella Baptizado em doze de Julho de mil e settecentos, e dezasseis com sua mulher Izabel do Fayal Baptizada em dezoyto de Mayo de mil, e settecentos e dezoyto, e hum Antiado, e tres filhos; a saber Manoel Antiado e Baptizado em doze de Abril de mil e settecentos e trinta, e trez Maria filha em quatorze de Dezembro de mil, e settecentos, e trinta, e oyto Anna filha em dez de Março de mil e settecentos e quarenta e trez; e Antonio filho em onze de Junho de mil e settecentos, e sincoenta, e assignou.

Diogo Luis + de Faria (fl. 163)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Faria Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos, e nella Baptizado, digo Baptizado no Estreito em vinte, e quatro de Junho digo em vinte, e oyto de Fevereiro de mil e settecentos, e quatorze com sua molher Jozefa Maria Baptizada em vinte, e sette de Agosto de mil e settecentos, e treze com sinco filhos; a saber Francisco Baptizado em quinze de Julho de mil settecentos trinta e oyto Antonio em sette de Setembro de mil e settecentos, e quarenta, Francisco em sinco de outubro de mil e settecentos e quarenta e trez, Maria em quinze de Novembro de mil e settecentos, e quarenta, e sette, e Antonia no primeiro de Fevereiro de mil settecentos sincoenta, e hum; e assignou.

Manoel + de Faria (fl. 164)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Caetano Ferreira Faria Lavrador e morador na freguesia de Cama (sic) de Lobos Baptizado na da Atabua em quatro de Janeiro de mil e settecentos e vinte com sua molher Lourença da Graça Baptizada em quinze de Agosto de mil, e settecentos e vinte, e sinco, e tres filhos a saber Anna Baptizada em vinte, e oyto de Abril de mil e settecentos quarenta e oyto Manoel em doze de Novembro de mil e settecentos quarenta, e trez, e Antonio em dezanove de Mayo de mil e settecentos quarenta, e nove, e assignou

Caetano + Ferreira (fl. 165)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Antonio de Abreu Lavrador e morador na freguesia do Estreyto de Cama (sic) de Lobos, e nella Baptizado em vinte de Novembro de mil e settecentos, e doze com sua molher Paulla dos Ramos de cuja idade não consta por falta do termo do seu Baptismo, e sinco filhos; a saber Antonio Baptizado em tres de outubro de mil e settecentos, e trinta e seis, Francisca em dezasseis de Setembro de mil settecentos quarenta, e hum e Antonia em quatro de Junho de mil, e settecentos, e quarenta e quatro Ignacia em vinte e dous de Abril de mil e settecentos e quarenta e sette, e João em vinte e oyto de Junho de mil, e settecentos, e sincoenta, e assignou.

Oliveira

Antonio + de Abreu (fl. 166)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Joseph Roiz Lavrador e morador na freguesia de São Martinho Baptizado em vinte e hum de Abril de mil settecentos trinta, e sinco com hũ a Irman, e quatro Irmaões, a saber Quintiliana de Goveia Baptizada em vinte e oyto de Março de mil e settecentos e trinta e trez Antonio em nove de Abril de mil e settecentos, e trinta, e sette Pedro em quatro de Fevereiro de mil e settecentos, e quarenta Sebastiam em vinte de Janeiro de mil e settecentos e quarenta e sinco, e Domingos em vinte e seis de Setembro de mil settecentos, e quarenta e oyto, levando em sua companhia seu Pay Antonio Roiz Baptizado em dezasseis de Abril de mil e settecentos e sette e sua May esperança de Goveia de cuja Idade não consta por falta do termo do seu Baptismo parecendo ter, quarenta annos de Idade por informação do seu vigario, e assignou.

Oliveira

Joseph + Roiz (fl. 167)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Antonio Goncalves Lavrador, e morador na freguesia de Santo Antonio Baptizado na da Fejã da Ovelha em vinte, e nove de Setembro de mil e settecentos, e sette com sua molher Maria da Nobrega Baptizada em nove de Mayo de mil e settecentos e vinte e seiz e dous filhos a saber Francisco Baptizado em quatro de Março de mil e settecentos, e quarenta, e oyto, e Maria em doze de Fevereiro de mil e settecentos, e sincoenta, e assignou

Oliveira

De Antonio + Goncalves (fl. 168)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Joseph Lavrador, e morador na freguesia do Monte Baptizado na de São Roque em vinte e hum de Agosto de mil e settecentos e vinte e sette com sua molher que declarou se achava pejada Maria de Jezus Baptizada no primeyro de Janeyro de mil settecentos, e vinte, e quatro, e assignou.

Oliveira

Manoel + Joseph (fl. 169)

Em (sic) dito dia mes e anno se matriculou Manoel Martins ofical de tanoeyro morador nesta Cidade Baptizado na freguesia da villa de Machico em dois de Fevereiro de mil settecentos, e vinte e hum com sua molher Joana da Encarnação Baptizado (sic) em trinta, e hum de Março de mil e settecentos, e vinte e dois, e assignou

Oliveira

Manoel + Martins (fl. 170)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Joseph Caldeira (sic) da Ilha da gracioza morador na freguesia de Sancta Anna desta Ilha da Madeira official de Carpinteiro de cuja Idade não consta parecendo ter menos de quarenta annos com sua molher Mariana Caldeira (sic) Baptizada em vinte de Setembro de mil e settecentos e dezoyto, e duas filhas a saber Anna Baptizada em vinte de Agosto de mil e settecentos, e quarenta e seis, Maria da Crus em sette de Junho de mil e settecentos e quarenta e nove, e assignou.

Oliveira

Joseph + Correa (sic) (fl. 171)^{xiii}

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Manoel de Quental mosso solteyro Lavrador e morador na freguezia do Canisso e nella Baptizado em sette de Janeyro de mil settecentos, e vinte e nove, e assignou.

Oliveira Manoel + de Quental (fl. 172)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Antonia Maria sem estado da freguesia da Sé desta cidade Baptizada em vinte de Junho de mil settecentos trinta, e oyto levando em sua companhia sua May Francisca Maria da Encarnação Baptizada em vinte e sette de Abril de mil e settecentos, e quatro viuva de Manoel Sardinha seu Pay e assignou o dito vereador acistente (fl. 173)

(assinatura ilegível)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Manoel Goncalves Lavrador, e morador na freguesia dos Canhas baptizado nella, em dezassette de Junho de mil settecentos e vinte e sette com sua mulher Maria da Sylva Baptizada em oyto de Dezembro de mil e settecentos e vinte, e oyto e assignou.

Oliveira Manoel + Goncalvez. (fl. 174)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Pedro de Mendonça Lavrador e morador na freguesia do Fayal de cuja idade não consta, por falta do termo do seu baptismo com sua molher Francisca de Mendonça Baptizada na dita Igreja em vinte, e sinco de Mayo de mil settecentos vinte e trez, e tres filhos a saber Manoel Baptizado em quatro de Abril de mil settecentos trinta e doiz Fellipa em sette de Mayo de mil settecentos quarenta e sette, e Anna em vinte e sette de Janeiro de mil settecentos, e sincoenta, e assignou.

Oliveira Pedro + de Mendonça (fl. 175)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou João Franciyco (sic) mosso solteiro Lavrador e morador na freguesia dos Prazeres Baptizado na do Estreito da Calheta em sette de Junho de mil settecentos e vinte e oyto e assignou

Oliveira de João + Fracisco (fl. 176)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João Goncalves mosso solteiro Lavrador e morador na freguesia de Santo Antonio Baptizado na de São Vicente em vinte e seis de Setembro de mil settecentos e vinte e tres e assignou.

Oliveira De João + Goncalves (fl. 177)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Diogo de Castro ofeical de Tanoeyro morador na vila de São Vicente, e nella Baptizado em tres de Junho de mil settecentos, e dezassette com sua molher Domingas Dorotea Baptizada em 6 de Fevereiro de 1722 - e tres filhos a saber Antonio Baptizado em nove de Novembro de mil settecentos quarenta e trez, Joseph em tres de Dezembro de mil settecentos quarenta e sette, e Marianna em nove de Fevereiro de mil settecentos e sincoenta, e hum e assignou

Diogo + de Castro (fl.178)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou João da Gama Lavrador e morador na freguesia de Nossa Senhora do Monte, e nella Baptizado em trinta de Junho de mil e settecentos e vinte com sua molher Quiteria de Oliveira Baptizada em dois de Janeiro de mil e settecentos, e vinte e seis e hum filho por nome Joachim Baptizado em dez de Mayo de mil e settecentos, e sincoenta e assignou.

Joam + da Gama (fl. 179)

Em (sic) dito dia mes, e anno se matriculou Manoel João Lavrador e morador na freguesia dos Canhas mosso solteyro, e nella Baptizado a sette de Outubro de mil e settecentos e dezassete e assignou

Manoel + Joam (fl. 180)

Em (sic) ditto dia se matriculou João Friz Camacho Lavrador e morador na freguesia da Atabua e nella baptizado em 16 de Fevereiro de 1716 com sua mulher Barbora Antónia baptizada em 8 de Dezembro de 1727 // e Doiz Filhos a saber Joachim baptizado em 15 de Outubro de 1748 e Anna em 4 de Fevereiro de 1750 e assignou (fl.180)

Sem assinatura

Em o dito dia mes, e anno se matricularam Antonio de Abreu e Agostinho Goncalves ambos Solteyros Lavradores da freguesia da Serra dagoa, e nella Baptizados o primeiro em vinte de Junho de mil e settecentos e vinte e nove, e o segundo em dezanove de Novembro de mil e settecentos e trinta, e assignou.
de Antonio + de Abreu Agostinho + Gonsalvez (fl. 181)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Francisco Pestana Lavrador e morador na freguesia da Serra dagoa; e nela Baptizado em trinta de Novembro de mil e settecentos, e vinte com sua molher Andreza Maria, que nasceo no primeiro de Agosto de mil, e settecentos e vinte e dous com dois filhos Manoel e Anna primeiro Baptizado ^{xiv}

Francisco + Pestana (fl. 182)

Em os vinte dias do mes de Junho de mil, e settecentos, e sincoenta, e hum nos passos do Senado da Camara desta Cidade do Funchal da Ilha da Madeyra; Sendo presente o dito vereador Diogo Betancurt, e Saá se matriculou Vicencia Maria mossa Solteira, moradora nesta Cidade na freguesia da Sé, Baptizada na da ponta do Sol Em vinte e seis de Agosto de mil e settecentos e vinte e dois; e por não saber escrever assignou o dito vereador acistente (fl. 183)
(assinatura ilegível)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Affonço Figueira Lavrador e morador na freguesia do Calhao desta Cidade Baptizado na do Estreito de Cama (sic) de Lobos em tres de Setembro de mil e settecentos, e dezanove com sua molher Leonor do

Rozario Baptizada em vinte de Fevereiro de mil e settecentos, e vinte e nove, e hum filho por nome Manoel Baptizado em vinte, e doiz de Novembro de mil, e settecentos, e sincoenta e assignou.

Affonço + Figueira (fl. 184)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Maria da Rosa sem estado moradora na freguesia de Santa Luzia Baptizada na de Santo Antonio em os tres de Mayo de mil e settecentos e trinta, e sette com dois Irmaõs; a saber Manoel Baptizado em onze de Mayo de mil e settecentos, quarenta, e hum; Antonio em vinte e dous de Mayo de mil e settecentos quarenta e sette levando em sua companhia seu Pay Antonio Roiz, e sua May Maria da Rosa; elle Baptizado em dezassette de Agosto de mil e settecentos, e sinco, e ella no primeiro de Março de mil e settecentos, e dezasseis; e por não saber escrever assignou o dito vereador (fl. 185)

(assinatura ilegível)

Em o dito dia mes, e anno se matriculou Andre Coelho de Menezes Lavrador e morador na Ilha do Porto Sancto, e na Igreja dela Baptizado em quatro de Setembro de mil e settecentos e vinte, e nove, com sua molher victoria de Castro Baptizada a quinze de Março de mil e settecentos e trinta e tres e hum filho por nome Joseph Baptizada (sic) a oyto de Junho de mil e settecentos, quarenta e seis; e assignou

Andre Coelho + de Menezes (fl. 186)

Tem este Livro cento e outenta, e seis meyas folhas, todas por mim numeradas, e rubricadas com o meu sobrenome que dis Oliveira o que fis pela ordem e comissão do Senado, como consta da primeira fl. deste Livro. Funchal 5 de Julho de 1751

João Caetano d Oliveira

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I- FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Livro I e II de Registos de matrículas dos casais e mais pessoas que voluntariamente, quizerem embarcar para o Estado do Brasil*.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, catalogados, cx. 1, doc. 8 anexo.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, documentos avulsos, cx. 2, docs. 19, 22, 24, 28, 29, 34, 34 e anexo, 64 e 70.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, documentos avulsos, s/n °, doc. datado de 1748.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro*, cxs. 41 e 59.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Santa Catarina*, cx. 1, docs. 27 e 39.

Colecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado DelRey fidelissimo D. Jozé o I., Lisboa, na officina de Miguel Rodrigues, 1761, tomo I.

Arquivo Regional da Madeira, *Registo Geral da Câmara do Funchal*, tomo 5 °.

II- FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Pedro de - *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, Real Archivo da Torre do Tombo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909-1912, vols. I e II.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da - *Anais Pernambucanos*, 2^a edição, Recife, Fundarpe, 1983, vols. I, II, III, IV, V, VI e VII.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de - *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente Hoje Chamada de S. Paulo*, São Paulo, Livraria Martins, 1953.

Documentos para a História do Brasil, volume I, Legislação (1534-1596), Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1954.

FONSECA, António José Victoriano Borges da - *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935, vol. I e II.

FRUTUOSO, Gaspar - *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Empresa gráfica açoreana Ega, 1979.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes - *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, São Paulo, edição Itatiaia, editora da Universidade de São Paulo, 1980, vol. I, II e III.

- MAURO, Frédéric - *Le Brésil au XVII e Siècle, Documents inédits relatifs à L'Atlantique Portugais*, Coimbra, Sep. de Brasília, vol. XI, 1963.
- NORONHA, Henrique Henriques de - *Nobiliário Genealógico das Famílias*, Funchal, Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, Lda, 1947, vol. I, II, III.
- SALVADOR, Frei Vicente do - *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, Edição da Universidade de São Paulo, 1982, 7^a edição.
- SARMENTO, Alberto Artur - *Documentos e Notas sobre a época de D. João IV na Madeira 1640-1656*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1940.
- SOUSA, Gabriel Soares de - *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989.

III- ESTUDOS

- AGRELA, Carlos de - “Famílias da Madeira e Porto Santo Ribeiros Ferreiras”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Junta Geral Autónoma do Funchal, 1933, vol. III.
- ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, S. Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- AZEVEDO, Pedro de - “Documentos para a História do Brasil - Tomé de Sousa e sua família”, *Revista de História*, Lisboa, ano IV, 1916, n^o VII,
- BARRETO, Carlos Xavier Paes - *Os Primitivos Colonizadores Nordestinos e Seus Descendentes*, Rio de Janeiro, editora Melso, 1960.
- BENTO, Horácio - “Aspectos da emigração madeirense para o Brasil nos reinados de D. João IV e D. José”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, Suplemento ao n^o 4895 de “O Jornal”, 1948.
- CABRAL, Oswaldo R. - *Os Açorianos*, Florianópolis, Instituto Histórico, 1984.
- *Assuntos Insulanos*, Florianópolis, Instituto Histórico, 1984.
- CALMON Pedro - *História do Brasil*, Livraria José Olympio, 1961, vols. I, II e III.
- CALVO, M. Charles - *Etude sur l'émigration et la colonisation*, Paris, A. Durand et Pedone-Lauriel, 1875.
- CARITA, Rui - “O código de Santa Catarina, suas fortalezas e seus uniformes”, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- “A colónia do Sacramento no Uruguai. Os engenheiros militares na construção da expansão dos séculos XVII e XVIII”, *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- CÉSAR, Figueira César - *Ilha da Madeira Paraíso Terrestre*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1985.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da, “João Fernandes Vieira”, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, Typ. de F. P. Boulitreau, 1906, vol. XII, n^o 67, 1906.
- CURTIN, P. D. Curtin - “A escravatura e a cana de açúcar”, in Alberto Vieira, *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico - Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.

DIAS, Carlos Malheiros - *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1924, vol. III.

EXPILLY, Charles, *La traite l'emigration et la colonisation au Brésil*, Paris, A. Lacroix, Verboeckhoven et C. il Editeurs, 1865.

FERRAZ Maria de Lourdes de Freitas - *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1994.

- "O vinho da Madeira no século XVIII (1550-1650), Administração, economia e sociedade", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, vol. II.

- *A Ilha da Madeira sob o domínio da casa senhorial do Infante D. Henrique e seus descendentes*, Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1986.

FORTES, João Borges, *Os casais açorianos. Presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Edição de Martins Livreiro, 1978.

FREIRE, A. A. de - "História Pátria João Fernandes Vieira", *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, Typ. de F. P. Boullitreau, 1894, n° 46.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e - "Um tição de famílias madeirenses", *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editora Arcádia, 1965, vol. III.

GOUVEIA David Ferreira de - "Talvez Genealogia", *Islenha*, Funchal, edição da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, n° 3.

- "Um colono Madeirense em São Paulo no século XVI (visto através de inventários)", *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1981, n° 1.

- "A manufactura açucareira madeirense (1420-1550) Influência Madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira", *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1987, n° 10.

- "O açúcar e a economia madeirense (1420-1550) (Produção e acumulação)", *Atlântico*, Funchal, edição de António E. F. Loja, 1988, n° 16.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, "Goitacás ou Goitacases", "João Fernandes Vieira", Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, vol. XII e XXXV.

GUEDES, Max Justo - "As Ilhas Atlânticas e a sua contribuição à Restauração do Nordeste Brasileiro", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.

HAGELBERG, G.B. - "Açúcar e História: um panorama global", in Alberto Vieira, *Escravos com ou sem açúcar*. Centro de Estudos de História do Atlântico Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.

JÚNIOR, Alfredo Boulos - *História do Brasil*, São Paulo, Editora FTD SA, s/d, volume I.

JÚNIOR, Manuel Diégues - *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, S. Paulo, Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

- KLEIN, Herbert S. - “A experiência da escravatura nas Caraíbas: uma perspectiva comparativa”, Alberto Vieira, *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.
- LEITE, Aureliano - *Subsídios para a história da civilização Paulista, São Paulo*, edição monumental comemorativa do IV centenário da cidade de S. Paulo das edições Saraiva, 1954.
- MELLO, José António Gonsalves de - *João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Têrço de Infantaria de Pernambuco*, Universidade do Recife, 1956, vol. I e II.
- MIGUEL, Carlos Montenegro - O açúcar sua origem e difusão, Arquivo Histórico da Madeira, Funchal, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, 1960-1961.
- NASCIMENTO João Cabral do - “Informação sobre o requerimento dos moradores do Porto Santo”, A Madeira nos arquivos Nacionais, torre do Tombo, livros da Repartição da Fazenda do Funchal, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII.
- A Madeira nos arquivos nacionais, Arquivo Histórico Colonial, Carta de 21 de Setembro de 1676 para João Fernandes Vieira, códice 1162, *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, vol. VII. - “Carta do Governador da Madeira, Pantaleão de Sá e Melo”, Arquivo Histórico Colonial, Madeira e Porto Santo, 1698, in *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, vol. VII, Câmara Municipal do Funchal, 1949.
- *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, Separata dos “Anais”, vol. VII.
- NEPOMUCENO, Rui - *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.
- NOVO Dicionário de História do Brasil*, S. Paulo, Edições Melhoramento, 1970,
- OLIVEIRA, João José Maria Francisco Rodrigues d’ - *Quintaes (da Ilha da Madeira) no Estado do Ceará Brasil*, Funchal, s/e, 1938.
- PEREIRA, Eduardo C. N. - *Ilhas de Zargo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, vol. II.
- PEREIRA, Nereu do - “Raízes Culturais Açoreanas em Ribeirão da Ilha (Santa Catarina, Brasil)”,
- III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.
- PIAZZA, Walter F. - “Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, vol. I.
- RAU, Virgínia Rau - “Dados sobre a Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII”, Separata do volume I das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965.
- REBELO, José Silvestre - *Povoação do Brazil relativamente á origem e influência dos primeiros povoadores portugueses nos costumes nacionaes*, Brasil no séc. XVI, miscelania, livraria Brasileira, s/d.
- SARMENTO, Alberto Artur - *Ascendência, naturalidade e mudança de nome de João Fernandes Vieira*, Funchal, Oficinas do Heraldo da Madeira, 1911.

- *Ensaio Históricos da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal, 1946, vol. I, 1947, vol. II e 1952, vol. III, 2ª edição.

- *Homenagem a João Fernandes Vieira o libertador de Pernambuco*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1928.

SCHARTZ, Stuart B. - “Campos de cana e fábricas” in Alberto Vieira, *ob. cit.*.

SERRÃO Joaquim Veríssimo - *O Rio de Janeiro no Século XVI Documentos dos Arquivos Portugueses*, Lisboa, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

- *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2ª edição, 1990, vols. III, IV e V.

SERRÃO, Joel e MARQUES A. H. de, *O Império Luso- Brasileiro 1620-1750*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, vol. VII.

SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de - *Elucidário Madeirense*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1984, fac-símile da edição de 1946, vol. III.

SILVA, José Manuel Azevedo e - *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil*, “Estado do Grão-Pará e Maranhão” Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1994.

SILVEIRA, Carlos da, “1º Centenário de Silva Leme”, *Revista Genealógica latina* Ano VI, nº 6, s/e, S. Paulo, 1954.

SILVEIRA, Enzo da - *A Ilha da Madeira nos destinos do Brasil e de Portugal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1956.

SOUSA, Francisco de Vasconcelos e - “A Companhia Geral do Comércio do Brasil e a Ilha da Madeira”, *Islenha*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1990, nº 6.

SOUSA, João José Abreu de - “O porto do Funchal e a economia da Madeira no século XVII”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, edição de Luiz Peter Clode, Ano XVII, vol. VII, nº 37.

VARNAGHEN, Francisco Adolfo de - *História Geral do Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981, 10ª edição, vol. I e II.

VAZ, Fernando de Meneses - “Famílias da Madeira e Porto Santo.”, artigos vários in *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1931-1964, vols. I, II, VII e XIII.

VIEIRA Alberto - *A Madeira na Rota dos Descobrimentos e Expansão Atlântica*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Série Separatas, nº 217.

- *A Madeira e o Novo Mundo Atlântico nos séculos XVI e XVII*, Comunicação apresentada no colóquio alusivo ao IV Centenário da morte de Gaspar Furtuoso, Açores, 1994.

- *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico - Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.

- *O Público e o Privado na História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico - Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996, vol. I.
VIEIRA Alberto, CLODE, Francisco - *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico - Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.
WASHINGTON, Luís - *Na Capitania de São Vicente*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1956.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
------------------	---

Capítulo Primeiro

RAZÕES DA DIÁSPORA MADEIRENSE PARA O BRASIL

1 - Razões demográficas	9
2 - Razões económicas	11
3 - Outras razões	21

Capítulo Segundo

A PRESENÇA E A ACÇÃO DOS MADEIRENSES NO BRASIL

1 - Indicadores da imigração e da presença	27
2 - A acção dos madeirenses na economia do açúcar brasileiro	49
3 - Mercadores	65
4 - Criadores de gado	70
5 - Madeirenses na defesa militar do Brasil	71
6 - Agentes político-administrativos	94
7 - Eclesiásticos	97
8 - Um caso paradigmático de sucesso: João Fernandes Vieira	99

Capítulo Terceiro

O RECRUTAMENTO DE CASAIS MADEIRENSES PARA O BRASIL NO SÉCULO XVIII

1- Um problema de política colonial	111
2 - O registo dos casais	115
3 - A emigração madeirense de 1749 a 1751	120
4 - Proveniência, agregado familiar, sexo, idade, estado civil e taxa de alfabetização	129

CONCLUSÃO	145
-----------------	-----

APÊNDICE DOCUMENTAL	151
---------------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA	293
-----------------------------	-----

ÍNDICE	299
--------------	-----

-
- ⁱ O escrivão associa, neste e nos documentos seguintes, à sua assinatura, a data do documento colocando 21 de Janeiro dentro da letra T (inicial de Thome) e dentro de uma cadeia de 7 argolas desenhada sobre a sua assinatura inscreve de forma alternada a data 1749.
- ⁱⁱ Utilizámos o tracejado nas situações de leitura paleográfica impossível.
- ⁱⁱⁱ A partir daqui (fl. 28 inclusivé) os fólhos do Primeiro Livro não se encontram numerados. Todavia, para melhor orientação, optámos por numerá-los.
- ^{iv} Espaço em branco de cerca de meia linha.
- ^v O documento é interrompido deste modo.
- ^{vi} Utilizámos o ponteadado para assinalar os espaços em branco do documento.
- ^{vii} Corrige a morada de Francisco Correya.
- ^{viii} O documento é interrompido deste modo.
- ^{ix} O documento é interrompido deste modo.
- ^x Rubrica ilegível
- ^{xi} Todos os fólhos do Livro Segundo se encontram numerados no manuscrito.
- ^{xii} Texto interrompido neste ponto.
- ^{xiii} O documento regista o matriculado como Joseph Caldeira e a assinatura de cruz Joseph Correa.
- ^{xiv} Texto interrompido neste ponto.